

EDUARDO TRAVERSA

**Saberes sobre a cosmética em Portugal e na América portuguesa, de 1704 a 1794**

São Paulo

2023

EDUARDO TRAVERSA

**Saberes sobre a cosmética em Portugal e na América portuguesa, de 1704 a 1794**

Versão Corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Educação da  
Universidade de São Paulo para a obtenção do  
título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Roni Cleber Dias de Menezes

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

#### Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)  
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

Ts Traversa, Eduardo  
Saberes sobre a cosmética em Portugal e na  
América portuguesa, de 1704 a 1794 / Eduardo  
Traversa; orientador Roni Cleber Dias de Menezes. --  
São Paulo, 2023.  
187 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação  
Cultura, Filosofia e História da Educação) --  
Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo,  
2023.

1. Farmácia e cosmetologia. 2. História da  
ciência. 3. História da educação. 4. História moderna.  
5. Medicina. I. Cleber Dias de Menezes, Roni,  
orient. II. Título.

TRAVERSA, Eduardo. **Saberes sobre a cosmética em Portugal e na América portuguesa, de 1704 a 1794**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho à minha mãe, pela vida e pelo seu amor ao longo de toda a minha existência, e à Regina Aparecida da Silva Merege, pelos saberes escolares e não escolares ao longo desta jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha gratidão a Deus pela minha vida e por mais uma conquista. Não somente pela conquista material, mas também pelas boas ideias que me foram sugeridas e pela proteção.

Minha profunda gratidão à Universidade de São Paulo e à Faculdade de Educação por fornecer a oportunidade para a realização da minha pesquisa. Também agradeço ao meu orientador por toda ajuda que recebi ao longo deste projeto.

Agradeço à banca examinadora do meu exame de qualificação e da minha defesa por sua participação e suas valiosas contribuições. Suas perspectivas enriqueceram significativamente os meus estudos.

Também gostaria de agradecer a todos os amigos e amigas que me ajudaram a tornar tudo isso possível. A sua amizade foi imprescindível. Obrigado por fazerem parte dessa conquista.

Não é o meu interesse escrever para os insignes farmacêuticos desta corte, que não sou tão desvanecido, que entenda posso dar regras a quem pode ser a norma da farmácia, faço fim esta obra para que os praticantes com maior facilidade se instruem na arte que aprendem, porque na falta dos livros precisamente necessários acharão neste volume as receitas, que até o tempo presente estão em uso [...] (SANTO ANTONIO, 1711, fólho 3r).

## RESUMO

TRAVERSA, Eduardo. **Saberes sobre a cosmética em Portugal e na América portuguesa, de 1704 a 1794**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta tese teve como objetivo examinar os saberes sobre a cosmética, ou seja, sobre a limpeza corporal e o embelezamento físico de uma pessoa, que circularam na língua vernácula por meio dos livros em Portugal e na América portuguesa ao longo do século XVIII, embora esse tema não esteja explicitamente registrado nas fontes históricas. Além disso, foram estudadas as informações de caráter técnico que oferecem as fontes e as receitas nelas contidas, incluindo os materiais que elas requerem para o seu preparo. Utilizou-se como perspectiva metodológica a análise dessas obras mediante alguns pressupostos. Um deles orientou-se pela materialidade e circulação dos livros, compreendendo que esses eram suportes físicos que circularam pelo Atlântico vinculando saberes sobre a cosmética. Foram apresentadas ainda as trajetórias de seus autores e o seu contexto. O outro se norteou pela textualidade e procurou-se observar quais saberes apareciam reiteradamente. Verificou-se que os saberes sobre a cosmética circulavam entre Portugal e a América portuguesa desde 1704 por meio dos livros e na língua vernácula, ao mesmo tempo que ocorria a movimentação de pessoas e de materiais. Entre 1704 e 1754, foram publicadas várias receitas de cosméticos para o rosto, os lábios, os mamilos, o nariz, os cabelos, as mãos, os dentes. Para preparar os cosméticos foi empregada uma miríade de insumos obtidos de fontes animais, minerais e vegetais, a nível global. Os saberes sobre os materiais da Ásia, da América do Sul e da Europa foram codificados nas farmacopeias e circularam por todo o mundo atlântico. Cirurgiões, boticários, jesuítas, os mediadores culturais, colocavam em circulação saberes de origens diversas, inovando técnicas e produtos voltados para o embelezamento, mas também mantendo uma tradição de algumas preparações cosméticas. Uma inflexão quanto ao embelezamento parece ocorrer entre 1785 e 1794, com uma diminuição das formulações. Os livros sobre higiene, escritos frequentemente por médicos, no vernáculo, incorporavam os ideais iluministas de progresso humano e educação popular. Não foi possível encontrar uma obra especializada sobre a cosmética, mas foi possível identificar tais saberes no trânsito atlântico, a partir de 1704 e ao longo do século XVIII, que possibilitaram “aprender” a embelezar e a limpar o corpo em Portugal e na América portuguesa.

Palavras-chave: Cosméticos. Farmácia e cosmetologia. Farmacopeias. História cultural. História da ciência. História da educação. História moderna. Língua portuguesa. Medicamento. Medicina.

## ABSTRACT

TRAVERSA, Eduardo. **Knowledge about cosmetics in Portugal and Portuguese America, from 1704 to 1794**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This thesis aimed to examine the knowledge about cosmetics, that is, about body cleanliness and beautification of people, that circulated in the vernacular language through books in Portugal and in Portuguese America throughout the eighteenth century, despite this topic not being explicitly recorded in the historical sources. In addition, the technical information available in the sources and in the recipes therein was studied, including the materials these required for their preparation. The methodological approach for the analysis of these works was based on certain assumptions, one of which was oriented by the materiality and circulation of the books, with these being the physical hard copies that circulated across the Atlantic linking the knowledge of cosmetics. The trajectories of their authors and their context were also presented. The other was guided by the textuality and sought to observe which knowledge appeared repeatedly. This research revealed that knowledge about cosmetics circulated between Portugal and Portuguese America from 1704 through books and in the vernacular language, whilst at the same time there was a movement of people and of materials. Between 1704 and 1754, various cosmetic recipes for face, lips, nipples, nose, hair, hands, teeth were published. A myriad of raw materials obtained from animal, mineral and plant sources were used to prepare the cosmetics. The knowledge about the materials from Asia, South America and Europe was codified in pharmacopoeias and circulated across the Atlantic. Surgeons, apothecaries, Jesuits, the cultural mediators, put the knowledge from diverse origins into circulation, innovating techniques and products for beautification purposes, but also maintaining a tradition of some cosmetic preparations. A shift in beautification seemed to have occurred between 1785 and 1794, with a reduction of the formulations. The books on hygiene, frequently written by doctors in the vernacular, incorporated the ideals of the Enlightenment of human progress and popular education. No specialized work on cosmetics could be found, but it was possible to identify such knowledge across the Atlantic from 1704 and throughout the eighteenth century which enabled “learning” to beautify and to clean the body in Portugal and in Portuguese America.

Keywords: Cosmetics. Cultural history. History of education. History of science. Medication. Medicine. Modern history. Pharmacopoeias. Pharmacy and cosmetology. Portuguese language.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – Retrato de um jovem príncipe</b>	<b>25</b>
<b>Figura 2 – A Ásia e seus perfumes, os tesouros da África e das duas Américas...</b>	<b>49</b>
<b>Figura 3 – Os livros: página de rosto da <i>Farmacopeia lusitana</i>, 1704</b>	<b>78</b>
<b>Figura 4 – O rosto dos autores: Jacob de Castro Sarmiento</b>	<b>89</b>
<b>Figura 5 – O rosto dos autores: António Nunes Ribeiro Sanches</b>	<b>91</b>
<b>Figura 6 – O rosto dos autores: Manoel Joaquim Henriques de Paiva</b>	<b>93</b>
<b>Figura 7 – Os livros: página de rosto do <i>Tratado da educação física dos meninos</i>, 1790</b>	<b>96</b>
<b>Figura 8 – Os livros: página de rosto do <i>Tratado da educação física dos meninos</i>, 1791</b>	<b>99</b>
<b>Figura 9 – Os livros: página de rosto do tomo I da <i>Farmacopeia geral...</i>, 1794</b>	<b>101</b>
<b>Figura 10 – Os livros: página de rosto do manuscrito <i>Árvore da vida...</i>, [ca. 1720]</b>	<b>105</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 – Síntese das fontes impressas em vernáculo</b>	<b>77</b>
<b>Quadro 2 – Síntese das fontes manuscritas em vernáculo</b>	<b>104</b>
<b>Quadro 3 – Insumos empregados nas preparações para o embelezamento</b>	<b>123</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
a.C.	antes de Cristo
ampl.	ampliado(a)
ãa	aná; de cada
<i>apud</i>	citado por
art.	artigo
aum.	aumentado(a)
cap.	capítulo(s)
ca.	cerca ( <i>circa</i> )
<i>cf.</i>	confira; confronto ( <i>confer</i> )
color.	colorido(a)
coord.	coordenação; coordenador(a)
corr.	corrigido(a)
D.	Dom
d.C.	depois de Cristo
Dr.	Doutor(a)
ed.	edição; editor(a)
<i>et al.</i>	e outros ( <i>et alii</i> )
etc.	<i>et cetera</i>
<i>et seq.</i>	e seguintes ( <i>et sequens</i> )
f.	folha
il.	ilustração; ilustrado(a)
introd.	introdução
irreg.	irregular
m.	morto(a)
melh.	melhorado(a)
n.	número
nasc.	nascido(a)
org.	organização; organizador(a)
p.	página
<i>passim</i>	aqui e ali
p & b	preto & branco

Prof.	professor(a)
pt.	parte(s)
R.; Re.	récipe; receita médica ( <i>recipe</i> )
rev.	revisão; revisado(a); revisto(a)
<i>s.l.</i>	sem lugar de publicação ( <i>sine loco</i> )
<i>s.n.</i>	sem nome de editor(a); sem nome de publicador(a) ( <i>sine nomine</i> )
t.	tomo(s)
trad.	tradução; tradutor(a)
v.	volume(s)
V. S. <sup>a</sup>	Vossa Senhoria

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
1.1 EM BUSCA DA BELEZA	20
1.2 DELIMITAÇÃO TEMPORAL	28
1.3 AS FARMACOPEIAS E OS LIVROS SOBRE A HIGIENE	38
1.4 SABERES SOBRE O CORPO	42
<b>2 CIRCULAÇÃO DE SABERES</b>	<b>49</b>
2.1 LIVROS E PESSOAS EM MOVIMENTO	51
2.2 OUTROS MATERIAIS EM MOVIMENTO	70
2.3 SABERES NATIVOS SOBRE O EMBELEZAMENTO	74
<b>3 A COSMÉTICA EM PORTUGAL E NA AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII</b>	<b>77</b>
3.1 FONTES, AUTORES E CIRCULAÇÃO	77
3.2 SABERES SOBRE O EMBELEZAMENTO	107
3.2.1 Preparações para o embelezamento	111
3.2.2 Tradição e inovação nas preparações para o embelezamento	117
3.2.3 Materiais para cosméticos	121
3.2.4 O embelezamento em época de mudanças	134
3.3 SABERES NOTÁVEIS SOBRE A LIMPEZA CORPORAL NO SETECENTOS	138
3.3.1 Asseio das crianças sob as ordens da Academia Real das Ciências de Lisboa	144
<b>4 CONCLUSÃO</b>	<b>148</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>152</b>
<b>ÍNDICE ANTROPONÍMICO</b>	<b>180</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Antônio Pereira Ferreira, um boticário bem-sucedido na cidade que era desde 1763 a capital do Brasil, faleceu em 4 de janeiro de 1798. Casado com Anna Maria do Bom Sucesso, com a qual tivera cinco filhos, possuía uma loja na rua Direita – atual rua Primeiro de Março – e, entre os bens avaliados, encontraram-se livros, instrumentos e uma vasta gama de medicamentos. Esse é apenas um dos casos em que o inventário revelou uma série de obras científicas incluindo as farmacopeias – um gênero de escrita que descreve os medicamentos e ensina a arte de prepará-los.

Com esta tese foi possível identificar que algumas dessas obras, as quais circularam entre Portugal e a América portuguesa, traziam informações também acerca da cosmética, isto é, da “ciência que trata da higiene<sup>1</sup> e/ou embelezamento físico de uma pessoa, através do uso de produtos próprios” (COSMÉTICA, 2022).

A história da cosmética no Brasil não tem sido objeto de estudos acadêmicos e, quando há alguma menção sobre a higiene ou o embelezamento, suas balizas temporais abordam os séculos XIX ou XX<sup>2</sup>. Há alguns estudos voltados para o período anterior ao Oitocentos<sup>3</sup> e que não se aprofundam no tema. Além disso, obras gerais que reivindicam uma história global da beleza<sup>4</sup>, mas que tendem a alinhar-se com um certo tipo de eurocentrismo ou nacionalismo, não trazem informações sobre o caso luso-brasileiro, possivelmente em decorrência das alusões à falta de asseio em Portugal e em suas colônias.

As características dos povos nativos de suas colônias, que iam da falta de higiene à ignorância, foram sendo construídas pelos portugueses e são muito semelhantes às que eram atribuídas a eles próprios, por viajantes, comerciantes e religiosos vindos da Europa do Norte – Inglaterra, França e Alemanha (SANTOS, 2003). Diversos outros autores fazem alusões à falta de asseio. A higiene no paço real continuou a deixar muito a desejar, com ratos, pulgas, piolhos e formigas infestando as dependências da família régia (CARDIM, 2011). Líquidos usados na higiene e dejetos eram lançados nas ruas, tornando difícil a vida de quem transitava a pé ou estava em casa (OLIVAL, 2011; CUNHA; MONTEIRO, 2011). A falta de higiene seria a nota dominante das casas populares pela insuficiência de água (OLIVAL, 2011). Apesar das alusões à falta de asseio, seja no paço real, nas ruas ou nas casas, a hipótese deste

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, a higiene referir-se-á à limpeza corporal.

<sup>2</sup> Cf. SANT’ANNA, 2014; SANTOS, 2015; SOUZA, 2011.

<sup>3</sup> Cf. ALGRANTI, 2014; BRAGA, 2010, 2017; SILVA, 2000.

<sup>4</sup> Cf. CORBIN, 1987; MARWICK, 2004; VIGARELLO, 2006.

trabalho é de que havia uma preocupação com a higiene e o embelezamento, cujos saberes circularam em Portugal e na América portuguesa, contrapondo assim aquelas assertivas.

A proposta desta pesquisa é oferecer uma história da cosmética na América portuguesa e em Portugal, durante o século XVIII, embora esse tema não esteja explicitamente registrado nas fontes históricas, já que saúde e beleza não eram compreendidas separadamente. A partir de uma pesquisa e análise das fontes, a hipótese deste trabalho é de que o Setecentos já manifestava uma preocupação a respeito dos cuidados com o embelezamento do corpo e a limpeza corporal.

A conservação da saúde e o aperfeiçoamento da beleza parecem constituir-se como aspectos indissociáveis nas formas de sentir, pensar e dizer o corpo (BARREIROS, 2014), todavia não consta em língua portuguesa do século XVIII alguma obra especializada no embelezamento como ocorria em francês, por exemplo, em *Toilette de flore*<sup>5</sup>, de Pierre-Joseph Buc'hoz. Diante disso, procurou-se estudar o caso português quanto aos saberes sobre a cosmética.

Na Espanha, encontram-se exemplos de livros e cadernos manuscritos dos séculos XV e XVI, que passavam de geração a geração, de mães a filhas, cujos saberes não eram apenas um saber especializado e profissional, mas um saber feminino comum (SAMPER, 1997). O livro de receitas manuscrito em língua portuguesa de Francisco Borges Henriques, com indicações de diversas datas – 1715, 1725, 1728 e 1729 – é uma obra composta por receitas de culinária, higiene e beleza, mezinhas e outras (BRAGA, 2017), mas não foi a primeira escrita em língua portuguesa, como será identificado neste trabalho.

Com a invenção da imprensa, em meados do século XV, os livros publicados juntaram-se ao processo de circulação do conhecimento, representando de alguma forma uma nova versão dos antigos manuscritos, saindo do âmbito doméstico e entrando na esfera pública, tornando-se um verdadeiro fenômeno de massa.

A preocupação com a adoção de uma língua própria, em oposição ao latim e ao espanhol, já era uma característica da medicina portuguesa (BRAGA, 2002). João Curvo Semedo [1635-1719], médico da família real e autor famoso em seu tempo, defendia o uso do português na escrita da medicina na obra *Polianteia medicinal*<sup>6</sup>:

---

<sup>5</sup> Cf. BUC'HOZ, 1771.

<sup>6</sup> Cf. SEMEDO, 1697.

Culparás em primeiro lugar [...] escrever eu em língua portuguesa uma arte tão nobre como é a medicina. [...] Respondo que não tens razão, porque o principal intento de quem escreve alguma obra é acreditar-se a si e aproveitar aos outros. [...] E para conseguir estes dois fins, o melhor meio é escrever em língua que todos entenda. [...] só te advirto que para caluniar a mim, estás obrigado a caluniar ao doutor Duarte Madeira, a Ambrósio Nunes, a Aleixo de Abreu, a Francisco Morato, a frei Manuel de Azevedo, a Simão Pinheiro, a Affonso Freyre e a João Ferreira da Rosa, que todos escreveram livros de medicina na língua portuguesa [...] (SEMEDO, 1697).

A publicação de livros em vernáculo para os leigos já existia desde o período dos incunábulos e, para atender ao novo tipo de cliente, era necessário produzir livros menores (por exemplo, in-quarto, in-oitavo), menos elaborados. Mas seriam necessários longos anos antes que as populações europeias houvessem aumentado o suficiente para criar mercados urbanos capazes de sustentar a imprensa como negócio (HALLEWELL, 2017).

D. João IV, na sequência dos acontecimentos de 1640, insistia para que os médicos compusessem em vernáculo. O apelo real instigou, por meio da impressão, um debate vigoroso sobre o estado da medicina no reino, a influência dos curandeiros e o que deveria ser feito a respeito. No meio das conhecidas campanhas de panfletagem que deram voz às disputas sobre assuntos políticos e econômicos do reino, parece que os médicos utilizaram a página impressa como veículo de reforma médica (CAGLE, 2018).

Entre as primeiras obras da bibliografia médica em vernáculo encontram-se: o *Tratado único das bexigas e sarampo*<sup>7</sup>, publicado em 1683, de Romaõ Mõsia Reinhipo, pseudônimo de Simão Pinheiro Morão, médico português que clinicou em Recife; o *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*, publicado em 1694, de João Ferreira da Rosa, médico português que clinicou em Recife e Olinda; e o livro *Notícias do que é o achaque do bicho*, publicado em 1707, de Miguel Dias Pimenta, morador de Recife (SANTOS FILHO, 1991; WISSENBAACH, 2002).

A *Tábua bibliográfica, cronológico-médica portuguesa do século XVIII*, de 1815, apresenta uma lista dos livros de medicina publicados em Portugal ou por autores portugueses durante o século. Nas primeiras décadas do século XVIII, aproximadamente um terço das obras foi escrito em latim e vinte por cento delas foram publicadas em cidades fora do Reino, como Roma, Verona, Amsterdã, Londres, Paris, por exemplo; no entanto, nas décadas finais, a língua portuguesa predominava em mais de noventa por cento das obras listadas, e não há registros de publicações fora das fronteiras portuguesas partir de 1770 (DENIPOTI, 2017).

---

<sup>7</sup> Cf. REINHIPO, 1683.

Além disso, foi no século XVIII que a literatura farmacêutica em Portugal, mais precisamente a publicação de farmacopeias, alcançou um nível editorial que nunca havia sido alcançado antes (PITA, 1999).

Esta tese explora as farmacopeias e os livros sobre asseio corporal escritos na língua portuguesa e publicados ao longo do século XVIII nos quais foi possível identificar os saberes sobre a cosmética. Buscou-se não somente o que foi escrito, mas também como foi escrito, por que foi escrito e as evidências de como tais textos circularam.

Considerando a propriedade da circulação do conhecimento, das pessoas e dos materiais, pretendeu-se então verificar como foi possível “aprender” a embelezar e a limpar o corpo em Portugal e na América portuguesa. Utilizou-se como perspectiva metodológica a análise dessas obras mediante alguns pressupostos. Um deles orientou-se pela materialidade e circulação dos livros, compreendendo que esses eram suportes físicos que circularam pelo Atlântico vinculando saberes sobre a cosmética. São apresentadas ainda as trajetórias de seus autores e o seu contexto. O outro se norteou pela textualidade e procurou-se observar quais saberes apareciam reiteradamente.

Chartier (1998), ao destacar que a elaboração de um livro não depende apenas de seus autores, mas também de tipógrafos, impressores etc., lembra que um texto não existe isolado da materialidade que o suporta. O historiador alerta:

[...] deve-se lembrar que não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou a ouvir), e sublinhar o fato de que não existe compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor. Daí a distinção necessária entre dois conjuntos de dispositivos: os que destacam estratégias textuais e intenções do autor, e os que resultam de decisões de editores ou de limitações impostas por oficinas impressoras (CHARTIER, 1998, p. 17).

Essa reflexão continua válida para os textos eletrônicos, apesar de haver uma perda da “materialidade áspera e tangível da folha de papel” (SIBILIA, 2008, p. 36).

São apresentadas ainda as trajetórias singulares de seus autores e o seu contexto, já que não é possível compreender uma trajetória sem ter previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e as relações objetivas que unem o agente considerado aos outros agentes envolvidos no mesmo campo (BOURDIEU, 2006).

Além disso, foram estudadas as informações de caráter técnico que oferecem as fontes e as receitas nelas contidas, incluindo os materiais que elas requerem para o seu preparo. O estudo dos materiais empregados nos diversos processos de produção de

cosméticos, medicamentos ou mezinhas tem sido pouco contemplado pelos historiadores<sup>8</sup>. A proposta da abordagem de materiais e técnicas deveria ser incluída pelos historiadores, a fim de evitar possíveis erros de análise. Finalmente, foram propostas mudanças que acompanharam os saberes envolvendo a cosmética entre 1704 e 1794.

Os títulos das fontes históricas, das suas seções e das preparações estão assinalados em itálico, com alterações nas pontuações quando necessário. Nas referências, procurou-se manter a ortografia antiga dos títulos.

Para as fontes impressas originalmente, as quais se encontravam on-line, foram utilizados os repositórios da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, da Biblioteca Nacional de Portugal, do Centro de Estudos Judaicos da Universidade da Beira Interior (Covilhã), da Österreichische Nationalbibliothek (Viena), da Universidad Complutense de Madrid e do Wellcome Collection (Londres). São repositórios nos quais se nota o esforço tecnológico em garantir o seu funcionamento bem como a preservação dos documentos eletrônicos. A consulta em mais de um repositório para a mesma fonte também ajudou a assegurar a confiabilidade nos textos.

Acerca da circulação das fontes históricas que são objeto desta pesquisa, informações úteis revelaram-se com o estudo de Borrego (2009) sobre o modo de circular saberes por escrito, ao analisar a presença de impressos e manuscritos entre os bens materiais arrolados nos inventários de mercadores paulistas no século XVIII. Contribuíram também os estudos de Cavalcanti (2004) e de Silva (2013), que se concentram sobre o Rio de Janeiro. Além destes, a correspondência sobre o comércio de livros apontada por Diniz (1959) e o estudo acadêmico de Villalta (1999) fornecem algumas informações da capitania de Minas Gerais.

Para pesquisar a circulação das obras foram também consultados o inventário do boticário Antônio Pereira Ferreira que morou na cidade do Rio de Janeiro, o inventário da fazenda jesuítica denominada Santo Ignácio nos Campos Novos, o inventário do cirurgião-mor Antonio Joze Vieira de Carvalho da capitania de Minas Gerais e a coleção de livros da Torre do Tombo.

Acerca da circulação dos materiais que são objeto desta pesquisa, foram pesquisados os inventários da botica de São Roque em Lisboa, da fazenda Santo Ignácio nos Campos

---

<sup>8</sup> Um trabalho inspirador é o de VEGA, 2012. Cf. também KLEIN; LEFÈVRE, 2007; KLEIN; SPARY, 2010.

Novos, do boticário Antônio Pereira Ferreira do Rio de Janeiro, bem como a obra *Arte e dicionário do comércio...*<sup>9</sup>.

O recurso aos inventários justifica-se mais por ser esta uma das poucas vias trilháveis na busca ao leitor do passado do que pela abrangência do material (ABREU, 2001). Quando constam livros entre as propriedades na América portuguesa, não é possível afirmar que foram lidos, mas é possível notar a circulação transatlântica das obras. Todavia, há uma discussão sobre o uso dos inventários. Roche (2004) aponta que uma variedade de pequenos objetos de baixo custo e de uso corrente parece escapar a qualquer controle, não chamando a atenção de notários, herdeiros ou credores, pois sua contribuição para o valor da herança é mínima. Esses testemunhos, embora economicamente irrelevantes, são indicadores interessantes de comportamentos culturais. “As peças de toalete são avaliadas sempre acima de um determinado preço, nunca abaixo, como as escovas montadas em prata, os pentes de escamas, as caixas de pó de arroz em prata” (ROCHE, 2004, p. 215).

Talvez as pessoas guardassem os livros técnicos devido à sua utilidade, ou então pelo seu valor. Esses livros profissionais, muitas vezes, tinham custo elevado, com preços acima de mil-réis<sup>10</sup>, em função do formato em que eram impressos<sup>11</sup>. Enquanto as obras científicas eram in-fólio, a maior parte das obras de Belas Letras era publicada no formato in-oitavo. Assim, em 1798, a *Farmacopeia lusitana*, “[in-]fólio”, era avaliada em 1\$280, enquanto o *Tesouro de meninas*, segundo tomo, “[in-]oitavo”, era estimada em \$240 – ambos faziam parte da coleção de livros do boticário Antônio Pereira Ferreira, avaliada em 19\$160 (ABREU, 2001; CAVALCANTI, 2004).

## 1.1 EM BUSCA DA BELEZA

Esta pesquisa concentra-se na análise dos saberes sobre a cosmética, os quais puderam ser identificados nas farmacopeias e livros sobre a higiene escritos em língua portuguesa e publicados no século XVIII, mas desde a Idade Antiga foram produzidos escritos sobre o embelezamento.

---

<sup>9</sup> Cf. ARTE..., 1784.

<sup>10</sup> A moeda portuguesa do século XVIII era o real (plural réis) ou \$001. A unidade monetária era o mil-réis, 1\$000 ou simplesmente 1\$ (HALLEWELL, 2017).

<sup>11</sup> Um volume in-fólio era um livro grande; um in-oitavo era um livro médio (GENETTE, 2009).

Quase todos os papiros médicos do Egito antigo datam do Novo Reino [1550 a.C.-1069 a.C.]<sup>12</sup>; porém em alguns deles – Ebers, Smith, por exemplo – há partes que denunciam uma datação mais antiga. Nesses papiros, foram encontradas receitas cosméticas destinadas a fazer as rugas sumirem, embelezar o rosto, tratar os cabelos, desaparecer com o branqueamento deles, tornar o hálito agradável (DAGLIO, 2005).

Apareceu pela primeira vez em um tratado chamado *Da natureza do homem*, atribuído a Pólibo [século IV a.C.], discípulo e genro de Hipócrates [nasc. cerca de 460 a.C.], a teoria dos quatro humores – bile negra, bile amarela, fleuma e sangue. Foi Galeno [129-216] quem deu à teoria seu prestígio, afirmando que essa teoria era a base da obra de Hipócrates (CAIRUS, 1999, 2005; JOUANNA, 2012).

Não obstante o predomínio de outras teorias médicas, a teoria dos humores estender-se-ia na medicina europeia até o século XIX (ABREU, 2011; PORTER; VIGARELLO, 2012). De acordo com a teoria humoral, o funcionamento do corpo derivava da mistura dos quatro fluidos, que foram comparados com as cores preta, amarela, branca e vermelha, e a mistura desses fluidos poderia causar alterações de cor. O seu equilíbrio era refletido na aparência externa (PORTER, 2008a).

Durante o que foi denominado “o período central” da Roma antiga, ou seja, cerca de 200 a.C. a 200 d.C., todos os materiais utilizados como “cosméticos” tinham outros usos, e a maioria deles era, ao mesmo tempo, medicamento e veneno. *Medicamentum/medicamen* era a palavra mais comum para uma pintura, banho ou cosmético. A maioria das substâncias usadas pela mulher romana em seu rosto (alvaiade, *oesypum* – feito com gordura extraída da lã de ovelha não lavada, antimônio, *crocodilea* – o estrume de um crocodilo, *melinum* – argila de Melos misturada com carbonato de cálcio) também era empregada como medicamento. Algumas delas eram tóxicas, como o alvaiade.

Para iluminar o rosto, Ovídio [43 a.C.-17 d.C.] recomendava a preparação mais popular, *cerussa* ou sal de Saturno, preparado a partir do vinagre derramado sobre aparas de alvaiade – uma mistura que era então seca, moída e moldada em bolos ou tabletes (OLSON, 2009). Plínio, o Velho [23-79], em sua *História natural*, informava que compostos feitos de ervilhas, farinha de cevada, ovos, fezes de vinho, amônia, bulbos de narcisos e mel tinham um propósito cosmético; assim, uma pasta de farinha de cereais ou miolo de pão embebido em leite era aplicada no rosto por mulheres e retirada quando saíam de casa (VEGA, 2012).

---

<sup>12</sup> Datas baseadas em KITCHEN (1991).

Com Galeno, distinguiu-se entre aquilo designado para a preservação da beleza e o que era denominado para o embelezamento não natural da aparência, apesar de tal distinção não estar clara em muitos escritores antigos. Não havia materiais que funcionassem como cosméticos puros na Antiguidade romana: muitos funcionavam primariamente como medicamentos ou pigmentos para pintura. Desde que Ovídio declarou a pintura facial uma arte na sua *Arte de amar*, o rosto maquiado de mulheres foi comparado ao rosto de telas pintadas, e as mulheres que aplicavam cosméticos no rosto foram comparadas a pintores (OLSON, 2009; SAMMERN, 2015).

Permanecendo no século XV o árbitro da elegância, Ovídio lembrava que o corpo masculino não exige tanto. Os tratados de cirurgia incluíram um certo número de receitas para embelezar: de maquiagem, de depilatórios, de unguentos mamilares, de tinturas para os cabelos, de pomadas à base de vidro moído, de adstringentes, de colorantes que permitem simular a virgindade (BARTHÉLEMY *et al.*, 1990).

No início da Idade Moderna, escritores italianos, como Agnolo Firenzuola [1493-1543], forneceram uma descrição mais detalhada e racionalizada da beleza física ideal. Na obra *Dialogo delle bellezze delle donne*<sup>13</sup>, concluída em 1541, o autor listava oito cores da beleza: a loura, a leonada, a preta, a vermelha, a cândida, a clara, a branca, o vermelhão, e a encarnada<sup>14</sup> (FIRENZUOLA, 1552; SAMMERN, 2015).

Firenzuola explicava biologicamente a beleza como o resultado externo de uma saúde física geral. Em um corpo cujos humores estivessem bem equilibrados, encontrar-se-ia saúde, a qual produziria uma tez brilhante e viva, assim como a perfeição de cada parte específica unida na criação do todo espalharia a cor necessária para a união perfeita e beleza harmoniosa de todo o corpo (SAMMERN, 2015).

Os humores distinguem a beleza. Assim, as moças ruivas, por exemplo, são suspeitas de humores viciados, ao passo que as louras são suspeitas de humores pálidos. Todas as disfunções que ameaçam a beleza possuem duas causas possíveis: as desordens externas, ou seja, os ataques do ar, e as desordens internas, que são os ataques dos humores. Recomendações, então, envolvem aplicações externas, precauções contra o ar e o sol, intensa recusa ao bronzamento e a uma pele morena, além de receitas de depuração tais como sangrias, purgações, fricção das extremidades do corpo, ventosas na nuca ou nos ombros,

---

<sup>13</sup> Cf. FIRENZUOLA, 1552.

<sup>14</sup> “[...] il biondo, il lionato, il negro, il rosso, il candido, il bianco, il vermiglio, & lo incarnato” (FIRENZUOLA, 1552, f. 31-32).

escarificações, colocação de sanguessugas no rosto, na ponta do nariz, nos lábios ou na testa (VIGARELLO, 2006).

Ao longo dos séculos XVI e XVII, a crença na permeabilidade da pele e no perigo que os banhos representavam para a saúde em geral persistiu, fornecendo uma ampla gama de argumentos nos textos médicos sobre os efeitos prejudiciais dos banhos públicos e os riscos da água. No século XVI, o temor em relação à sífilis juntou-se ao medo de outras doenças contagiosas, aumentando o peso dos argumentos contra a promiscuidade dos banhos. Além disso, surgiram argumentos mais fantasiosos, mas igualmente relevantes, como o da “gravidez do banho”, que afirmava que as mulheres poderiam ser fecundadas por um espermatozoide que flutuasse em águas quentes. No século XVII, os efeitos debilitantes da água quente eram amplamente reconhecidos. Acreditava-se que os poros dilatados permitiam a saída dos humores do corpo, resultando na perda das forças vitais, fraqueza e até hidropisia, imbecilidade e aborto (GRIECO, 1994).

Assim, passou a ser dada maior ênfase às partes do corpo que ficavam expostas: o rosto e as mãos. Embora no século XVI a água ainda fosse utilizada para as abluções matinais dessas duas partes do corpo, no século XVII considerava-se apropriada apenas para enxaguar a boca e as mãos, desde que fosse adicionado vinagre ou vinho para atenuar seus possíveis efeitos prejudiciais. Os livros de etiqueta desaconselhavam especialmente o uso da água no rosto, pois se acreditava que prejudicava a visão, causava dores de dentes e congestão nasal, além de deixar a pele pálida demais no inverno e excessivamente escura no verão. A cabeça deveria ser vigorosamente friccionada com uma toalha perfumada ou uma esponja, o cabelo deveria ser penteado, os ouvidos deveriam ser limpos e a boca deveria ser lavada (GRIECO, 1994).

O receio da água deu origem a uma série de substitutos, tal como os pós e os perfumes. Os pós eram aplicados no cabelo durante a noite e removidos pela manhã, juntamente com a gordura e outras impurezas. No final do século XVI, a sua aplicação tornou-se mais do que uma mera prática de limpeza. Os pós perfumados e coloridos passaram a ser parte essencial da rotina diária dos ricos, tanto de homens quanto de mulheres. E, no século XVII, os pós conquistaram de tal maneira a elite europeia que nenhum aristocrata respeitável permitia-se ser visto em público sem eles (GRIECO, 1994).

Foi em 1754, com a publicação da obra *Abdeker ou l'art de conserver la beauté*<sup>15</sup>, do médico Antoine Le Camus, que se renovaria a maioria das referências clássicas da estética

---

<sup>15</sup> Cf. LE CAMUS, [1754].

corporal (VIGARELLO, 2006). Le Camus transforma o diálogo de um médico e uma paciente em um tratado de beleza, segundo o qual cosméticos eram todas as coisas e principalmente todos os remédios que tivessem alguma relação com a beleza. O termo vem de uma palavra grega que significa limpeza, disposição, beleza.

Na França, as aristocratas do século XVIII tradicionalmente usavam grossas camadas de pintura branca e grandes listras de ruge em seus rostos, do canto da boca até a ponta da orelha. Adesivos, às vezes tão grandes quanto bolas de golfe ou em forma de pássaros, completavam o rosto. Feitos de tafetá vermelho ou preto e recortados, eram colados na pele para esconder cicatrizes de varíola e, como na Antiguidade romana, logo seriam usados apenas por uma questão de moda. Perucas eminentes e pó completavam o visual. Os homens adornavam-se com muitos dos mesmos artigos de toalete. Artesãos e criados podiam comprar pintura branca para o rosto e ruge barato. O Terceiro Estado usava sua maquiagem de maneira diferente da aristocracia, preferindo tons de rosa a vermelho e padrões circulares a listras. No final do século XVIII, o uso da maquiagem difundia-se entre todos, excetuando-se os muito pobres (MARTIN, 2005; OLSON, 2009).

A *Encyclopédie*<sup>16</sup> traria novas e antigas ideias daqueles homens que, presenciando as inúmeras transformações de seu tempo, ousaram inventariar o repertório simbólico que pretendiam oferecer como legado às gerações vindouras (BOTO, 1996). Nessa obra, o termo “cosmético” referia-se a todos os remédios imaginados para fazer a pele linda, conservar a cor e o frescor da pele, tingir o cabelo, sobancelhas etc., tudo o que Ovídio mostrava no seu poema *Cosméticos para o rosto da mulher* (DIDEROT; D’ALEMBERT, 1779).

Se a beleza fora vista em outras épocas como uma qualidade do objeto, no século XVIII os direitos do sujeito é que começam a definir plenamente a experiência do belo. Diderot, por exemplo, estuda a beleza como produto da interação entre o homem sensível e a natureza, cuja percepção fundamenta o juízo do belo (ECO, 2017).

Para Vigarello (2006), vários princípios de beleza podem ser enunciados no fim do século XVIII: o individual, dos traços e das expressões; e o mais coletivo, das estruturas e das anatomias. Sensibilidade e sentimento dominariam no primeiro caso, higiene e saúde dominariam no segundo. A beleza revelava-se, mais do que nunca, uma propriedade de um grupo, seus gestos, seus usos. Para esse autor, mais do que nunca ela poderia, como educação, variar de acordo com usos e saberes.

---

<sup>16</sup> Cf. DIDEROT; D’ALEMBERT, 1779.

Não consta em língua portuguesa do século XVIII algum tratado especializado sobre a beleza, como ocorria em francês. Mas o uso dos cosméticos pode ser reconhecido, por exemplo, no convento do Desterro, em Salvador, quando freiras com cabelos brancos pintavam-nos de negro, o que motivou críticas do frei Manuel de Santa Inês em 1764 (SILVA, 2000). No convento de Nossa Senhora dos Remédios de Braga, em Portugal, a utilização de cosméticos era comum, embora as mulheres tivessem feito votos de ficarem alheias aos mesmos (BRAGA, 2010).

Os cuidados com a beleza puderam ser codificados, por exemplo, na carta de D. Leonor de Almeida [1750-1839], a marquesa de Alorna (ALGRANTI, 2014; BARREIROS, 2014). Outros testemunhos incluem o retrato inacabado de um jovem príncipe: ele exibia a peruca empoadada, a pele clara, os lábios vermelhos, a face rosada, as sobrancelhas pretas (Figura 1).

**Figura 1 – Retrato de um jovem príncipe**



Fonte: Ranc (1729). Museo Nacional del Prado.

Havia também uma preocupação com a beleza física dos negros na América portuguesa com o objetivo de valorizá-los. A partir de 1570, eles foram importados da África para o trabalho nas lavouras e engenhos e então eram limpos, banhados, “maquiados” e tinham a barba e o cabelo raspados antes de expô-los nos leilões e casas de comércio. Passava-se óleo na pele para esconder as doenças (FERREYRA, 1735; SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 87). Uma crescente sofisticação adotada no tráfico, em que todos os europeus usariam os mesmos métodos de higiene, exercício e cuidados com os doentes no cotidiano, resultaria em uma queda na mortalidade de escravos na travessia do Atlântico após 1770 (KLEIN, 1989). Cabe lembrar que o jesuíta Giorgio Benci, na obra *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos [...]*<sup>17</sup>, já tratava da obrigação dos seus senhores.

A pele é passível de ser atingida por alterações patológicas que se traduzem macroscopicamente nas lesões elementares (SAMPAIO; RIVITTI, 2001). Medicamentos poderiam então ser aplicados à superfície da pele para o tratamento das mais diversas afecções:

a “ferida”, qualquer corte ou lesão da pele; a “pústula”, ferida supurada, que podia ser benigna ou maligna; a “bostela” (e “bostelinha”), ferida, pústula; “chaga” (e “chaguinha”), ferida com “matéria”; pus, “matéria” ou o “fluido” que escorre das feridas; “pereba” (ou “pereva”, ou “bereba”), pequena ferida; “leicença”, tumor inflamado, “que de ordinário, quando vem a madurecer, abre um olho, e lança carnegão e matéria”; “nascida”, termo genérico de tumor, leicença e postema; “postema” (ou “apostema”), tumor contendo pus [...]; “sugilação”, mancha no corpo provocada por pancada; “flogose”, inflamação; “bolha de aguadilha”, bolha cutânea contendo serosidade; “unheiro”, postema na raiz da unha; “fogagem”, inflamação provocada pelo sangue [...]; “fístula”, chaga profunda donde sai matéria; “abcesso”, tumor contendo pus e podendo ser “quente” ou “frio”; “antraz” (ou “entraz” ou “carbúnculo”) tumor furunculoso de predominante localização dorsal; “furúnculo” (ou “frúnculo”), “espécie de apostemazinho ou espinha carnal ou fleimão pontiagudo com inflamação e dor”; “fleimão”, termo genérico de postemas; “formigueiro”, formigamento, prurido; “gangrena”, corrupção das feridas, podendo ser “seca” e “úmida”; “sapinho”, nódoa branca na boca das crianças; “pano”, “nódoa negra que vem pelo corpo às mulheres prenhes”; “pápula”, bostelinha; “darta” (ou “dartro”), inflamação com bostelinhas; “serpigo”, pápula de contorno sinuoso, como cobra; “impigem” (ou “impingem”), “bostela seca que se estende a pouco e pouco pela pele”; “herpes”, “inflamação da pele com bostelinhas mui pequenas, e amarelas, as quais vão corroendo a carne”; “pinta”, herpes ou a erupção dos exantemas; “erisipela”, “inflamação produzida de sangue extravasado entre a cútis e a carne”; “alporcas” (ou “escrófulas”), tumoração localizada principalmente nos gânglios cervicais; “cobrelo” (ou “cobreiro” ou “doença de Santo Antão”) [...]; “arestim” (ou “aristim”), dermatose dos equídeos que também atacava os pés dos negros (SANTOS FILHO, 1991).

---

<sup>17</sup> Cf. BENCI, 1705.

As doenças mais mortíferas em toda a América pós-colombiana foram a varíola, a varicela e a rubéola, conhecidas como “bexigas” e caracterizadas por uma erupção cutânea. A bexiga é descrita como importada da África e Europa, com os primeiros bexigentos chegando em uma nau à Bahia em 1561 e a primeira epidemia na América portuguesa ocorrendo em 1563 (SANTOS FILHO, 1991).

O *Tratado único das bexigas e sarampo*<sup>18</sup>, escrito por Romão Mõsia Reinhipo, pseudônimo de Simão Pinheiro Morão foi publicado em Lisboa em 1683 (ALENCASTRO, 2000; HALLEWELL, 2017; REINHIPO, 1683). O autor admitia cinco formas de erupção: bexigas loucas ou brancas; bexigas negras; bexigas precedidas de erupção semelhante à do tabardilho<sup>19</sup>; bexigas de pele de lixa e finalmente bexigas de olho de polvo (LEMOS, 1899; REINHIPO, 1683).

Compreendendo cerca de dez por cento de todas as mortes, a doença era especialmente temida por causa do contágio, da mortalidade e das consequências desfigurantes (RISSE, 2010), afetando a população em geral e a realeza. Nos oitenta anos antes de 1775, a varíola matou a rainha Maria II da Inglaterra, o imperador José I da Áustria, o rei Luís I da Espanha, o czar Pedro II da Rússia, a rainha Ulrika Eleonora da Suécia e o rei Luís XV da França (FENNER, 1988; RISSE, 2010). O príncipe do Brasil D. José, primogênito de D. Maria I, também não escaparia.

As autoridades estabeleceram “quarentena” nos portos, mas a medida revelou-se inútil pois os navios negreiros entravam clandestinamente e desembarcavam os africanos em pequenas enseadas que não eram fiscalizadas. As Câmaras de certas vilas e cidades, como ocorreu em São Paulo em 1730, chegaram a ordenar a quarentena para todos os africanos recém-chegados. Por ocasião de um outro surto, os vereadores paulistas ordenaram o “isolamento” para os bexigentos em 1740. A Câmara de São Paulo mandou prender em 1744 Josefa de Ávila por tratar variolosos ocultamente em sua casa.

Em Pernambuco a varíola intermitente propagou-se entre 1705 e 1715. No Pará a epidemia de 1720 causou a morte de quinze mil pessoas. Em 1730, chegou a vez do Maranhão. A Bahia foi assolada de 1732 a 1733. De 1743 a 1749, Belém do Pará e toda a capitania foi devastada pela varíola, figurando os indígenas entre as maiores vítimas, tendo outros surtos como os de 1762 a 1763 e 1771. Novos contágios irromperam em São Paulo de

---

<sup>18</sup> Cf. REINHIPO, 1683.

<sup>19</sup> Tifo exantemático.

1741 a 1744, 1761 e 1798, alastrando-se por toda a capitania. Em 1771, a varíola espalhou-se em Goiás, de 1785 a 1787 e 1799, no Maranhão, e em 1793, outra vez em Pernambuco. No século XVIII, ocorreram surtos devastadores, ao mesmo tempo que se manifestavam casos isolados e focos circunscritos (SANTOS FILHO, 1991).

As bexigas eram ainda uma das doenças endêmicas da cidade do Rio de Janeiro no final do século XVIII. De acordo com Antonio Joaquim de Medeiros, a ingestão de peixe causava doenças de pele, as quais atingiam particularmente as mulheres. Já Bernardino Antonio Gomes referiu-se a uma epidemia de “bexigas podres”, que levou à morte de milhares de crianças, e atribuía as doenças cutâneas que acometiam os negros à ingestão de carne seca e peixe seco (GOMES, 1818; MEDEIROS, 1818; SILVA, 2013). Os sinais das bexigas e das doenças de pele deveriam colocar em prontidão a preocupação estética, embora no final do século XVIII os adultos fossem menos suscetíveis à varíola (KUNITZ, 1983), uma vez que eram cada vez mais propensos a serem imunizados por contato na infância.

A obra de Simão Pinheiro Morão já apresentava remédios destinados a apagar os sinais ou cicatrizes que permanecem depois de secas. Todavia, será nas fontes pesquisadas do Setecentos que aparecerá o apelo de aformosear o rosto.

## 1.2 DELIMITAÇÃO TEMPORAL

O estudo proposto analisa o período compreendido desde 1704, quando foi possível identificar os saberes envolvendo o embelezamento em uma farmacopeia escrita em língua portuguesa, até 1794, com a publicação da primeira farmacopeia portuguesa oficial, isto é, aquela de responsabilidade do Estado pela saúde e bem-estar geral de seus cidadãos. As informações fornecidas por essas e outras fontes históricas serão utilizadas para abordar o que constitui o tema central da pesquisa, ou seja, os saberes sobre a cosmética em Portugal e na América portuguesa durante o Setecentos.

Foi no século XVIII que ocorreu a maior expansão global portuguesa, com a ocupação territorial no interior da América do Sul, de acordo com Bethencourt e Curto (2020). O império ultramarino português incluía também possessões na Ásia (Goa, Damão, Macau, Timor e, até 1739, a Província do Norte, que abrangia Chaul, Baçaim e Diu), na África Oriental (Moçambique), na África Ocidental (Angola), os arquipélagos do Atlântico (Madeira, Açores, Cabo Verde) e as ilhas de São Tomé e Príncipe no golfo do Benim (RUSSELL-WOOD, 1998b).

Na América portuguesa, a Coroa respondia ao desenvolvimento social e econômico por intermédio da criação de novas capitanias-gerais: São Paulo (1720), Minas Gerais (1720), Goiás (1748) e Mato Grosso (1748), que se juntaram às velhas capitanias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro e também, depois de 1772, às capitanias de Grão-Pará e Maranhão. Existiam capitanias subalternas, entre as quais Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina que se separaram em 1760 e mantiveram o estatuto de capitanias subordinadas ao Rio de Janeiro. Com a integração do Estado de Grão-Pará e Maranhão em 1772, foram separadas as duas capitanias: de um lado, Pará e a capitania subalterna de Rio Negro; de outro, Maranhão e a capitania subalterna do Piauí. A importância das capitanias estava relacionada não somente com o fato de as primeiras constituírem o coração da exploração aurífera do império português, mas também com a posição de defesa perante o império espanhol (BETHENCOURT, 1998a; RUSSELL-WOOD, 1998c).

Os diversos tratados assinados na segunda metade do século – o Tratado de Madrid em 1750, o Tratado do Pardo em 1761 e o Tratado de San Ildefonso em 1777 – concentravam a disputa no direito sobre a Colônia do Sacramento e o território dos Sete Povos das Missões, dominado pelas missões jesuíticas de origem espanhola, que controlavam uma vasta região a ocidente das capitanias meridionais de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro. O Tratado de San Ildefonso estabeleceu uma nova linha de fronteira que não se afastava muito da linha do Tratado de Madrid de 1750, tendo Portugal recuperado a ilha de Santa Catarina, cedendo em troca a Colônia do Sacramento e o direito sobre os territórios dos Sete Povos das Missões. Em 1801, os portugueses irão ocupar a região dos Sete Povos das Missões (BETHENCOURT, 1998a).

As reduzidas capacidades demográficas da metrópole – cerca de um milhão de pessoas no início do século XV e quase três milhões no fim do século XVIII – não impediram uma constante emigração portuguesa, estimada entre mil e duas mil pessoas por ano durante o século XV, entre duas mil e cinco mil por ano durante o século XVI, entre três mil e seis mil durante o século XVII e entre oito mil e dez mil durante o século XVIII (BETHENCOURT; CURTO, 2020, p. 8). Cabe destacar ainda o estabelecimento de comunidades portuguesas importantes em Flandres, França, Itália, Alemanha, Sevilha e Londres, bem como uma diáspora de judeus portugueses.

A América portuguesa foi o único exemplo de ocupação territorial sustentada de uma colônia portuguesa durante o longo período do século XVI ao século XVIII (BETHENCOURT; CURTO, 2020). No século XVIII, é o local que absorve em proporção esmagadora o fluxo emigratório da metrópole e ilhas adjacentes (GODINHO, 2019,

RUSSELL-WOOD, 1998a). A emigração deveria estar situada entre trezentas mil e seiscentas mil pessoas para todo o século XVIII. Para o período compreendido entre 1697 e 1808, o fluxo deve ter envolvido até um sexto da população de Portugal e, durante o auge da busca pelo ouro, pode ter alcançado um quinto (RUSSELL-WOOD, 1998a).

Além disso, a América portuguesa converteu-se no maior importador de escravos no Novo Mundo; entre 1701 e 1800, estima-se que foram 1700,3 milhares de indivíduos desembarcados (ALENCASTRO, 2000). A partir de meados dos anos de 1750, o Rio de Janeiro foi o principal porto de desembarque dos escravos da África, atingindo o número de cerca de 6500 por ano, passando para 9638 entre 1800 e 1808 (RUSSELL-WOOD, 1998a). A população colonial na América portuguesa cresceu de um milhão, em 1636, para dois milhões em 1732 e três milhões em 1801 (BIRMINGHAM, 2015).

Além da atração e do fascínio provocados pelo ouro, a conjuntura europeia favorecia a emigração, principalmente de Portugal para a colônia na América. A recessão secular do século XVII e o surgimento inesperado de uma atividade altamente compensadora no século XVIII foram o estímulo para que as pessoas abandonassem o marasmo econômico da Europa (PINTO, 1979).

Frente à preeminência portuguesa nas duas margens do Atlântico Sul, a Espanha reagiu criando o vice-reinado do Rio da Prata (1776). Além de Potosí, na atual Bolívia, da Patagônia, de uma parte da costa do Pacífico e do Rio da Prata e sua hinterlândia, o novo vice-reinado, cuja capital era Buenos Aires, incluía as ilhas africanas de Fernando Pó e Annobón, assim como feitorias negreiras do litoral do Camarões e do Gabão. Além disso, Madri tenta infrutiferamente quebrar o quase monopólio luso-brasileiro sobre o tráfico negreiro no Atlântico Sul (ALENCASTRO, 2019).

Concretizavam-se a predominância do oceano Atlântico sobre o Índico como principal interesse comercial português e o grande papel exercido pelas cidades portuárias da América portuguesa, as quais eclipsaram as poucas que ainda restavam na Ásia portuguesa. Devido às incursões marítimas holandesas e britânicas e aos êxitos obtidos pelos maratas e por outros povos indígenas nas possessões portuguesas no Estado da Índia, a emigração não era atrativa, em uma época em que a colônia na América mostrava-se mais acessível e hospitaleira (RUSSELL-WOOD, 1998a).

Ao longo do século XVIII, a história do Estado da Índia é de conflitos armados constantes com os poderes vizinhos – onde se destaca o império mogol, o império marata e o império omanita – pontuados por tratados precários de paz. A decadência dos territórios nos

anos de 1720 e 1730 até a perda da quase totalidade da Província do Norte deveu-se à emergência do vasto poder territorial marata, consolidado à custa do império mogol.

A situação territorial do Estado da Índia resultou da perda da Província do Norte entre 1739 e 1740 e da conquista das regiões contíguas a Goa entre 1741 e 1788. A partir de 1750, uma concentração territorial nessas regiões com grande densidade populacional permitiu, pela primeira vez na história do Estado da Índia, uma base de sustentação econômica e um espaço que servia de tampão em relação aos Estados vizinhos. O Estado da Índia passou a estar reduzido aos territórios de Goa, Macau, Timor e aos restos da Província do Norte, cuja decadência depois da ocupação marata de Baçaim, Chaul, ilhas e territórios adjacentes foi significativa. A aliança preferencial com os ingleses também colocaria os portugueses ao abrigo do poder marítimo britânico, depois de uma primeira demonstração de força na Guerra dos Sete Anos (BETHENCOURT, 1998b).

Com relação à emigração de Portugal para a África, a situação era particularmente grave em Angola. Quase não existia agricultura, o comércio de escravos invalidava a competição econômica, os custos de vida eram altos, havia a constante ameaça de hostilidades com os indígenas ou com os corsários europeus ao longo da costa, e o comércio de escravos exauria as bases demográficas necessárias para o desenvolvimento e penetração para norte do rio Dange e para sul do rio Cuanza (RUSSELL-WOOD, 1998a).

Junto com o fluxo de pessoas, circulava o conhecimento. A Companhia de Jesus foi, até 1759, o principal agente da educação escolar voltada para a formação de clérigos e leigos. Os jesuítas chegaram a Portugal em 1540 com o objetivo de evangelizar os territórios portugueses na Índia; suas atividades foram tão elogiadas que acabaram estabelecendo-se em Portugal continental. A partir de meados do século XVI, abriram várias escolas para dar aos jovens uma educação cristã (CARNEIRO; SIMÕES; DIOGO, 2000; HILSDORF, 2007; VILLALTA, 2018).

Os inicianos foram, frequentemente, os primeiros europeus a penetrar em muitas regiões da África, da Ásia e da América do Sul. Fundaram missões na Índia (1542), na América portuguesa (1549), no Japão (1549), na Abissínia (1557), no México (1572), em Pequim (1601) (BETHENCOURT; CURTO, 2020; RUSSELL-WOOD, 1998d; THORNTON, 2020; VERISSIMO, 2022), acabando por parecer a ordem religiosa com maior sucesso quanto à atividade missionária nos domínios portugueses (SÁ, 2020).

Na primeira década da América portuguesa, os jesuítas ensinavam a crianças indígenas e brancas, mas a “escolarização secundária”, ou seja, o domínio das letras clássicas no colégio de humanidades, inexistiu: o que pode ser identificada é apenas a atividade de

estudo entre os próprios membros da Companhia. Na década de 1560 é que três estabelecimentos na colônia já exibiam uma estrutura de colégio secundário: o da Bahia (1564), o do Rio de Janeiro (1568) e o de Olinda (1576). O estabelecimento de São Paulo estaria mais perto de funcionar como um colégio completo, desde a aula elementar de alfabetização até os estudos teológicos, apenas no início do século XVIII (CUSTÓDIO; HILSDORF, 1995).

A tendência para a expansão do ensino em Portugal prosseguiu ao longo do século XVIII com outras ordens religiosas. Os oratorianos, que até então tinham apenas escolas para os noviços, abriram em 1750 as suas portas a alunos externos (LISBOA; MIRANDA, 2011). A entrada de duas ordens religiosas, as ursulinas e as visitandinas, abriram as portas para meninas na segunda metade do século XVIII. No entanto, para a maioria das crianças, a verdadeira educação era a dos meios profissionais onde cresciam (SÁ, 2011).

Nas vilas e cidades de Portugal, havia professores que ofereciam os seus serviços, mas também nas aldeias podiam existir escolas paroquiais para os que não recebiam uma educação doméstica. Só por volta do início da adolescência é que os rapazes passavam para os colégios, muito deles jesuítas, que os podiam encaminhar para uma carreira eclesiástica, a universidade ou ambas. Nem todos os filhos da aristocracia passavam pela Universidade, que se restringia a alguns filhos segundos, e muito principalmente aos que se destinavam aos altos postos da carreira eclesiástica (SÁ, 2011). Como outros jovens aristocratas, o “Príncipe perfeito” [1455-1495], por exemplo, teve dois mestres, o loio frei João Rodrigues e o padre Vasco Tenreiro, bacharel pela Universidade de Lisboa, e D. João II pareceu conhecer não somente as sete artes liberais, mas as nove, ou seja, além de trívio e do quadrívio, a oratória e a poesia (FONSECA, 2022).

Assim como os nobres entregavam os filhos na corte ou a fidalgos de condição superior, ao descer na escala social, a aprendizagem de um ofício fazia-se confiando os rapazes a um mestre, em idades que variavam consoante o ofício escolhido (SÁ, 2011). Após a aprendizagem, o novo profissional passava por um período de exercício no estabelecimento de seu mestre, o que se constituía em uma continuidade do processo educativo, com responsabilidades acrescidas em tempo variável para cada ofício, de dois a seis anos. A partir daí, para ter oficina própria, necessitava requerer aos juízes do seu ofício a examinação, apresentando, nesse ato, certidões juradas e reconhecidas pelo seu mestre, dando conta do tempo da aprendizagem e do exercício. O exame exigia a feitura de uma ou mais obras avaliadas pelos juízes que julgavam a capacidade profissional e a aptidão do examinado. Se estivesse apto, o artesão recebia uma carta e, se fosse considerado incapaz, era determinado a

ele novo tempo de exercício ou, até mesmo, nova aprendizagem. Esse novo tempo variava de acordo com o discernimento dos juízos avaliadores, mas na maioria dos regimentos das corporações de ofícios portugueses preconizava-se o mínimo de seis meses (MENESES, 2019).

Os Estados católicos passaram a entender que era necessário tomar da Igreja o controle tanto do ensino das elites como do ensino do povo, obrigando-os a encontrar substitutos para os professores de mais ou menos seiscentos colégios distribuídos por toda a Europa católica entre 1759 e 1773 (JULIA, 2001).

A Companhia de Jesus também controlava a impressão colonial no ultramar e tornou-se uma das primeiras vítimas das reformas de Sebastião José de Carvalho e Melo [1699-1782]<sup>20</sup>. Em 1754, fora banida toda impressão colonial, afetando apenas as possessões orientais de Portugal (HALLEWELL, 2017).

As atividades de ensino dos jesuítas foram proibidas, seguindo-se à sua expulsão em 1759. Quando foram expulsos, o contingente da Companhia na América portuguesa diluía-se por numerosos colégios, casas, residências, aldeias e missões que ocupavam terras desde o Norte até o extremo sul da colônia (BOSCHI, 1998; SÁ, 2020).

A partir das reformas, o Estado assumiria diretamente a responsabilidade sobre a instrução escolar, introduzindo as aulas régias. O frade franciscano Manuel do Cenáculo [1724-1814], de formação oratoriana, foi o principal responsável pela execução das reformas do sistema de ensino. Como diretor do ensino primário e secundário, entre 1770 e 1777, Cenáculo criou cerca de oitocentos cargos docentes em Portugal continental e nas colônias (CARNEIRO; SIMÕES; DIOGO, 2000).

Apesar de todas essas iniciativas, o ensino oferecido nos colégios das ordens religiosas e mesmo nas aulas régias teve um alcance bastante limitado (VILLALTA, 2018). Mas a parcela da população excluída do espaço escolar envolveu-se em processos educativos mais amplos nos quais alguma forma de saber circulava e era apropriado. A aprendizagem técnica dava-se junto à movimentação de materiais e de pessoas, com o contributo de tradições culturais diversas em sua dimensão mais informal, ou mesmo com a utilização de recursos advindos da formalidade da produção intelectual (FONSECA, 2009).

Todavia, a educação escolar não estava dissociada desses outros processos educativos. Por exemplo, na capitania de Minas Gerais, filhos naturais de homens brancos

---

<sup>20</sup> Carvalho e Melo governou Portugal entre 1750 e 1777, sob o reinado de D. José I, foi nomeado conde de Oeiras em 1759 e recebeu o título de marquês de Pombal em 1769 (MAXWELL, 1996, 2001).

abastados e mulheres negras escravas ou libertas, reconhecidos em testamento, eram enviados a professores particulares para o aprendizado das primeiras letras, ao mesmo tempo em que aprendiam ofícios mecânicos (FONSECA, 2019a).

Na ausência de uma política cultural da Coroa que criasse imprensa e também universidade na América portuguesa, o espaço privado era onde se ensinavam os ofícios, além das primeiras letras. Assim, muitos letrados<sup>21</sup> da colônia aprenderam na prática, mediante um sistema que ligava o mestre ao aprendiz, e outros foram autodidatas, mediante a leitura de livros (GONDRA; SCHUELER, 2008; VILLALTA, 2018).

Os livros eram impressos na Europa ou permaneceram na forma de manuscrito até a chegada de um prelo permanente em 1808 na América portuguesa. De acordo com Leite (1953), houve uma tipografia em Recife nos princípios do século XVIII, que imprimiu letras de câmbio, orações e estampas religiosas, mas fechada por ordem régia em 1706. Segundo Hallewell (2017), em decorrência do apoio do governador Gomes Freire de Andrade, António Isidoro da Fonseca havia mudado a sua editora de Lisboa para o Rio de Janeiro e fundado a primeira imprensa do Brasil. Em 1747, ordens de Lisboa forçaram ao encerramento do prelo depois da publicação de alguns folhetos (HALLEWELL, 2017; RUSSELL-WOOD, 1998c; VERISSIMO, 2022).

Os jesuítas e os cidadãos da Bahia pediram várias vezes à Coroa para elevar o colégio local dos jesuítas ao estatuto de universidade, mas não tiveram êxito em parte devido à oposição da Universidade e dos jesuítas de Coimbra (BOXER, 2011).

Antes de existir a universidade portuguesa, os saberes sobre a arte de curar eram ensinados no Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra. O Mosteiro era masculino, imediato à Sé Apostólica, pertencia aos cônegos regulares de Santo Agostinho e à congregação de Santa Cruz de Coimbra da qual foi sede. O ensino era, em primeiro lugar, destinado aos futuros cônegos que iniciavam a sua educação, mas também era oferecido aos jovens da cidade que quisessem iniciar estudos mais sérios e completos (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 2020a; PERICÃO, 2012; PITA; BELL, 2019; RODRIGUES; FIOLEAIS, 2013).

Com o diploma de D. Dinis, do dia primeiro de março de 1290, a universidade começou a funcionar em Lisboa e, em 1537, foi transferida definitivamente para Coimbra (CAVALCANTI, 2004; RODRIGUES; FIOLEAIS, 2013; RUSSELL-WOOD, 1998a; SILVA, 2013; STOLS, 2014; VALADARES, 2004). Entre 1573 e 1772, 312.109 alunos matricularam-se nos cursos de teologia, cânones, leis e medicina da Universidade de Coimbra

---

<sup>21</sup> Há debates acerca do “letramento”. Cf. CHARTIER, 2016.

– o curso de medicina recebeu apenas 6,9% do total de alunos matriculados (GODINHO, 2019). Portugal também contou com uma universidade em Évora, confiada a jesuítas em 1559 e extinta em 1759.

Vingou, por pouco tempo, um ensino médico em Goa e em São Paulo da Assunção de Luanda. Essa última fora inaugurada em 1791 pelo físico-mor de Angola, José Pinto de Azeredo [1763-1807], natural do Rio de Janeiro, e seu único professor. Em 1794, um farmacêutico recebeu lições de anatomia, fisiologia, química, matéria médica e prática da Arte, habilitando-se à medicina em Angola (SANTOS FILHO, 1991). Fora do mundo português, eram procuradas as faculdades de Montpellier e de Edimburgo.

A Reforma pombalina da Universidade de Coimbra pode ser compreendida como uma estratégia realizada dentro de uma agenda política voltada para a redução do poder do clero e seu monopólio sobre o conhecimento. Ideologicamente, os escritos de Luís António Verney [1713-1793], Manuel do Cenáculo e António Nunes Ribeiro Sanches [1699-1783] inspiraram a Reforma de Pombal (CARNEIRO; SIMÕES; DIOGO, 2000; LEMOS, 1899).

A Universidade de Coimbra distanciava-se de outras congêneres, sobretudo das de Montpellier e Edimburgo, por causa do ensino ultrapassado. Ao receber os estatutos pombalinos, foram criadas as faculdades de matemática e de filosofia natural e reformaram-se então os estudos da medicina. A Universidade dispunha de três estabelecimentos complementares que proporcionavam aos estudantes a necessária prática médica. Pela primeira vez, os estudantes dispunham de um hospital, instalado na parte meridional do colegiado que pertencera aos jesuítas, de um teatro anatômico e de um dispensatório farmacêutico. Proibia-se o exercício da medicina para quem não tivesse estudado na Universidade (CAVALCANTI, 2004; LEMOS, 1899; PINTO *et al.*, 2005; SILVA, 2013).

Vários agentes intervinham nos cuidados com o corpo. Além do médico<sup>22</sup>, “aquele que sabe e professa a arte da medicina<sup>23</sup>”, havia o cirurgião, “que exercita a arte da cirurgia<sup>24</sup>”. A cirurgia era ensinada não somente em Lisboa, mas também no Porto, Braga, Chaves etc., embora o centro superior do ensino fosse o Hospital de Todos os Santos. Alguns praticantes

---

<sup>22</sup> Segundo Bluteau (1720, t. VI, p. 489), “físico” às vezes correspondia a “médico”: “[...] em quanto teoricamente considera a compleição, temperamento e propriedades das cousas naturais, é físico; e na prática do curar com proporcionados medicamentos, é médico”.

<sup>23</sup> “A arte e ciência de excogitar e apontar remédios para conservar no corpo humano a saúde que tem e para lhe restituir a que perdeu” (BLUTEAU, 1716, p. 387-389).

<sup>24</sup> “É a parte da medicina que com as operações da mão cura chagas, feridas e outras doenças do corpo humano” (BLUTEAU, 1712, t. II, paginação irreg.).

não sabiam ler e por essa razão os cirurgiões eram, em geral, tratados como pessoas de condição inferior e confundidos com os barbeiros (MIRA, 1947).

O barbeiro, aquele “que sangra” (BLUTEAU, 1712, t. II, paginação irreg.), “dá sangria”, isto é, “uma incisão da veia” (BLUTEAU, 1720, t. VII, p. 470-471) era também denominado “sangrador” (BLUTEAU, 1720, t. VII, p. 469). Havia ainda os algebristas, aqueles que exerceriam a arte de “concertar e restituir ao seu lugar os ossos deslocados ou quebrados” (BLUTEAU, 1712, t. I, p. 249).

A arte de curar contava também com o enfermeiro, “aquele que tem a seu cargo a enfermaria e os enfermos” (BLUTEAU, 1712, t. III, paginação irreg.), referindo-se enfermaria ao “lugar em que se curam os doentes em um convento ou em um hospital” (BLUTEAU, 1712, t. III, paginação irreg.).

No tocante à farmácia<sup>25</sup>, o farmacêutico às vezes era chamado de boticário (BLUTEAU, 1720), “o que tem botica, vende drogas medicinais e faz mezinhas” (BLUTEAU, 1712, t. III, paginação irreg.).

Apenas uma parte da população tinha acesso ao médico. A maioria das pessoas automedicavam-se, consultava as parteiras, os charlatães, os curandeiros etc. Além disso, a medicina popular e a medicina formal muitas vezes coincidiam, e não era incomum que a mesma pessoa recorresse ao médico e ao curandeiro (BRAGA, 2002). João Curvo Semedo apresentava outra justificativa para o uso do português na escrita da medicina:

[...] considere haver neste reino muitas vilas e lugares aonde não há médico e apenas algum barbeiro ou cirurgião tão falto muitas vezes de ciência, que na enfermidade mais comum obra absurdos da maior marca. E como poderia eu acudir a estes defeitos senão imprimindo nesta forma um tal livro? [...] (SEMEDO, 1697).

A escassez de médicos e cirurgiões era ainda mais notória na América portuguesa, tanto em zonas de povoamento mais denso, quanto nas áreas distantes do litoral (WISSENBACH, 2002). Em um ofício de 1757, o vice-rei conde dos Arcos comentava a situação precária dos cirurgiões e boticários existentes no distrito da Vila da Cachoeira, na capitania da Bahia:

---

<sup>25</sup> Era uma parte da medicina e ensinava a arte de compor os medicamentos (SANTO ANTONIO, 1754).

Na Vila da Cachoeira há atualmente três ou quatro cirurgiões com outras tantas boticas, que todas não compõem uma que preste e os mesmos cirurgiões não o são de profissão, nem boticários: em S. Pedro da Moritiba, que dista meia légua de Cachoeira há quase outras tantas boticas, senão piores, da mesma categoria [...]” (ALMEIDA, 1913, v. I, p. 255-256).

Situação equivalente também pode ser observada em um trecho da carta ao governador da capitania do Rio de Janeiro escrita pelo brigadeiro José da Silva Paes, em 1739:

Como hoje se acham nesta Ilha [de Santa Catarina] mais de novecentas pessoas e não há médicos nem cirurgião, nem botica, nem na distância de sessenta léguas, peço a V. S.<sup>a</sup> queira mandar para aqui o cirurgião mulatinho e uma botica para se poder acudir a quaisquer incidentes precisos [...] (ALMEIDA, 1934, v. VII, p. 360).

A preocupação com o abuso com que muitas pessoas, sem passarem por exames, exercitavam a medicina, a cirurgia e a farmácia acarretou a criação da Junta do Protomedicato em 1782 e a extinção dos empregos de físico-mor e cirurgião-mor. A notória falta de médicos na América portuguesa levaria também à importação de livros.

Foi no século XVIII que ocorreria uma renovação da tipografia europeia, e o que aconteceu em Portugal não seria exceção. O reinado de D. João V inaugurou um novo período na vida cultural do país, patrocinando as academias, incentivando a atuação dos oratorianos e favorecendo o desenvolvimento da tipografia, assim como da arte da gravura e da encadernação. Para tal renovação, foi de extrema importância a Academia Real de História Portuguesa, fundada em 1720 e que tinha a própria tipografia relativamente bem equipada com os melhores oficiais e mestres compositores, impressores, fundidores de tipos e gravadores (CARNEIRO; SIMÕES; DIOGO, 2000; MARQUES, 2004).

Em 1772, o vice-rei D. Luís de Almeida Portugal, segundo marquês do Lavradio, estabeleceu a Academia Fluminense Médica, Cirúrgica, Botânica, Farmacêutica no Rio de Janeiro, cujo presidente era José Henriques Ferreira [1740-1780], médico do vice-rei, quem primeiro propôs a organização em 1771. Além desse, pertenceu à Academia Manoel Joaquim Henriques de Paiva [1752-1829]<sup>26</sup>, irmão mais novo de José Henriques Ferreira, entre outros (CURTO, 1998; SILVA, 2013).

Durante a sua existência, foram elaboradas memórias sobre vegetais úteis à agricultura e à medicina, foi promovido o incremento da cultura da anileira e do cacauieiro, foi estimulada a criação da cochonilha, foi instalado um horto botânico junto ao colégio dos

---

<sup>26</sup> Cf. adiante.

jesuítas (SANTOS FILHO, 1991). A Academia extinguiu-se em 1779, com o término do governo do marquês do Lavradio.

O período mariano também se caracterizou pelo apoio às instituições de ensino e cultura. Congregando sobretudo naturalistas e médicos na classe de ciências naturais, foi criada a Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779, cuja ênfase no conhecimento útil ficou evidente na preocupação com as aplicações à higiene sanitária, farmacêutica e médica. A Casa Pia, fundada em 1782, foi a primeira escola técnica portuguesa a proporcionar formação prática, técnica e artística, além de qualificações em cirurgia e obstetrícia, agricultura e veterinária. Floresceram também outras academias durante o período mariano: a Aula Pública de Debuxo e Desenho, no Porto, a Academia Real de Marinha, no Colégio da Luz, fundadas em 1779; a Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, no Rio de Janeiro, em 1790; a Real Biblioteca Pública da Corte, em Lisboa, em 1796 (CARNEIRO; SIMÕES; DIOGO, 2000; CERQUEIRA, 2014; MARQUES, 2004; SILVA, 2013). Durante o vice-reinado de Luís de Vasconcelos e Sousa, há notícia de uma arcádia ultramarina que passou a ser chamada de Sociedade Literária do Rio de Janeiro, em 1786 (CURTO, 1998; FALCON, 1989).

Com relação às obras mais importantes que emergem em Portugal, incluem-se aquelas de Martinho de Mendonça de Pina e Proença [1693-1743], que tentou adaptar em Portugal algumas teorias de Locke, especialmente na educação, os trabalhos de Jacob de Castro Sarmiento [1691-1762], que introduziu as ideias de Newton em Portugal, as obras de António Nunes Ribeiro Sanches, que foi um colaborador dos enciclopedistas e escreveu sobre medicina, pedagogia e economia, e *O verdadeiro método de estudar*, de Luís António Verney (MAXWELL, 2001). Mas foi no século XVIII que a edição de farmacopeias atingiu um regime editorial até então nunca conseguido (PITA, 1999).

### 1.3 AS FARMACOPEIAS E OS LIVROS SOBRE A HIGIENE

Registros para organizar e classificar o conhecimento sobre medicamentos e higiene já existiam desde a época antiga. O primeiro autor de um herbário grego que se conhece foi Diocles, médico grego e anatomista de grande reputação em Atenas, que viveu por volta de 350 a.C. (SINGER, 1927). Erasítrato [cerca de 340 a.C.] foi o primeiro médico a distinguir entre higiene e terapêutica e a dar maior importância à primeira; daí sua insistência na dieta, exercício adequado, banho etc. (SARTON, 1927).

Um importante registro das drogas antigas, que se tornou conhecido pelo seu título em latim *De materia medica* e no qual eram mencionadas cerca de quinhentas plantas, foi escrito em grego por Dioscórides [40-90], médico que se ligou ao exército romano na Ásia (SINGER, 1927). Os livros sobre as drogas foram usados em todo o Mediterrâneo por séculos, tendo se constituído sobre a base estabelecida em grande parte pelos escritos de Dioscórides, mas com importantes contribuições de Galeno e Plínio.

*De materia medica* foi traduzido para o árabe sob os abássidas [750-1258], e trechos dele permaneceram influentes na Europa Ocidental após a queda de Roma. Os autores árabes também produziram livros que expandiram muito o número de drogas graças ao alcance generalizado e à natureza cosmopolita dos impérios islâmicos, que lhes deram acesso às tradições médicas persa, babilônica e indiana, além da grega.

A tradução de textos médicos e farmacológicos árabes influenciou muito os desenvolvimentos da medicina e farmácia latinas medievais, especialmente nas escolas medievais de medicina de Montpellier, Paris, Pádua e Bolonha. As traduções ocorreram em grande parte e difundiram-se a partir de Salerno e Toledo.

Em 1488, Saladino da Ascoli, médico-chefe do príncipe de Taranto, publicou seu *Compendium aromatariorum* em Bolonha, Itália. Tido como um dos primeiros exemplos de farmacopeia do início da modernidade, o trabalho foi o culminar de uma tradição medieval em farmácia que se desenvolveu a partir de uma combinação de fontes greco-romanas, europeias e árabes (VOS, 2013).

A contribuição de Dioscórides recebeu um impulso renovado no século XVI com a publicação de várias novas traduções e anotações de *materia medica*, incluindo as de Amato Lusitano em Portugal, Andrés de Laguna na Espanha e Pietro Matthiolo na Itália. Na América e na Ásia, deram novo impulso a essa tradição as publicações de autores como Garcia da Orta, Nicholas Monardes, Francisco Hernandez e Juan Fragoso, descrevendo drogas que eram novas para a farmacopeia europeia (VOS, 2019).

Capítulos sobre a história de minerais, vegetais e animais aparecem na “parte teórica” de um dos mais influentes livros de química do início do século XVIII, *Elementa Chemiae*, de 1732, de Herman Boerhaave [1668-1738]. O autor manteve a divisão em sua “parte prática”, que primeiro descreve 88 “operações químicas sobre vegetais”, seguidas por descrições de 39 “operações químicas sobre animais” e cem “operações químicas sobre minerais”. Quase todos os químicos do século XVIII classificaram os materiais de acordo com sua origem nos três reinos naturais. Na França, o famoso *Cours de Chymie*, de 1675, de Nicolas Lemery [1645-1715], cuja última edição francesa apareceu em 1757, pertencia a uma tradição de livros

didáticos franceses do século XVII que organizavam suas partes práticas ao longo da distinção tripartite naturalista (KLEIN, 2007).

Supõe-se que o termo farmacopeia tenha sido usado pela primeira vez no século II ou III d.C. pelo escritor grego Diogenes Laertius e foi posteriormente adotado por autores europeus a partir do século XVI (URDANG, 1951). “Do nome farmácia se deriva o de farmacopeia, que quer dizer livro que contém a descrição dos medicamentos para se fazerem com certeza [...]” (SANTO ANTONIO, 1711, p. 17, 1754, p. 13).

A *Farmacopeia lusitana*<sup>27</sup>, de D. Caetano de Santo Antonio [m. 173-?], marca o início das publicações de muitas outras farmacopeias escritas em língua portuguesa, até a publicação da primeira oficial portuguesa em 1794 durante o período mariano.

Em 1713, D. Caetano de Santo Antonio traduziu a *Farmacopeia bateana*, de Jorge Bateo, o célebre médico de Carlos II da Inglaterra. A *Farmacopeia ulissiponense, galênica, e química...*<sup>28</sup> de 1716 foi escrita por João Vigier [1662-1723], um francês expatriado radicado em Lisboa desde o final do século XVII que exerceu a farmácia na corte durante mais de trinta anos com o tio, Pierre Donadieu, boticário da rainha D. Maria Francisca de Saboia [1646-1683].

Entre 1731 e 1758, foi publicada a *Matéria médica...*<sup>29</sup>, de Jacob de Castro Sarmiento, uma tentativa de uma farmacopeia portuguesa publicada em Londres. Em 1735, Manoel Rodrigues Coelho publicou a primeira edição da *Farmacopeia tubalense* – com novas edições em 1751 e 1760, foi a farmacopeia de maior circulação em Portugal no século XVIII (PITA; PEREIRA, 2012). Para Lemos (1899), trata-se de uma compilação feita com escrupulo e cuidado de todas as farmacopeias e tratados de farmácia conhecidos. De acordo com Bracht (2019), essa é a obra que aparece mais citada no primeiro tomo da obra *Medicina oriental*, escrita em Goa em meados do século XVIII, seguida pela *Farmacopeia lusitana*.

Em 1749, Jacob de Castro Sarmiento publica em latim *Pharmacopoeia contracta*. Em 1763, a *Farmacopeia bateana* ganhou outra tradução. Em 1766, foi a vez da *Farmacopeia portuense* e, em 1768, da *meadiana*, com preceitos de Ricardo Mead, constituídas por António Rodrigues Portugal. Em 1772, foi publicada a *Farmacopeia dogmática*, do frei João de Jesus Maria.

---

<sup>27</sup> Cf. adiante e também SANTO ANTONIO, 1704, 1711, 1754.

<sup>28</sup> Cf. VIGIER, 1716.

<sup>29</sup> Cf. SARMENTO, 1735.

Em 1785, Manoel Joaquim Henriques de Paiva publicou a primeira edição da *Farmacopeia lisbonense*<sup>30</sup> – com nova edição em 1802, teria sido amplamente distribuída em Portugal e no Brasil (WALKER, 2013). O autor também traduziu para o latim, em 1791, uma obra adotada pelo Colégio Real dos Médicos de Londres, *Pharmacopoeia collegii regalis medicorum londinensis*. Com exceção desse autor, que possuía formação médica e boticária, todos os autores das farmacopeias em língua portuguesa não oficiais eram boticários.

Em 1794, foi então publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Farmacopeia geral para o reino e domínios de Portugal*<sup>31</sup>, autoria atribuída a Francisco Tavares [1750-1812], médico da Real Câmara. Essa farmacopeia terá novas edições ou impressões em 1822, 1823 e 1824 (CONCEIÇÃO *et al.*, 2014; DIAS; PITA, 1994; LEMOS, 1899; MARQUES, 2015; PITA, 1999; PITA; BELL, 2019; PITA; PEREIRA, 2012; SANTOS FILHO, 1991; SILVA FILHO, 2017).

De modo geral, a publicação das farmacopeias portuguesas foi uma reação dos ilustrados contra os médicos da primeira metade do século XVIII, como João Curvo Semedo e Jacob de Castro Sarmiento, e outros que vendiam os remédios secretos, cuja composição não estava disponível publicamente (SILVA, 2013).

Ao longo dos séculos, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, naturalistas também tentaram codificar conhecimento sobre as drogas encontradas na colônia americana. Nas monografias das drogas da *Farmacopeia lusitana*, as de origem americana não vêm descritas na primeira edição, embora contenha preparações com drogas americanas, como é o caso, por exemplo, do *Xarope de salsaparrilha*<sup>32</sup> (PITA; BELL, 2019).

A raiz e o pó de salsaparrilha eram regularmente estocados nas farmácias lisboetas do início da era moderna e eram incluídos em remessas para a Índia portuguesa durante o século XVIII (WALKER, 2013). Na *Farmacopeia ulissiponense*..., por sua vez, seriam descritas muitas outras drogas: caju, ananás (abacaxi), andá (andá-açu), andira, anime, óleo de copaíba, cacau, contra-erva, jenipapo, ipecacuanha, ibirapitanga (pau-brasil), mamangá, manacá, mangaba, mechoação, baunilha.

Com relação à higiene, não são numerosos os trabalhos portugueses publicados no século XVIII, mas o merecimento notável de alguns supre a deficiência do número (LEMOS, 1899). Francisco da Fonseca Henriques, médico de D. João V, escreveu *Âncora da saúde*, publicado pela primeira vez em 1721 e reeditado em 1731, 1749 e 1754. Embora não

---

<sup>30</sup> Cf. PAIVA, 1785.

<sup>31</sup> Cf. PORTUGAL, 1794a, 1794b.

<sup>32</sup> *Xarope de salsa parrilha* (SANTO ANTONIO, 1704).

exercesse a profissão médica, Martinho de Mendonça de Pina e Proença deixou, em 1734, *Apontamentos para a educação de um menino nobre*. Em 1738, era publicado *Arte com vida ou vida com arte*, de Manuel da Silva Leitão, dirigida sobretudo às mulheres paridas. Novamente as questões de higiene preocupavam indivíduos estranhos à profissão médica e, em 1753, Luiz Paulino da Silva e Azevedo traduzia do francês *Arte de conservar a saúde dos príncipes*, do famoso médico de Modena Bernardino Ramazino, e *Elogios da vida sóbria*, de Luis Cornaro. Em 1756, era impressa a obra mais relevante na área da higiene, de autoria do médico António Nunes Ribeiro Sanches, intitulada *Tratado da conservação da saúde dos povos*<sup>33</sup>, a qual ganhou outra edição em 1757. Acrescenta-se à lista das obras de higiene deste período um trabalho de João Pedro Xavier do Monte, *O Homem médico de si mesmo*, de 1760.

Popularizava-se *Avis au peuple sur sa santé*<sup>34</sup> do suíço Samuel-Auguste Tissot, traduzido em Portugal a partir de 1773 e que ganhou uma edição de Manoel Joaquim Henriques de Paiva em 1786. Esse autor também escreveu folhetos sob a designação comum de *Aviso ao Povo* entre 1786 e 1787. Francisco de Mello Franco [1757-1823], depois de expor rapidamente os cuidados com as mulheres grávidas, trata dos cuidados com a criança desde o nascimento em *Tratado da educação física dos meninos*<sup>35</sup>, de 1790. Igual assunto é a obra de mesmo título<sup>36</sup>, por Francisco José de Almeida [1755-1844], de 1791 (LE MOS, 1899; MARQUES, 2015; MIRA, 1947).

Algumas dessas obras foram selecionadas para este trabalho, a fim de analisar como foi possível “aprender” sobre a cosmética no século XVIII português. E para isso é necessário compreender como era entendido o corpo.

#### 1.4 SABERES SOBRE O CORPO

Já que os cosméticos e os medicamentos são destinados para serem aplicados no corpo, são apresentadas algumas considerações sobre as concepções da época relativas ao mesmo. Como já foi indicado, a teoria dos quatro humores – sangue, fleuma, bile amarela, bile negra – apareceu pela primeira vez no tratado do século V a.C. chamado *Da natureza do homem*.

---

<sup>33</sup> Cf. SANCHES, 1756, 2003.

<sup>34</sup> Cf. TISSOT, 1762.

<sup>35</sup> Cf. FRANCO, 1790.

<sup>36</sup> Cf. ALMEIDA, 1791.

Pela primeira vez é possível notar uma expressão muito clara da ideia de que a natureza do homem consiste em quatro humores, e de que as propriedades de cada um deles correspondem a cada uma das quatro estações. Cada humor predomina na estação que compartilha a mesma natureza: sangue, quente e úmido, predomina na primavera; bile amarela, quente e seca, no verão; bile negra, fria e seca, no outono; e fleuma, frio e úmido, no inverno.

Boa saúde é definida como o equilíbrio e a mistura dos humores, enquanto seu desequilíbrio e separação são a causa da doença. Para evitar esse desequilíbrio, o médico recomenda modificar o regime de acordo com as estações. O predomínio dos humores varia não só com as estações, mas também com a idade. No entanto, a relação entre humores e fases da vida não é discutida de forma sistemática. A respeito da febre quartã, atribuída pelo autor hipocrático à bile negra, ele simplesmente diz que esse humor predomina em pessoas com idade entre 25 e 42 anos.

É importante enfatizar que, em *Da natureza do homem*, a teoria dos quatro humores não está conectada aos quatro elementos do universo – fogo, ar, água, terra – e não há nenhum traço de seu desenvolvimento em uma teoria dos quatro temperamentos ou de seus tipos de caráter correspondentes.

O próprio Galeno não fez muito uso da teoria, pois a base de seu sistema é a teoria das quatro qualidades elementares – quente, frio, seco e úmido. São raras as referências a misturas descritas pela predominância de um humor, embora não totalmente ausentes. No entanto, ao comentar a teoria dos quatro humores que se encontra no tratado hipocrático, Galeno é mais explícito sobre algumas correspondências. A única relação explícita em *Da natureza do homem* entre bile negra e idade, situada entre 25 e 42 anos, é estendida por Galeno para compor os quatro humores e as quatro fases da vida em um sistema de correspondências entre humor, estação e idade: sangue, primavera, infância; bile amarela, verão e juventude; bile negra, outono e maturidade; fleuma, inverno e velhice.

Embora ainda não totalmente desenvolvida em Galeno, ele usa essa nova correspondência para criar uma relação entre os elementos – fogo, ar, água e terra – e os humores e, sobretudo, uma relação entre os humores e o caráter, da qual não há vestígios em *Da natureza do homem*.

Após vários séculos depois de Galeno, na medicina grega da Antiguidade Tardia, é que a teoria dos quatro temperamentos – fleumático, sanguíneo, bilioso e melancólico – com todas as suas características físicas e morais, encontraria plena expressão e a teoria dos quatro humores difundir-se-ia em uma extensão sem precedentes, quer essa teoria estivesse

expressamente ligada ao ensino hipocrático ou galênico, ou não estivesse (JOUANNA, 2012). Não obstante o aparecimento de outras teorias, o sistema dos quatro humores manteve-se até o século XIX, integrando-se à tradição médica luso-brasileira.

Uma das controvérsias apareceu com Andreas Vesalius [1514-1564]. Filho de um farmacêutico de Bruxelas, Vesalius estudou em Paris, Louvaina e Pádua, onde obteve graduação médica em 1537; posteriormente, tornou-se médico da corte do Sacro Imperador Romano Carlos V e Filipe II de Espanha. Em 1543, ele publicou sua obra-prima, *Sobre a estrutura do corpo humano*. Em um texto primorosamente ilustrado, impresso em Basel, Vesalius louvava a observação e desafiava os ensinamentos galênicos em vários pontos, mostrando que as crenças de Galeno apoiavam-se mais no conhecimento de animais do que no de humanos.

A sua grande contribuição foi conseguir criar uma atmosfera de investigação e os estudos anatômicos fundados na observação. Vesalius apresentou as descrições exatas e ilustrações do esqueleto e músculos, do sistema nervoso, das vísceras e dos vasos sanguíneos. Durante o século XVIII, a pesquisa em anatomia, envolvendo ossos, articulações, músculos, fibras, continuou seguindo as linhas desenvolvidas por Vesalius e seus seguidores (PORTER, 2008b; PORTER; VIGARELLO, 2012).

Se Vesalius é o autor de uma espécie de manifesto anunciando a irrupção da virtuosidade manual e a acuidade do olhar, esse programa já havia sido enunciado por outros anatomistas. Berengario da Carpi [1460], por exemplo, fala de *anatomia sensibilis* para designar esse conhecimento exclusivamente limitado às estruturas perceptíveis pelos sentidos. Outro exemplo é Alessandro Benedetti [1450], o primeiro a descrever um dispositivo espacial que procura otimizar a percepção, o teatro de anatomia (MANDRESSI, 2012).

Thomas Sydenham [1624-1689], famoso clínico inglês, em *Praxis medica experimentalis*, apontou com exatidão a sintomatologia das doenças conhecidas, distinguiu a gota do reumatismo articular, individualizou a coreia e a escarlatina, administrou a quina e usou o ópio no láudano que recebeu seu nome. Foi chamado de “Hipócrates inglês” (SANTOS FILHO, 1991). Amigo de Roberto Boyle e John Locke, ele enfatizava a observação mais do que a teoria na medicina clínica e instruíu os médicos para distinguirem doenças específicas e encontrarem remédios específicos. Ele era um estudante aplicado das doenças epidêmicas – ele acreditava que eram causadas pelas propriedades da atmosfera, a “constituição epidêmica”, que determinava qual o tipo de doença aguda seria prevalente em qualquer estação. Os médicos do século XVIII seguiam os passos de Sydenham e

principalmente de Hipócrates, acumulando compreensivos relatos de casos empíricos, especialmente de desordens epidêmicas (PORTER, 2008a).

Desde o século XVII, a controvérsia entre o humoralismo clássico e os novos sistemas médicos iatrofísicos e iatroquímicos exigia uma reconstrução da teoria médica. Enquanto a iatrofísica pretendia esclarecer a carcaça humana com a ajuda das leis da física, a iatroquímica pretendia fazê-lo com a ajuda das leis da química. Giorgio Baglivi [1668-1707], professor de anatomia na escola papal de Roma, aparece como o ponto culminante da iatrofísica. Seu *De praxi medica*, de 1696, afirmava que o corpo humano não é nada mais do que um conjunto de movimentos mecânicos (PORTER; VIGARELLO, 2012).

Já os iatroquímicos contestavam os humores e voltavam-se para as teorias de Philippus Aureolus Theophrastus Bombastus von Hohenheim [1493-1541], que havia adotado o nome de Paracelso em reconhecimento ao escritor médico latino Aulus Cornelius. Adeptos de Paracelso também se serviam das ideias de seu seguidor Johannes Baptiste van Helmont [ca. 1579-1644], o qual rejeitava a noção de Paracelso de um fermento único ou espírito familiar e propunha a ideia de que cada órgão tem seu próprio espírito específico que o regula. Seu conceito de “espírito” não era místico, mas material e químico. Todo processo vital era químico, causado pela ação de um fermento ou gás particular. Esses fermentos eram espíritos invisíveis capazes de converter o alimento em carne viva. Transformações ocorriam no corpo todo, mais particularmente no estômago, fígado e coração (PORTER, 2008a; PORTER; VIGARELLO, 2012).

Georg Ernest Stahl [1660-1734], fundador da eminente escola prussiana de medicina, por sua vez, defendia argumentos antimecanicistas clássicos. A alma era o princípio que regulava todas as funções e atuava por intermédio de uma força motriz que ia determinar os movimentos mais íntimos pelos quais as funções se executam (LEMOS, 1899; PORTER; VIGARELLO, 2012).

Ninguém ofereceu maior contribuição na medicina do século XVIII do que o anatomista de Leiden, Herman Boerhaave, continuador em linha reta da escola de Sydenham (MIRA, 1947). O maior professor de medicina de seu tempo propôs que os sistemas físicos do corpo compreendem um todo equilibrado, integrado, no qual as pressões e fluxos líquidos são nivelados e tudo encontra seu próprio equilíbrio. Rejeitando os modelos de “mecanismo” mais primitivos de René Descartes [1596-1650] como grosseiros demais, Boerhaave tratava o corpo como uma rede de encanamento de tubos e vasos que continham, canalizavam e controlavam os fluidos corporais. A saúde era explicada pelo movimento dos líquidos no sistema vascular e a doença em termos de sua obstrução ou estagnação. A antiga ênfase

humoral no equilíbrio tinha assim sido preservada, porém traduzida em termos hidrostáticos e mecânicos (PORTER, 2008a).

O autor fez com que as antigas terapêuticas herdadas do humoralismo parecessem derivações lógicas de seus esquemas teóricos. A sangria, por exemplo, foi projetada para reduzir tanto o fluxo quanto o volume de sangue, reduzindo assim sua pressão deletéria em certos vasos obstruídos. A purgação causaria uma redução benéfica de fluidos corporais em casos de circulação excessiva e inundação real de órgãos críticos (RISSE, 2010).

Albrecht von Haller [1708-1777] pode ser considerado o maior fisiologista do século XVIII (SANTOS FILHO, 1991). Haller estabeleceu a divisão fundamental das fibras de acordo com suas propriedades reativas. Haller postulou a existência de uma propriedade local, a irritabilidade, residindo diretamente nas estruturas musculares do corpo e, portanto, independente do sistema nervoso. Uma segunda qualidade imanente, que ele chamou de sensibilidade, foi definida como a capacidade de perceber estímulos externos, e Haller a localizou no núcleo interno dos nervos. Após a publicação de Haller, ocorreu uma grande reorientação na teoria médica. Maior ênfase seria dada ao papel desempenhado pelo sistema neuromuscular nos fenômenos da saúde e da doença (RISSE, 2010).

A imagem humoral do corpo cedia lugar a uma imagem mais complexa feita de tensão e de excitação. O vigor deixava de estar ligado aos humores para ligar-se a um estado específico das fibras e dos nervos (PORTER; VIGARELLO, 2012).

Os povos indígenas da América portuguesa também deram importantes contribuições para os saberes do corpo, mas normalmente o fizeram de forma anônima e indireta por meio de intermediários europeus. Embora os primeiros autores listassem muitas plantas medicinais, raramente indicavam se os povos indígenas as usavam tradicionalmente para fins curativos ou se foram os europeus que descobriram suas virtudes (WALKER, 2013). Para Holanda (1994), aspectos tão díspares da medicina nativa e da europeia somaram-se, tornando-se difícil a filiação a essa ou aquela tradição. Aspectos surgidos mais provavelmente das próprias circunstâncias presidiram o amálgama dos saberes do corpo. O autor lembra que tanto nativos quanto portugueses acreditavam, por exemplo, nas virtudes do bezoar, uma pedra ou nódulo calcário que se forma no estômago de certos animais. A sangria venosa era conhecida também na América portuguesa: no lugar das lancetas, os bicos das aves, ferrões das arraias, dentes de quatis ou de cutias (HOLANDA, 1994).

O conhecimento tradicional dos nativos da América portuguesa sobre o uso das drogas de origem natural incorporou-se à arte de curar. As seguintes drogas eram usadas pelos indígenas: a copaíba (*Copaifera officinalis*), a capeba ou pariparoba (*Piper rohrii*), a

maçaranduba (*Manilkara* spp.), a cabreúva (*Myrocarpus frondosus*) e a caroba (*Jacaranda* spp.) para ulcerações, boubas, ferimentos, dermatoses e frialdades; a jurubeba (*Solanum* spp.), quina-do-cerrado (*Strychnos pseudoquina*) e o maracujá (*Passiflora* spp.) contra febres; o caju (*Anacardium occidentale*), o ananás (*Ananas* spp.), o jaborandi (*Pilocarpus* spp.), como diuréticos e sialagogos; o andá-açu (*Johannesia princeps*), a ipecacuanha ou poaia (*Psychotria ipecacuanha*), a batata-de-purga (*Ipomoea altissima*), a embaúba (*Ceropia peltata*) e o guaraná (*Paullinia cupana*), como laxantes e antidiarreicos; a caapiá ou contra-erva (*Dorstenia* spp.), o pau-cobra (*Potalia amara*) e o guaco (*Mikania cordifolia*), para mordeduras de cobra e de outros animais venenosos; o jatobá (*Hymenaea courbaril*) e o petume ou tabaco (*Nicotiana tabacum*) para várias indicações; diversas drogas de origem animal como sangue, saliva, urina, cabeça ou cauda de ofídios, gordura, bicos, garras, chifres, ossos e cabelo (SANTOS FILHO, 1991).

As trocas de conhecimentos e crenças puderam dar origem a uma medicina na qual traços de cada um dos povos que se caldearam fundem-se de tal forma que é impossível discernir suas origens em certos momentos, enquanto em outros ainda podem ser detectados (ALMEIDA, 2008).

O conhecimento das drogas nativas seria reconhecida no final do século XVIII com o esforço de naturalistas e botânicos entre os quais cabe apontar Alexandre Rodrigues Ferreira [1756-1815], Bernardino Antonio Gomes [1768-1823] e frei José Mariano da Conceição Veloso (WISSENBACH, 2002).

Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia, doutorou-se em filosofia pela universidade de Coimbra em 1779, explorou a bacia do Amazonas em viagem científica a serviço do governo reinol de 1783 a 1792, quando elaborou uma série de memórias sobre os mais variados temas, etnográficos, botânicos, médicos etc. Já Bernardino Antonio Gomes nasceu no Alto Minho, graduou-se em medicina pela universidade de Coimbra em 1793, foi físico da Armada Real, tendo viajado para a Bahia e Rio de Janeiro. Por último, o franciscano frei Veloso [1742-1811], ou José Mariano da Conceição Veloso, nascido José Veloso Xavier Veloso em Minas Gerais, foi insigne botânico e autor da *Florae fluminensis* bem como de numerosas obras sobre botânica, agricultura e química (SANTOS FILHO, 1991).

Também se veiculavam saberes secretos durante o Setecentos. No lugar da formulação, propagandeavam-se os efeitos dos chamados medicamentos secretos, acompanhados dos depoimentos daqueles que os haviam utilizado. Havia uma propaganda escrita, afixada e distribuída nas ruas, indicando o local para serem adquiridos (MARQUES, 2003). As “Águas de Inglaterra”, contendo quina, foram um dos mais famosos medicamentos

secretos, usadas como um febrífugo e inventadas no século XVII pelo médico judeu português que viveu e morreu em Londres, Fernão Mendes [m. 1725], depois preparadas por outro médico judeu português residente na mesma cidade, Jacob de Castro Sarmento, e exploradas por outros fabricantes em Portugal e na América portuguesa. Secretos eram também os “cinco preciosos remédios tirados da mais rica mina e frutuosos campos” do médico catalão Antônio de Monravá e Roca [1671-1753] (MARQUES, 2003; SANTOS FILHO, 1991).

Até João Curvo Semedo, inclinado à iatroquímica, era um defensor dos segredos medicinais. Ele era provavelmente o médico que mais recorria à inspiração divina para aludir aos seus remédios que operavam milagres, curas instantâneas, tudo com muita confiança em Deus, valendo-se também das influências astrais (MARQUES, 2003). Para ele, as doenças poderiam ser causadas também por demônios (ABREU, 2011).

A terapêutica empregava ainda uma quantidade imensa de materiais, tais como o antimônio com antigas denominações (quintílio, vidro de antimônio), sulfato de cobre (pedralipes), mercúrio (azougue, pó de Joannes, mercúrio doce), enxofre, coral vermelho, aljofre, olhos de caranguejo, bezoar, óleo de ouro, eletuário antiescorbútico do cirurgião João Cardoso de Miranda [m. 1773], as triagas (triagas), a água da rainha de Hungria etc. (SANTOS FILHO, 1991).

Mas como e por que os saberes circulavam? Essa é uma pergunta complexa, pois envolve uma série de fatores interconectados.

## 2 CIRCULAÇÃO DE SABERES

Figura 2 – A Ásia e seus perfumes, os tesouros da África e das duas Américas...



Fonte: Picart (1719). Biblioteca Nacional de Portugal. Obra no domínio público.

Bernard Picart [1673-1733] foi um gravador dedicado. Nasceu na França e, na década de 1680, foi treinado pela l'Academie Royale de Peinture et Sculpture, bem como por seu pai, o conhecido gravador e membro da academia, Etienne Picart [m. 1721] (JACOB, 2005).

Uma de suas gravuras, produzida em 1719 (Figura 2), mostra Hermes pairando sobre a personificação da África, América, Ásia e Europa, presidindo assim o conhecimento de terras estrangeiras: aqui Hermes é o patrono do cosmopolitismo (BRAFMAN, 2010). Objetos relacionados a eventos da história europeia, animais da África, ferramentas de caça dos nativos americanos são alguns elementos que representavam a diversidade cultural e natural desses continentes. Tais representações visuais poderiam fornecer informações aos europeus sobre lugares e culturas exóticos, pouco conhecidos na época.

“Como e por que o conhecimento circula? Como ele deixa de ser propriedade exclusiva de um único indivíduo ou grupo e torna-se parte do entendimento assumido por grupos muito mais amplos de pessoas?” (SECORD, 2004, p. 655, tradução nossa)<sup>37</sup>. A própria produção do conhecimento deve ser vista como uma forma de ação comunicativa. Cada texto, imagem, ação e objeto deve ser pensado como traço de um ato de comunicação, com receptores, produtores, modos e convenções de transmissão (SECORD, 2004).

Assim como fora representada a diversidade na gravura de Picart, as farmacopeias também serviram, em parte, como ferramentas para dar sentido aos encontros com uma diversidade de povos, lugares e bens revogados pela expansão comercial e colonial da Europa moderna. Esses textos traziam os vestígios do mundo além da Europa Ocidental (CRAWFORD; GABRIEL, 2019).

Além desses saberes que circularam com as farmacopeias, esforços para popularizar a medicina tomaram a forma de manuais de saúde escritos para leigos, notando-se a circulação dos ideais iluministas de progresso humano e educação popular. O objetivo era a melhoria da saúde da comunidade por meio da transformação da medicina de um esforço exclusivamente profissional em um programa de diretrizes curativas e preventivas para uso direto do público (RISSE, 2010).

Toda essa prática comunicativa tem uma história material, explorada de forma poderosa por meio de sua cultura impressa. Livros, atlas, enciclopédias, jornais e revistas populares podem ser vistos não apenas como veículos de informação científica, mas também

---

<sup>37</sup> How and why does knowledge circulate? How does it cease to be the exclusive property of a single individual or group and become part of the taken-for-granted understanding of much wider groups of people? (SECORD, 2004, p. 655).

como objetos cujos atributos físicos oferecem pistas históricas importantes para os autores, artistas, gravadores, impressores, editores e patrocinadores que contribuíram para a realização do trabalho científico impresso (NYHART, 2016).

Já se aventou que o século XVIII foi um período de intensa produção e circulação de conhecimento. Muitos desses saberes foram impulsionados pela crescente interação entre diferentes culturas. Além disso, houve um notável progresso na maneira como o conhecimento foi elaborado e organizado, dando origem a sistemas de informação hábeis que permitiram uma gestão mais racional e eficaz dos impérios (DOMINGUES, 2012a).

Este trabalho propõe que as farmacopeias e os livros sobre a limpeza do corpo, escritos por religiosos, cirurgiões, médicos, boticários, em conjunto com outros documentos importantes, podem permitir uma visão enriquecedora para uma escrita da história. É importante ressaltar que caracterizar esses textos apenas como testemunhas da história mundial (URDANG, 1946) é desconsiderar o importante e dinâmico papel que esses eles desempenharam em promover as trocas e o desenvolvimento de saberes ao longo do tempo e do espaço (CRAWFORD, 2019). Tais livros não serão entendidos como um ponto final na formalização do conhecimento, mas como uma parte vital dos processos dinâmicos pelos quais os fenômenos naturais tornam-se cognoscíveis e úteis (CRAWFORD; GABRIEL, 2019), em intensa movimentação de pessoas e de materiais.

## 2.1 LIVROS E PESSOAS EM MOVIMENTO

Neste trabalho, seguiu-se a perspectiva de que a aprendizagem da cosmética fazia-se mediante uma prática educativa que não era escolar, embora estivesse associada aos processos educativos escolares. A circulação de saberes não escolares muitas vezes ocorre através da interação entre diferentes comunidades e grupos sociais, em contextos de comércio, migração, turismo, troca de conhecimentos ou colaboração em projetos comuns. Os processos educativos podiam ocorrer assim em outras dimensões, extrapolando a ação do Estado ou da Igreja (FONSECA, 2006, 2009, 2016, 2019a; GONDRA; SCHUELER, 2008).

Alguns livros de “segredos” e receitas de perfumes e cosméticos já circulavam em forma de manuscritos desde a Idade Média, fortalecendo e enriquecendo uma tradição oral transmitida de mãe para filha e entre boticários, de pai para filho. Eram escritos na maioria das vezes por homens, que impunham implicitamente seus próprios critérios de beleza. O conteúdo desses textos não se limitava apenas a segredos de beleza. Sua abrangência incluía

frequentemente informações médicas, receitas culinárias, magia branca, tábuas astrológicas e diversas outras artes, como a fisiognomonia (GRIECO, 1994).

Algumas obras manuscritas, outras publicadas, eram elos de uma longa cadeia que, ao longo dos séculos, preservavam e transmitiam, de geração em geração, os saberes domésticos. As receitas eram variadas e o embelezamento era uma das preocupações. Recorria-se principalmente a produtos de origem vegetal, encontrando-se uma ampla variedade de flores e plantas, assim como produtos de origem animal e mineral, em diferentes formas de apresentação, com diferentes propósitos e especificações para cabelos, rosto, mãos etc. (SAMPER, 1997).

Quem eram os leitores a esses saberes? As mulheres e os homens de certa posição social, suficientemente instruídos para saberem ler (GRIECO, 1994). O luxo e a grandiosidade, em que as pessoas mais influentes de ambos os sexos se exibiam, eram amplamente retratados em textos e imagens (Figura 1). Nas sociedades de corte europeias, itinerantes ou sedentárias, e em representações “corpóreas” do mundo político entre o século XVI e o final do século XVIII, havia uma ênfase ostentatória das aparências como sinal espetacular de poder. Mas isso não implica que as sociedades rurais seguissem passivamente as modas e os conhecimentos das elites urbanas (NAHOUM-GRAPPE, 1991).

Já se aventou que existe sempre uma “circularidade” em qualquer sociedade:

entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo (GINZBURG, 2006, p. 10).

A hipótese de uma influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante já foi proposta por Mikhail Bakhtin, ao escolher François Rabelais, um intelectual renascentista famoso por obras satíricas de alto teor crítico e que resistiram aos cânones e regras da arte literária. Bakhtin quis mostrar que o universo de imagens utilizadas por Rabelais em obras como *Pantagruel* e *Gargântua* estavam posicionadas dentro de remotas tradições populares (BARROS, 2013).

Carlo Ginzburg repropõe o problema da circularidade da cultura, apenas invertendo a sua escolha. Ginzburg (2006) escolhe Domenico Sandella, conhecido por Menocchio, um moleiro herético do século XVI que se reapropria de obras da literatura oficialmente aceita para constituir uma visão de mundo inteiramente original. Tal circularidade aparece dentro de um vasto oceano social, complexo, multidimensional (BARROS, 2013).

Apesar de Menocchio ter tido algum contato, de forma mais ou menos mediada, com ambientes cultos, suas afirmações em favor da tolerância religiosa e seu desejo de uma renovação radical da sociedade possuem um tom original, não parecendo serem meros resultados de influências externas recebidas passivamente. As raízes de suas declarações e aspirações estão profundamente enraizadas em um estrato obscuro e quase indecifrável de remotas tradições camponesas (GINZBURG, 2006).

No século XV, com a invenção da imprensa, os livros passaram a desempenhar um papel fundamental na circulação do conhecimento. Eles representaram uma nova versão dos antigos manuscritos, deixando de ser restritos ao âmbito doméstico e alcançando o domínio público. Essa transformação tornou-os um verdadeiro fenômeno de massa, contribuindo para a ampla circulação de ideias e saberes.

Autores e leitores põem em circulação saberes para o uso geral. Na Ásia, a impressão já era conhecida assim como a produção de papel e de tinta quando chegaram os jesuítas, os quais instalaram em Goa a sua primeira tipografia em 1556. Entre as primeiras obras figura a importante *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, de Garcia da Orta, impressa em 1563 (VERISSIMO, 2022). Por sua vez, na América portuguesa, a impressão foi proibida pela Coroa e os livros permaneceram na forma de manuscrito ou foram publicados na Europa até a chegada de um prelo permanente em 1808, como já se mencionou.

Pouco antes do terremoto de 1755, Lisboa tinha apenas dez tipografias – Londres possuía 128, treze vezes mais para uma população apenas quatro vezes maior (HALLEWELL, 2017). No reinado de D. José I, após as reparações das consequências mais graves do terremoto, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, criava em 1768 a “Impressão Régia” ou a Régia Oficina Tipográfica para promover a instrução popular. Em 1773, concedeu-se o privilégio exclusivo da impressão das ordenações do reino à Universidade de Coimbra, até então entregues ao Real Mosteiro de São Vicente de Fora e que fora extinto (CARVALHO, 1868; HALLEWELL, 2017; MARQUES, 2004, 2014).

Os livros podiam ser adquiridos em Lisboa com os mais importantes livreiros como Leandro dos Reis Carril, João Batista Reycende, viúva Mallen & Companhia, Diogo Bomgeoris, Paul Martin, Borel & Borel, viúva Bertrand e filho, Francisco Rolland, Pedro José Reis, Luís Cipriano Rebello ou os padres oratorianos. Em Coimbra, havia a loja de Semiond e, no Porto, a de António Alvares Ribeiro (CAVALCANTI, 1995; MENESES, 2019).

De acordo com as observações do primeiro conde Macartney – que, em 1792, passou duas semanas no Rio de Janeiro a caminho da China, onde iria chefiar a primeira missão

diplomática da Grã-Bretanha junto ao que foi o antigo Império do Meio – havia apenas duas livrarias na capital da América portuguesa (HALLEWELL, 2017).

Havia uma importação de livros pela América portuguesa com regularidade e em quantidades relativamente grandes (ABREU, 2001). Uma das rotas incluía o contrabando mantido por ingleses, franceses e holandeses. Alguns livros ainda poderiam ter vindo na bagagem de viajantes quando, por exemplo, retornavam de seus estudos na Europa (HALLEWELL, 2017).

Livros importados que esperavam autorização para entrar em Portugal, ou obras impressas que aguardavam o confronto com o manuscrito previamente aprovado para que pudessem circular, ou mesmo manuscritos que buscavam licença para impressão eram então submetidos à opinião de censores. A atividade censória repartia-se entre o Ordinário (juízes eclesiásticos ligados às dioceses, em atuação desde 1517), o Tribunal do Santo Ofício (organismo ligado à Igreja, em funcionamento desde 1536) e o Desembargo do Paço (órgão censor ligado ao poder régio, atuante a partir de 1576) (ABREU, 2007). Sebastião José de Carvalho e Melo unificou esses três poderes pela Real Mesa Censória [1768-1787]. D. Maria I instituiu um novo órgão de censura, a Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros [1787-1794], que posteriormente regressou às três autoridades anteriores [1794-1820].

Foi o Desembargo do Paço que assumiu o papel preponderante nessa forma de censura, sendo nomeados para censores Manoel Joaquim Henriques de Paiva e Francisco Tavares, entre outros. Embora muito dissuasiva, a censura não impediu a circulação de livros proibidos em Portugal, nem de manuscritos lá impressos (BOMPARD, 2021; SILVA, 2013). Até mesmo as obras de filosofia, ciências e matemáticas ocupam posição secundária nas listas das bibliotecas portuguesas levantadas pela Mesa Censória de 1768 a 1770, prevalecendo nas de elementos ligados ao Exército, artistas ou nobres (DIAS, 2005). Nos requerimentos em que se solicitava o privilégio de poder comprar ou ler as obras proibidas, a posição social dos requerentes desempenhava um papel importante em diversos casos; em outros, os requerentes apresentavam-se como defensores do Estado e da Fé e a maioria deles afirmava também querer se instruir (DENIPOTI; FONSECA, 2011).

Cabe lembrar que o analfabetismo<sup>38</sup> caracterizava a população de Portugal e da província do Brasil e que as circunstâncias encontradas na colônia pouco ajudaram o consumo de livros em português ou em latim (CURTO, 2007; HALLEWELL, 2017; VILLALTA, 2018). Mas se verifica que a leitura em voz alta era um modo pelo qual os conteúdos da

---

<sup>38</sup> Há debates acerca da “alfabetização”. Cf. CHARTIER, 2016.

cultura letrada permeavam-se entre os analfabetos (BOUZA, 2002; SILVA, 2002; VILARDAGA, 2016). E em Portugal a distribuição heterogênea dos que sabiam ler e escrever permitiu um acesso generalizado aos textos que circularam no interior de diferentes estratos sociais (LISBOA; MIRANDA, 2011).

Se a educação na América portuguesa parece limitada em termos de escolarização, empreendida sobretudo pela ação da Igreja ou do Estado, não se pode dizer o mesmo de processos educativos mais amplos que, realizados intencionalmente ou não, implicavam no estabelecimento de relações nas quais o conhecimento circulava e que poderia ser apropriado. A aprendizagem técnica poderia ocorrer junto à movimentação de pessoas e de materiais, com o contributo de tradições culturais diversas em sua dimensão mais informal, ou mesmo com a utilização de recursos advindos da formalidade da produção intelectual, em um processo desvinculado da escola ou da escolarização (FONSECA, 2006, 2009).

Ao retomar a análise do movimento da expansão marítima da época moderna já se aponta para uma história global, marcada pela ação dos europeus (FONSECA, 2006). O trânsito de pessoas, mercadorias, saberes transformaria esses mundos, como expressou Chalhoub (1999):

As artes de curar e a utilização das plantas medicinais deitavam raízes profundas nas culturas dos povos coloniais – os indígenas e seus pajés, os africanos e seus curandeiros, os portugueses e seus santos católicos protetores contra determinadas moléstias. Difícil captar a complexidade desses mundos, ilusão apresentar explicação unívoca e totalizante para tantos intercâmbios e diálogos culturais (CHALHOUB, 1999, p. 22).

Com a chegada à América portuguesa dos primeiros jesuítas em 1549, por meio de suas interações com os povos nativos, os saberes da arte de curar circularam juntamente com as drogas por meio de suas farmácias distribuídas nos quatro continentes. Em 1576, o papa Gregório XIII permitiu que os inicianos treinados desempenhassem funções como médicos em áreas que de outra forma não teriam acesso. O conhecimento que eles cuidadosamente registraram em textos manuscritos circularam entre seus irmãos missionários. Além disso, uma das mais importantes farmácias em Lisboa dos séculos XVII e XVIII – anexa à Casa Professa de São Roque – funcionava sob o controle jesuíta (WALKER, 2013).

Os jesuítas aproveitaram-se de elementos da cultura indígena na construção de seus programas de evangelização e empreenderam a organização dos aldeamentos considerando não apenas os saberes ensinados por eles, como também apropriando-se dos mesmos, estratégia que facilitou o processo educativo junto àquelas populações (FONSECA, 2006). Os

saberes dos inicianos relacionados com a arte de curar, exemplificada na escrita de Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Fernão Cardim, Francisco Suárez, guardariam profundas relações com os saberes locais (CARDIM, 1925; KURY, 2004; SÃO BENTO; SANTOS, 2015).

Com o século XVIII, as relações, descrições, diários de bordo, cartas endereçadas a familiares, amigos, diplomatas e comerciantes, assim como os mapas, estampas e croquis que acompanhavam muitos desses registros, desempenharam um papel fundamental na construção da imagem da América Portuguesa na Europa. Esses documentos pintaram uma imagem de uma colônia incrivelmente próspera e rica, altamente desejável do ponto de vista comercial. Através deles, a Europa passou a enxergar a América portuguesa como detentora de portos vibrantes e altamente ativos, capazes de fornecer facilmente suprimentos para as frotas que se dirigiam à Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (DOMINGUES, 2012b).

Ao longo do século, as expedições científicas, as tentativas enciclopédicas de inventariar o mundo, as reflexões sobre novas tecnologias e os estudos sobre produtos naturais multiplicaram-se (CURTO, 2019). Entre as crenças mais proeminentes em vigor estava a fé no progresso e na perfectibilidade da sociedade com a ajuda da ciência e da tecnologia (RISSE, 2010).

Assim, para resolver o problema da forma esferoide e da grandeza da Terra, uma expedição da qual fez parte o francês Charles-Marie de la Condamine [1701-1774] foi enviada em 1735 à América do Sul. Depois de passar por São Domingos, Cartagena e Portobelo, a expedição atravessou o istmo do Panamá e chegou às costas do Peru em 9 de maio de 1736. La Condamine, em 1743 a 1744, com permissão do governo português, efetuou a descida pelo rio Amazonas, desde Jaén de Bracamoros até Belém do Pará, o que lhe permitiu levantar a carta do curso do Amazonas, desde as nascentes até a foz. Publicada em 1745 e supostamente de primeira mão, a *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale*<sup>39</sup> conduziu leitores europeus pelo Amazonas do século XVIII, introduzindo a comunidade científica e o amplo público de leitores a um novo mundo (LA CONDAMINE, 2000; SAFIER, 2009).

A partir do século XVIII, formaram-se redes de informações sobre os diferentes climas e populações ao redor do mundo, lideradas pelas duas principais potências coloniais da época, a França e a Inglaterra (KURY, 2004). A Ilustração, esse vasto movimento de ideias que marcou o século XVIII, também havia circulado no mundo luso-brasileiro.

---

<sup>39</sup> Cf. LA CONDAMINE, 2000.

O “absolutismo ilustrado”<sup>40</sup>, no caso português, tratava-se de uma concepção de Estado inspirada em determinadas ideias dos filósofos da Ilustração, tendo como pressuposto fundamental a educação do príncipe a fim de convertê-lo em um filósofo, ou em um amigo dos filósofos, com o objetivo de conduzi-lo à realização de reformas ilustradas, ou seja, voltadas para o bem-estar de seus súditos, destacando-se, entre elas, a educação como base de todas as demais. Esse “absolutismo ilustrado” teve como exemplos mais típicos a Prússia e a Áustria, mas suas manifestações abrangeram, além de Portugal, a Espanha, outros Estados alemães, alguns Estados italianos e a Rússia.

Em Portugal, o absolutismo ilustrado associa-se, historicamente, ao reinado de D. José I e Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal. É importante notar os contatos com a Áustria, a começar pela sua estada no início da década de 1740, quando se iniciava com Maria Teresa a primeira fase do reformismo ilustrado austríaco. Outra rede de contatos foi estabelecida com a prolongada experiência de António Nunes Ribeiro Sanches na Rússia (FALCON, 1989).

A ciência, além de ser uma fonte de conhecimento, era também uma forma de dominação: do homem sobre a natureza, do Estado sobre os recursos naturais, dos “bárbaros” indígenas e africanos pelos portugueses “civilizados”. A ciência e a tecnologia permitiriam transformar o Novo Mundo à imagem do Velho e, acima de tudo, explorá-lo em benefício próprio. No século XVIII, a ciência era compreendida como um meio de legitimar a intervenção do Estado na vida do povo. De acordo com o pensamento político da época, o soberano era o principal responsável pela felicidade e bem-estar social, moral e econômico de seus súditos, tanto na metrópole como nas colônias. Segundo essa doutrina política, os interesses dos súditos coincidiam e se fundiam com os interesses do Estado: uma economia sólida significava a prosperidade do povo, e uma administração eficiente e justa correspondia à tranquilidade social.

Noções como progresso, felicidade e bem-estar tornaram-se princípios fundamentais na legislação do século XVIII. Essas ideias também justificavam e legitimavam a intervenção da Coroa e a atuação de seus representantes. Em torno dessas noções, articulavam-se os programas de reforma que se pretendia aplicar tanto no reino quanto nas colônias. Esses foram os parâmetros que definiram o discurso político do Estado português durante o Iluminismo. Na busca pelo bem-estar dos indivíduos e do Estado, a ciência desempenhava um

---

<sup>40</sup> Para Falcon (1989), a noção de “absolutismo ilustrado” é sinônimo de “despotismo esclarecido”. Porém, há uma discussão acerca do “despotismo esclarecido”. Cf. BEALES, 1987.

papel fundamental, pois fornecia conhecimento útil com implicações sociais e econômicas (DOMINGUES, 2001).

A publicação de memórias patrocinadas pela Coroa, principalmente a partir de 1770, foi resultado de uma política deliberada e preocupada em estimular a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, promover um renascimento na agricultura para compensar a decadência do ouro, lidar com as dificuldades de um sistema fiscal sobrecarregado e a queda do preço do açúcar devido à concorrência estrangeira. Além disso, a partir do último quarto do século, havia o objetivo de aproveitar as novas oportunidades que a conjuntura internacional parecia oferecer ao Brasil, devido aos desequilíbrios causados pela Revolução Francesa e pelas guerras napoleônicas (DIAS, 2005).

Desempenhou um papel central no pensamento Iluminista em Portugal o renomado médico naturalista italiano Domingos Vandelli [1735-1816]. Convidado pelo marquês de Pombal, trabalhou no país entre 1764 e 1816. Desde cedo, Vandelli destacou-se na preparação e implementação da Reforma Iluminista dos Estudos da Universidade de Coimbra. Lecionou química e história natural, ao mesmo tempo em que fundava o Laboratório Químico e o Gabinete de História Natural. Além disso, dedicou-se apaixonadamente na criação dos Jardins Botânicos da Universidade de Coimbra e da Ajuda, em Lisboa.

Vandelli também teve um papel importante na fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa. Destacou-se nas memórias econômicas, que contribuíram para o conhecimento dos recursos naturais do território português e de seu vasto império ultramarino. Foi também o precursor das viagens filosóficas às colônias portuguesas realizadas pelos naturalistas luso-brasileiros (BERNASCHINA, 2008).

Seu projeto de exploração colonial teve um papel importante tanto no apoio às políticas internas de exploração racional dos recursos naturais das colônias como na integração de Portugal em uma rede internacional de cooperação para estudos em história natural. Vandelli estabeleceu uma extensa rede de correspondentes em instituições científicas europeias. Um dos correspondentes mais renomados de Vandelli foi Carl von Linné [1707-1778], que desde 1765 já sugeria a Vandelli uma expedição científica à colônia americana.

Vandelli contou com Joaquim Veloso de Miranda como seu primeiro discípulo, o qual foi enviado para Minas Gerais, onde nascera. Foi a experiência de viagem entre Lisboa e Vila Rica que posteriormente serviu a Vandelli para criar suas instruções de viagem e descrever as práticas realizadas durante essas jornadas. Em 1779, Joaquim Veloso de Miranda atravessou o Atlântico e chegou ao Rio de Janeiro. As pausas em terra firme, assim como as observações sobre pesca em alto-mar, foram assuntos que Vandelli posteriormente retomou

em outras instruções de viagem. O naturalista então partiu do Rio de Janeiro em direção a Minas Gerais, onde estabeleceu residência até o fim de sua vida, explorando o território em busca de novos produtos relacionados à história natural e minas de ouro.

Uma das principais expedições realizadas na capitania do Rio de Janeiro foi a Expedição Botânica, liderada pelo José Mariano da Conceição Veloso, no período de 1782 a 1790, com o objetivo de produzir a obra *Florae fluminensis*. Outros naturalistas também realizaram viagens filosóficas no Rio de Janeiro. Entre 1787 e 1797, por exemplo, viajou Baltasar da Silva Lisboa, discípulo de Vandelli e juiz de fora do Rio de Janeiro.

Em 1783, Alexandre Rodrigues Ferreira partiu de Lisboa em direção à bacia do Amazonas. Ao longo dos próximos nove anos, ele seguiu um itinerário delineado por Vandelli, explorando o interior da colônia e enviando os resultados de suas pesquisas a Portugal. Essa expedição representa o mais significativo exemplo da adoção, por parte da Coroa portuguesa, da tendência da época de promover expedições científicas para explorar os territórios coloniais.

Na Bahia foram realizadas algumas viagens por Joaquim de Amorim Castro no período entre 1787 e 1796 e pelo naturalista Manuel Galvão da Silva que partiu em uma expedição rumo a Goa e Moçambique entre 1783 e 1793.

Entre 1794 e 1795, Manuel Arruda da Câmara [1752-1810] realizou as viagens mineralógicas pelo interior das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Piauí. Ao contrário das viagens filosóficas, a expedição de Câmara foi controlada remotamente por meio de instruções fornecidas por José Mariano da Conceição Veloso (PATACA, 2011).

Os relatórios das viagens não eram destinados à divulgação pública, mas serviam como materiais instrutivos para o governo, em virtude da política de sigilo e da intenção de Portugal de manter o Brasil fechado para o mundo (DIAS, 2005).

Surgiram ainda as memórias de caráter estritamente técnico, em troca de privilégios fiscais, monopólios e preços especiais, como a do empresário Manuel Luís Vieira, sobre o arroz (1770), endereçada ao marquês do Lavradio, e outra sobre o anil (1785). Em Lisboa, Joaquim de Amorim Castro publicou sob a Academia Real das Ciências uma memória sobre a cochonilha (1790) e sobre o malvaíscio do distrito da Vila de Cachoeira (1791). Memórias mineralógicas apareceram com José Bonifácio de Andrada e Silva sobre os diamantes (1792) (DIAS, 2005).

A criação das instituições também viabilizou o intercâmbio dos saberes. Destacam-se a criação da Academia Fluminense Médica, Cirúrgica, Botânica, Farmacêutica no Rio de Janeiro, apontada como a primeira do gênero na América portuguesa (SANTOS FILHO, 1991)

cujo caráter internacional residia no fato de reclamar como correspondentes a Academia Real das Ciências Sueca e António Nunes Ribeiro Sanches (CURTO, 1998; SILVA, 2013), e a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa que por sua vez facilitou a divulgação da cultura médica por meio da leitura e de memórias dos sócios correspondentes, alguns deles da colônia brasileira (ABREU, 2011; CARNEIRO; SIMÕES; DIOGO, 2000; SANTOS FILHO, 1991; SILVA, 2013).

Nos processos de circulação do conhecimento, despontam os mediadores ou intermediários, indivíduos dedicados aos ofícios mecânicos enquanto transmissores de saberes técnicos (FONSECA, 2006, 2009; RAJ, 2007), como teria sido o caso do boticário Antônio Pereira Ferreira. Como outros exemplos de mediadores e da circulação do conhecimento, poderiam ser citados os naturalistas Joaquim Veloso de Miranda [1742-1816], graduado e doutor no curso filosófico pela Universidade de Coimbra, e o frei Veloso, esse sem formação universitária. Em ambos os casos, a produção e circulação de saberes “agrônômicos” visavam ao desenvolvimento da agricultura na Europa e em suas colônias (BOSCHI, 2019; MENESES, 2019; PATACA; LUNA, 2019).

A América foi considerada pelos teóricos e políticos europeus do século XVIII como uma fonte crucial de conhecimentos agrônômicos, em parte devido à expansão comercial e marítima que impulsionava. Nas estratégias de política científica e econômica aplicadas às colônias, reconheceu-se que as Coroas ibéricas estavam perdendo terreno para os novos impérios francês, holandês e inglês na conquista de territórios e na comercialização de produtos coloniais no mercado europeu. Compreendeu-se que a adoção das técnicas e culturas agrícolas oriundas das colônias, que se acreditou terem sido utilizadas pelas novas potências para se desenvolver, foi o paradigma a ser seguido para recuperar o poder perdido.

Junto à distribuição de livros e outros textos, buscou-se difundir o conhecimento das classes dominantes, com o objetivo de ensinar e incentivar os súditos a participarem de forma dinâmica, racional e produtiva na economia do reino. Isso envolveu a adoção de novos produtos e técnicas. O conhecimento foi disseminado por meio da ampliação da circulação de materiais manuscritos e impressos, incluindo livros de natureza técnico-científica, alguns deles traduzidos.

O objetivo dessa literatura foi difundir os conhecimentos e técnicas agrícolas seguidos pelas “nações cultas e civilizadas”, ampliando o conhecimento dos agricultores do reino e das colônias, do Brasil ao Oriente, de acordo com os princípios científicos e técnicos preconizados pela filosofia natural. O objetivo final foi elevar a economia portuguesa a um

nível de desenvolvimento comparável a outras “nações vizinhas e rivais” (DOMINGUES, 2001).

No tocante aos saberes sobre o corpo, estabeleceu-se uma visão otimista sobre os benefícios da medicina. Em sua busca pelo progresso, a maioria dos pensadores acreditava que a saúde era um estado natural do corpo que poderia ser mantido e protegido, confiando que todas as doenças poderiam ser erradicadas. Essa visão positiva da saúde e da medicina permeou um grande número de escritos profissionais e leigos que descreviam detalhadamente as condições necessárias para a prevenção e cura das doenças.

Motivos econômicos previamente delineados também se destacaram na obra do praticante suíço Samuel-Auguste Tissot. Seu *Avis au peuple sur sa santé*<sup>41</sup> foi um livro muito popular traduzido nas principais línguas europeias. Os motivos de Tissot para compartilhar conhecimentos médicos com o público baseavam-se principalmente em sua preocupação de que o tratamento inadequado ou incorreto de doenças no campo contribuísse significativamente para o despovoamento rural e, portanto, o declínio agrícola da França.

Uma das razões fundamentais para novos esforços para popularizar o conhecimento médico foi a escassez amplamente percebida de profissionais de saúde qualificados, especialmente nas áreas rurais. Os autores desses manuais estavam escrevendo para pessoas alfabetizadas, as quais empregariam e compartilhariam esse conhecimento com os estratos mais baixos da sociedade. Outro motivo para compartilhar o conhecimento é que promoveria uma melhor relação entre médico e paciente, uma vez que o segundo estaria em melhor posição para entender os objetivos e atividades do primeiro.

Tais livros foram elaborados para fornecer materiais adequados para educação e prevenção de saúde. Dado o valor positivo da saúde promovido pelo Iluminismo, a medicina, interpretada de forma ampla, precisava fazer parte da educação geral pensada para todos. Esse aprendizado garantiria a saúde, prolongaria a vida e, no caso das crianças, facilitaria sua educação em casa e evitaria doenças ou morte.

Durante o século XVIII, a maioria dos médicos iluministas eram profissionais destacados ligados a renomadas universidades europeias, como Leyden, Halle, Edimburgo e Montpellier. Como professores em sala de aula e à beira do leito, esses homens explicavam suas doutrinas a estudantes de medicina que acorriam às palestras. Frequentemente de lugares tão distantes quanto as colônias americanas, os ouvintes ajudaram a circular os novos saberes. Os médicos, no entanto, continuaram a empregar medicamentos tradicionais, ligando-os

---

<sup>41</sup> Cf. TISSOT, 1762.

racionalmente às suas novas teorias, infundindo assim a velha terapia com a nova lógica e autoridade ao retornarem para suas cidades natais ou países de origem (RISSE, 2010).

No século XVIII, 1753 jovens deslocaram-se da América portuguesa para estudarem na Universidade de Coimbra. Entre 1700 e 1800, apenas 23 de 320 estudantes da capitania de Minas Gerais que estudaram em Coimbra formaram-se em medicina. Antes da Reforma de 1772, foram oito de 217 mineiros. Apesar de o curso de medicina, pelos Estatutos de 1653, ter a duração de nove anos, cada um dos oito mineiros levou menos tempo para terminar o curso; somente um deles regressou a Minas Gerais e aí trabalhou como médico. Depois de 1772, foram quinze de 103 estudantes. Apesar de a duração do curso de medicina ter sido reduzida de nove para cinco anos de acordo com os Estatutos de 1772, nenhum dos quinze mineiros terminou em cinco anos (VALADARES, 2004).

A visão de doença no século XVIII em Portugal foi ainda um reflexo da luta travada por toda a Europa entre os diversos sistemas médicos: a iatrofísica, a iatroquímica e o animismo de Georg Ernest Stahl. Se, no século XVII, a escola de Coimbra assim como as castelhanas estavam fechadas à iatrofísica e à iatroquímica (SANTOS FILHO, 1991), no século XVIII, Francisco da Fonseca Henriques [1665-1731] foi um dos mais notáveis representantes em Portugal da iatroquímica de Sylvio de Leboe [1614-1672] e Willis<sup>42</sup>, embora o seu respeito à tradição fosse ainda grande nas suas primeiras obras de patologia. João Curvo Semedo foi outro autor muito inclinado à iatroquímica de Sylvio e Willis (LEMOS, 1899). José Rodrigues de Abreu [1682-1747] foi o mais ilustre representante do animismo de Stahl. A contribuição do renomado médico de Leiden, Herman Boerhaave, convidado por D. João V para lecionar em Lisboa, foi consagrada definitivamente com a Reforma da Universidade de 1772 (LEMOS, 1899). Obras de medicina sobre o tema da “saúde dos povos” foram publicados, conforme já se indicou.

Várias medidas profiláticas, agrupadas sob o termo “higiene”, foram recomendadas para prevenir a ocorrência de doenças. A conservação da saúde também recebeu atenção da Reforma universitária. A esse respeito, os *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772*<sup>43</sup> apresentavam as seguintes informações:

---

<sup>42</sup> Autores da tese da acidificação do corpo (CÁMARA, 2021).

<sup>43</sup> Cf. UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1773.

A higiene<sup>44</sup> também é um corolário da fisiologia: porque das causas e efeitos da vida e da saúde resulta o conhecimento dos meios, que se hão de aplicar para a conservação delas. Esta é a parte mais importante da medicina, e que infelizmente tem sido pouco cultivada pelos modernos, esquecidos do exemplo dos antigos; os quais, procurando fazerem-se úteis à humanidade, trabalharam muito em estudar, e ensinar as regras, que se devem guardar para a conservação da saúde [...] (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1773, p. 79).

O interesse pelas condições de sobrevivência no ambiente natural resultou ainda em escritas sobre o calor e as reações do organismo humano em climas quentes, como a *Dissertação sobre o calor, oferecida ao Senhor José Bonifácio de Andrada e Silva*, de Vicente Coelho de Seabra e Silva Teles [1764-1804] e a tese de Manuel Arruda da Câmara apresentada em Montpellier (DIAS, 2005; SANTOS FILHO, 1991).

A reação iluminista também se manifestava pela desmistificação da medicina, que seria o antídoto mais eficaz contra os perigos do charlatanismo. Dentre os vários textos publicados em países como Itália e França, encontravam-se trabalhos de médicos ávidos por reformar a medicina e afastá-la de quaisquer vestígios de crenças mágicas e impostores. A antiga rivalidade entre o médico graduado na universidade e o curandeiro assumiria novas formas com obras publicadas entre os séculos XVII e XVIII, com o objetivo de expor as práticas que eram consideradas falsas (ABREU, 2006; RISSE, 2010).

Em 1603, um médico italiano chamado Scipione Mercurio publicou *De gli errori popolari d'Italia*, abordando os chamados “erros populares” no campo da medicina. Ele fez uma distinção marcante entre as pessoas educadas, que procuravam verdadeiros médicos como ele, e as pessoas comuns, que buscavam conselhos de charlatães. Em 1619, um médico francês chamado sieur de Courval lançou *Les tromperies des charlatans découvertes*, um ataque similar contra os charlatães. Outra contribuição para esse debate foi a obra *Pseudodoxia epidemica*, escrita pelo Sir Thomas Browne em 1646. A falta de conhecimento tornava o povo crédulo e facilmente enganado (BURKE, 2010).

A tradicional arte de curar que operava por milagres, poderes ocultos e influências astrológicas residia nos saberes sobre o corpo, algumas vezes condenada por sujeitos como Luís António Verney e José Henriques Ferreira, outras vezes autorizada por diferentes homens doutos (ABREU, 2011; MARQUES, 2003).

Com relação ao recorte espacial deste trabalho, como a proposta de pesquisa abarca a circulação em escala transcontinental e acena com as imbricações a respeito do trânsito de

---

<sup>44</sup> Note que a acepção para higiene era o conhecimento relativo à manutenção da saúde.

saberes em Portugal e na América portuguesa no século XVIII, procurou-se seguir a perspectiva dos processos que “transcendem o quadro de Estado nação” (MAZLISH, 1998, p. 393).

O trabalho aqui abrange o contexto histórico do mundo atlântico como sua estrutura principal, possibilitando pensar a história da cosmética como um processo que transcende a cidade, a nação ou o império. Cabe mencionar apenas que, apesar da diversidade cultural e étnica do império português (RUSSELL-WOOD, 1998b), o foco desta pesquisa não examinará as diferenças locais.

Diversas formas de se abordar as relações entre os dois lados do Atlântico vêm sendo mobilizadas na historiografia sobre o mundo luso-brasileiro, mais recentemente estimulada pelos debates sobre as perspectivas globais e transnacionais, tendo nas obras de Anthony John R. Russell-Wood algumas de suas principais referências (FONSECA, 2019b). O movimento como tema subjacente e unificador da obra *A World on the Move*<sup>45</sup>, publicada em 1992, teria permitido a Russell-Wood:

abordar a exploração e a descoberta, os veículos de transporte de pessoas e de mercadorias através de continentes e de oceanos, as diásporas humanas e as migrações forçadas, os padrões e a dinâmica do comércio, a dispersão global de doenças, de plantas e de exemplares da fauna, a transmissão cultural de estilos e de hábitos e, por fim, a comunicação, a difusão e a troca de ideias entre os povos (RUSSELL-WOOD, 1998d, p. 17).

O movimento dos portugueses teria sido responsável por tornarem os povos da Europa, da África, da Ásia e da América conscientes da existência uns dos outros. O que distinguiria os portugueses dos espanhóis, ingleses, franceses e holandeses seria o fato de estes contatos iniciais terem sido mantidos, tornando-se relações frutíferas que perduraram durante vários séculos e o fato de terem tido uma natureza verdadeiramente global (RUSSELL-WOOD, 1998d). Para o autor, o mar deu sentido ao vasto mundo português e deve ser considerado o principal contexto desta história de um mundo em movimento.

A nau, ou carraca, fazia carreira na rota da Europa para a Índia e daí para Malaca, para a China e para o Japão. Para outras rotas comerciais, os portugueses recorriam à caravela, usada no comércio com os portos marroquinos de Safim e de Arzila, onde os portugueses tiveram feitorias, bem como no Atlântico português, no comércio entre a Europa e a África, entre a Europa e o Brasil e entre o Brasil e a África. Havia ainda uma quantidade apreciável

---

<sup>45</sup> Cf. RUSSELL-WOOD (1998d).

de pequenas embarcações. Ao contrário da carreira da Índia, da carreira do Brasil e das rotas entre o Brasil e a África Ocidental, cujos navios transportavam mercadorias e pessoas, os navios das rotas intra-asiáticas e do oceano Índico transportavam principalmente mercadorias.

O tempo de navegação variava de acordo com o porto de destino na América portuguesa. A viagem entre Lisboa e São Luís do Maranhão durava aproximadamente cinco semanas, enquanto a travessia de Lisboa para Recife demorava sessenta dias, para Salvador, setenta e, para o Rio de Janeiro, oitenta ou noventa. A viagem de regresso de Recife demorava cerca de setenta e cinco dias; de Salvador, oitenta e quatro; e, do Rio, noventa e sete, para as frotas, e duas ou três semanas menos para os navios isolados. Se aos tempos das viagens acrescentarmos as estadias em portos brasileiros, uma viagem de ida e volta, Lisboa-Pernambuco-Lisboa podia demorar entre sete meses e um ano; Lisboa-Bahia-Lisboa, cerca de sete ou oito meses e Lisboa-Rio de Janeiro-Lisboa, cerca de um ano. As viagens entre os portos da África Ocidental e o Brasil levavam entre trinta e cinquenta dias. De Angola para Pernambuco, eram necessários aproximadamente trinta e cinco dias, quarenta dias para Salvador e cinquenta dias para o Rio de Janeiro (RUSSELL-WOOD, 1998d).

A partir do final do século XVII houve intensa atividade de construção de navios em estaleiros particulares no Brasil, a qual se acelerou no século XVIII, com as embarcações para as rotas africanas e europeias. Embarcações para a carreira da Índia também eram construídas em estaleiros reais no Brasil (BOXER, 2011; RUSSELL-WOOD, 2009).

O autor também trouxe valiosas informações sobre o tema da imigração. O império marítimo português caracterizou-se por um constante fluxo e refluxo humano e o século XVIII foi um período de incessantes movimentos através da América portuguesa, refletindo um espírito de empreendimento difuso e dinâmico que abriu novas oportunidades e fronteiras.

Os maiores números de emigrantes – minhotos e beirões – também representam as províncias com uma maior densidade populacional, ao contrário dos alentejanos e algarvios, provenientes de regiões com menor densidade populacional. Lisboa continuou a ser o principal porto de embarque para a carreira da Índia, mas o Porto, Viana do Castelo e Setúbal tornaram-se portos igualmente importantes para o embarque de imigrantes para a América (RUSSELL-WOOD, 1998a).

Portugueses emigraram para todo o Atlântico. Entre 1660 e 1760, houve uma mudança no perfil dos emigrantes cujas ocupações eram em grande parte ligadas à agricultura ou ao artesanato, para emigrantes caracterizados pela diversidade ocupacional tais como mestres em seus ofícios, advogados, boticários, médicos e cirurgiões (RUSSELL-WOOD,

2009). Há notícia de cirurgiões percorrendo vários pontos da colônia, mascateando e assistindo as populações isoladas (WISSENBACH, 2002).

O mais intenso fluxo de Portugal e das ilhas atlânticas ocorreu entre 1697 e 1760 provocado pela descoberta de ouro aluvial na região do rio das Velhas, no que viria a ser a capitania-geral de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Os portos de desembarque eram principalmente os de Salvador, Rio de Janeiro e Pernambuco, passando a incluir, no decurso do século, São Luís e Belém (RUSSELL-WOOD, 1998a).

Para chegar a Minas Gerais foram desenvolvidas duas redes principais de estradas: a primeira compreendia caminhos já existentes de São Paulo e do Rio de Janeiro (caminho velho e caminho novo, e suas variações) enquanto a segunda usava o vale do rio São Francisco e ficou conhecida como caminho do sertão. Para chegar a Mato Grosso e Goiás, os rios forneciam o mais praticável dos meios de transporte, especialmente para aqueles que se deslocavam vindos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Depois de um deslocamento terrestre de São Paulo para Porto Feliz, a viagem fazia-se nas canoas pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Anhanduí, Aquidauna e Paraguai, até o rio Cuiabá (RUSSELL-WOOD, 1998d).

No século XVIII ocorreu também um fluxo de pessoas com interesses que não tinham uma relação direta com as indústrias de extração. Foi o desejo de ver a terra cultivada e de garantir forças de milícias em regiões periféricas sensíveis, particularmente em uma época de crise, que incitou a Coroa a iniciar uma emigração patrocinada (RUSSELL-WOOD, 1998a).

Assim, uma emigração de açorianos foi posta em prática em 1747. Proporcionalmente à sua população, foram as ilhas de São Jorge e Graciosa as que forneceram maior porcentagem de açorianos, cujo local de destino foi a capitania subordinada de Santa Catarina, seguida da capitania subordinada de Rio Grande de São Pedro. Da ilha da Madeira, os locais que forneceram maior porcentagem de emigrantes para a colônia foram o Funchal e a região de Câmara de Lobos (SILVA, 2006).

A Coroa também enviava degredados para aumentar a população portuguesa nas regiões periféricas e, no caso dos homens, para prestarem serviço nas guarnições (RUSSELL-WOOD, 1998a). Além disso, e em contraste com a Índia Portuguesa, o oceano Atlântico foi o cenário de uma migração forçada de grande número de pessoas, a qual começava no interior da África e terminava, para muitos, no interior da América portuguesa. Essas eram capturadas ou compradas e transportadas, muitas vezes durante semanas, até a costa africana. A travessia de barco para a América portuguesa podia durar, dependendo da altura do ano, do tempo e dos mantimentos, entre 35 e cinquenta dias (RUSSELL-WOOD, 1998d).

Os escravos embarcavam de duas regiões predominantes, compostas por Angola e áreas associadas do Congo e Benguela, e pela chamada Costa da Mina, formada essencialmente pela área do golfo do Benim. Angola transformou-se no maior fornecedor de escravos em especial para Rio de Janeiro e a região sul da América portuguesa. Luanda era o principal porto de origem, seguida do pequeno porto de São Filipe de Benguela; o comércio ocorria por intermédio de uma extensa rede que se estendia para o interior (RUSSELL-WOOD, 1998d; SCHWARTZ, 1998). Já a Costa da Mina e o golfo do Benim passaram a ser o foco do comércio com a Bahia. As exportações de escravos de Ajudá, Porto Novo e de outros portos aumentaram consideravelmente (SCHWARTZ, 1998).

O movimento migratório mais importante em termos de número em curto intervalo de tempo foi aquele verificado em direção às zonas mineiras, na primeira metade século XVIII. Mas o Setecentos foram também um período de outros movimentos no interior da colônia, os quais representavam a continuação da colonização que se iniciara no século XVII a partir do Ceará, em direção ao Norte para o Pará e para o Maranhão, e em direção ao Sul para a Colônia do Sacramento. No caso do Sul, esses deslocamentos focaram-se em Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro. A primeira foi inicialmente colonizada por paulistas mas não era tão atraente para os colonos do interior do Brasil como o Rio Grande de São Pedro, que atraía colonos de lugares tão distantes como Bahia e Minas Gerais (RUSSELL-WOOD, 1998a, 1998c).

No século XVIII, a América portuguesa era uma região de emigração de unidades familiares muito maior do que anteriormente. Logo que o caminho era aberto pelos primeiros indivíduos e famílias, havia um estímulo para que outros parentes ou pessoas da mesma região também emigrassem. Isto explicaria, por exemplo, as fortes raízes minhotas das famílias de Minas Gerais (RUSSELL-WOOD, 1998a, 2020).

Segundo Russell-Wood (2009), o Brasil teve um impacto não apenas por toda a bacia do Atlântico e continentes à orla do oceano, mas global: disseminação de plantas; disseminação de diamantes e de ouro; disseminação de produtos agrícolas. Igualmente, foi receptor de plantas da Europa, da África e da Ásia e descarregavam-se nos seus portos produtos das quatro partes do mundo. Em todos estes casos, houve uma dimensão não apenas comercial, mas também cultural.

Luiz Felipe de Alencastro mostrou também como pessoas e produtos circulavam pelo Atlântico em *O trato dos viventes*. Ao abordar o vasto e brutal comércio de seres humanos, surge desde o final do século XVI “um arquipélago lusófono composto dos enclaves na América portuguesa e das feitorias de Angola” (ALENCASTRO, 2000, p. 9). “Comércio a

longa distância”, “trato atlântico de escravos”, “economia-mundo” (ALENCASTRO, 2000, *passim*) são termos usados pelo autor para descrever o processo macroeconômico à escala do Atlântico.

Os resultados da obra de Luiz Felipe de Alencastro são tratamentos de processos que ocorrem em escala mundial, tal como a propagação de doenças. Ganha destaque a “unificação microbiana do mundo” (ALENCASTRO, 2000, p. 127 *et seq.*) a qual, nos séculos XVI e XVII, facilitara a difusão da escravatura africana no Brasil – os indígenas acabavam saindo mais caros porque morriam em maior número.

Outro autor tido como referencial para processos de “mundialização”, superando abordagens nacionais, é Serge Gruzinski. Gruzinski (2001a, 2001b) desenvolveu a ideia de que os primeiros processos de mundialização haviam surgido dentro do espaço geográfico da “monarquia católica”, reinos agrupados sob o domínio do rei Filipe II a partir de 1580, quando a união das duas Coroas acrescentou Portugal e o seu império mundial às possessões dos Habsburgos, observando-se uma “compressão sem precedentes das distâncias”. A distribuição transoceânica dos impressos europeus nos mundos misturados da monarquia dual, entre 1580 e 1640, não respondia meramente a fins lucrativos, mas se enquadrava em um projeto mundial de intercâmbios intelectuais entre o Velho e o Novo Mundo (GRUZINSKI, 2014). Assim, a circulação da escrita pode ser entendida como uma resposta à necessidade de um público heterogêneo de leitores europeus e colonos.

Ainda de acordo com Gruzinski (2003), a difusão da imprensa e do livro seriam algumas das manifestações, nem sempre coordenadas, do processo que ele denominou ocidentalização – estratégias complexas, múltiplas, da dominação que se sucede a partir do século XV. O autor acrescenta que essas estratégias de transformação seriam destruidoras, porém provocariam muitas vezes mesclas de saberes, entre outras misturas. Ele lembra, por exemplo, que em 1563 Garcia da Orta publicava em Goa a sua obra *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, a qual em 1567 Carlos Clúsio, ou Carolus Clusius, publica-a em versão latina.

Até mesmo estudos que usaram como referencial teórico a difusão do conhecimento científico do “centro” à “periferia” não estariam livres de problemas e ambiguidades, como admitido até pelo próprio Burke (2010). A noção de “centro”, por exemplo, é difícil de definir pois os centros espaciais e os centros de poder nem sempre coincidem.

Esse modelo de “centro” e “periferia” parte do pressuposto de que o conhecimento tenderia a se originar em regiões mais desenvolvidas e influentes, que são consideradas o “centro”. Em seguida, esse conhecimento difundir-se-ia para outras áreas, frequentemente

menos desenvolvidas, que são consideradas a “periferia”. No entanto, como mencionado, mesmo estudos que utilizam essa abordagem como referencial teórico reconhecem a existência de problemas e ambiguidades em sua aplicação. Entre os principais desafios está a definição do próprio conceito de “centro”. Os centros espaciais e os centros de poder nem sempre coincidem, tornando difícil delinear com precisão onde o conhecimento está sendo gerado e a partir de qual ponto ele difunde-se.

Essa dificuldade de definição é agravada pelo fato de que a dinâmica da circulação do conhecimento é complexa e multidimensional. Existem múltiplos fatores envolvidos, como aspectos geográficos, políticos, econômicos e culturais, que influenciam a maneira como o conhecimento é produzido, transmitido e assimilado em diferentes contextos.

A abordagem “centro” e “periferia” pode reforçar uma visão hierárquica da produção de conhecimento, sugerindo que o conhecimento gerado nos centros é superior ao conhecimento produzido na periferia. Essa visão pode ser prejudicial, pois desconsidera a riqueza e a diversidade de saberes presentes em diferentes contextos. Ademais, os “centros” eventualmente tornam-se “periferias” à medida que essas desenvolvem as características “avançadas” (SUBRAHMANYAM, 1997).

Uma perspectiva que rompe com a visão unidirecional do modelo de “centro” e “periferia”, buscando equilibrar a disparidade de status implícita nesses modelos (NYHART, 2016) encontra-se também em Raj (2015), publicado originalmente no clássico periódico *Isis*. Para esse autor, o termo “circulação” serve como um forte contraponto à ideia unidirecional de “difusão” ou mesmo de “disseminação” ou “transmissão”, as quais implicam em um produtor e um usuário final. “Circulação” sugere um fluxo mais aberto – e principalmente a possibilidade de mutações e reconfigurações voltarem ao ponto de origem.

Todavia, apesar de alguns autores terem favorecido uma visão idealista ao lidar com a ciência moderna não ocidental, eles enfatizaram suas bases políticas e envolveram-se com a questão de suas supostas origens ocidentais, segundo alertou Raj (2015). Esse autor sugere uma abordagem metodológica significativa para a história transnacional e global da ciência como sendo coproduzida pelo encontro e pela interação entre comunidades heterogêneas de especialistas de diversas origens. Tal perspectiva não somente apagaria aquela simples dicotomia, mas também permitiria reconfigurar o caráter ideológico e político das ciências.

As farmacopeias e os esforços relacionados para organizar o mundo dos materiais curativos não eram apenas projetos econômicos, políticos, científicos e imperiais. Foram projetos epistêmicos que estabeleceram não apenas o que era conhecido, mas como esse conhecimento deveria ser produzido e para que fim. As farmacopeias foram constituídas não

apenas por redes formais de conhecimento de corporações, mas também por interações interculturais, trocas comerciais, ambição imperial e outras dinâmicas complexas.

Embora as farmacopeias e as práticas que as produziram geralmente envolvessem apenas um subconjunto de fenômenos naturais, ao contrário de projetos científicos mais amplos que visavam catalogar toda a flora e a fauna, o conhecimento de drogas medicinais era especialmente importante porque ajudava a salvar vidas e muitas vezes levava ao surgimento de novos e valiosos produtos médicos, como casca de quina, guaiaco e ipecacuanha (CRAWFORD; GABRIEL, 2019).

As farmacopeias podem ser melhor compreendidas não como materiais acabados e estáveis, mas como estágios nos processos mais amplos de coleta, organização, revisão e controle do conhecimento sobre os insumos intrinsecamente relacionados à cura e, como será analisado adiante neste trabalho, também à cosmética. Os materiais que circulavam, contudo, não se limitavam aos formatos textuais.

## 2.2 OUTROS MATERIAIS EM MOVIMENTO

Sociedade e ciência tornam-se indissociáveis a partir de uma valorização da trajetória dos seus atores, humanos ou não (LATOUR, 1996). Ao considerar a trajetória dos atores envolvidos, é possível obter uma visão mais ampla e contextualizada da ciência, reconhecendo que ela é construída coletivamente e está enraizada em relações sociais mais amplas.

Comércio, contato cultural e talvez até intercâmbio populacional já envolveram os povos das planícies aluviais nas quais surgiram duas das primeiras sociedades urbanas do mundo – a Mesopotâmia entre os rios Tigre e Eufrates e o vale entre os braços do rio Indo cuja foz fica no norte do mar Arábico. O comércio entre eles é atestado não apenas pela existência no solo dos seus artefatos, mas por escavações em importantes pontos intermediários, como Dilmun (atual Bahrein), cuja função principal era servir esse trânsito (ABU-LUGHOD, 1989).

Braudel (2016), ao resgatar o tema em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*, lembra a enormidade do que parece ser característica do crisol mediterrâneo: laranjeiras, limoeiros, tangerinas, importados do Extremo Oriente pelos árabes, cactos vindos da América; eucaliptos originários da Austrália; o cipreste, que é persa; o tomate, talvez de procedência peruana; o pimentão, da Guiana; o milho, mexicano; o arroz, dos árabes; o pessegueiro, da China e logo aclimatado no Irã... e a pesca do atum, imaginada

como a atividade específica dos marinheiros genoveses, napolitanos, marseheses ou dos pescadores do cabo Corso, praticada e transmitida pelos árabes na altura do século X.

Se, durante o século XVI, o império espanhol lançara as fundações para os êxitos marítimos europeus no Atlântico, para Chaudhuri (1998), foi apenas em 1688, o ano da Revolução Gloriosa na Inglaterra, quando Guilherme III, príncipe de Orange, subiu ao trono inglês, e o comércio e os colonatos norte-europeus em diferentes partes do mundo – na América do Norte, na África Ocidental e no oceano Índico – começaram a criar um sistema de produção e de trocas econômicas que iria afetar os habitantes dessas áreas de uma maneira muito profunda.

Para o autor, a tentativa de impor um sistema de trocas e distribuição, centralizado e burocrático, a mercados que eram tradicionalmente descentralizados, fragmentados e caracterizados por indivíduos, não só diferenciou o comércio norte-europeu do modelo português e espanhol como também foi precursora do papel das modernas companhias multinacionais na economia mundial. Não somente esse sistema de comércio mundial desempenhou um papel fundamental, mas também os grandes portos marítimos que serviam como locais de reunião internacional dos mercadores envolvidos no comércio a longa distância – portos como Moca, Surrate, Masulipatão, Ugulim, Malaca e Cantão – e os entrepostos comerciais.

Em meados do século XVIII, quando a Companhia Inglesa das Índias Orientais estava prestes a intervir politicamente e militarmente no Sul da Índia e em Bengala, o comércio do oceano Índico era liderado por três grupos principais de mercadores e comerciantes. O comércio com a Europa estava nas mãos quase exclusivamente de europeus – portugueses, holandeses, ingleses e franceses. O segundo grupo era composto de mercadores asiáticos estrangeiros, como armênios, árabes e persas, que se dedicavam principalmente ao comércio do Oriente Médio e operavam principalmente nos portos da Índia e da África Oriental. O terceiro grupo era constituído por mercadores indianos nativos (CHAUDHURI, 1998).

Como escreveu Russell-Wood (1998d), os portugueses desempenharam um papel ativo na circulação global de mercadorias entre o século XV e o século XVIII, principalmente por rotas marítimas que abraçavam o oceano Atlântico, o golfo da Guiné, o Mediterrâneo, o mar do Norte e o mar Báltico, o mar Arábico, o oceano Índico, o golfo Pérsico, a baía de Bengala e o mar da China, o mar do Japão e o oceano Pacífico, e por redes terrestres e fluviais de distribuição na América portuguesa e, em grau menor, em Angola e na Zambézia.

Muito poucas mercadorias que eram descarregadas em Lisboa permaneciam no país, e Portugal acabou se tornando um parceiro fundamental na rede global de comércio. Alguns dos bens que chegavam a Lisboa eram transferidos para outros destinos europeus enquanto outros ficavam em solo português para pagar mercadorias importadas, as quais eram por sua vez trocadas e comercializadas em outros lugares do mundo (RUSSELL-WOOD, 1998d).

A carreira da Índia, com destino à Ásia, transportava manteiga de cacau, casca de quina, ipecacuanha, jalapa e outras drogas sul-americanas para Moçambique e Índia. Os medicamentos também viajavam para o leste de Goa em navios licenciados por Portugal para Malaca, Timor e Macau.

As drogas asiáticas do Estado da Índia eram mais baratas do que as drogas originárias da América portuguesa em meados do século XVIII. Os preços eram determinados não tanto pela distância percorrida, mas pela disponibilidade, demanda ou também pela dificuldade de fabricação. Com exceção de algumas substâncias animais exóticas (olhos de caranguejo, cochonilha), a maioria dos medicamentos importados da colônia americana era derivada de plantas.

Mesmo após a independência do Brasil, os colonos portugueses continuaram a cultivar e explorar drogas brasileiras na África, Índia e Europa. Como exemplo, o solo vulcânico fértil de São Tomé e Príncipe produzia quina para exportação; a droga salvou a vida de inúmeros colonos e facilitou a expansão portuguesa para o interior dos seus territórios africanos durante o século XIX (WALKER, 2013).

Ademais, fazer inventários da flora local foi crucial para as nações europeias envolvidas em redes comerciais cada vez maiores em todo o mundo durante os séculos XVII e XVIII. O conhecimento das plantas e seus usos foi importante não apenas para introduzir novas mercadorias nos mercados europeus, mas também para manter a saúde dos marinheiros e comerciantes que se encontravam em climas hostis nos trópicos. Os portugueses, os holandeses, os ingleses e os franceses prepararam volumosos herbários de plantas asiáticas e americanas (RAJ, 2007; WALKER, 2019).

O projeto de exploração colonial, inicialmente criado por Domingos Vandelli, além de envolver a publicação de algumas obras essenciais para as práticas de história natural, baseava-se nas remessas dos produtos naturais das colônias portuguesas. E, ao chegarem aos jardins botânicos ou aos museus de história natural, os produtos eram identificados, classificados e catalogados (PATACA, 2011).

Sob uma política de Estado que procurava ser inovadora e fazer reformas, que procurava impulsionar e estimular os estudos científicos de finalidade prática, ensaiava-se a

diversificação da agricultura. O conde dos Arcos, em um ofício de 1757 enviado a Sebastião José de Carvalho e Melo, mencionou a importância de mostrar aos agricultores o método utilizado na Virgínia, Maryland e Holanda em relação ao cultivo e preparação do tabaco. Ele também fez referência à pressão dos franceses para que o rapé fosse cultivado no Brasil. Pouco tempo depois, um homem chamado André Moreno foi enviado para Cachoeira, na Bahia, com a tarefa de iniciar o processo de preparação do tabaco em folha, introduzindo o método de “cura seca” adequado para a produção de charutos. Foram disponibilizados trezentos alqueires de terra para essa experiência. Em outro ofício, foi comunicado que André Moreno já estava preparando tabaco seguindo o mesmo padrão utilizado em Havana. Além do fumo na Bahia, podem ser citados o arroz Carolina no Pará em 1765 e a sementeira da árvore da teca e da planta do cânhamo com a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira. Além disso, a instabilidade enfrentada pelos portugueses em suas colônias do Oriente resultou em um aumento significativo no valor atribuído ao Brasil, uma vez que sua natureza tropical e desconhecida parecia oferecer uma imensa fonte de tesouros escondidos (DIAS, 2005).

Através da lente da história da medicina, a produção e a circulação do conhecimento em contexto luso-brasileiro também foram objeto de outros estudos. Por exemplo, de acordo com Walker (2013), as drogas indígenas que os colonizadores portugueses adotaram e exportaram do Brasil em quantidades significativas a partir do século XVI incluíam derivados do cacau (chocolate e manteiga de cacau), ipecacuanha, casca de quina, jalapa, copaíba e salsaparrilha; essas drogas circulavam no mundo atlântico, tornando-se comercial e farmacologicamente significativas, alcançando uso generalizado em outras partes do império português. Já o estudo de Figueiredo e Castro (2011) centrou-se na utilização da aguardente para tratar diversos problemas de saúde que afligiam a população da colônia americana, tendo como principal fonte o *Erário mineral*<sup>46</sup>, de autoria do cirurgião português Luis Gomes Ferreyra.

Os materiais provenientes de diversas regiões do mundo destinavam-se não apenas ao comércio, à sua inventariação, catalogação e classificação, ao reconhecimento de suas potencialidades naturais, mas também para a cura de doenças e, como se pretende mostrar ao longo deste trabalho, para a cosmética.

---

<sup>46</sup> Cf. FERREIRA; FURTADO, 2002; FERREYRA, 1735.

### 2.3 SABERES NATIVOS SOBRE O EMBELEZAMENTO

Não existe aqui a intenção de configurar a arte indígena de modificar a aparência como cosmética. O intuito é apresentar os materiais empregados, vistos pelas narrativas de viagem e por autores que buscaram dar um sentido para o seu uso. Os nativos usavam o preto do jenipapo (*Genipa americana*) e o vermelho do urucum (*Bixa orellana*).

O uso já havia sido descrito por Charles-Marie de la Condamine na *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale*:

Durante minha permanência no Pará, fiz pelos arredores algumas viagensinhas de canoa, e disso aproveitei para detalhes de minha carta. Eu não podia terminá-la sem ver a verdadeira foz do Amazonas, e sem seguir sua margem setentrional até o cabo Norte, onde acaba seu curso. Esta razão e várias outras me determinaram a ir do Pará a Caiena, donde me devolveria direto à França no navio do rei, que aí esperava; não aproveitei, como M. Maldonado, a oportunidade da frota portuguesa que partiu para Lisboa no dia 3 de dezembro de 1743, e me vi retido até o fim do mesmo mês no Pará, menos pela ameaça que me faziam dos ventos contrários, que reinam nessa estação, do que pela dificuldade de formar uma equipagem de remadores; é que as bexigas faziam então um grande estrago, e os índios na maior parte se refugiaram nas aldeias circunvizinhas.

Notam no Pará que essa moléstia é ainda mais funesta nos índios nus, recém-vindos dos bosques para as missões, do que entre os índios vestidos, nascidos entre os portugueses, ou aí moradores há longo tempo. Os primeiros, uns como animais anfíbios, tão frequentemente na água como em terra, endurecidos desde a infância pelas injúrias do ar, têm talvez a pele mais espessa que a dos outros homens, e acreditar-se-ia que isso tão somente poderia tornar a erupção da varíola mais difícil. O hábito que têm esses índios de se tingirem o corpo de urucum, de jenipapo e de diversos óleos gordos e espessos, o que deve com a continuação obturar-lhes os poros, contribui talvez para aumentar também a dificuldade [...] (LA CONDAMINE, 2000, p. 113-114).

Charles-Marie de la Condamine associa o uso do urucum ou do jenipapo com a maior resistência dos indígenas contra as bexigas.

Em *Caminhos e fronteiras*, Holanda (1994) lembra a pintura corporal com essas plantas que os nativos untavam-se. Se a alguns dos primeiros cronistas pareceu simples e ridículo enfeite, mostrava sua função protetora contra os mosquitos.

A pintura do corpo também é comentada por Freyre (2003) em *Casa-grande & senzala*. O emprego do urucum entre os indígenas tropicais da América é descrito como meio eficaz de proteção da ação do sol sobre a pele, das picadas de mosquitos e de outros insetos, e das oscilações de temperatura, de atração ou exibição sexual e, juntamente com o jenipapo e o vermelho de “*caraiuru*” [*Eudendrium caraiuru*], como profilático contra os maus espíritos.

Para se resguardarem das influências malignas, Gilberto Freyre lembra o uso da pintura do cabelo por várias tribos sul-americanas, da Terra do Fogo à Guiana.

As cartas de Amador Veríssimo de Aleteya, nome adotado por Luiz dos Santos Vilhena<sup>47</sup>, oferecem uma interessante caracterização da colônia portuguesa na passagem para o século XIX. Recopiladas no livro dedicado ao príncipe João em 1802, Luiz dos Santos Vilhena escreveu que, das sementes do urucum, os indígenas extraíam uma tinta, misturavam-na com óleo de jandiroba e pintavam o rosto e também seus corpos (MOTA, 1967; VILHENA; AMARAL, 1921).

Johann Baptist von Spix [1781-1826] e Carl Friedrich Philip von Martius [1794-1868], que percorrerão Ferradas [Itabuna, Bahia] em dezembro de 1818, ainda observam o preparo e o emprego do urucum:

Os camacãs, especialmente as mulheres, preparam uma tinta vermelha com as sementes do urucu (*Bixa orellana* L.) triturando-as, em água fria, até se precipitar o tegumento colorido. Formam logo, com essa substância, a orelana, em pedaços quadrados, que expõem ao sol, para secar; a fim de se utilizarem desta tinta como cosmético, trituram-na com óleo de rícino ou uma gordura animal (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 181-188).

O urucum também será considerado por Daniel P. Kidder [1815-1891], ao percorrer o Pará em 1839, um valioso produto da região. Descrito como um conhecido corante alaranjado, é um produto da árvore que os botânicos chamariam *Bixa orellana*. Segundo o viajante, a planta cresce da mesma forma e tamanho que o marmeleiro, produzindo cachos de flores vermelhas e brancas. Seu princípio corante foi largamente usado pelos indígenas na época do descobrimento. Eles faziam diversos tipos de pintura e costumavam pintar toda a superfície de seus corpos com ele. O viajante informa ainda que a preparação comercial consistia na polpa oleosa da semente, a qual era raspada, fermentada e então empacotada para exportação (KIDDER, 1845).

Observará também Hoehne (1937) que a pasta obtida das sementes do urucum seria, na época contemporânea, o cosmético de preferência dos indígenas do Mato Grosso, do Amazonas e do Pará. No Mato Grosso, as mães pintavam os filhos com essa pasta oleosa, logo depois que nasciam. E elas também aplicavam-na sobre os cabelos.

A espécie de pomada destinada a friccionar o corpo era preparada com gorduras ou azeite de origem animal, como a banha do jacaré, do iguano, ou do lambari. Essas gorduras

---

<sup>47</sup> Professor régio de língua grega na cidade de Salvador.

misturavam-se ainda quentes aos materiais corantes, adquirindo a consistência necessária à custa de outras drogas, como a da icica (*Protium icicariba*) (THEVET; PINTO, 1944).

O uso do jenipapo na pintura corporal por homens e mulheres indígenas aparece descrito no livro de cosmética francês *Toilette de flore*, embora não seja utilizado em receitas:

É uma árvore do Brasil. Seu fruto dá um suco que, embora branco no início, depois se torna preto. Os selvagens usam-no para escurecer a pele, quando vão para a guerra, para parecerem mais terríveis aos seus inimigos. As mulheres deste país pintam seus maridos de preto com esse suco, quando se cansam da cor vermelha (BUC'HOZ, 1771, p. 33, tradução nossa)<sup>48</sup>.

O fruto do jenipapo foi relatado na *Farmacopeia ulissiponense...* com virtudes medicinais: “adstringente contra os cursos do ventre, mitiga os ardores da garanta, e do estômago, aplica-se verde em cataplasma, e unguentos, contra as chagas malignas” (VIGIER, 1716, p. 423).

A América portuguesa contribuiu como exportador de materiais corantes, em especial o anil e a cochonilha (CARRARA JUNIOR; MEIRELLES, 1996). Embora de menor importância, o urucum era um produto destinado principalmente ao mercado externo, produzido pelo Pará entre 1796 e 1809; o seu principal comprador era a Inglaterra, além da Holanda e Castela (ARRUDA, 1972). Os portugueses também tiveram a oportunidade de conhecer o preto do jenipapo, usado como tinta de escrever (CARRARA JUNIOR; MEIRELLES, 1996).

Para Freyre (2003), conhecimentos úteis à atividade ou à economia doméstica transmitiram-se da cultura do indígena à civilização do colonizador europeu, que os conservou ou desenvolveu, adaptando-os às suas necessidades. Ele considerou a mulher indígena “não só a base física da família brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus, mas valioso elemento de cultura, pelo menos material, na formação brasileira” (FREYRE, 2003, não paginado).

---

<sup>48</sup> C'est un arbre du Brésil. Son fruit donne un jus qui, quoique blanc d'abord, devient noir ensuite. Les Sauvages s'en servent pour noircir leur peau, lorsqu'ils vont à la guerre, pour paroître plus effroyables à leurs ennemis. Les femmes de ce pays peignent avec ce suc leurs maris en noir, lorsqu'ils sont las de la couleur rouge (BUC'HOZ, 1771, p. 33).

### 3 A COSMÉTICA EM PORTUGAL E NA AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII

#### 3.1 FONTES, AUTORES E CIRCULAÇÃO

No Quadro 1, estão sintetizados os dados sobre as fontes impressas em vernáculo que foram exploradas neste trabalho.

**Quadro 1 – Síntese das fontes impressas em vernáculo**

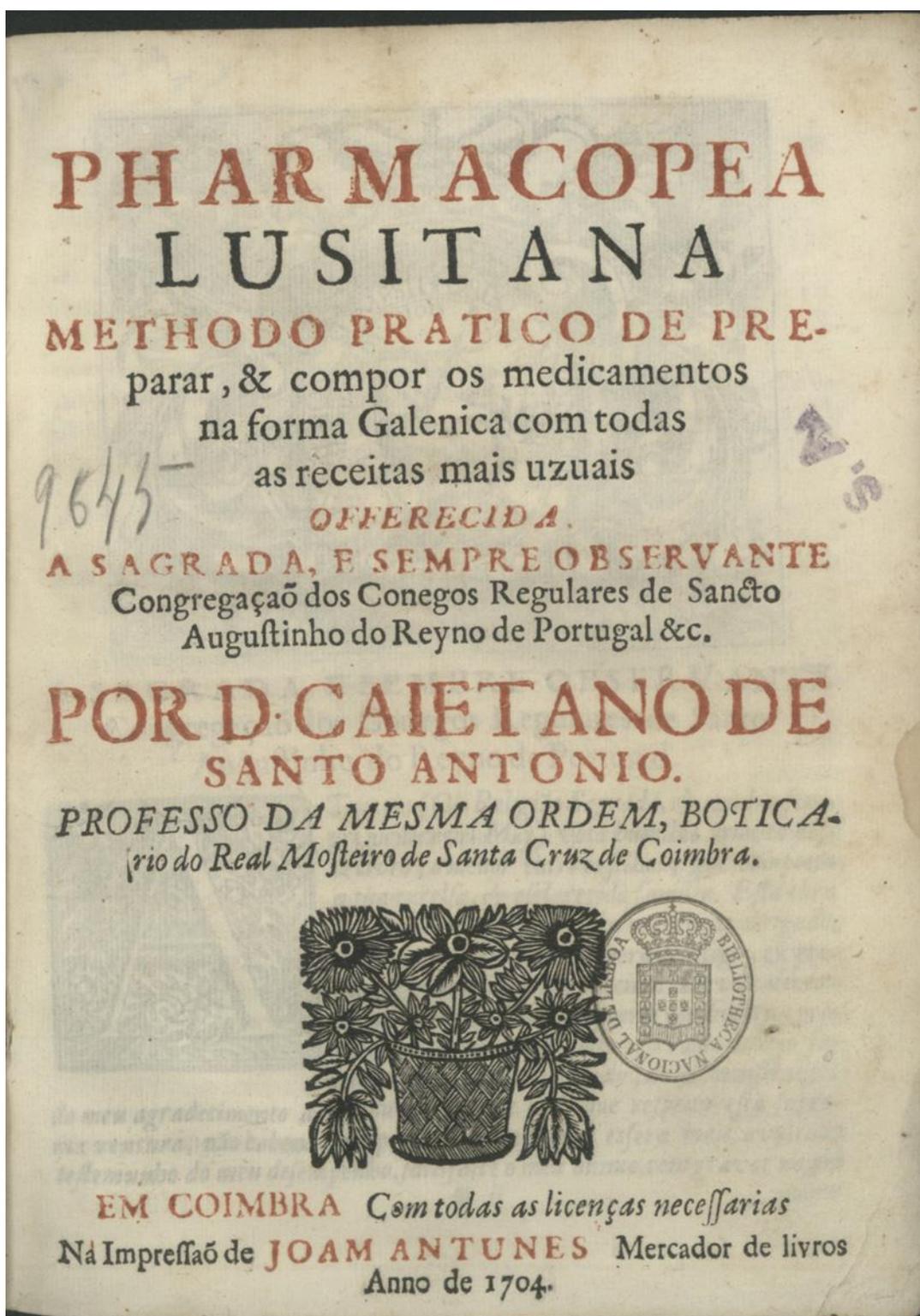
<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>
<i>Farmacopeia lusitana</i>	Caetano de Santo Antonio	1704
<i>Farmacopeia lusitana reformada</i>	Caetano de Santo Antonio	1711
<i>Tesouro apolíneo...</i>	João Vigier	1714
<i>Farmacopeia ulissiponense...</i>	João Vigier	1716
<i>Erário mineral</i>	Luis Gomes Ferreyra	1735
<i>Matéria médica...</i>	Jacob de Castro Sarmiento	1735
<i>Postila religiosa, e arte de enfermeiros</i>	Diogo Santiago	1741
<i>Farmacopeia lusitana aumentada</i>	Caetano de Santo Antonio	1754
<i>Tratado da conservação da saúde dos povos</i>	António Nunes Ribeiro Sanches	1756
<i>Farmacopeia lisbonense</i>	Manoel Joaquim Henriques de Paiva	1785
<i>Tratado da educação física dos meninos</i>	Francisco de Mello Franco	1790
<i>Tratado da educação física dos meninos</i>	Francisco José de Almeida	1791
<i>Farmacopeia geral...</i>	[Francisco Tavares]	1794

Fonte: produção do próprio autor.

A primeira fonte impressa em língua portuguesa com a qual foi possível identificar os saberes envolvendo o embelezamento foi a *Farmacopeia lusitana*<sup>49</sup>, do cónego e boticário Dom Caetano de Santo Antonio, impressa em 1704 (Figura 3), com edições em 1711, 1725 e 1754. Ela foi a primeira farmacopeia escrita na língua vernácula e recebe atenção especial neste estudo. Para Pita (1999), ela abriu uma nova página na história da farmácia portuguesa e, em sentido mais amplo, na própria história da medicina portuguesa.

<sup>49</sup> Cf. SANTO ANTONIO, 1704, 1711, 1754. Foram consultados os exemplares: edição de 1704, Biblioteca Nacional de Portugal; edição de 1711, Österreichische Nationalbibliothek; edição de 1754, Universidad Complutense de Madrid.

Figura 3 – Os livros: página de rosto da *Farmacopeia lusitana*, 1704



Fonte: Santo Antonio (1704). Biblioteca Nacional de Portugal. Obra no domínio público.

Seu autor, D. Caetano de Santo Antonio, nasceu em Buarcos, Figueira da Foz, e teria entrado para a vida religiosa em 1698. Além da função de cónego regular de Santo Agostinho,

foi boticário e professor do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. O Mosteiro tinha uma prestigiada botica e a *Farmacopeia lusitana* traduz a importância da farmácia conventual naquele período e de modo muito particular em Portugal (LEMOS, 1899; PITA; BELL, 2019).

O autor crúzio mudou-se de Coimbra para Lisboa e então exerceu a função de administrador da botica do Real Mosteiro de São Vicente de Fora. A igreja fora fundada no século XII como um mosteiro agostiniano e reconstruída entre 1582 e 1629. O Mosteiro era masculino, imediato à Sé Apostólica, e pertenceu aos cónegos regulares de Santo Agostinho até ser unido à Congregação de Santa Cruz de Coimbra. A coleção de livros era reconhecidamente bem equipada (ARAÚJO, 2003; ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 2020b; LAY, 2008; PITA, 1999; SANTO ANTONIO, 1754).

Em Lisboa, D. Caetano de Santo Antonio redigiu as edições seguintes da *Farmacopeia lusitana*, de 1711 e 1725, impressas no Real Mosteiro de São Vicente de Fora e na oficina de Francisco Xavier de Andrade. Em 1754, foi publicada pelo Real Mosteiro de São Vicente de Fora uma edição póstuma, pois D. Caetano de Santo Antonio já havia falecido (PITA, 1999; PITA; BELL, 2019; SANTO ANTONIO, 1754).

O autor apresentou as razões que o motivaram a escrever a obra. Havia a necessidade de existir uma farmacopeia em língua portuguesa, pois os boticários de Portugal recorriam a produções escritas em latim. D. Caetano de Santo Antonio referia ainda que era importante colocar à disposição deles uma farmacopeia de fácil acesso e que substituísse apontamentos considerados de pouco rigor (PITA; BELL, 2019):

[...] moveu-me a sair a público com esta obra a experiência certa e continuada da pouca ou nenhuma notícia que tem da língua latina a maior parte dos praticantes, que aprendem a arte farmacêutica, e ver também que (ou seja por imperícia do latim, ou por falta de cabedal) não compram, nem usam aqueles livros, por onde segura e acertadamente podiam dirigir-se, contentando-se só com os treslados manuscritos de um método de obrar [...] (SANTO ANTONIO, 1704, p. [5]).

D. Caetano de Santo Antonio escreveu a *Farmacopeia lusitana*, “sem o enfeite de palavras cultas, elegantes e polidas”, oferecida “só para os que principiam” (SANTO ANTONIO, 1704, p. [6]) e as receitas foram traduzidas da língua latina para o idioma português.

Como base para a sua farmacopeia, o autor recorreu a autores clássicos como Aristóteles, Teofrasto, Virgílio, Plínio, Dioscórides, Galeno, Mesué, al-Razi, Avicena, aos espanhóis João de Vigo, Luis de Oviedo, Estevão de Villas, aos portugueses como Garcia da

Orta, Amato Lusitano, Zacuto Lusitano, João Curvo Semedo, ao italiano Gabriel Falópio, entre outros. A maior contribuição veio do autor islâmico Mesué [m. 1015], notável em quase um terço das preparações indicadas na obra (PITA; BELL, 2019).

A primeira edição da *Farmacopeia lusitana*, com o subtítulo *método práctico de preparar e compor os medicamentos na forma galênica com todas as receitas mais usuais*<sup>50</sup>, in-quarto, apresenta dezesseis páginas pré-textuais, 431 páginas de texto incluindo um proémio, seguidas de uma página em branco e 24 páginas de índice. Foi impressa em Coimbra, por João Antunes<sup>51</sup> (Figura 3). O autor obteria, em 1705, o privilégio real de dez anos “para que nestes reinos e seus senhorios nenhum impressor livreiro, ou outra alguma pessoa” pudesse “imprimir, vender, nem trazer de fora do reino” (SANTO ANTONIO, 1704, p. [7]).

O texto, além do proémio, apresenta os seguintes tratados:

- a) *tratado I, dos Cânones de Mesué;*
- b) *tratado II, da eleição de vários simples;*
- c) *tratado III, das águas compostas, vinagres, e vinhos;*
- d) *tratado IV, dos eclegmas, ou “lochs”, cozimentos, e conservas;*
- e) *tratado V, dos xaropes simples, e compostos;*
- f) *tratado VI, dos electuários purgantes, “hieras”, e confeições, cordiais, e opiatos;*
- g) *tratado VII, das pímulas;*
- h) *tratado VIII, dos trociscos;*
- i) *tratado IX, dos colírios, e algumas receitas de pós magistras;*
- j) *tratado X, dos óleos;*
- k) *tratado XI, dos unguentos;*
- l) *tratado XII, dos emplastos, e cerotos;*
- m) *tratado dos pesos, e medidas mais usuais.*<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> Cf. SANTO ANTONIO, 1704.

<sup>51</sup> João Antunes havia estabelecido uma imprensa em 1692 e a manteve até 1731, quando faleceu (CARVALHO, 1868).

<sup>52</sup> *Tratado I, dos Canones de Mesue; tratado II, da eleição de vários simples; tratado III, das agoas compostas, vinagres, & vinhos; tratado IV, dos elegmas, ou lochs, cozimentos, & conservas; tratado V, dos xaropes simples, & compostos; tratado VI, dos electuarios purgantes, hieras, & confeçoens cordeais, & opiatas; tratado VII, das pirolas; tratado VIII, dos trochiscos; tratado IX, dos collyrios, & algũas receitas de pøs magistralis; tratado X, dos oleos; tratado XI, dos unguentos; tratado XII, dos emplastos, & cerotos; tratado dos pezos, & medidas mais uzuais* (SANTO ANTONIO, 1704).

O autor agrupou diversas formulações nos tratados III ao XII, de acordo com os títulos das mesmas e consoante as suas formas de apresentação ou formas farmacêuticas – algumas dessas persistiram até a atualidade.

Nessa primeira edição, nota-se que o uso de algumas preparações não aparece e os títulos delas não são precisos, como ocorre com *Unguento refrigerante de Galeno*<sup>53</sup> – a função dessa formulação é detalhada adiante neste trabalho.

A orientação galênica da *Farmacopeia lusitana* foi alterada para galênica e química na edição seguinte: *Farmacopeia lusitana reformada*, com o subtítulo *método prático de preparar os medicamentos na forma galênica e química*<sup>54</sup>, de 1711. O autor crúzio explicou as circunstâncias que o levaram a atualizar a primeira edição, pois a química já era introduzida na arte farmacêutica:

[...] depois que o Norte introduziu a química se tem apurado tanto esta importantíssima arte, que parece outra muito diferente do que foi no seu princípio; este é o motivo que me obrigou a expor os desvelos da minha curiosidade à tua censura, se não quiseses, que seja ao teu proveito, se professas esta arte, ou ao teu interesse, se necessitas de remédios; e cortando por todos os escândalos da maledicência me resolvi, censor de mim mesmo, a reformar a minha *Farmacopeia lusitana*, acrescentando-lhe as receitas e doutrinas modernas que talvez não chegariam à tua notícia por imperícia da inteligência das diferentes línguas em que os estrangeiros escreveram, e com o desejo da utilidade pública me capacitei para entender a língua francesa e italiana, valendo-me destes idiomas para utilizar os naturais primeiro que os estranhos, dirigindo-se este desvelo a que a medicina dogmática (sem faltar ao método galênico praticado felizmente no nosso clima) se aproveitasse dos remédios químicos, que tem aprovado a experiência com maravilhosos efeitos (SANTO ANTONIO, 1711, fólio 3r).

Essa segunda edição foi impressa no Real Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa e apresenta 494 páginas de texto dividido em doze tratados:

- a) *tratado I, da definição dos medicamentos, e sua eleição;*
- b) *tratado II, dos pesos, e medidas, e de alguns nomes, pelos quais várias vezes se pedem muitas medicinas;*
- c) *tratado III, das águas compostas, vinagres, vinhos, e arrobes;*
- d) *tratado IV, dos eclegmas, ou “lochs”, conservas, e cozimentos usuais;*
- e) *tratado V, dos xaropes assim compostos, como símlices;*

<sup>53</sup> “Este unguento toma o nome do efeito que faz, e o sobrenome do autor que o inventou que foi Galeno, e alguns lhe chamam *Ceroto refrigerante*, mas com o nome de unguento mais ordinariamente se pede [...]”, *Unguento refrigerante de Galeno*, tratado XI (SANTO ANTONIO, 1704, p. 374-375).

<sup>54</sup> Cf. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 2018; SANTO ANTONIO, 1711.

- f) *tratado VI, dos electuários purgantes, “hieras”, confeições, cordiais, e opiatos;*
- g) *tratado VII, das pílulas, e extratos;*
- h) *tratado VIII, dos trociscos;*
- i) *tratado IX, dos colírios, pós, e talhadas;*
- j) *tratado X, dos óleos, e bálsamos;*
- k) *tratado XI, dos unguentos, e linimentos;*
- l) *tratado XII, dos emplastos, e cerotos.*<sup>55</sup>

Na segunda edição foram inseridos como referências os autores franceses Moizes Charas [1618-1698] e Nicolas Lemery [1645-1715]. O número de fórmulas quase triplicou, chegando a 1050, e os dois autores fornecem 47% das fórmulas (DIAS; PITA, 1994).

Nicolas Lemery foi professor de medicina na Universidade de Paris e autor da *Pharmacopée universelle*<sup>56</sup>, cujos escritos gozavam da estima de D. Caetano de Santo Antonio. A *Farmacopeia lusitana* incluiu nessa edição as indicações terapêuticas das preparações e mencionava a preocupação com a segurança das preparações: “[...] escrevo nesta *Farmacopeia* muitos remédios químicos com o modo mais fácil de os preparar, escrevendo também as virtudes e doses, para quem com mais segurança se apliquem [...]” (SANTO ANTONIO, 1711, fólho 3r).

A aprendizagem da arte farmacêutica parecia ocorrer em um processo desvinculado da escola, conforme intenção exposta pelo autor:

Não é o meu interesse escrever para os insignes farmacêuticos desta corte, que não sou tão desvanecido, que entenda posso dar regras a quem pode ser a norma da farmácia, faço fim esta obra para que os praticantes com maior facilidade se instruem na arte que aprendem, porque na falta dos livros precisamente necessários acharão neste volume as receitas, que até o tempo presente estão em uso [...] (SANTO ANTONIO, 1711, fólho 3r).

---

<sup>55</sup> *Tratado I, da definiçam dos medicamentos, & sua eleyção; tratado II, dos pesos, e medidas, e de alguns nomes, pelos quaes varias vezes se pedem muytas medicinas; tratado III, das agoas compostas, vinagres, vinhos, & arrobes; tratado IV, dos eclegmas, ou lochs, conservas, & cozimentos uzuais; tratado V, dos xaropes assim compostos, como simplices; tratado VI, dos electuarios purgantes, hieras, confeiçãoens, cordeaes, & opiatas; tratado VII, das pirolas, & extractos; tratado VIII, dos trochiscos; tratado IX, dos collyrios, pós, & talhadas; tratado X, dos oleos, & balsamos; tratado XI, dos unguentos, & linimentos; tratado XII, dos emplastos, & cerotos (SANTO ANTONIO, 1711).*

<sup>56</sup> Cf. LEMERY, 1716b.

Já a quarta edição da *Farmacopeia lusitana*, ou *Farmacopeia lusitana aumentada: método prático de preparar os medicamentos na forma galênica, e química*<sup>57</sup>, de 1754, foi publicada pelo Real Mosteiro de São Vicente de Fora, apresenta 457 páginas e está dividido nas seguintes seções:

- a) *tratado I, da definição dos medicamentos, e sua eleição;*
- b) *tratado II, dos pesos e medidas, e de alguns nomes, pelos quais várias vezes se pedem muitas medicinas;*
- c) *tratado III, das águas compostas, vinagres, vinhos, e arrobes;*
- d) *tratado IV, dos eclegmas, ou “loch”, conservas, e cozimentos usuais;*
- e) *tratado V, dos xaropes assim compostos como simples;*
- f) *tratado VI, dos electuários purgantes, “hieras”, confeições, cordiais, e opiatos;*
- g) *tratado VII, das pílulas, e extratos;*
- h) *tratado VIII, dos trociscos;*
- i) *tratado IX, dos colírios, pós, e talhadas;*
- j) *tratado X, dos óleos, e bálsamos;*
- k) *tratado XI, dos unguentos, e linimentos;*
- l) *tratado XII, dos emplastos, e cerotos;*
- m) *tratado XIII, Léxicon farmacêutico, em que se dá etimologia a muitos nomes, e termos farmacêuticos, tirado de vários autores antigos, e modernos: e assim este nome léxicon se deriva do grego léxis, que quer dizer dicção, e vale o mesmo, que vocabulário, ou dicionário.*<sup>58</sup>

No tratado primeiro, é possível encontrar muitos simples, com suas virtudes e doses, com os quais poderiam divertir-se os curiosos e também estudar os praticantes quando fossem examinados. O autor explicava a edição aumentada:

---

<sup>57</sup> Cf. SANTO ANTONIO, 1754.

<sup>58</sup> *Tratado I, da diffinição dos medicamentos, e sua eleição; tratado II, dos pesos e medidas, e de alguns nomes, pelos quaes varias vezes se pedem muitas medicinas; tratado III, das agoas compostas, vinagres, vinhos, e arrobes; tratado IV, dos eclegmas, ou loch, conservas, e cozimentos usuaes; tratado V, dos xaropes assim compostos como simplices; tratado VI, dos electuarios purgantes, hieras, confeições, cordiaes, e opiatas; tratado VII, das pilulas, e extractos; tratado VIII, dos trochiscos; tratado IX, dos collyrios, pós, e talhadas; tratado X, dos oleos, e balsamos; tratado XI, dos unguentos, e linimentos; tratado XII, dos emplastos, e cerotos; tratado XIII, Lixicon pharmaceutico, em que se dá ethimologia a muitos nomes, e termos pharmaceuticos, tirado de vários auctores antigos, e modernos: e assim este nome lexicon se deriva do grego lexis, que quer dizer dicção, e val o mesmo, que vocabulario, ou dicionário* (SANTO ANTONIO, 1754).

Por aumento deste primeiro tratado escrevemos os símplices mais usuais, porque a isso nos obrigam alguns amigos, e juntamente, porque desejamos, que os principiantes se aproveitem do nosso trabalho, e estudo, escrevendo-os em idioma pátrio, para que os que não são latinos saibam o que hão de responder, quando depois de bons práticos forem examinados nesta corte, no tribunal do senhor físico-mor (SANTO ANTONIO, 1754, p. 16).

No tratado segundo, são vistos como os medicamentos produziam os efeitos. Do tratado terceiro até o tratado doze, encontram-se várias receitas galênicas e químicas, seguindo o mesmo método da segunda impressão reformada. É adicionado, no fim da obra, um léxico farmacêutico para que o leitor encontrasse o que estava disperso em muitos livros (SANTO ANTONIO, 1754).

Borrego (2009) estudou 36 inventários de agentes mercantis que atuaram na capital paulista no Setecentos e identificou livros de ciências médicas e naturais, tanto nos estabelecimentos comerciais quanto nas bibliotecas particulares. Entre os autores que compunham a livraria da botica de Manuel José da Cunha, por exemplo, consta Caetano de Santo Antonio.

A *Farmacopeia lusitana* circulou na cidade do Rio de Janeiro, conforme consta na avaliação dos bens da loja de José de Sousa Teixeira realizada em 1794 (SILVA, 2013) e no inventário do boticário Antônio Pereira Ferreira realizado em 1798 (ABREU, 2001; CAVALCANTI, 2004). A obra de Caetano de Santo Antonio também apareceu na livraria da fazenda fluminense de Santo Ignácio nos Campos Novos (GESTEIRA; TEXEIRA, 2009). Um manuscrito da *Farmacopeia lusitana reformada* também foi localizado em uma coleção da Torre do Tombo.

Algumas informações para o estudo do embelezamento foram obtidas ainda com *Tesouro apolíneo galênico, químico...*<sup>59</sup>, de 1714, que traz uma seção voltada para os cosméticos, seguido da *Farmacopeia ulissiponense, galênica, e química...*<sup>60</sup>, de 1716, escritas por João Vigier. O autor nasceu em Espondeilhan e era sobrinho de Pierre Donadieu, boticário da rainha D. Maria Francisca de Saboia [1646-1683], casada em 1666 com o rei português D. Afonso VI e em 1668 com seu irmão, o futuro D. Pedro II. João Vigier chegou a Lisboa antes de 1682 e exerceu a farmácia com o tio (DIAS; PITA, 1994; LEMOS, 1899).

*Tesouro apolíneo...* refletia a sua experiência na atividade prática da dispensação de medicamentos. João Vigier pretendia que os lusitanos tivessem na sua língua pátria algum compêndio medicinal, tal como ocorria na França. Assim, ele desejou descrever tanto

---

<sup>59</sup> Cf. VIGIER, 1714. Foi consultado um dos exemplares da Universidad Complutense de Madrid.

<sup>60</sup> Cf. VIGIER, 1716. Foi consultado o exemplar da Universidad Complutense de Madrid.

medicamentos de maior preciosidade para os ricos, quanto remédios muito bons, experimentados e de baixo custo ou facilmente acessíveis para os pobres. Sua motivação ficou explícita no subtítulo do livro: *compêndio de remédios para ricos e pobres*<sup>61</sup>. Impressa na Oficina Real Deslandesiana, a obra apresenta um texto dividido em duas partes, com 51 e 32 capítulos, seguidas de um índice, com 518 páginas:

- a) *primeira parte, dos remédios para as doenças interiores;*
- b) *segunda parte, dos remédios para as doenças exteriores*<sup>62</sup>.

Já a *Farmacopeia ulissiponense...* inovou por conter uma seção dirigida para as operações envolvidas na preparação de medicamentos químicos (DIAS; PITA, 1994; LEMOS, 1899). Contém um *Tratado das virtudes e descrições de diversas plantas e partes de animais do Brasil e das mais partes da América, ou Índia Ocidental, de algumas do Oriente descobertas no último século, tiradas de Guilherme Piso, Monardes, Clusius, Acosta, e de outros*<sup>63</sup>. Impressa na Oficina de Pascoal da Sylva, apresenta 475 páginas de texto dividido em quatro partes (com seis, dois, doze e quatro capítulos) seguidas de uma quinta parte:

- a) *primeira parte;*
- b) *segunda parte, várias preparações simples e compostas;*
- c) *terceira parte, das preparações e composições internas;*
- d) *quarta parte, das composições que se aplicam exteriormente;*
- e) *quinta parte, várias preparações das medicinas químicas*<sup>64</sup>.

Nos textos de Vigier, aparece o diálogo servindo a um propósito pedagógico claro: iniciar os neófitos farmacêuticos nos princípios e práticas fundamentais da profissão de uma forma que convidasse a sua participação. Tal tradição já foi observada, ainda que de forma muito rudimentar, no *Compendium aromatariorum* (VOS, 2019).

Outra fonte útil ao estudo sobre o embelezamento foi o *Erário mineral*<sup>65</sup>, de autoria do cirurgião Luis Gomes Ferreyra, natural de São Pedro de Rates e assistente em Minas

---

<sup>61</sup> [...] *compêndio de remedios para ricos, & pobres* (VIGIER, 1714).

<sup>62</sup> *Primeyra parte, dos remedios para as doenças interiores; segunda parte, dos remedios para as doenças exteriores* (VIGIER, 1714).

<sup>63</sup> *Tratado das virtudes, e descripçoens de diversas plantas, & partes de animaes do Brasil, & das mais partes da America, ou India Occidental, de algumas do Oriente descubertas no ultimo seculo, tiradas de Guilherme Pison, Monardo, Clusius, Acosta, & de outros* (VIGIER, 1716).

<sup>64</sup> *Primeyra parte; segunda parte, varias preparaçoens simplices, & compostas; terceira parte, das preparaçoens, & composçoens internas; quarta parte, das composçoens que se applicaõ exteriormente; quinta parte, varias preparaçoens das medicinas chymicas* (VIGIER, 1716).

Gerais por vinte anos (FERREYRA, 1735). Os ganhos decorrentes da ocupação e a falta de médicos na região levaram-no a continuar o seu ofício, especialmente com aqueles que estavam envolvidos diretamente ou indiretamente na mineração (FIGUEIREDO; CASTRO, 2011).

Luis Gomes Ferreyra morou em Lisboa e, em 1705, já participava de sessões de anatomia junto ao Hospital Real. Clinicou em Vila do Conde. Em 1707, encontrava-se na Cidade da Bahia de Todos os Santos. Após regresso ao reino, ele voltaria em 1708 à Bahia e permaneceria entre 1710 e 1731 em Minas Gerais – Sabará, Ribeirão do Carmo (Mariana), Ribeirão Abaixo e Vila Rica do Ouro Preto. Retornaria para Lisboa em 1732 e, em 1733, estaria vivendo no Porto (BOXER, 1969, 1973; FERREIRA; FURTADO, 2002; SANTOS FILHO, 1991).

O *Erário mineral* começou a ser escrito enquanto vivia na América portuguesa, mas foi publicado em Portugal em 1735, pela oficina de Miguel Rodrigues de Lisboa, tendo outra edição em 1755, pela oficina de Manoel da Silva (BOXER, 1969). A tipografia de Miguel Rodrigues, impressor do Cardeal Patriarca, funcionou entre 1726 e 1775, com publicações de diversos tipos de obras incluindo as de farmácia, ainda sob um forte galenismo (FERREYRA, 1735; FURTADO, 2002; LEMOS, 1899; MARQUES, 2015; RUSSELL-WOOD, 1977).

O cirurgião Luis Gomes Ferreyra requereu ao governo real a “provisão de privilégio” em 22 de dezembro de 1735, alegando uma “notável despesa”, e então nenhum livreiro ou outra pessoa pôde durante dez anos imprimir, vender ou mandar vir de fora do reino o seu livro (SANTOS FILHO, 1991).

O autor recorreu aos autores clássicos como Hipócrates, Galeno, Avicena, Mesué, Paulo Egineta, aos italianos João Batista Silvatico e Guido Guidi e aos portugueses João Rodrigues de Castelo Branco [Amato Lusitano], Zacuto Lusitano e João Curvo Semedo, entre outros.

O texto da primeira edição apresenta-se dividido em doze tratados, seguido de um índice:

- a) *tratado I, da cura das pontadas pleuríticas, e suas observações;*
- b) *tratado II, das obstruções;*
- c) *tratado III, da miscelânea de vários remédios, assim experimentados e inventados pelo autor, como escolhidos de vários para diversas enfermidades;*

---

<sup>65</sup> Cf. FERREIRA; FURTADO, 2002; FERREYRA, 1735. Além da obra em português atualizado, foi também consultado o exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil.

- d) *tratado IV, das deslocações, fraturas e suas observações;*
- e) *tratado V, da rara virtude do óleo de ouro; das muitas enfermidades para que serve, e observações de curas excelentíssimas, que com ele se têm feito;*
- f) *tratado VI, dos segredos, ou remédios particulares, que o autor faz manifestos para utilidade do bem comum;*
- g) *tratado VII, dos formigueiros, e outras doenças comuns nestas Minas;*
- h) *tratado VIII, da enfermidade a que chamam corrupção do bicho, suas causas, seus sinais, seus prognósticos, sua cura, e suas observações;*
- i) *tratado IX, dos resfriamentos;*
- j) *tratado X, dos danos que faz o leite, melado, aguardente de cana, e advertências para conservação da saúde;*
- k) *tratado XI, dos venenos, e mordeduras venenosas;*
- l) *tratado XII, do escorbuto ou mal de Luanda;*
- m) *índex das coisas mais notáveis que se contêm neste livro*<sup>66</sup>.

Essa estrutura do *Erário Mineral*, organizada em doze tratados, assemelha-se a um dos primeiros tratados de geologia da Idade Moderna. Georgii Agricolae, nascido em Glauchau, Saxônia, em 1494, praticava medicina na Boêmia, uma das maiores áreas de mineração da Europa. Os doze livros da obra *De re metallica*, publicado em 1556, um ano após sua morte, continuou durante dois séculos como a obra fundamental da técnica mineral (FIGUEIREDO; CASTRO, 2011; ROSSI, 2001).

Com relação ao *Erário Mineral*, autor e obra circularam na América portuguesa. Villalta (1999) examinou 76 bibliotecas encontradas em 911 inventários existentes em Mariana, referentes ao período de 1714 a 1822, contabilizando 1253 obras, e cita Luis Gomes Ferreyra como um dos autores. Além disso, cartas entre o caixa e administrador dos contratos

---

<sup>66</sup> *Tratado I, da cura das pontadas pleuríticas, e suas observaçoens; tratado II, das obstrucçoens; tratado III, da miscellania de varios remedios, assim experimentados, e inventados pelo autor, como escolhidos de varios para diversas enfermidades; tratado IV, das deslocaçoens, fracturas e suas observaçoens; tratado V, das deslocaçoens, fracturas e suas observaçoens; tratado V, da rara virtude do oleo de ouro; das muytas enfermidades para que serve, e observaçoens de curas excellentissimas, que com elle se tem feyto; tratado VI, dos segredos, ou remedios particulares, que o autor faz manifestos para utilidade do bem commum; tratado VII, dos formigueyros, e outras doenças communs nestas Minas; tratado VIII, da enfermidade, a que chamaõ corrupção do bicho, suas causas, seus sinaes, seus prognosticos, sua cura, e suas observaçoens; tratado IX, dos resfriamentos; tratado X, dos danos, que faz o leyte, mellado, agua ardente de cana, e advertencias para conservaçaõ da saude; tratado XI, dos venenos, e mordeduras venenosas; tratado XII, do escorbuto, ou mal de Loanda; index das cousas mais notaveis, que se contem neste livro* (FERREYRA, 1735).

dos dízimos na capitania de Minas Gerais, de 1741 a 1750, o capitão Manuel Ribeiro dos Santos e também advogado em Vila Rica, e Jerônimo Roiz Airão, morador em Lisboa, revelam encomendas de livros. Algumas delas são repetidas em ocasiões diferentes, como o pedido para o *Erário Mineral*, cujo autor “morou nestas Minas e curou por cirurgia nelas” (DINIZ, 1959; MORAES, 1979; SILVA, 2002).

O *Erário mineral* terá sua importância reconhecida na lista das obras existentes sobre o Brasil nas “Memórias” sobre Zoologia e Botânica do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira durante a sua viagem filosófica de 1783 a 1792 (FERREIRA, 1972).

A obra de Luis Gomes Ferreyra seria o primeiro tratado em português que descrevia práticas médicas na região das minas. Relatava a longa experiência de Ferreyra com colonos europeus, indígenas e especialmente africanos escravizados. Além de fornecer um quadro detalhado das principais doenças endêmicas, o autor também descrevia os métodos regionais de cura mais eficazes (WALKER, 2013). A obra pode ser entendida como um guia para o atendimento cotidiano às populações, considerando as doenças existentes, a necessidade de improvisar a terapêutica, a escassez de médicos (WISSENBACH, 2002). O autor, que não era médico, justificava que a cirurgia era parte inseparável da medicina e os cirurgiões supriam a falta daqueles (FERREYRA, 1735; FERREIRA; FURTADO, 2002).

Nesta pesquisa foram ainda estudadas obras de outros autores portugueses, entre as quais *Matéria médica...*<sup>67</sup>, do médico português Jacob de Castro Sarmiento (Figura 4), *Postila religiosa, e arte de enfermeiros*<sup>68</sup> do frei Diogo Santiago e *Tratado da conservação da saúde dos povos*<sup>69</sup>, do médico português António Nunes Ribeiro Sanches (Figura 5).

Jacob de Castro Sarmiento (Figura 4) nasceu na cidade de Bragança. Estudou na Universidade de Évora, onde recebeu o grau de mestre em artes em 1710. Foi para Coimbra estudar medicina, concluindo o curso em 1717, e por poucos anos residiu em Portugal. Em 1721, fixou residência em Londres. Foi admitido no Colégio Real dos Médicos em 1725, na Real Sociedade de Londres em 1730 e foi graduado doutor na Universidade de Aberdeen em 1739. Foi preparador das “Águas de Inglaterra”, cuja composição incluía a quina. O diversificado legado escrito de Jacob de Castro Sarmiento foi publicado exclusivamente em prelos londrinos, de um modo geral na língua portuguesa (HERSON, 2003; LEMOS, 1899;

---

<sup>67</sup> Cf. SARMENTO, 1735. Foi consultado o exemplar do Wellcome Collection.

<sup>68</sup> Cf. SANTIAGO, 1741. Foi consultado o exemplar do Wellcome Collection.

<sup>69</sup> Cf. SANCHES, 1756, 2003. Foram consultados o exemplar da Universidad Complutense de Madrid e a publicação do Centro de Estudos Judaicos da Universidade da Beira Interior.

MARQUES, 2015; MIRA, 1947). Para Lemos (1899, v. II, p. 74), foi “um dos espíritos mais cultos”.

**Figura 4 – O rosto dos autores: Jacob de Castro Sarmiento**



Fonte: Houston e Pine ([ca. 1750?]). Biblioteca Nacional de Portugal. Obra no domínio público.

A *Matéria médica...* é a sua obra principal, publicada em Londres entre 1731 e 1758. Influenciada pelas ideias de Herman Boerhaave, é extremamente notável por sua clareza na exposição acompanhada de rigor científico (LEMOS, 1899). Traz alguns apontamentos sobre as virtudes dos banhos. É dividida em duas partes: a primeira trata dos medicamentos do reino mineral e a segunda, não tão desenvolvida, dos pertences aos reinos vegetal e animal (LEMOS, 1899; MIRA, 1947). Para essa pesquisa, recorreu-se à primeira parte. Seguido de um *Índex*<sup>70</sup> e de uma *Dissertação latina sobre a inoculação das bexigas*, seu texto de 538 páginas divide-se em oito capítulos:

- a) cap. I, *Dos metais*;
- b) cap. II, *Dos sais*;
- c) cap. III, *Das pedras*;

---

<sup>70</sup> *Índex* (SARMENTO, 1753).

- d) cap. IV, *Das terras*;
- e) cap. V, *Dos enxofres*;
- f) cap. VI, *Dos semimetais*;
- g) cap. VII, *Das águas doces, e minerais*;
- h) cap. VIII, *Dos principais remédios do presente estado da Matéria Médica*<sup>71</sup>.

Alguns apontamentos sobre os banhos dos doentes são fornecidos pela *Postila religiosa, e arte de enfermeiros*, a primeira obra escrita em português com ensinamentos para a realização dos cuidados de enfermagem, de autoria do frei Diogo Santiago, religioso da Ordem Hospitaleira de São João de Deus. Essa destinava-se explicitamente à formação dos noviços do convento de Elvas em Portugal (CRISTO NETO; FULGÊNCIO, 2010). O texto de trezentas páginas divide-se em três tratados, com cinco, 59 e sete capítulos, respectivamente, seguidos de um *Índice dos lugares da sagrada escritura* e um *Índice das cousas mais notáveis deste livro* (SANTIAGO, 1741).

Os trabalhos mais notáveis de António Nunes Ribeiro Sanches (Figura 5) são de higiene (MIRA, 1947). E o *Tratado da conservação da saúde dos povos* trata-se da obra portuguesa do século XVIII mais notável sobre higiene, de acordo com Lemos (1899). Ela é representativa de uma literatura médica na qual se evidencia o pragmatismo da medicina luso-americana, afinada com a perspectiva iluminista acerca da saúde das populações (ABREU, 2011).

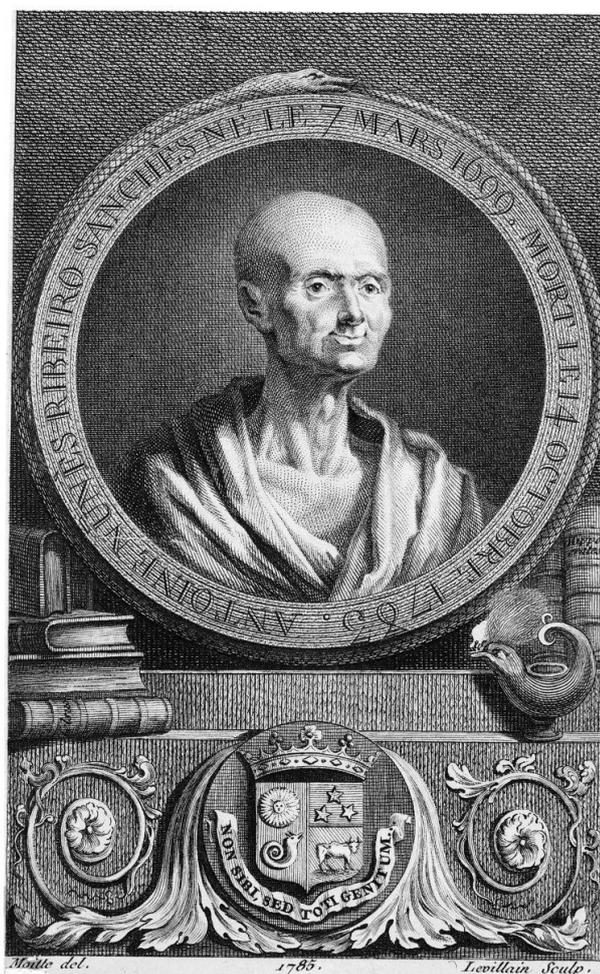
A edição original era de 1756, impressa em Paris. Apresentava um texto de 293 páginas, dividido em 31 capítulos e um apêndice chamado *Considerações sobre os terremotos*<sup>72</sup> (SANCHES, 1756). Teve edição corrigida em 1757 pela oficina de Joseph Filipp, em Lisboa (LE MOS, 1899; MARQUES, 2015). A portabilidade da obra – vinte centímetros de altura – e a sua sobriedade gráfica confirmam a tendência das edições de meados do Setecentos, representando uma transição entre os fólhos pesados do início do século e as edições menores do final do mesmo (MARQUES, 2015).

---

<sup>71</sup> Cap. I, *Dos metaes*; cap. II, *Dos Saes*; cap. III, *Das Pedras*; cap. IV, *Das Terras*; cap. V, *Dos Enxofres*; cap. VI, *Dos Semi-Metaes*; cap. VII, *Das Agoas Doces, e Mineraes*; cap. VIII, *Dos principaes Remedios do Presente Estado da Materia Medica* (SARMENTO, 1735).

<sup>72</sup> *Consideraçõins sobre os Terremotos...* (SANCHES, 1756).

**Figura 5 – O rosto dos autores: António Nunes Ribeiro Sanches**



Fonte: Levillain (1785). Wellcome Collection. Marca de Domínio Público.

Se o desenvolvimento da medicina em Portugal no século XVI devia-se à presença de numerosos cristãos-novos (STOLS, 2014), a medicina portuguesa do século XVIII deve o seu esplendor a António Ribeiro Sanches. Nasceu em Penamacor, estudou filosofia e medicina de 1716 a 1719 em Coimbra, mas foi em 1724 que obteve o grau de doutor em Salamanca. O autor conheceu as maiores sumidades da ciência médica do seu tempo e mantinha correspondências com seu sobrinho Manoel Joaquim Henriques de Paiva (LEMOS, 1899; SARAIVA, 1967).

António Nunes Ribeiro Sanches saiu permanentemente de Portugal, embarcando para Gênova em 1726. Trabalhou em Londres entre 1726 e 1728, visitou a Universidade de Montpellier em 1728 e frequentou a Universidade de Leiden entre 1730 e 1731, tornando-se aluno de Boerhaave. Por recomendação desse, viajou para a Rússia, vindo a ocupar cargos importantes na corte dos czares de 1731 a 1747. Foi nomeado para São Petersburgo em 1733.

No ano seguinte, foi médico do exército e, em 1740, foi médico da corte. Fixou-se em Paris a partir de 1747 e conviveu com d'Alembert, Diderot, Buffon, Andry, Vicq d'Azyr, Falconet, Delisle e com outros homens de ciências e de letras, ligados ao movimento da *Encyclopédie*, até seu falecimento. Teve rede de correspondência em Portugal, Espanha, Itália, Inglaterra, Holanda, Rússia e China (ARAÚJO, 2003; GOLVERS, 2011; LEMOS, 1899; MIRA, 1947; PORTER; VIGARELLO, 2012).

As obras de António Nunes Ribeiro Sanches estão entre as mais importantes que emergiram do ambiente intelectual português setecentista e que refletiram na maneira como Sebastião José de Carvalho e Melo pensava sobre os problemas ao tomar posse em 1750. Consultado por Carvalho e Melo, Ribeiro Sanches, que já em 1735 divulgara um *Plano de reforma do ensino português*, respondeu em 1763 com o seu *Método para aprender e estudar a medicina* (SANTOS FILHO, 1991). Ribeiro Sanches defendia a intensificação da ação do Estado, particularmente em dois domínios, o da educação e o da medicina (BOTO, 1998).

O *Tratado da conservação da saúde dos povos* é um dos títulos encontrados nas bibliotecas de Mariana, de acordo com o estudo de Villalta (1999) referente ao período de 1714 a 1822. A obra de Sanches constará no inventário dos bens móveis do cirurgião-mor da capitania de Minas Gerais, Antonio Joze Vieira de Carvalho, falecido em 1818 (ELEIÇÃO, 1905). O tratado também circulou na cidade do Rio de Janeiro, conforme consta no inventário do boticário Antônio Pereira Ferreira realizado em 1798 (CAVALCANTI, 2004).

Neste estudo, foram analisados também os saberes sobre o embelezamento que apareceram na primeira edição da *Farmacopeia lisbonense ou coleção dos símplies, preparações, e composições mais eficazes, e de maior uso*<sup>73</sup>, de 1785, escrita pelo médico e boticário Manoel Joaquim Henriques de Paiva (Figura 6), a qual marcou o final da publicação das farmacopeias não oficiais (PAIVA, 1785; PITA; BELL, 2019). De acordo com Pita (2008), Manoel Joaquim Henriques de Paiva era provavelmente o principal difusor científico em Portugal entre o final do século XVIII e o início do século XIX, e a *Farmacopeia lisbonense* deve ser assumida como um texto preliminar essencial da primeira farmacopeia oficial, a *Farmacopeia geral para o reino e domínios de Portugal*<sup>74</sup> de 1794. Ambas as obras foram incluídas neste trabalho para a análise.

---

<sup>73</sup> Cf. PAIVA, 1785. Foi consultado o exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil.

<sup>74</sup> Cf. PORTUGAL, 1794a, 1794b. Foram consultados os exemplares da Universidad Complutense de Madrid.

**Figura 6 – O rosto dos autores: Manoel Joaquim Henriques de Paiva**



Fonte: Silva e Neves ([ca. 1790]). Biblioteca Nacional de Portugal. Obra no domínio público.

Manoel Joaquim Henriques de Paiva foi o responsável pela disseminação de textos de autores estrangeiros como Carl von Linné, Tissot, Buchan<sup>75</sup>, Plenck, Brown. Era irmão mais novo do médico José Henriques Ferreira e filho do boticário António Ribeiro de Paiva, que era irmão de António Nunes Ribeiro Sanches – e com o qual Manoel Joaquim Henriques de Paiva mantinha contato.

Como foi apontado, no século XVIII, a América portuguesa era uma região de emigração de unidades familiares, muito maior do que nos dois séculos anteriores (RUSSELL-WOOD, 1998a). A emigração da família do médico que acompanhava D. Luís de Almeida Portugal foi um exemplo. José Henriques Ferreira trouxe de Portugal o pai e o seu irmão Manoel Joaquim Henriques de Paiva<sup>76</sup>, com dezessete anos de idade.

<sup>75</sup> Traduziu *Avis au peuple sur sa santé*, de Tissot, e *Domestic medicine*, de Buchan.

<sup>76</sup> Araújo (2003) afirma que Manoel Joaquim Henriques de Paiva foi natural de Pernambuco; de acordo com Lemos (1899), Herson (2003) e Marques (2015), ele nasceu em Castelo Branco, Portugal.

Em Salvador, a família Paiva abriu uma botica bem equipada que logo se tornou bem conhecida. Quando o marquês de Lavradio transferiu-se para o Rio de Janeiro para assumir o cargo de vice-rei do Estado do Brasil, a família mudou-se também. O jovem Manoel Joaquim Henriques de Paiva submeteu-se a exame de boticário em 1770 e posteriormente dirigiu a seção de Farmácia da Academia Fluminense Médica, Cirúrgica, Botânica, Farmacêutica, inaugurada em 1772 pelo seu irmão (SANTOS FILHO, 1991; SILVA, 2013).

Manoel Joaquim Henriques de Paiva estudou medicina na Universidade de Coimbra logo após a Reforma universitária, quando a cátedra era ocupada por Antonio José Pereira e Francisco Tavares, formando-se em 1781. Trabalhou no Laboratório Químico da Universidade de Coimbra, foi médico da Real Câmara, censor régio da Mesa do Desembargo do Paço, deputado da Junta do Protomedicato, membro da Academia de Ciências de Estocolmo, da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Academia Médica de Madrid. Pertenceu também à Sociedade Econômica de Harlem e à Sociedade de História Natural de Uppsala, apadrinhada por Carl von Linné.

Em 1779, havia sido preso e processado pelo Santo Ofício por libertinagem. Discorria contra os dogmas e cozinhava presuntos em seu laboratório por ocasião da Quaresma. Em 1803, é denunciado como maçom e, em 1809, sob a acusação de partidário dos franceses, volta a ser preso e cumpre pena de desterro na Bahia, onde é nomeado professor na escola médica na Bahia (ARAÚJO, 2003; HALLEWELL, 2017; HERSON, 2003; LEMOS, 1899; MARQUES, 2015; MIRA, 1947; SILVA, 2013).

Manoel Joaquim Henriques de Paiva estava consciente de que havia necessidade de ser publicada uma nova farmacopeia adaptada às modificações científicas, em particular às botânicas e químicas, na sequência da revolução química de Lavoisier e das classificações naturalistas de Carl von Linné. A Universidade de Coimbra, desde a Reforma pombalina, tinha por objetivo editar uma farmacopeia oficial e, em 1785, isso ainda não tinha ocorrido (PITA; BELL, 2019).

A publicação da *Farmacopeia lisbonense* pela oficina de Filipe da Silva e Azevedo em Lisboa foi acompanhada da licença da Real Mesa Censória (ARAÚJO, 2003). Seu texto, de 246 páginas, está basicamente dividido em duas partes:

- a) *parte primeira, Matéria médica*<sup>77</sup>;
- b) *parte segunda, Medicamentos preparados e compostos.*

---

<sup>77</sup> *Materia medica* (PAIVA, 1785).

A primeira parte apresenta os materiais, enquanto a segunda parte contém as preparações. Segue-se ainda uma breve *Advertência*<sup>78</sup>.

Não foi somente o autor que circulou na colônia. A *Farmacopeia lisbonense* circulou na capital, conforme aparece no inventário<sup>79</sup> do boticário Antônio Pereira Ferreira realizado em 1798.

Os tratados médicos que se mostraram úteis à higiene infantil incluem *Tratado da educação física dos meninos*<sup>80</sup>, de Francisco de Mello Franco, publicado em 1790 (Figura 7), e a obra de mesmo título<sup>81</sup>, de Francisco José de Almeida, publicada em 1791 (Figura 8). A Europa do século das Luzes conheceu uma variedade de publicações médicas sobre o tema da conservação das crianças e a higiene em Portugal desenvolveu-se depois da Reforma universitária (ABREU, 2011; LEMOS, 1899). As obras foram escolhidas por dedicarem-se exclusivamente às crianças.

Francisco de Mello Franco nasceu em Paracatu, bispado de Pernambuco<sup>82</sup>, e foi para Portugal estudar medicina na Universidade de Coimbra; era ainda estudante quando foi preso e processado pela Inquisição. Após reclusão, retornou a Coimbra para concluir seus estudos. Depois de formado em 1786, o “nosso primeiro puericultor” mudou-se para Lisboa, onde permaneceu por trinta anos. Em 1793, foi chamado para ver Dona Maria I, o que resultou na sua nomeação para médico da Câmara Real. Também se tornou sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Em 1816, é nomeado primeiro médico da arquiduchessa Dona Leopoldina da Áustria, noiva do príncipe D. Pedro, a fim de ir buscá-la e acompanhá-la ao Brasil. Falece nas vizinhanças de Ubatuba. Apesar de ter sido acusado de herege materialista e dogmatista em razão das suas ideias, publicou obras com a chancela da Academia Real das Ciências de Lisboa e de acordo com as reformas pretendidas pelo governo português (ABREU, 2011; ARAÚJO, 2003; HERSON, 2003; LEMOS, 1899; SANTOS FILHO, 1991; SILVA, 2013; VALADARES, 2004; VILLALTA, 1999).

---

<sup>78</sup> *Advertencia* (PAIVA, 1785).

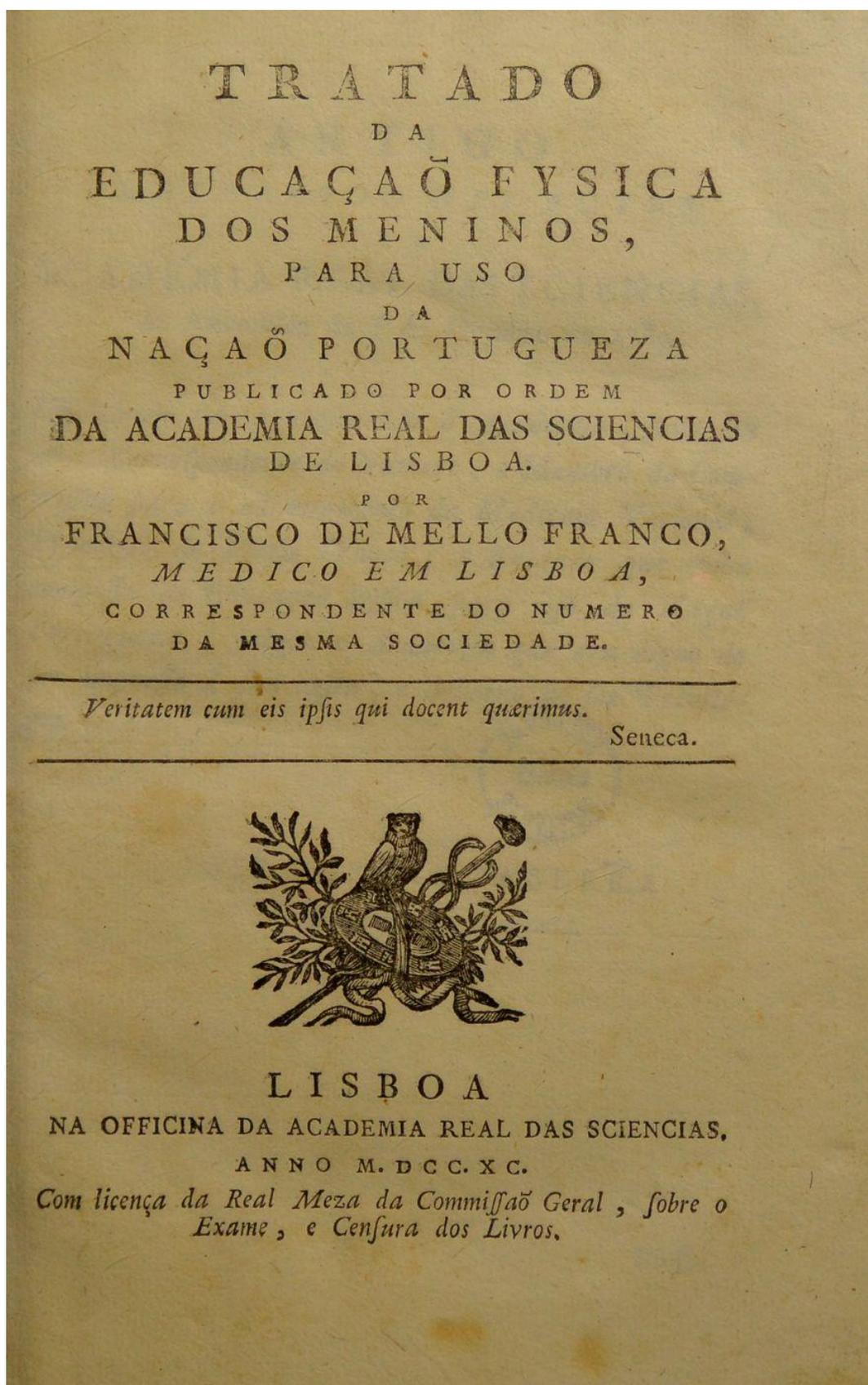
<sup>79</sup> *Bens do boticário Antônio Pereira Ferreira, relacionados à sua profissão*. In: CAVALCANTI (2004), p. 419-421.

<sup>80</sup> Cf. FRANCO, 1790. Foi consultado o exemplar do Wellcome Collection.

<sup>81</sup> Cf. ALMEIDA, 1791. Foi consultado o exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal.

<sup>82</sup> Acerca da naturalidade de Francisco de Mello Franco, a informação de Herson (2003) parece a mais precisa.

Figura 7 – Os livros: página de rosto do *Tratado da educação física dos meninos*, 1790



Sua primeira contribuição para a ciência médica foi o valioso *Tratado da educação física dos meninos*. Publicada apenas quatro anos após a sua conclusão do curso, surpreende pelo conteúdo de contrastes entre o empirismo do século XVIII e o conhecimento da natureza e pela inteligência e bom senso do autor (HERSON, 2003). Para Freitas (2017), o tema da primeira publicação de Francisco de Mello Franco estava em alta entre os círculos médicos portugueses, o que provavelmente aumentava as chances do trabalho do jovem e ambicioso médico ter sua obra aceita para publicação pela Academia Real das Ciências de Lisboa; nos anos seguintes à publicação do *Tratado da educação física dos meninos*, experimentaria rápida ascensão tanto na corte quanto nos espaços da elite médica lusitana.

O texto da obra apresenta-se constituído de 119 páginas e está dividido em doze capítulos:

- a) cap. I, *Por que modo se deve reger uma mulher pejada;*
- b) cap. II, *Logo que a criança nasce, deve ser separada dos pés da mãe, cortando-se o cordão umbilical; e como deve ele ser ligado;*
- c) cap. III, *Do quanto é nocivo o frio no instante do nascimento;*
- d) cap. IV, *Qual seja o verdadeiro modo de lavar as crianças;*
- e) cap. V, *A utilidade dos banhos frios provada pela razão, pela prática dos antigos, e pelo exemplo dos povos do Norte;*
- f) cap. VI, *A espécie humana tem degenerado, e sensivelmente degenera na Europa, e por que motivos;*
- g) cap. VII, *Como se devem vestir as crianças, e os abusos que há a esse respeito;*
- h) cap. VIII, *Do quanto diz respeito ao modo de nutrir as crianças;*
- i) cap. IX, *Do sono, e do berço;*
- j) cap. X, *Do exercício, não só no que diz respeito às crianças, mas ainda geralmente considerado;*
- k) cap. XI, *Do modo de aperfeiçoar os sentidos das crianças;*
- l) cap. XII, *Da grandíssima utilidade, que resultaria ao Estado, e a cada um dos particulares, a geral introdução da inoculação das bexigas.*<sup>83</sup>

---

<sup>83</sup> CAPITULO I, *Porque modo se deve reger huma mulher pejada;* CAP. II, *Logo que a criança nasce, deve ser separada dos pés da mãe, cortando-se o cordão umbilical; e como deve elle ser ligado;* CAP. III, *Do quanto he nocivo o frio no instante do nascimento;* CAP. IV, *Qual seja o verdadeiro modo de lavar as crianças;* CAP. V, *A utilidade dos banhos frios provada pela razão, pela prática dos Antigos, e pelo exemplo dos póvos do Norte;* CAP. VI, *A especie humana tem degenerado, e sensivelmente degenera na Europa, e porque motivos;* CAP. VII, *Como se devem vestir as crianças, e os abusos que ha a esse respeito;* CAP. VIII, *Do quanto diz respeito ao modo de nutrir as crianças;* CAP IX, *Do*

Outro tratado médico que se ocupava da puericultura em Portugal e foi publicado em 1791 é a obra de mesmo título (Figura 8), de Francisco José de Almeida, barão de Almeida. O autor nasceu em Lisboa, frequentou a faculdade de matemática mas, suspeito por se entregar à leitura de livros proibidos, foi preso pelo Santo Ofício, em companhia de Francisco de Mello Franco. Em liberdade, dirigiu-se a Paris e então à Holanda, onde concluiu o curso de medicina em 1780. Regressou a Lisboa e foi nomeado sócio da Academia Real das Ciências (LEMOS, 1899; SANTOS FILHO, 1991).

A obra de Francisco José de Almeida inclui 149 páginas distribuídas entre uma introdução intitulada *Das cautelas que se requerem no tempo da prenhez*, quinze artigos, uma dissertação sobre inoculação, regras gerais dos artigos e um índice (ALMEIDA, 1791). Os títulos dos quinze artigos estão indicados a seguir:

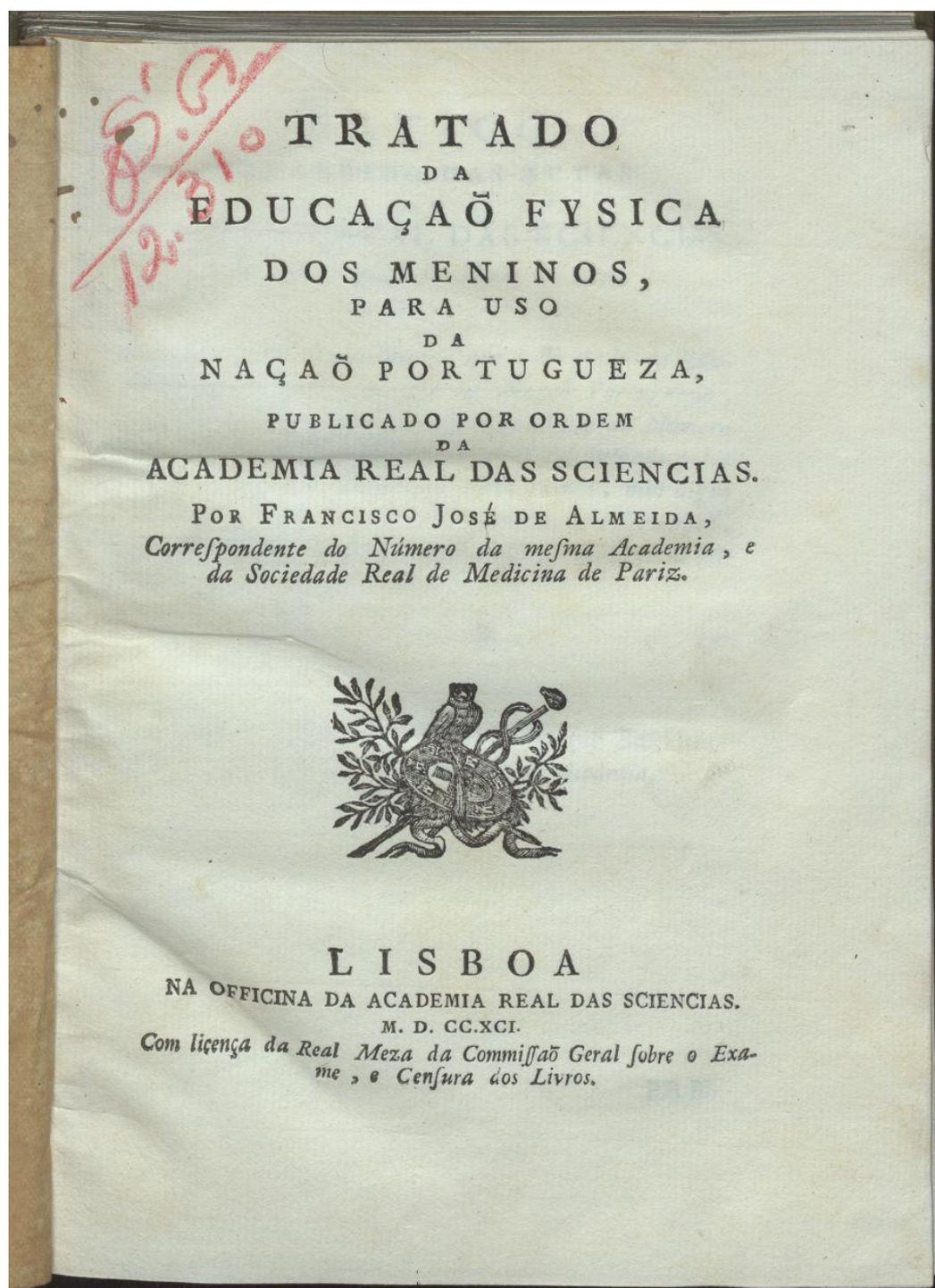
- a) art. I, *Da necessidade de cobrir as crianças quando nascem*;
- b) art. II, *Do temperamento da atmosfera, e da importância da sua pureza*;
- c) art. III, *Do modo, e tempo de cortar o cordão umbilical*;
- d) art. IV, *Da lavagem, e do banho*;
- e) art. V, *Sobre a maneira de pensar as crianças*;
- f) art. VI, *Do modo de deitar as crianças, e das evacuações da primeira idade*;
- g) art. VII, *Da criação dos meninos*;
- h) art. VIII, *Das qualidades que se devem requerer nas amas*;
- i) art. IX, *Como se devem conduzir as amas*;
- j) art. X, *Do sustento próprio das crianças*;
- k) art. XI, *Do modo, e do tempo próprio para desmamar as crianças*;
- l) art. XII, *Da dieta própria para as crianças depois de desmamadas*;
- m) art. XIII, *Do descanso, e movimento das crianças*;
- n) art. XIV, *Do modo de vestir os meninos*;
- o) art. XV, *Do influxo das paixões na economia animal dos meninos*.<sup>84</sup>

---

*somno, e do berço*; CAP. X, *Do exercício, não só no que diz respeito às crianças, mas ainda geralmente considerado*; CAP. XI, *Do modo de aperfeiçoar os sentidos das crianças*; CAP. XII, *Da grandíssima utilidade, que resultaria ao Estado, e a cada hum dos particulares, a geral introdução da inoculação das Bexigas* (FRANCO, 1790).

<sup>84</sup> ARTIGO I, *Da necessidade de cobrir as crianças quando nascem*; ART. II, *Do temperamento da atmosfera, e da importancia da sua pureza*; ART. III, *Do modo, e tempo de cortar o cordão umbilical*; ART. IV, *Da lavagem, e do banho*; ART V, *Sobre a maneira de pensar as crianças*; ART. VI, *Do modo de deitar as crianças, e das evacuações da primeira idade*; ART. VII, *Da criação dos Meninos*; ART. VIII, *Das qualidades que se devem requerer nas amas*; ART IX, *Como se devem conduzir as amas*; ART. X, *Do sustento proprio das crianças*; ART. XI, *Do modo, e do tempo proprio para*

Figura 8 – Os livros: página de rosto do *Tratado da educação física dos meninos*, 1791



Fonte: Almeida (1791). Biblioteca Nacional de Portugal. Obra no domínio público.

*desmamar as crianças; ART. XII, Da dieta propria para as crianças depois de desmammadas; ART. XIII, Do descanso, e movimento das crianças; ART. XIV, Do modo de vestir os meninos; ART. XV, Do influxo das Paixões na Economia animal dos meninos (ALMEIDA, 1791).*

Os dois tratados foram publicados pela oficina da Academia Real das Ciências de Lisboa, sob a licença da Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros. Segundo Santos Filho (1991), a obra de Francisco José de Almeida não teve a vulgarização alcançada pelo homônimo entre os profissionais e os letrados.

Em 1794, conforme já assinalado, foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Farmacopeia geral para o reino e domínios de Portugal* (Figura 9) editada para cumprir o que estava determinado nos *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772*<sup>85</sup>.

Santos Filho (1991), Pita (1999) e Hallewell (2017) atribuem a autoria da *Farmacopeia geral...* a Francisco Tavares, médico e lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, deputado da Junta do Protomedicato e físico-mor do reino. Para Lemos (1899), a *Farmacopeia geral...* possui um valor devido à exatidão das notícias que fornece a propósito das substâncias empregadas em medicina e à sua excelente disposição.

A *Farmacopeia geral...* foi impressa na Régia Oficina Tipográfica, a “Impressão Régia” criada em 1768 por Carvalho e Melo para promover a instrução popular. Como já foi indicado, D. José I havia concedido privilégio exclusivo da impressão das ordenações do reino à Universidade de Coimbra, até então entregues ao Real Mosteiro de São Vicente de Fora e que fora extinto. A designação Régia Oficina Tipográfica é impressa até 1801 (CARVALHO, 1868; HALLEWELL, 2017; MARQUES, 2015).

A *Farmacopeia geral...* apresenta-se constituída de dois volumes:

- a) *tomo I, Elementos de farmácia*<sup>86</sup>;
- b) *tomo II, Medicamentos simples, preparados, e compostos*<sup>87</sup>.

O texto do *tomo I*, os anexos e o índice perfazem 128 páginas (PORTUGAL, 1794a); o texto do *tomo II* e os anexos, 248 páginas (PORTUGAL, 1794b). O *tomo II* divide-se por sua vez em duas partes:

- a) *primeira parte, Matéria farmacêutica, ou dos medicamentos simples*<sup>88</sup>;
- b) *segunda parte, Dos medicamentos preparados, e compostos* (PORTUGAL, 1794b).

---

<sup>85</sup> Cf. UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1773.

<sup>86</sup> *Tomo I, Elementos de pharmacia* (PORTUGAL, 1794a).

<sup>87</sup> *Tomo II, Medicamentos Simples, Preparados, e Compostos* (PORTUGAL, 1794b).

<sup>88</sup> *Primeira parte, materia pharmaceutica, ou dos medicamentos simples* (PORTUGAL, 1794b).

Figura 9 – Os livros: página de rosto do tomo I da *Farmacopeia geral...*, 1794



Fonte: Portugal (1794a). Wellcome Collection. Marca de Domínio Público.

A publicação da *Farmacopeia geral...* estava sob a tutela do Estado<sup>89</sup> para atender aos estatutos pombalinos da Universidade de Coimbra de 1772. A posição normalizadora da

---

<sup>89</sup> Em 10 de fevereiro de 1792, lavrou-se o decreto pelo qual o príncipe João passou a regente do reino (CERQUEIRA, 2014).

farmacopeia oficial ficou ainda mais acentuada no alvará que autorizou a sua publicação (PITA, 1999; PITA; BELL, 2019):

[...] Que sendo-me presente a desordem, com que nas boticas de meus reinos, e domínios se fazem as preparações, e composições, por falta de uma farmacopeia, que sirva para regular a necessária uniformidade das ditas preparações, e composições; sendo certo que, sem que haja esta uniformidade, é impossível que a medicina se pratique sem riscos da vida e saúde de meus fiéis vassallos, deixando-se à vontade e capricho de cada um dos boticários adotar diferentes métodos de compor e preparar os remédios de toda e qualquer farmacopeia, [...] ela seja de universidades, colégios médicos, ou de pessoas particulares [...] (PORTUGAL, 1794a, não paginado).

Pretendia-se normalizar não somente as preparações, mas também o ensino farmacêutico em Portugal:

[...] fui servida mandar fazer e publicar a *Farmacopeia geral* para o reino e domínios de Portugal, para seguir de regra aos boticários [...]. Que esta mesma farmacopeia seja para instrução de todos os que aprenderem a arte farmacêutica, dos quais nenhum poderá examinar-se, depois do tempo competente de prática, sem que seja segundo os *Elementos de farmácia*, e segundo o método de preparar e compor cada um dos medicamentos [...] na dita *Farmacopeia geral*, mostrando um perfeito conhecimento de uma e outra coisa, assim como dos símplices, pelo modo que nela se descrevem (PORTUGAL, 1794a, não paginado).

Em todos os domínios de Portugal, os boticários foram obrigados a ter um exemplar da *Farmacopeia geral...*, e ficava proibida a preparação de medicamentos de outras farmacopeias. Os médicos ou cirurgiões também foram obrigados a prescrever preparações dessa obra, ressalvadas as prescrições por extenso (PORTUGAL, 1794a).

Farmacopeias oficiais já haviam sido estabelecidas em outros lugares. Em 1573, a *Farmacopoeia augustana* era legalmente válida na cidade de Augsburgo. No mesmo ano, o *Ricettario fiorentino* foi oficializado para o grão-ducado da Toscana, tornando-se assim a primeira farmacopeia nacional. Na sequência, as farmacopeias “tornaram-se gradualmente uma questão de ambição nacional, uma parte e uma prova da soberania e unidade nacionais” (URDANG, 1946, 1951).

No caso espanhol, apesar de uma ordem régia emitida em 1593 por D. Filipe II a qual apelava para o desenvolvimento de uma farmacopeia geral, a *Pharmacopoeia matritensis* promulgada sob os auspícios da Coroa foi publicada somente em 1739, produzida pelo Real Protomedicato, órgão responsável pela regulamentação das profissões médicas. Em plena

Reforma Bourbon, movimento político que tinha como um de seus objetivos centrais o fortalecimento do poder régio, a Coroa e o Tribunal do Real Protomedicato finalmente publicaram a *Pharmacopoeia matritensis* (CRAWFORD, 2019; ESPANHA, 1739).

O caso português guarda semelhança com o espanhol. De acordo com o Decreto do Tribunal do Real Protomedicato<sup>90</sup>, todos os professores boticários em seus respectivos distritos deviam ter um exemplar da farmacopeia e deviam seguir todas as regras para a produção de medicamentos (ESPANHA, 1739).

No Rio de Janeiro, que era desde 1763 a capital do Brasil, não foi diferente: as 38 boticas estabelecidas em 1794 (SILVA, 2013) deveriam igualmente adotar a nova farmacopeia portuguesa. De um lado, saberes circularam em virtude dos poucos médicos atuantes no Rio de Janeiro terem estudado na Universidade de Coimbra reformada e terem usufruído da criação do dispensatório farmacêutico (SILVA, 2013). Por outro lado, saberes circularam com a nova farmacopeia; ela constará no inventário dos bens móveis do cirurgião-mor da capitania de Minas Gerais Antonio Joze Vieira de Carvalho, falecido em 1818 (ELEIÇÃO, 1905).

Mesmo diante da obrigatoriedade de haver um exemplar da farmacopeia oficial em cada estabelecimento que preparasse e vendesse medicamentos, nos últimos anos da década de 1790, a *Farmacopeia geral...*, a *lusitana* e a *tubalense* foram enviadas do reino para Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande e São Paulo (MARQUES, 1999).

Como ficou evidente com os inventários, a farmácia era uma arte prática e aprendida, um ofício manual apoiado também por uma tradição de obras escritas. A tradição remonta à antiguidade, originando-se com autores gregos e romanos, expandindo-se sob os impérios islâmicos medievais e entrando na Europa medieval pelo sul, principalmente por meio de centros de tradução na Espanha e na Itália. A autoridade de um texto era estabelecida pela construção e referência explícita a um cânone de obras respeitadas (VOS, 2019).

Além dos elementos textuais, até mesmo os elementos que compõem a materialidade das farmacopeias e dos livros sobre a higiene serviriam a um propósito pedagógico claro. A mobilidade e a abertura cultural dos autores, a circulação dos livros, permitiram assegurar as comunicações e trocas de saberes que ultrapassaram as fronteiras das nações.

Para uma comparação, também foram pesquisadas fontes manuscritas em vernáculo. No Quadro 2, estão sintetizados os dados sobre essas fontes.

---

<sup>90</sup> Cf. ESPANHA, 1739.

## Quadro 2 – Síntese das fontes manuscritas em vernáculo

Título	Autor	Ano
<i>Árvore da vida...</i>	Affonso da Costa	[ca. 1720]
<i>Coleção de várias receitas...</i>	[desconhecido; cf. adiante]	1766

Fonte: produção do próprio autor.

No manuscrito *Árvore da vida...*<sup>91</sup> (Figura 10), de autoria do jesuíta Affonso da Costa, da província de Goa, a primeira parte está organizada tal como o tronco de uma árvore, o qual se divide em ramos:

- a) *ramo 1, Dos males e seus remédios que se contêm debaixo da letra A;*
- b) *ramo 2, Dos males e seus remédios que se contêm debaixo da letra B;*
- c) *ramo 3, Dos males e seus remédios que se contêm debaixo da letra C;*
- d) *ramo 4, Dos males e seus remédios que se contêm debaixo da letra D;*
- e) *ramo 5, Dos males e seus remédios que se contêm debaixo da letra E*<sup>92</sup>.

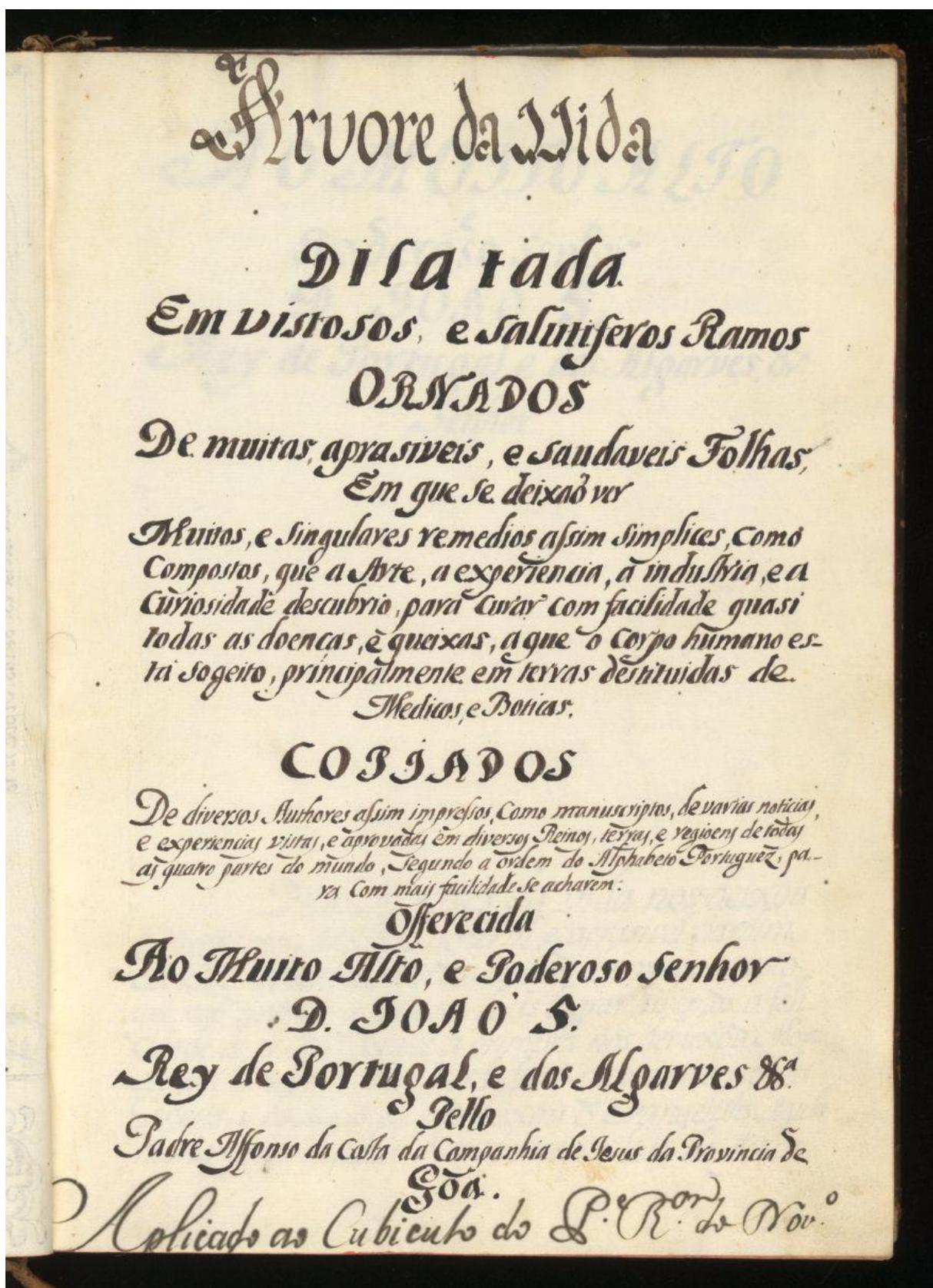
Por sua vez, cada um dos ramos apresenta-se dividido em números diferentes de folhas (respectivamente: 55; 33; 73; 22; 28).

Já a *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil*<sup>93</sup> reuniu preparações manipuladas nas boticas jesuítas do mundo ultramarino e foi organizada em 1766, após a expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses (VIOTTI, 2012; COLEÇÃO..., 2019). Para Leite (1953), o manuscrito é um documento valioso para o estudo da farmacologia no Brasil dos meados do século XVIII e já seria uma farmacopeia brasileira: trata-se de um códice fundamental a respeito dos serviços de saúde e receituário das boticas dos colégios da província do Brasil. A farmácia jesuítica mostra a complexa interação entre a circulação de textos, de pessoas e de materiais (BOUMEDIENE, 2020).

<sup>91</sup> Cf. COSTA, [ca. 1720]. Foi consultado o exemplar do Wellcome Collection. Parece não ter sido impresso (BRACHT, 2019; MAIA, 2012).

<sup>92</sup> *Dos males, e seos remedios, que se contem debaixo da letra A; Dos males, e seos remedios, que se contem debaixo da letra B; Dos males, e seos remedios, que se contem debaixo da letra C; Dos males, e seos remedios, que se contem debaixo da letra D; Dos males, e seos remedios, que se contem debaixo da letra E* (COSTA, [ca. 1720]).

<sup>93</sup> Cf. COLEÇÃO..., 2019. Além da obra em português atualizado, foi também consultado Leite (1953). O manuscrito encontra-se no acervo privado do Archivum Romanum Societatis Iesu, localizado em Roma.

Figura 10 – Os livros: página de rosto do manuscrito *Árvore da vida...*, [ca. 1720]

Para Wissenbach (2009), no que se refere à matéria médica, talvez a *Coleção de várias receitas...* seja a expressão máxima do diálogo entre tradições terapêuticas de diferentes procedências e a incorporação de produtos medicinais originários dos diferentes pontos do império português, a qual condensa a experiência dos inicianos adquirida no trato dos colonos, das populações nativas e dos escravos.

De autoria desconhecida, alguns estudiosos consideram a *Coleção de várias receitas...* obra de vários autores, outros atribuem-na a um exímio irmão responsável pelo sucesso da botica do Rio de Janeiro. Constitui, de fato, um grande compêndio no qual se encontram reunidas receitas desenvolvidas em vários colégios – Goa, Rio de Janeiro, Bahia, Luanda, Macau, Maranhão etc.

Encontra-se aí também uma das receitas secretas mais privilegiadas do Novo e do Velho Mundo, a *Triaga brasílica*<sup>94</sup>, complexa composição na qual se encontravam plantas medicinais brasileiras – ipecacuanha, jaborandi, capeba, entre outras – indicada para diferentes tipos de males: mordeduras de cobras, dores internas, lombrigas e humores corruptos, achaques da cabeça, pestes e doenças epidêmicas, bexigas e sarampão, paralisia, epilepsia, apoplexia, melancolia etc. (LEITE, 1953; WISSENBAACH, 2009). A receita era suplementada com drogas importadas de outras partes do mundo colonial português – gengibre, extrato de ópio, óleo de sassafrás, óleo de canela, goma-resina de mirra e outras (LEITE, 1953; WALKER, 2013).

Além da *Triaga brasílica*, das mais de duzentas receitas que compõem o livro, algumas são de autores conhecidos, como João Curvo Semedo e Jacob de Castro Sarmiento; outras 62 são específicas do Colégio da Bahia, do Recife e do Rio de Janeiro. As receitas apresentam-se com uma descrição uniforme: título do medicamento; nome do colégio, a cuja botica pertencia, ou do seu autor; discriminação dos ingredientes e quantidade com os respectivos símbolos. Segue-se o processo de laboratório, finalidade de uso e dose; e, em alguns casos, o regime alimentar (LEITE, 1953).

O manuscrito encontra-se no repositório do atual Archivum Romanum Societatis Iesu e vem sendo explorado em estudos acadêmicos<sup>95</sup>. Medindo 140 por 210 milímetros, apresenta-se constituído em papel *vergé*, bom e forte, com encadernação sólida em cartão revestido de carneira, com cercadura e cantos dourados, assim como o corte das suas folhas, e uma lombada com vincos dourados (LEITE, 1953).

---

<sup>94</sup> *Triaga brasílica*.

<sup>95</sup> Cf. CAMINHA, 2017; MAIA, 2012; VIOTTI, 2012.

Esses manuscritos serão utilizados para complementar a análise sobre o embelezamento.

Ademais, o *Vocabulário Português...*<sup>96</sup>, de Rafael Bluteau [1638-1734], e a versão reformada e aumentada por Antonio de Moraes Silva, o *Dicionário da língua portuguesa...*<sup>97</sup>, revelaram-se ferramentas importantes para compreender as definições dos vocábulos da época que acompanham o tema. Foram também consultados os escritos em língua francesa.

### 3.2 SABERES SOBRE O EMBELEZAMENTO

Os cosméticos eram considerados medicamentos para o rosto e a pele. E “medicamento” era “aquele que, aplicado a um corpo humano, sara suas enfermidades” ou “aquele instrumento do qual usam os médicos para sararem nossas enfermidades” (SANTO ANTONIO, 1704, p. 5).

O “medicamento” do século XVIII era classificado em duas espécies: simples e composto. O medicamento simples<sup>98</sup> era, como definiria Galeno, “aquele [...] da mesma sorte que a natureza o criou sem mistura alguma” (SANTO ANTONIO, 1754, p. 1), enquanto o medicamento composto “consta de muitos, e diferentes símplices” (SANTO ANTONIO, 1754, p.1). Havia exceção, por exemplo a rosa, um medicamento que se podia chamar de composto mas pelo fato de ser dotada de duas “virtudes”.

Não somente as “virtudes”, mas também as doses dos medicamentos eram importantes para garantir a segurança do uso. Para designar as quantidades ou “pesos” dos tais medicamentos eram usados a libra, a onça, a dragma ou oitava, o escrúpulo e o grão, entre muitas outras unidades. O grão era o menor peso, usado em toda a Europa. O escrúpulo tinha 24 grãos; a oitava, três escrúpulos; a onça, oito oitavas; a libra<sup>99</sup>, doze onças (SANTO ANTONIO, 1704, 1711, 1754). Para medir a capacidade de líquidos, podia ser empregada a canada, equivalente a quatro libras ou quartilhos (PORTUGAL, 1794a).

Segundo Simonsen (2005), as medidas de peso eram idênticas no Rio de Janeiro e em Lisboa. Já as medidas de capacidade utilizadas no Rio de Janeiro diferenciavam-se das usadas em Lisboa, apesar de as Ordenações do reino determinarem que todas as medidas portuguesas fossem reguladas pelas de Lisboa.

<sup>96</sup> Cf. BLUTEAU, 1712-1731, 1727-1728.

<sup>97</sup> Cf. BLUTEAU; SILVA, 1789.

<sup>98</sup> Cunha (2010) refere-se também ao adjetivo “símplice” como a forma culta de “simples”.

<sup>99</sup> Trata-se aqui da libra medicinal, usada nas boticas da Europa, a qual diferia da libra civil, de dezesseis onças.

A farmácia galênica, “aquela que se contenta da simples mistura” (VIGIER, 1716, p. 1) dominou a teoria e a prática farmacêutica no Ocidente desde o século I até o início do século XIX. Recebeu o nome e foi amplamente baseada nos ensinamentos de Galeno. Uma das características mais claras da tradição textual na farmácia galênica é que ela desenvolveu-se dentro e ao redor do Mediterrâneo antigo e medieval, sem dúvida auxiliada pela longa história de intensa interação cultural que ocorreu desde o desenvolvimento das primeiras sociedades marítimas ao longo de suas costas. Embora Galeno tenha dado o nome à tradição, seus fundamentos começaram no período clássico e envolveram muitos colaboradores ao longo do tempo. Dioscórides e Mesué destacam-se como dois dos autores mais importantes e fundadores da farmácia galênica, não obstante o seu homônimo (VOS, 2019).

Os trabalhos farmacêuticos de Mesué eram amplamente conhecidos, citados e usados durante todo o início do período moderno. Talvez a indicação mais clara de sua importância para o início da farmácia europeia moderna tenha sido o número de traduções, comentários e anotações de seu trabalho produzidos desde o final da Idade Média até o Renascimento e o Iluminismo. O manuscrito mais antigo conhecido data de 1281 e não há cópias dos originais. A obra de Mesué apareceu pela primeira vez no Norte da Itália em conjunto com comentários latinos sobre ela, com pelo menos setenta manuscritos circulando no final do século XV (VOS, 2013).

O autor que usou o nome Mesué escreveu tratados farmacêuticos de grande importância – *De simplicibus*, *Grabadin*, *Canones universales* e *Practica*, os quais receberam nas suas edições iniciais o título de *Opera medicinalia*. Seu principal trabalho foi o *Grabadin*, dividido em doze partes e imensamente popular, permanecendo por séculos o texto padrão de farmácia no Ocidente. Foram nomeados mais de quatrocentos medicamentos compostos com receitas farmacêuticas que listavam seus ingredientes e davam instruções sobre como prepará-los. Forneceu as fórmulas para sessenta por cento dos medicamentos compostos listados no *Compendium aromatariorum* de Saladino (VOS, 2013).

Os *Canones*, como o *Grabadin*, eram textos cada vez mais focados nos métodos de formulação do medicamento. Os *Canones* estavam divididos em quatro seções que tratavam da seleção, preparação, aplicação e efeitos dos simplices. As duas primeiras seções dos *Canones* eram tão importantes que foram copiadas, anotadas e explicadas repetidamente em trabalhos farmacêuticos publicados em toda a Europa entre os séculos XV e XVIII (VOS, 2019).

Na primeira seção dos *Canones*, Mesué forneceu regras sobre “como conhecer, escolher e apartar os medicamentos melhores dos piores” (SANTO ANTONIO, 1704, p. 25).

A segunda seção estava relacionada com a “correção” dos medicamentos ou as diferentes operações que um praticante poderia realizar para tornar um medicamento seguro e eficaz. O foco estava na técnica farmacêutica, não na teoria médica: a medicina humoral galênica desempenhou um papel muito menor, e os símplies e suas propriedades ou virtudes dependiam das operações farmacêuticas aplicadas (VOS, 2019).

Para “aumentar a virtude” ou “reprimir a malignidade” dos medicamentos, esses eram preparados por um de quatro modos: cozimento, lavação, infusão ou trituração (SANTO ANTONIO, 1704, 1711, 1754). O cozimento podia ser feito em algum licor<sup>100</sup> empregando calor natural como o do Sol, ou artificial como o do fogo. O cozimento denominado assativo era feito usando calor seco, seja o fogo para secar apenas externamente (SANTO ANTONIO, 1704), seja por torrefação ou ainda por combustão (SANTO ANTONIO, 1704, 1711). Um outro cozimento chamado maturativo foi descrito como aquele que ocorre nos frutos (SANTO ANTONIO, 1711).

A lavação era o segundo método de preparação que servia não apenas para limpar, mas também para aumentar ou diminuir as virtudes dos medicamentos (SANTO ANTONIO, 1704, 1711). O terceiro método, a infusão, era uma transmutação da virtude sutil do medicamento para o licor<sup>101</sup> mediante um certo intervalo de tempo, podendo ser aproveitado o medicamento infundido ou o licor (SANTO ANTONIO, 1704, 1711). O último método de preparar os medicamentos, a trituração, consistia na divisão de um corpo em muitas partes, sem o uso de muita força (SANTO ANTONIO, 1704, 1711).

O praticante precisava conhecer quatro características principais sobre o símplíce a ser preparado: a natureza de sua substância ou densidade; a natureza de sua virtude, ou propriedade curativa; se era forte ou fraco; e se funcionou ou “soltou” com facilidade ou dificuldade. A natureza dessas características determinaria o vigor com que essas operações deveriam ocorrer, com o resultado final sempre de produzir e preservar do símplíce uma virtude de força ótima (VOS, 2019).

Não obstante, ao longo do século XVIII, a farmácia galênica foi acompanhada da “farmácia química”, “aquela que faz a análise dos corpos naturais, para deles fazer separação das substâncias inúteis e fazer remédios mais exaltados e mais essenciais” (VIGIER, 1716, p. 1). Desde o século XVII, metais, óxidos ou carbonatos de metais leves, sais comuns, álcalis,

---

<sup>100</sup> Líquido que podia ser água ou vinho, ou também algo úmido como o marmelo ou o rábão (SANTO ANTONIO, 1711).

<sup>101</sup> Podiam ser empregados vinho ou água (SANTO ANTONIO, 1704) – a da fonte, a da chuva, a salgada ou a destilada (SANTO ANTONIO, 1711).

vitrióis (sulfatos de ferro e cobre) e alúmen (sulfato potássico de alumínio, a pedra-ume) poderiam ser usados diretamente como medicamentos ou então como intermediários para a obtenção de outros produtos. A destilação rendeu uma infinidade de sais ainda desconhecidos, bem como de ácidos minerais. A proliferação do uso dos ácidos minerais, tais como ácido nítrico, já usado na metalurgia, ácido sulfúrico e ácido muriático (ácido clorídrico), como solventes de metais, sais, álcalis fixos e das poucas substâncias puras obtidas dos reinos vegetal e animal – os álcalis fixos (carbonato de sódio e potássio) e álcalis voláteis (carbonato de amônio) – possibilitaram a síntese de um número crescente de compostos químicos, especialmente sais (KLEIN; LEFÈVRE, 2007).

A destilação, por outro lado, era vista também como prejudicial às virtudes dos medicamentos. O jesuíta Affonso da Costa da província de Goa, no seu manuscrito *Árvore da vida...*<sup>102</sup>, enumerou as razões para isso. Inicialmente, todas as águas destiladas teriam um sabor e um cheiro muito desagradável. A segunda razão seria que a maior parte delas era destilada em alambique de chumbo ou de outros metais, motivo pelo qual alguns médicos teriam fugido de as receitar. A terceira razão decorreria de a virtude das ervas estar na parte fixa ou na parte volátil. Se estivesse na parte fixa, ainda depois de destiladas não largariam as suas virtudes fixas; se a virtude das ervas estivesse na parte volátil, como essa é subtilíssima, bastaria a violência do fogo que as faz destilar para a consumir e fazer exalar. A quarta razão é que todas as águas destiladas teriam uma mesma cor, um mesmo sabor, e quase um mesmo cheiro, sendo que as ervas destiladas têm diferentes cheiros, cores e sabores. Já a água em que se cozem receberia em si o sabor, a cor, o cheiro e as virtudes das ervas (COSTA, [ca. 1720]).

Tanto a farmácia galênica e a farmácia química puderam fundamentar uma mesma farmacopeia, como é possível observar com a *Farmacopeia lusitana reformada*, que ganhava o subtítulo *método prático de preparar os medicamentos na forma galênica e química*, e com o *Tesouro apolíneo, galênico, químico...* Outras farmacopeias também seguiram o mesmo caminho, como a *Pharmacopoee royale galenique et chemique* de Moysse Charas, publicada em 1676, e a *Palestra Pharmaceutica Chymico-Galenica* de Félix Palacios [1677-1737], publicada em 1706.

Embora não conste em Portugal um tratado que organizasse os conhecimentos sobre a cosmética, é possível reconhecer esses saberes nas farmacopeias setecentistas escritas em língua portuguesa.

---

<sup>102</sup> Cf. COSTA, [ca. 1720].

### 3.2.1 Preparações para o embelezamento

É interessante notar que o termo “cosmético” ainda não aparece no *Vocabulário Português...*<sup>103</sup>, do padre oratoriano francês D. Rafael Bluteau. Mas, nessa obra, já se nota a preocupação estética ao citar as “águas de cheiro para o olfato, águas de açucena, de claras de ovos, de mel etc. para tirar as nódoas e rugas do rosto” (BLUTEAU, 1712, t. I, p. 171).

O *Tesouro apolíneo...*, de 1714, traz a definição para “cosméticos”: remédios para aformosear o rosto, bem como apresentava diversas “fórmulas cosméticas”. Aparecem explicitamente fórmulas cosméticas como, por exemplo, um perfume à base de mirra e vinho branco capaz de fazer um rosto “de setenta e nove anos” parecer um “de quinze” (VIGIER, 1714, p. 454). Na *Farmacopeia ulissiponense...*, de 1716, define-se o termo “cosmética”: “drogas que servem particularmente para aformosentar o rosto” (VIGIER, 1716, p. 52). O termo “cosmético” também aparece posteriormente na edição de 1754 da *Farmacopeia lusitana: Água cosmética, Lenimento cosmético, Vinagre cosmético*. De acordo com o seu *Léxicon farmacêutico*, entendia-se por “cosmética” os “remédios, ou símplices, que serviam para polir e formosear a cútis: assim como o magistério de bismuto, as pérolas preparadas, e outras” (SANTO ANTONIO, 1754, p. 470).

Na edição de 1704 da *Farmacopeia lusitana*, como já se indicou neste trabalho, não havia indicação de uso de algumas preparações, e os títulos delas não eram precisos, mas foi possível identificar o uso para o embelezamento. A interessante preparação de *Óleo de ovos*, preparada a partir de gemas de ovos cozidos, apareceu novamente na edição de 1711 e 1754 acompanhada do seu uso: “abrandar a dureza da cútis, e para tirar as cicatrizes, [...] para encher as covas, que ficam das bexigas e para as rachas dos beiços, e queimaduras” (SANTO ANTONIO, 1711, p. 361-362).

A preocupação com o embelezamento fica também bastante evidente com o aparecimento, desde a primeira edição, a respeito do uso de um conjunto de preparações designadas por *Unguento citrino*:

é muito deterativo e próprio para tirar nódoas do rosto, sardas, rugas ou cicatrizes que estejam na cútis, estende as rugas da pele de qualquer parte [...] e faz clara e resplandecente a parte a que se aplica, e por isso é conveniente o uso do dito unguento àquelas pessoas que desejam parecer o que não são (SANTO ANTONIO, 1711, p. 415-417).

---

<sup>103</sup> Cf. BLUTEAU, 1712-1731, 1727-1728.

Inicialmente, era formulado à base de tincal, cânfora, coral branco, pedra-ume, búzios, alcatira, goma de trigo (amido), cristal, certos tipos de conchas, salitre, mármore branco, *Gerça serpentaria*, alvaiade, manteiga de porco, sebo de cabra e enxúndia de galinha<sup>104</sup>. Este unguento se chamava citrino porque o autor o mandava cozer dentro de uma cidra. Posteriormente, foi introduzido incenso branco e novas receitas surgiram com o mesmo título. Cidra também foi incluída como ingrediente em novas receitas.

D. Caetano de Santo Antonio descrevia os unguentos como preparações destinadas a uso externo: “medicamento, que se compõe de óleo, cera, pós, enxúndias, ou de outros quaisquer símplices, [...] em forma mais branda que os emplastos, e que sirva para unturas exteriores” (SANTO ANTONIO, 1711, p. 392). O *Vocabulário português...* também explicou o vocábulo:

[...] é certa composição medicinal, que tem consistência mais mole, que dura, com que se fazem emplasto, que se aplicam exteriormente para curar chagas, tumores etc. A base principal dos unguentos são óleos; acrescentam-lhe cera, ou ceroto, ou partes de plantas, de animais etc. para lhes dar a consistência de que necessitam. (BLUTEAU, 1721, p. 548-549).

Desde a primeira edição da *Farmacopeia lusitana* e ao longo do século XVIII, diversas preparações aparecem com o sugestivo título *Leite virginal*, obtidas a partir de litargírio, vinagre branco, água e sal, ou então, pedra-ume em substituição ao último ingrediente. Em uma das receitas de 1704 consta:

Re. Litargírio sutil três onças, vinagre branco seis onças[;] misture-se muito bem, e depois de se assentar se coe por um pano de lã bem basto, e forte, e esta água se misture com outra tanta água salgada, que se fará com seis onças de água de cisterna, ou da chuva, e não a havendo, com água da fonte, e com uma onça de sal; estas águas juntas ficam da cor de leite, e bom será guardá-las ambas à parte, e quando se houverem mister, se ajuntar à tanto de uma, como da outra, porque assim apartadas se conservam melhor (SANTO ANTONIO, 1704, p. 82).

O *Leite virginal* servia para remover sinais ou manchas do rosto, ou de qualquer parte: “aplica-se lavando a parte manchada com ele até que se tire, tem mais algumas virtudes, que por sabidas não digo, porque apenas se achará donzela, que as não saiba” (SANTO ANTONIO, 1711, p. 52).

*Leite virginal* também aparece no *Tesouro apolíneo...* Segue uma das receitas:

---

<sup>104</sup> Cf. adiante sobre os materiais.

*Leite virginal refrigerante para vermelhidões do rosto.*

Récipe, vinagre destilado[,] meia canada, fezes de ouro, ou litargírio[,] seis onças, em pó subtil[,] em uma redoma bem revolvido três e quatro vezes por dia, passados alguns dias se guarde o licor claro para misturar pequena porção em água para se lavar; se lhe misturar um pouco de pedra-ume, fará a água mais branca (VIGIER, 1714, p. 460).

No *Erário mineral*, de 1735, embora também não constasse a palavra “cosmético”, existia uma preocupação em fazer um rosto formoso<sup>105</sup>. Assim, é possível encontrar aqui também uma receita de *Leite virginal...* que tirava as manchas e as covas das bexigas e fazia o rosto formoso, preparada a partir de pedra-ume crua, água de cisterna<sup>106</sup>, fezes de ouro e vinagre branco. A *Matéria médica...*, do mesmo ano, descrevia a obtenção do *Leite virginal* a partir do litargírio e vinagre, com óleo de tártaro por delíquio, “admirável para lavar as mãos e a cara” (SARMENTO, 1735, p. 36).

Uma preparação chamada *Leite virginal*, que se trata de uma receita pouco modificada, empregando fezes de ouro em pó sutil, vinagre branco ou destilado e água de pedra-ume ou salgada, encontra-se na *Coleção de várias receitas...* de 1766, de autoria atribuída ao irmão jesuíta Francisco da Silva [1695-1763]<sup>107</sup>.

Luis Gomes Ferreyra recomenda também um lenimento, feito de azeite, sumo de limões azedos, fezes de ouro lavadas, cinza de cágados, enxúndia de galinha, devendo ser usado sobre os sinais e covas das bexigas por vinte e cinco dias sucessivos para, ao final, ser lavado com água cozida com tremoços. O óleo humano, ou “óleo feito de unto do homem”, ou melhor ainda do rim, de alguém que morreu esquartejado, ou sem frio, nem febre, é descrito para ser usado nas covas ou nódoas e resultaria em um aproveitamento melhor – o

---

<sup>105</sup> De bela aparência, bonito. Cunha (2010) relata que o vocábulo “formoso” já ocorria no século XIV. As variantes “fermoso” (século XIV) e “fremoso” (século XIII) predominaram até meados do século XVII sobre a atual variante “formoso”, apesar de essa já ser documentada esporadicamente em um ou outro texto medieval.

<sup>106</sup> Reservatório de água das chuvas.

<sup>107</sup> De acordo com Leite (1953), Francisco da Silva era natural de Lisboa e entrou na Companhia na Bahia, com 22 anos de idade, em 1717. Enfermeiro e insigne farmacêutico (*insignis pharmacopola*), esteve nesse Colégio durante muitos anos seguidos, passando depois para o Sul, algum tempo em São Paulo (1732) e no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1737. Foi mandado a Pernambuco para reorganizar os serviços da Farmácia de Olinda, onde se encontrava em 1738. Com a presença do irmão Francisco da Silva, haveria abundância de medicamentos, os quais seriam vendidos aos ricos e dados aos pobres de graça, como era costume. O irmão deve ter trabalhado também na farmácia do Recife, que preponderava já sobre a de Olinda. Ele fabricava os medicamentos com base em autores portugueses, como João Curvo Semedo, Jacob de Castro e João Cardoso de Miranda, e em autores estrangeiros, como Carlos Muzitano. Estava na Bahia em 1745 e 1746, e foi exilado em 1760 para Lisboa e Estados Pontifícios. Faleceu em Roma em 1763.

próprio autor declara já ter experimentado na sua casa após ter encontrado o óleo em uma botica.

Para a pele hiperpigmentada, são atribuídas ao jesuíta Francisco da Silva outras receitas: *Manteiga de chumbo*, que consistia em misturar fezes de ouro em pó, vinagre destilado e óleo violado, e *Unguento de fezes de ouro*, que deveria ser preparada com fezes de ouro em pó fino, azeite e vinagre, mas de eficácia inferior com relação à preparação anterior. Descrita como melhor e mais eficaz, aparece outra receita de *Manteiga de chumbo* na *Coleção de várias receitas...*, da botica do Colégio de Macau, que era elaborada a partir de sal de chumbo, pedra-ume crua, vinagre de Saturno e óleo rosado, esse podendo ser substituído por óleo de jasmims, óleo comum, óleo de amêndoas doces ou das “quatro sementes frias maiores”<sup>108</sup>, que seria o melhor.

Havia também preparações destinadas aos cabelos e pelos. Na primeira edição da farmacopeia de Caetano de Santo Antonio, aparecia a preparação de *Óleo de gergelim*, o qual era indicado, conforme edição posterior, para tratar a queda de cabelo, desde que não fosse causada pelo envelhecimento ou pelo “mal-gálico”<sup>109</sup> (SANTO ANTONIO, 1711). Outra receita para nascer e crescer os cabelos apareceu na edição de 1711. Com o curioso título *Água crinal*, ela deveria ser preparada a partir de moscas, mel e leite de cabras e deveria ser usada para lavar a cabeça, depois de raspada à navalha.

Preocupações estéticas com o cabelo também são observadas no *Erário mineral*: receita para cair o cabelo, para não nascer cabelo, ou para fazer nascer cabelo e pelos corporais. Em uma das receitas para caírem os cabelos:

Tomem um pouco de carne de vaca, ponham-na aonde apodreça e se encha de bichos, estes bichos se seque ao fogo até que se possam fazer em pó, mas não se queimem; destes pós fareis umas papas com sumo de agraço pisado, que é o sumo que sai das uvas verdes, e poreis isto no lugar que quizerdes pelar e que fique sem cabelo, e deixai estar este remédio na parte, até que se seque, e então puxareis pelos cabelos e se tirarão sem dor; e, no caso que tenham algum, torne-se a pôr o remédio, que, secando-se na parte, se tirarão sem dor e sem falta para nunca tornarem a nascer (FERREYRA, 1735, p. 147; FERREIRA; FURTADO, 2002, v. 1, p. 374).

Em uma outra receita *Erário mineral* para cair o cabelo, emprega-se água das parreiras quando podadas, misturada com azeite. Em outra, durante muitas noites deve-se

---

<sup>108</sup> As sementes frias maiores são as de melancia, melão, pepino e abóbora (SANTO ANTONIO, 1754).

<sup>109</sup> Sífilis.

aplicar sumo de miolo de abóbora misturado com pós de “*Crocus Martis*”<sup>110</sup>. Já para não nascer cabelo, o autor recomenda várias receitas: sangue de uma rã de ribeira corrente; raiz ou cebola do jacinto de flor vermelha; sangue de um morcego; sangue de cágado; cal virgem em pó fino misturado com vinagre forte e urina de cabra; ou ainda esterco de gato misturado com vinagre fortíssimo.

Além de indicações para o rosto e os cabelos, havia a preocupação com a aparência das mãos. Na *Farmacopeia lusitana*, o *Bálsamo para as mãos*, de 1711, destinava-se a fazer as mãos alvas e a cútis muito lisa. Era mais útil que algumas pomadas ou pastas. Era preparado a partir de sabão de Veneza diluído em sumo de limões, mel virgem branco, talco, açúcar-cande, raiz de lírio, sal tártaro, spermacete, bálsamo peruviano, óleos de pau de Rhodes, de canela e de cravos, almíscar, âmbar e provavelmente clara de ovo.

Não apareciam bálsamos na primeira edição. Os bálsamos que necessitavam de preparo e que constavam na farmacopeia eram os bálsamos artificiais, “remédios compostos”, destinados a uso externo. Podiam ter a consistência mais sólida que os unguentos, ou podiam ser líquidos e terem a consistência situada entre a dos linimentos e a dos óleos. De acordo com o *Vocabulário Português...*, de Rafael Bluteau, bálsamo artificial “é o que se compõe com gálbano, mirra, terebinto, cravos, noz-moscada, e outros muitos ingredientes destilados com água-ardente em fogo brando, dos quais sai um óleo excelente para soldar chagas, e feridas” (BLUTEAU, 1712, t. II, paginação irreg.).

Havia ainda cosméticos para os lábios, nariz e mamilos. Uma preparação da *Coleção de várias receitas...*, cuja autoria é atribuída a outro jesuíta, Manuel de Carvalho<sup>111</sup>, é indicada para o cieiro e também para a aspereza da cútis, além de “fomentar” o cabelo e limpar a cabeça. Trata-se da *Pomada cheirosa*, obtida a partir de cera branca, óleo de amêndoas doces, sebo de cabrito, unto de porco macho, nozes-moscadas, cravo-da-índia, lírio florentino, água rosada e uma “água de flor”.

O *Unguento “pomado”* aparece indicado para “as rachas da boca, beiços, narizes, e mãos [...], bicos dos peitos das mulheres; [...] para toda a aspereza da cútis”. Era preparado a partir de lírio florentino, sândalos citrinos, beijoim, estoraque, pau de Rhodes, alfazema, cálamo aromático, cravos-da-índia, unto de porco, sebo de cabrito, maçãs camoesas sem casca, água de rosas e, igualmente, uma “água de flor” (SANTO ANTONIO, 1711, p. 410).

---

<sup>110</sup> Óxido de ferro (KLEIN; LEFÈVRE, 2007).

<sup>111</sup> De acordo com Caminha (2017), o irmão Manuel de Carvalho muito provavelmente atuou nas boticas jesuítas do Reino ou do Oriente, uma vez que seu nome não constou entre os que desempenharam o ofício boticário no Brasil durante o período colonial.

Sebo de cabrito misturado com água rosada e água comum, o *Sebo confeito*<sup>112</sup>, ou ainda a sua mistura com azeite, alvaiade, cera, fezes de ouro e mirra, o *Unguento regadio magistral*<sup>113</sup>, são preparações que constam na *Coleção de várias receitas...* e eram indicadas para rachas dos beiços, mãos, bicos dos peitos, entre outras virtudes.

Havia também preparações para os dentes. O *Cozimento para conservar os dentes* “preserva os dentes da corrupção [...] tomando-o morno às bochechas”. Era composto de folhas de oliveira, folhas de murta, folhas de alecrim, cravos-da-índia, rosas vermelhas, sal comum e vinho (SANTO ANTONIO, 1711, p. 83). Já “açúcar de pedra-ume” era indicado para limpar os dentes em gargarejos, entre outros usos (SANTO ANTONIO, 1711).

No *Suplemento ao Vocabulário Português...*, o termo farmacêutico “dentifricio” significa “remédio, que fortifica os dentes, e alimpando-os, os faz mais brancos, como são a pimpinela, a parietária, as folhas de murta, ou da salva, o alecrim etc. queimados e feitos em pó” (BLUTEAU, 1727, t. I, p. 301). O vocativo “dentifricio” aparecerá na edição de 1754 da *Farmacopeia lusitana*, para designar os remédios com ação detergente e adstringente, próprios para limpar os dentes, entre outras ações, como as rosas vermelhas, o coral, o osso de siba, a pedra-pomes, os cremores de tártaro e também os espíritos de vitríolo<sup>114</sup> e de sal que limpam e embranquecem admiravelmente os dentes.

Havia diversos pós dentifricios: para branquear os dentes, preparado com sangue-de-drago, pedra-ume queimada e almíscar, que deveria ser aplicado em forma de opiato feito com xarope de murtinhos e esfregado nos dentes pela manhã e à noite; pó para limpar e branquear os dentes, preparado a partir de pedra-pomes, coral preparado, osso de siba, cremores de tártaro e lírio florentino, fazendo deles uma massinha para ser esfregada todos os dias pela manhã e à noite; um outro pó destinado a limpar, branquear e conservar, feito de pedra-pomes, osso de siba, coral vermelho, raiz de lírio florentino, almíscar, algália, óleo de pau de Rhodes, óleo de nozes-moscadas destilado e óleo de cravos (SANTO ANTONIO, 1711, 1754). Nota-se, nesse último, os dois sentidos antigos de cosmético, um relacionado à correção da aparência e o outro à preservação da beleza.

Já um linimento dentifricio conservava os dentes “sempre muito brancos”, devendo ser esfregado junto a eles, que eram depois limpos com pano áspero (SANTO ANTONIO, 1711, p. 440-441). Era preparado a partir de raiz de lírio, pedra-pomes, pedra-ume queimada, olhos de caranguejos, coral vermelho preparado e mel rosado. Linimento era todo

<sup>112</sup> *Cebo confeito* (LEITE, 1953).

<sup>113</sup> *Unguento regadio magistral* (LEITE, 1953).

<sup>114</sup> Ácido sulfúrico (KLEIN; LEFÈVRE, 2007).

medicamento tópico mais viscoso que o óleo, porém mais líquido que o unguento. Era uma mistura de óleo, cera, unguento, ou de outro material, que fosse capaz de “untura” (SANTO ANTONIO, 1711, p. 392). O *Vocabulário português...* registra o significado de linimento:

Composição média entre azeite e unguento, na qual podem entrar manteiga, e enxúndias. É remédio tópico, que serve para abrandar as asperezas do couro, umedecendo as partes que são necessárias amolecer, para se revolverem os humores que maltratam o doente (BLUTEAU, 1716, p. 149).

Um conjunto de receitas do *Erário mineral* empregam diversos materiais para tirar a “negridão dos dentes”: sarro de vinho e almécega em pó fino esfregados com um pano nos dentes; cinza do fumo que fica nos cachimbos; pedra-pomes feita em brasa e apagada, pisada e lavada com vinho branco; espírito de vitríolo aplicado com pincel nos dentes em dias interpolados.

Segundo o *Erário mineral*, almécega servia para limpar os dentes, e espírito de vitríolo era empregado na negridão dos dentes e para tirar e quebrar “pedras” que aparecem neles, entre diversos usos. O autor refere que, em 1733, o espírito de vitríolo resolveu o problema da “negridão dos dentes” de Francisco Ribeiro da Costa, morador da cidade do Porto e que sofria de escorbuto.

A formulação *Água real de “Fioravanto”*, da edição da *Farmacopeia lusitana* de 1754, a qual deveria ser obtida da destilação a partir de “enxofre bom”, pedra-ume, sal-gema e bórax, faz referência ao seu uso: “molhando um paninho nesta água, e esfregando os dentes, os fará branquíssimos” (SANTO ANTONIO, 1754, p. 113-114).

Além de preparações para o rosto, os lábios, os mamilos, o nariz, os cabelos, as mãos, os dentes, são descritas ainda como cosméticos por Vigier (1714) receitas de “perfume”, “sabonete”, “pastilha” – provavelmente para perfumar uma casa (BLUTEAU, 1720), “almofadinha” – para colocar entre as roupas ou carregar junto com elas, “caçoula” – para perfumar ambientes.

### 3.2.2 Tradição e inovação nas preparações para o embelezamento

Uma das novidades relacionadas ao embelezamento é apresentada no manuscrito de Goa *Árvore da vida*, o qual traz a receita de “bálsamo do alecrim” do Brasil, preparado a partir das flores de alecrim. Segundo o manuscrito, entre diversas virtudes, “quem untar o rosto com este bálsamo uma vez cada dia, o conservará sempre fresco e como de mancebo

sem jamais se lhe encrespar, nem enrugar” (COSTA, [ca. 1720], não paginado). Para tirar os sinais das bexigas e restituir “a cor do rosto a seu antigo estado”, Luis Gomes Ferreyra indica também óleo de alecrim, ou seu bálsamo.

Uma preparação do *Erário mineral* indicada para retirar os sinais da varíola e fazer o rosto bonito é a *Água para tirar os sinais das bexigas e fazer o rosto formoso*, a qual empregava sal de chumbo, água da rainha de Hungria e água de flor de favas. Todavia, essa preparação não era uma novidade: já havia sido publicada na *Farmacopeia lusitana*<sup>115</sup>. Para Wissenbach (2009), em vários receituários que circulavam na América portuguesa, assim como no *Erário mineral*, o conhecimento estruturado a partir da experiência e da observação e cuja origem é de difícil explicitação veiculava-se na colônia. Porém, aquela receita analisada não representa o “resultado da experiência prática” (FURTADO, 2002, p. 6) nem a “experiência acumulada na arte de curar no Brasil” (FIGUEIREDO; CASTRO, 2011). Talvez Luis Gomes Ferreyra a conhecia antes da viagem para a América, ou somente após o retorno a Portugal. De qualquer forma, é possível notar a circulação transatlântica de saberes.

Para nascer cabelo, Luis Gomes Ferreyra sugere sebo de homem esquartejado (que também tirava as manchas das bexigas). Os aspectos negativos relacionados à calvície eram percebidos pelo autor ao relatar que uma moça formosa e rica deixava de se casar por ser calva. Untando a cabeça dois meses com o sebo de homem esquartejado, nasceu tanto cabelo, que se casou e “viveu com muito gosto” (FERREIRA; FURTADO, 2002, v. 1, p. 375; FERREYRA, 1735, p. 148). Raspando-se a cabeça com navalha, quatro ou cinco vezes, e aplicando-se durante um mês com o sebo, ou o seu óleo, fazia-se nascer cabelo. Usando por dois meses, o efeito seria ainda mais eficaz.

Para esse fim, Luis Gomes Ferreyra recomenda também o uso repetido da mistura de mel e pós de moscas. Os tratamentos já constavam no manuscrito *Árvore da vida...*<sup>116</sup>, do jesuíta Affonso da Costa da província de Goa: untar os lugares calvos com sebo de homem (devendo ser usado sebo de rim de homem que morreu esquartejado) durante vinte ou trinta dias, ou com pó de moscas levemente fervido com um pouco de mel de enxame novo, quatro a cinco vezes por dia, por um mês, fazia nascer cabelo. Ainda de acordo com o escrito do jesuíta, os cabelos nutriam-se dos licores; para que nasçam ou cresçam, seria necessário dilatar os seus poros, se demasiadamente estreitos, a fim de receberem os ditos licores (COSTA, [ca. 1720]).

<sup>115</sup> *Leite virginal*, tratado III (SANTO ANTONIO, 1704), *Leite virginal de Vekherio*, tratado III (SANTO ANTONIO, 1704) e *Agoa pera tirar signaes da cara*, tratado III (SANTO ANTONIO, 1711).

<sup>116</sup> Cf. COSTA, [ca. 1720].

Nota-se, mais uma vez, a circulação global de saberes sobre o embelezamento. Um uma outra receita do *Erário mineral* recomendava sangue de morcego para os cabelos não nascerem; em outra receita, esterco de gato misturado com vinagre fortíssimo fazia cair os cabelos – ambas as receitas presentes na *Árvore da vida...* Para tirar a “negridão dos dentes”, Luis Gomes Ferreyra sugere pedra-pomes em brasa e vinho branco, receita parecida com uma outra registrada pelo padre Affonso da Costa na *Árvore da vida...* O jesuíta explicava que os dentes pretos, amarelos e de outras cores decorriam dos humores viciosos aderentes aos dentes, ou dos vapores do estômago, da alimentação de muitos doces principalmente de açúcar, dos alimentos cozinhados em vaso de cobre ou metal, do uso do azougue<sup>117</sup>, ou ainda, no caso das mulheres, da lavagem do rosto com água de solimão<sup>118</sup> (COSTA, ([ca. 1720])).

A quarta edição da *Farmacopeia lusitana* traz diversas novas preparações cosméticas, incluindo uma formulação de *Água cosmética*, a qual servia para “adoçar, limpar e embranquecer a cútis, lavando com ela as mãos e o rosto” (SANTO ANTONIO, 1754, p. 112). De acordo com o *Vocabulário Português...*, de Rafael Bluteau:

Usa a medicina de águas salutíferas para todas as partes do corpo humano, águas de cheiro para o olfato, **águas de açucena, de claras de ovos, de mel** etc. **para tirar as nódoas, e rugas do rosto;** [...] águas cefálicas, [...] águas hepáticas [...], águas oftálmicas [...], águas cardíacas [...], águas torácicas, ou peitorais, [...] águas esplênicas, [...] a estas, e [a] outras águas simples, se poderão acrescentar outras muitas águas compostas, específicas, [...] minerais etc. (BLUTEAU, 1727, t. I, p. 171, negrito nosso).

Assim, águas de açucena, de claras de ovos, de mel, eram utilizadas para tirar as nódoas e rugas do rosto. Tratava-se, portanto, do embelezamento não natural da aparência. Na preparação *Água cosmética*, D. Caetano de Santo Antonio indica os seus componentes: claras de ovos frescos, miolo de pão aboborado em leite, tramoços, grãos-de-bico, ervilhaca, favas, lírio florentino, flor de açucenas e de favas verdes, incenso, goma arábica, açúcar-cande, alvaiade, tincal ou bórax, pedra-ume crua, cânfora, água de flor de favas e água rosada.

Nessa edição da *Farmacopeia lusitana aumentada* existe ainda uma referência a uma “água cosmética odorífera”, preparada com “óleo de tártaro por delíquio”, “água de córdoba” e “espírito de vinho”, para as mulheres limparem as mãos e o rosto.

O autor compara ainda a utilidade das águas cosméticas e cita outros autores da época, como Nicolas Lemery. D. Caetano de Santo Antonio não as transcreve devido ao seu

---

<sup>117</sup> Mercúrio.

<sup>118</sup> Azougue sublimado, antigo cosmético branqueador do rosto em cuja base havia mercúrio.

valor superficial: “sem o uso de semelhantes remédios se pode passar a vida, e viver em serviço de Deus” (SANTO ANTONIO, 1754, p. 103-104).

Considerada “o cosmético mais seguro”, a preparação *Água de caracóis* empregava caracóis vivos com a casca e leite de burras. “Muito nutriente e refrigerante”, seu principal uso era lavar o rosto (SANTO ANTONIO, 1754, p. 107). De acordo com a literatura latina antiga, as cinzas de caracóis já eram conhecidas por curar sardas, coceira e feridas leprosas (OLSON, 2009). Apesar de João Vigier ter introduzido conhecimentos da química, a sua obra ainda é marcada pela tradição galênica e uma receita chamada *Água de caracóis* já aparecia na *Farmacopeia ulissiponense...*: “é umectante, refrigerante, idônea para as vermelhidões da pele, serve para alimpar, e formosear o rosto aplicada com panos [...]” (VIGIER, 1714, p. 223).

A preocupação com os cabelos continua, aparecendo uma formulação de *Água capilar*, preparada a partir de limadura de prata, água forte, água rosada e caparrosa. Era indicada para “tingir, ou denegrir os cabelos [...] quando é preciso disfarçar os anos, ou desviar do uso das cabeleiras” (SANTO ANTONIO, 1754, p. 113). Pelo que exposto, infere-se que perucas eram usadas para esconder os cabelos brancos. Advertia ainda para que não chegasse à pele, recomendando o uso de um pente. O efeito desta tintura nos cabelos duraria quase dois anos.

A mesma formulação, para igualmente tingir de preto do cabelos, havia sido registrada por Costa ([ca. 1720]). O autor relatava também que os missionários eram procurados pelos mouros e gentios para tingirem de preta a barba. Quanto mais “azevichada”, ou seja, mais negra, melhor.

Já a preparação *Vinagre cosmético* servia para “limpar, e polir a cútis”, era “bom para secar as chagas úmidas, fétidas, e malignas”. Empregava fezes de ouro e vinagre fortíssimo na sua composição (SANTO ANTONIO, 1754, p. 116). Já um “admirável” *Lenimento cosmético* podia ser preparado a partir do *Vinagre cosmético* e de solução de sal-gema feita com água da chuva e servia para “dealbar as mãos e fazer resplandecer o rosto” (SANTO ANTONIO, 1754, p. 116).

A edição de 1754 traz um ceroto intitulado *Ceroto branco*, composto de cera branca, óleo de amêndoas amargas, espermacete, alvaiade lavado em água rosada e cânfora, e que aparece descrito como “medicamento anódino” e “cosmético”. Podia-se “fazer mais brando” adicionando “óleo de sementes de dormideiras tirado por expressão”. Segundo o autor, tirava admiravelmente os sinais das bexigas (SANTO ANTONIO, 1754, p. 464).

Ceroto era definido como um “medicamento de forma mais dura que o unguento, e mais branda que o emplastro, [...] a matéria principal de que se faz o tal medicamento é cera e azeite” (SANTO ANTONIO, 1754, p.422). O autor também cita como ceroto a preparação *Unguento refrigerante de Galeno*. Apesar de sua composição básica de cera branca, óleo rosado, água de fonte muito clara e bem fria, e vinagre branco, não é “cosmético”:

Serve para abrandar os ardores das febres, cura as inflamações, adoça a acrimônia dos humores, que caem nas hemorroidas, e na cútis de qualquer parte do corpo, é útil o uso dele a todos os febricitantes: aplica-se em untura aos rins, ou na parte que estiver enferma (SANTO ANTONIO, 1754, p. 399-400).

E aqui parece estar a indicação do *Unguento refrigerante de Galeno*, apresentado na primeira edição da *Farmacopeia Lusitana*, cuja formulação está ligeiramente modificada.

O verbete “cosmético” aparecerá no *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, de 1789, e significava “remédio, para amaciar, e aformosear a tez, e pele do rosto” (BLUTEAU; SILVA, 1789, t. 1, p. 340). “Remédio” ainda significava “mezinha, medicamento para reparar a saúde” (BLUTEAU; SILVA, 1789, t. 2, p. 318). E “aformosear”, “formosear” ainda significava “fazer formoso” ou “fermoso”, isto é, “de boa forma, ou feição, belo” (BLUTEAU; SILVA, 1789, t. 2, p. 33; 37; 609; 628).

Entre a edição da *Farmacopeia lusitana* de 1704 e a edição de 1754, é possível perceber uma variedade das receitas para o embelezamento, ao mesmo tempo que se preserva a tradição de algumas preparações.

### 3.2.3 Materiais para cosméticos

Uma miríade de insumos utilizados na preparação dos cosméticos aparece nas farmacopeias luso-americanas analisadas neste trabalho, como por exemplo os relacionados no Quadro 3.

Os nomes dos materiais utilizados nas receitas para o embelezamento analisadas indicam algumas características dos mesmos, tais como: a sua proveniência – como ocorria em sabão de Veneza, lírio florentino ou cravo-da-índia; a sua aparência – como em açúcar de

Saturno ou *Crocus Martis*<sup>119</sup>; ou o seu método de preparo – como em gema de ovo cozido ou sumo de limão azedo.

Tradicionalmente, esses materiais podiam ser de natureza animal, tais como o espermacete, o unto de porco, etc., de natureza vegetal, como as flores de açucena, as rosas vermelhas etc., ou de natureza mineral, como o sal-gema, o salitre etc. Espermacete, por exemplo, extraía-se dos cachalotes e era o melhor ingrediente das manteiguilhas<sup>120</sup> e posturas<sup>121</sup> das mulheres para fazer a pele mais lisa, branda e branca (BLUTEAU, 1712; VIGIER, 1716). Normalmente, essas drogas não eram empregadas tal como eram obtidas, mas eram administradas após operações adequadas.

Ao analisar as receitas setecentistas, identifica-se a presença de elementos de diferentes culturas e a circulação dos saberes envolvidos no processo de aprendizagem sobre o embelezamento. Como analisou Russell-Wood (1998d), havia uma circulação de mercadorias entre a África, a Ásia e as Américas, e que podia não passar por Portugal ou pela Europa. Além das especiarias, todas essas mercadorias foram disseminadas e tornaram-se disponíveis, em grandes quantidades, a um mercado mais amplo.

Entre as especiarias que também eram empregadas nas receitas de beleza setecentistas encontra-se o cravo-da-índia, ou cravinho, proveniente da Índia Oriental e das Ilhas Molucas (SANTO ANTONIO, 1754) – sendo o desse último o melhor (BLUTEAU, 1712) – e a noz-moscada, das Ilhas Banda e de outras adjacentes no mar da Índia (SANTO ANTONIO, 1754). Entre diversas indicações, o cravo poderia ser usado para dor de dentes e a noz-moscada para o mau hálito que procede da “corrupção do estômago”.

---

<sup>119</sup> Depois de preparado, ficava com a cor semelhante à do açafrão (do gênero *Crocus*), e por essa razão se lhe dava assim o nome.

<sup>120</sup> Manteiguilhas eram uma composição de maçã e gordura de cabrito, por exemplo, e óleo de jasmim, ou de laranja, junquinhos, angélicas etc. (BLUTEAU, 1716).

<sup>121</sup> Posturas eram o que as mulheres costumavam pôr no rosto (BLUTEAU, 1720).

**Quadro 3 – Insumos empregados nas preparações para o embelezamento**

açúcar  
açúcar-cande  
água da rainha de Hungria  
água (de cisterna ou da chuva)  
água de Córdova  
água de flores (de fava, de gólfão, de laranjeira, de rosa, de trevo etc.)  
água de murta  
água de pedra-ume  
água forte  
água salgada  
alcatira  
alfazema  
algália  
almécega  
almíscar  
alvaiade  
âmbar  
amêndoa amarga  
amêndoa de pêssego  
amido  
azeite  
bálsamo peruviano  
beijoim  
bórax  
búzio  
cabacinha de balsamina  
cabeças de dormideiras  
cal  
cálamo aromático  
calomelano  
cânfora  
caparrosa  
caracol vivo  
carne de vaca  
casca de cidra, de laranja  
celidônia  
cera  
cera branca  
cidras  
cinza de cágado, de casca de ovo, de fumo  
clara de ovos  
concha  
coral branco, vermelho  
cravo-da-índia  
cremor de tártaro  
cristal

continua

continuação

*Crocus martis*  
enxofre  
enxúndia de galinha  
erva-santa  
ervilhaca  
espermacete  
esperma de baleia, de rã  
espírito de enxofre  
espírito de trementina  
espírito de vinho  
espírito de vitríolo  
essência (de âmbar etc.)  
esterco de gato  
estoraque  
farelo de trigo  
fava  
fel de boi  
fezes de ouro  
flor de açucena  
flor de alfazema  
flor de fava verde  
folha de alecrim  
folha de murta  
folha de oliveira  
gemas de ovos cozidos  
gergelim  
goma arábica  
grão-de-bico  
greda  
incenso  
laranjas descascadas azedas  
lúdano  
leite de burra, de cabra, de vaca  
limadura de prata  
lírio florentino  
maçãs camoesas  
magistério de Saturno  
manteiga de porco  
mármore branco  
mel  
mel rosado  
miolo de pão alvo, miolo de pão aboborado em leite  
mirra  
mosca  
noz-moscada  
óleo de alecrim  
óleo de amêndoa amarga, doce  
óleo de canela

continua

óleo de cravo  
 óleo de noz-moscada destilado  
 óleo de pau-de-rosas  
 óleo de tártaro por delíquio  
 óleo rosado  
 óleo violado  
 olho de caranguejo  
 osso de mão de carneiro queimado em cinza  
 osso de siba  
 ovo  
 pau-de-águila  
 pau-de-rosas  
 pedra-pomes  
 pedra-ume crua, queimada  
 pombos  
 raiz de jacinto de flor vermelha  
 raiz de lírio, de lírio florentino  
 raiz de norça  
 raiz de serpentária verde  
 rosa, rosa vermelha  
 sabão, sabão branco, sabão em pedra, sabão de Veneza  
 sal amoníaco  
 sal comum  
 sal de chumbo  
 sal-gema  
 salitre  
 sal tártaro  
 sândalo citrino  
 sangue de cágado  
 sangue-de-dragão  
 sangue de morcego, de rã de ribeira corrente  
 sarro de vinho  
 sebo de cabra, de cabrito, de homem esquartejado, de rim de cabrito, de veado  
 semente de abóbora redonda, da comprida, de melão, de pepino e de melancia  
 semente de ambreta, de mostarda, de trevo  
 sumo de agraço  
 sumo de cidra azeda  
 sumo de limões, de limão azedo  
 sumo de miolo de abóbora  
 talco  
 tramoço  
 unto de porco  
 urina de cabra  
 verbena  
 vinagre, vinagre branco  
 vinagre de Saturno  
 vinho, vinho branco

Segundo a fonte *Arte e dicionário do comércio...*<sup>122</sup>, o cravo era ainda importado, em 1777, até Lisboa, Porto e Aveiro pelos holandeses e genoveses e exportado da Beira pelos castelhanos, e a noz-moscada era importada até Lisboa e Aveiro pelos holandeses. O cravo-da-índia foi importado pela América portuguesa durante todo o período colonial e, no século XVII, o Estado do Maranhão e Grão-Pará exportou cravo colhido na floresta. Mas nem a produção nem a qualidade da variante americana foram suficientes para substituir o seu par oriental nos mercados europeus (ALENCASTRO, 2020; RUSSELL-WOOD, 1998d). Em 1777, o cravo do Pará e Maranhão era exportado de Lisboa pelos ingleses, holandeses, genoveses e mauritanos (ARTE..., 1784).

As exportações de medicamentos asiáticos para a Europa durante a fase inicial do império português parecem ter sido limitadas pela demanda relativamente baixa, mas isso foi retomado no século XVIII<sup>123</sup>. De acordo com Walker (2009), um dos primeiros guias que traz uma visão abrangente de uma complexa rede de comércio é o manuscrito elaborado pelo frei Leandro da Madre de Deus no final do século XVIII, no qual ele descreveu as rotas comerciais, mercadorias e preços em portos do Oceano Índico a Macau. Foi possível identificar algumas drogas presentes nesse manuscrito e também nas receitas de embelezamento analisadas nesta pesquisa: óleo de cravo, mirra e beijoim.

Segundo esse manuscrito, óleo de cravo poderia vir do Ceilão e, junto com outros produtos, trazia grandes lucros em Macau quando era vendido como medicamento. Já a mirra poderia ser comprada em Calecute ou Cochim e ser vendida com ganhos substanciais como ingrediente medicinal em Malaca ou Macau. Por sua vez, o bálsamo beijoim poderia ser comprado no leste da Índia, tendo um mercado lucrativo “em todas as partes do mundo” (WALKER, 2009).

A mirra era uma goma-resina proveniente da Arábia Feliz<sup>124</sup>, Egito, Etiópia e Abissínia e era levada para a Europa (SANTO ANTONIO, 1754). Menciona-se, em Bluteau (1712), que a oleorresina amarela conhecida como beijoim era obtida de uma árvore da Sumatra e designa-se beijoim de goma o procedente de Sião – que seria o melhor – e o de Pegu (RUSSELL-WOOD, 1998d); beijoim era importado em 1777 pelos holandeses até Lisboa e também encontrado em Loango (ARTE..., 1784).

---

<sup>122</sup> Cf. ARTE..., 1784.

<sup>123</sup> O salto foi dado na década de 1660 pelos conquistadores holandeses das ilhas orientais produtoras de cravo-da-índia, noz-moscada e macis (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2020).

<sup>124</sup> Península Arábica, correspondente aos atuais Estados do Iêmen e Omã.

O século XVIII testemunhou a irrevogável consumação de uma tendência já em evidência na última parte do século XVII, ou seja, a predominância do oceano Atlântico sobre o Índico como principal teatro dos interesses comerciais portugueses e o grande papel exercido pelas cidades portuárias da América portuguesa, que eclipsaram as poucas que ainda restavam na Ásia portuguesa (RUSSELL-WOOD, 1998a). Comentou-se já as implicações da descoberta de ouro americano.

Paralelamente ao fluxo do ouro, as exportações agrícolas tradicionais continuaram a ser a base da riqueza colonial na América portuguesa (SCHWARTZ, 2020). O açúcar procedia abundantemente dessa colônia – o melhor seria o da Bahia, além das Antilhas, da Índia e de outras partes. Vale lembrar que a produção açucareira continuou a ser a principal atividade agrícola da América portuguesa, mas as colônias de outras nações ultrapassaram-na como produtoras de açúcar. O açúcar cristalizado em blocos vítreos, o açúcar-cande, muito cândido e alvo, era outro ingrediente prescrito em algumas preparações cosméticas analisadas. O açúcar-cande chegava em 1777 pelos holandeses ao Algarve, Porto e Aveiro, todavia se relata que ele era mais um produto de exportação, inclusive para a Rússia (ARTE..., 1784).

Um outro ingrediente cosmético, segundo Luis Gomes Ferreyra, era a cinza do tabaco que ficava nos cachimbos. O tabaco foi cultivado e exportado para Portugal e África desde o século XVII. Portugal reexportaria o remanescente para outros mercados europeus e asiáticos, atividade que se tornaria mais significativa no século XVIII. O tabaco baiano era processado em Lisboa e exportado para a Índia, onde era muito procurado, bem como em Macau. Em 1721, os portugueses construíram um forte em Ajudá no qual eram comercializados escravos em troca de tabaco e açúcar. A Coroa portuguesa procuraria controlar não somente a exportação de ouro contrabandeado do Brasil para o golfo da Guiné, mas também a troca do tabaco da Bahia por escravos da Mina (ALENCASTRO, 2020; SCHWARTZ, 2020).

Um total de trinta e cinco mercadorias diferentes foram trazidas a Lisboa em 1749, vindas de Pernambuco, do Rio de Janeiro e do Maranhão e Grão-Pará (RUSSELL-WOOD, 1998d). Entre as mercadorias que também poderiam compor o arsenal dos ingredientes cosméticos das receitas analisadas estão, além do açúcar e do cravo-da-índia, o mel. A ausência do tabaco nesta lista tem sido atribuída ao fato de não ter chegado qualquer frota vinda da Bahia em 1749.

Além do tabaco, do açúcar e outras mercadorias, mel seria exportado da Bahia em 1757 na nau da Índia Santo Antonio e Justiça para o porto de Lisboa (ALMEIDA, 1913). Existiam dois tipos de mel, um branco e outro amarelo. Já havia um intercâmbio de mel no

século XV de Portugal para Bruges, no século XVI de Marrocos para Portugal, e no XVIII da América portuguesa (RUSSELL-WOOD, 1998d); em 1777, a abundância de mel no império português garantia a exportação pelos ingleses e os castelhanos (ARTE..., 1784).

No final do século XVIII, foram descarregados em Lisboa 125 bens diferentes, vindos da América portuguesa (RUSSELL-WOOD, 1998d). Entre eles, foi possível identificar os seguintes produtos usados como cosméticos nas receitas setecentistas analisadas: o açúcar, o tabaco, o mel, o cravo-da-índia, a noz-moscada e goma-arábica. Essa última era obtida de uma árvore espinhosa chamada acácia, a qual crescia abundantemente no Egito e na Arábia Feliz, entre outros lugares; em 1777, traziam-na a Portugal os ingleses, holandeses e genoveses, e era encontrada em abundância em Senegal.

O inventário<sup>125</sup> realizado em 1759 dos bens da botica jesuítica da Casa Professa de São Roque em Lisboa permite reconstituir diversos medicamentos símplices e compostos. Consta, por exemplo, bálsamo peruviano, cujo nome deriva do fato de um dos primeiros centros comerciais ter sido no Peru. É um líquido negro, de cheiro suave, usado pelos perfumadores ou lubeiros, e era necessário para preparar algumas receitas de cosméticos analisadas. Vigier (1716) informa que era trazido também da América portuguesa, de consistência mais dura e portanto mais idôneo para ser usado em feridas e pastilhas de perfumar.

O inventário<sup>126</sup> realizado em 1775 dos bens da fazenda jesuítica fluminense denominada Santo Ignácio nos Campos Novos permite reconstituir a “botica que estava nas ditas casas”. Para Gesteira e Texeira (2009), a existência de medicamentos em áreas distantes dos núcleos urbanos, em uma fazenda no Norte da capitania do Rio de Janeiro, representava uma prática médica exercida pelos missionários que ultrapassava a simples apropriação do saber indígena, portanto uma prática que dependia da circulação de produtos e ideias para além dos núcleos urbanos.

Entre os bens, além da Triaga brasílica, encontraram-se “tártaro”, “óleo de amêndoas”, “mel rosado”, e “azeite de Nossa Senhora da Lapa”. Os dois tipos de tártaro, o branco e o vermelho, serviam no uso da medicina, porém o branco seria melhor (SANTO

---

<sup>125</sup> *Lista da Botica de São Roque. In: DIAS (2009). Os bens arrolados na referência não se encontravam corrigidos de acordo com o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Nesta tese, foram registrados os nomes corrigidos.*

<sup>126</sup> *Inventário dos bens da fazenda denominada Santo Ignácio nos Campos Novos que foi seqüestrada aos regulares da Companhia denominada de Jesus, que mandou fazer o (...) Juiz de Fora Jorge Bento Machado Cardoso em virtude da ordem régia expedida pelo Tribunal da Junta da Real Fazenda ao diante copiada, 1775. In: GESTEIRA; TEXEIRA (2009).*

ANTONIO, 1754). O tártaro ou sarro, isto é, a borra do vinho, era empregado por Luis Gomes Ferreyra para esfregar nos dentes junto com pó da almécega, a fim de deixá-los limpos e brancos.

Já o óleo de amêndoas poderia ser preparado a partir de amêndoas doces ou amêndoas amargas. Apesar de o óleo de amêndoas amargas ter sido mais indicado para o uso interno (SANTO ANTONIO, 1754), aparece na composição do cosmético *Ceroto branco* de Caetano de Santo Antonio. O óleo de amêndoas doces, mais indicado para o uso externo (SANTO ANTONIO, 1754), aparecerá na composição da *Pomada cheirosa* do irmão boticário Manuel de Carvalho, ou então em substituição ao óleo rosado da *Manteiga de chumbo* da botica do Colégio de Macau, ambos descritos na *Coleção de várias receitas...* Em 1777, amêndoas eram exportadas de Lisboa, do Algarve, de Trás-os-Montes e de Setúbal pelos ingleses, franceses, dinamarqueses, holandeses, suecos e castelhanos; amêndoas eram colidas em Peredo (ARTE..., 1784).

Por sua vez, mel rosado era preparado usando-se iguais partes de mel e sumo de rosas; ele era empregado na receita de *Linimento dentifrício* da *Farmacopeia lusitana* possivelmente como edulcorante.

Azeite era empregado, misturado com outros ingredientes, em várias receitas analisadas, para tirarem os sinais das bexigas, fazerem cair os cabelos, serem usadas nas rachas dos beiços, mãos, bicos dos peitos, ou para tratarem a hiperpigmentação, o que diverge das informações de Braga (2019), segundo a qual era usado para alisar e para combater a queda dos cabelos. A abundância de azeite permitiu a instalação de saboarias por todo o reino e ainda nas praças do Norte de África, e a Península Ibérica exportou azeite quer para usos culinários quer, sobretudo, para produzir sabão, nomeadamente na Provença (BRAGA, 2019). O azeite era exportado de diversos locais – Lisboa, Setúbal, Algarve, Porto, Figueira, Viana, Beira, Alentejo, Minho, Trás-os-Montes – pelos castelhanos, dinamarqueses, franceses, hamburgueses, holandeses, ingleses e pelos portugueses para a Rússia (ARTE..., 1784).

Também o boticário da cidade do Rio de Janeiro Antônio Pereira Ferreira, quando faleceu em 1798, deixou os seguintes “remédios da botica”<sup>127</sup>, os quais puderam ser identificados como ingredientes cosméticos nas receitas analisadas: “águas” (água da rainha de Hungria), “animais e suas partes” (óleo humano, almíscar, olhos de caranguejos), “ervas” (violas), “extratos” (sabão de Veneza), “flores” (rosas de Toledo, alfazema), “gomos e resinas”

---

<sup>127</sup> *Bens do boticário Antônio Pereira Ferreira, relacionados à sua profissão. In: CAVALCANTI (2004). Os bens arrolados na referência não se encontravam corrigidos de acordo com o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Nesta tese, foram registrados os nomes corrigidos.*

(a goma-arábica, a mirra, o beijoim, e também cânfora, sangue-de-drago, estoraque calamita, incenso, almécega), “minerais” (fezes de ouro, pedra-ume, salitre, alvaiade, coral, tincal, pedra-pomes, caparrosa), “óleos expressos, dilatados e por cozimento” (o óleo de amêndoas amargas e doces, e ainda o óleo de nozes-moscadas, o óleo de cravos, o óleo de violas), “raízes” (serpentária, lírio florentino, cálamo aromático), “sais” (o açúcar-cande, e ainda tártaro, cremor de tártaro), “sementes” (os cravos-da-índia, as nozes-moscadas, e também tremoços), “espíritos” (sal amoníaco).

Entre as “águas”, identificou-se a água da rainha de Hungria<sup>128</sup>. Aparecendo no tratado francês *Toilette de Flore*, era um destilado de flores de alecrim (BLUTEAU, 1727; BUC'HOZ, 1771; DEWHURST, 1957) e possuía indicações para o tratamento de outras doenças ou de humores frios (FERREYRA, 1735; FERREIRA; FURTADO, 2002). Em 1777, a água da rainha de Hungria era importada pelos hamburgueses até Lisboa e Porto e pelos genoveses até Lisboa (ARTE..., 1784).

Das drogas animais, o óleo humano era usado para as covas e as nódoas das bexigas e fora experimentado por Luis Gomes Ferreyra. Outro ingrediente, o almíscar, de odor penetrante e persistente, era originário do reino de Butão e Tonquim e de outras partes da Ásia e África. Olhos de caranguejos chegavam ao reino de Portugal, os quais se achavam em grande quantidade nas margens dos rios e mar nas Índias Orientais e Ocidentais: os holandeses juntavam-nos para enviarem à Europa; eram utilizados na preparação do *Linimento dentifrício*.

Com relação ao sabão, havia vários tipos, que levavam os nomes dos lugares onde eles eram preparados. Não era absolutamente necessário incluir amido na composição do sabão, ele podia ser feito com uma simples mistura de óleo e uma espécie de soda cáustica (LEMERY, 1716a).

Entre as drogas vegetais, as violas eram utilizadas para se preparar óleo violado, sendo as melhores as mais cheirosas e que tinham a cor roxa marcante (SANTO ANTONIO, 1754); flores de violas eram trazidas pelos genoveses a Lisboa, e havia em grande quantidade no reino de Portugal (ARTE..., 1784). Havia ainda várias espécies de rosas, e as rosas de Toledo referiam-se às rosas vermelhas aveludadas que recebiam esse nome dos espanhóis, haja vista a grande quantidade de rosas dessa espécie naquela cidade. A alfazema, cultivada na Itália, Languedoc ou Provença, devia exalar um cheiro forte, aromático, agradável

---

<sup>128</sup> Eau de la reine de Hongrie (BUC'HOZ, 1771); Hungary's water (DEWHURST, 1957).

(LEMERY, 1716a) e em 1777 era trazida pelos castelhanos ao Algarve, Alentejo, Beira e Trás-os-Montes e pelos genoveses a Lisboa (ARTE..., 1784).

O uso externo de sementes de tremoços tratava prurido, entre outras indicações; sua decocção era usada sobre a pele em diversas doenças (BUC'HOZ, 1731; LEMERY, 1733). Com a raiz de serpentária verde, poderia ser preparado unguento citrino. A variedade de lírio, que vinha de Florença a Portugal, era muito cheirosa; mascando-se a sua raiz, deixava um bom hálito. O verdadeiro cálamo aromático não era uma raiz, era um caule que provinha da Índia e chegava à Europa e a outras partes; era raro e útil na preparação dos perfumes, mas o que era encontrado no seu lugar nas boticas era o ácoro, uma planta da Índia e da Pérsia (SANTO ANTONIO, 1754).

Entre as oleorresinas, o estoraque denominado calamita referia-se a um dos tipos que era o mais estimado para perfumes e para uso da medicina (SANTO ANTONIO, 1754); era importado pelos holandeses até Lisboa, vindo da Síria por Esmirna, de Chipre e de Alexandreta (ARTE..., 1784). Já a mirra era uma goma-resina trazida da Arábia Feliz, Egito e Etiópia para a Europa. Outra goma-resina, o incenso, era proveniente da Terra Santa, Arábia Feliz, dos bosques da região de Sabá, dos pés do monte Líbano e de muitas partes da Índia (SANTO ANTONIO, 1754), embora houvesse também incenso do Maranhão, o qual era exportado de Lisboa para os hamburgueses, franceses, genoveses e castelhanos, e importado ao Minho, Trás-os-Montes e Beira (ARTE..., 1754). Sangue-de-drago era obtido da ilha de Socotra (BLUTEAU, 1712), das Ilhas Canárias, da Ilha de São Lourenço (BLUTEAU, 1720) e também de Cabo Verde e de Porto Santo (SANTO ANTONIO, 1754), sendo importado em 1777 pelos holandeses e genoveses (ARTE..., 1784); na forma de pó, era usado para limpar os dentes, entre outros usos. A melhor almécega era a que vinha da Índia (SANTO ANTONIO, 1754); era importada pelos holandeses até Lisboa e encontrava-se em bastante quantidade em Angola (ARTE..., 1784). Luis Gomes Ferreyra indica a almécega para limpar os dentes, mas deveria estar se referindo à oleorresina da capitania do Espírito Santo e de outras partes da América.

A cânfora era obtida de árvores da ilha de Bornéu, entre as ilhas Celebes, Java e Sumatra e de outras partes da Ásia. Os holandeses e outros que iam fazer negócio compravam a cânfora e depois traziam-na a Portugal. Segundo Bluteau (1712), os químicos faziam uma certa cânfora artificial com vinagre branco destilado e outras drogas.

O sal amoníaco era trazido de Veneza e Holanda e também preparado a partir de urina de homem, sal marinho e ferrugem da chaminé mais branca...

O tártaro, isto é, a borra, principalmente depois de seca, que o vinho deixa aderente ao fundo das vasilhas, podia ser branco ou vermelho e ambos serviam na medicina, embora o branco fosse o melhor. A partir do tártaro branco, fazia-se cremor de tártaro, outro dentifrício (SANTO ANTONIO, 1754). Esse último era importado até Lisboa pelos holandeses e vinha também de Montpellier (ARTE..., 1784).

O coral devia se referir ao endoesqueleto calcário do animal encontrado no mar Mediterrâneo. Havia corais de várias cores, mas o melhor era o vermelho. Quando não se especificava nas receitas a cor do coral, supõe-se que seja o coral vermelho. Entre outros usos, era indicado como dentifrício, conforme já mencionado. Várias castas de coral eram importadas pelos genoveses a Lisboa e vinham também da Catalunha (ARTE..., 1784).

Fezes de ouro, ou litargírio, era um componente bastante empregado nas receitas analisadas e era importada pelos ingleses e holandeses até Lisboa (ARTE..., 1784). Por sua vez, a pedra-ume era importada pelos ingleses, embora houvesse nas furnas da ilha de São Miguel, em Portugal continental e no Piauí; ela vinha de Esmirna, Veneza, Civitavecchia e Suécia (ARTE..., 1784). Já o salitre separava-se por dissolução e filtração pulverizando grosseiramente as pedras e a terra ou as caliças dos edifícios velhos expostos muito tempo ao ar; em 1777, era importado pelos ingleses, holandeses, franceses, embora houvesse em diversos lugares do império português (ARTE..., 1784).

O tincal, ou bórax, era importado pelos holandeses (ARTE..., 1784) e provinha dos contornos de Gujarate, entre Bengala e Cambaia (BLUTEAU, 1721; SANTO ANTONIO, 1754). Pedra-pomes era outro dentifrício e destinava-se a limpar as gengivas e os dentes; em 1777, era importada pelos venezianos e genoveses, embora existisse em abundância na ilha de São Miguel (ARTE..., 1784).

Caparrosa era um sal mineral obtido de uma pedra chamada pirite, a qual se achava nas minas de cobre em muitos lugares da Europa, assim como na Itália e na Alemanha (SANTO ANTONIO, 1754); havia diferentes espécies de caparrosa e essa matéria-prima era importada por ingleses, holandeses e genoveses e chegava até Lisboa e Porto (ARTE..., 1784).

O alvaiade, um dos componentes mais utilizados desde o período inicial da Idade Moderna até o século XVIII, era preparado a partir do chumbo, em folhas ou lâminas delgadas, exposto aos vapores de vinagre. O uso de alvaiade já era empregado para maquiagem do rosto de mulheres desde a Dinastia Han [206 a.C.-220 d.C.], conforme evidenciado pela arqueologia e pela literatura. Alguns escritores imaginaram que o alvaiade já teria sido usado anteriormente (SCHAFER, 1956). As mulheres romanas, em cerca de 200 a.C.

a 200 d.C., também parecem ter usado o alvaiade no rosto, segundo os autores latinos (OLSON, 2009).

Embora fosse tóxico e causasse muitos efeitos associados ao envenenamento com chumbo, além do fato de que pós menos nocivos como amido, alabastro e madrepérola triturada estavam disponíveis, o alvaiade era popular porque era fácil de aplicar, era opaco e criava um efeito de pele lisa. O alvaiade era usado como um pó ou misturado com pigmentos. Assim, poderia ser adicionado a pigmentos vermelhos para as bochechas e lábios e misturado com corantes valiosos, como cochonilha, hena, ocre, garança (SAMMERN, 2015).

De acordo com o *Vocabulário português...*:

Alvaiade. [...] Deriva-se do antigo arábico [...] que vale o mesmo que branquear, ou cair. É pois alvaiade um chumbo, empreñado dos espíritos do vinagre, ou mais claramente é um chumbo, em lâminas delgadas penetrado, [...] meio dissolvido pelo vapor do vinagre, e reduzido a uma matéria, muito branca, pesada, e friável, da qual usam os pintores, e algumas mulheres, que com ela pintam o rosto. [...] tomado por boca é peçonha, mas aplicado exteriormente é benéfico, porque é [...] refrigerante, resolutivo, reprime a carne supérflua, encoura as chagas, e se mistura em cerotos, e molificativos emplastos. Com o alvaiade que se tira do estanho, se untam as mulheres, ou para dizer melhor se despintam, e se desfiguram, porque este aparente auxílio da sua alvura, e lindeza, é seu mais mortífero veneno, corrompendo o baço, apodrecendo os dentes, causando rugas antecipadas, e muitos achaques com que a natureza se vinga dos artifícios embustes da vaidade (BLUTEAU, 1727, p. 306).

Já era conhecida a toxicidade quanto ao uso do chumbo, mas o texto de Bluteau parece apresentar uma crítica moral ao seu uso externo quando as mulheres usavam-no visando o embelezamento. O alvaiade era, ao mesmo tempo, um remédio e um veneno. Era importado por ingleses, holandeses, hamburgueses e genoveses até Lisboa, Porto e Aveiro; ele era encontrado nas furnas da Ilha Terceira, porém pouco aproveitado por Portugal (ARTE..., 1784).

Havia assim uma grande diversidade de matérias-primas obtidas de fontes animais, minerais e vegetais, a nível global, que eram utilizadas para a preparação das receitas inscritas nas farmacopeias portuguesas setecentistas. Os saberes sobre os materiais da Ásia, da América do Sul e da Europa foram codificados em farmacopeias e circularam por todo o mundo atlântico.

A presença desses materiais nas farmacopeias destaca a conexão entre a prática da farmácia europeia e o comércio global emergente das drogas, seguindo a perspectiva de Russell-Wood (1998d), Alencastro (2000), Raj (2015). Nas receitas para o embelezamento,

estão representados saberes e práticas culturais de várias partes do mundo. Algumas matérias-primas eram conhecidas e usadas por boticários na Europa e no mundo mediterrâneo desde a antiguidade, enquanto outras eram novas adições às farmacopeias europeias, embora haja a força de uma tradição na qual as farmacopeias foram modeladas em outras que as precederam.

Ler as farmacopeias como produtos de encontros interculturais é tratar esse importante grupo de fontes não como testemunhas da ossificação do conhecimento em nome de um nacionalismo, como sugerido por Urdang (1946, 1951), mas como testemunhas e também agentes do dinâmico processo de globalização que moldou o conhecimento e a prática em um mundo moderno cada vez mais interconectado (CRAWFORD, 2019) – o qual Picart buscou retratar na sua gravura (Figura 2).

### 3.2.4 O embelezamento em época de mudanças

Na *Farmacopeia lisbonense*, um texto preliminar essencial da primeira farmacopeia oficial, não constam de modo geral as indicações dos medicamentos. Há uma redução do arsenal terapêutico e da complexidade das preparações farmacêuticas, como também observa Pita (2008). Nota-se também uma diminuição das formulações destinadas ao embelezamento. O próprio autor adverte que os símplices ou drogas apresentados na sua obra são os mais eficazes e que outros podem ser considerados supérfluos. Santo Antonio (1754) já havia mencionado formulações ditas superficiais, como aquelas de águas cosméticas. Na obra de Manoel Joaquim Henriques de Paiva, já não constam essas preparações.

Para Pita (1999), com os *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772*<sup>129</sup>, a farmácia galênica estaria oficialmente afastada do ensino universitário. Todavia, contrapondo Pita (1999), é possível notar que a antiga terapêutica ainda apareceria na *Farmacopeia lisbonense*. Manoel Joaquim Henriques de Paiva confessa, na *Prefação* do livro:

[...] não tive ânimo de desprezar alguns símplices [...] me parecem inúteis, e assim as fórmulas extemporâneas [...] algumas oficinais de igual préstimo, que se acham nas obras mais emendadas deste assunto, onde seus autores as deixaram por se acomodarem ao costume, e à prática talvez de bons professores (PAIVA, 1785, não paginado).

---

<sup>129</sup> Cf. UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1773.

E ainda adverte no final da sua farmacopeia: “é necessário sacrificar-me de algum modo ao uso que tanta influência tem nos homens; e deixar aos vindouros [...] corrigir” (PAIVA, 1785, p. 246).

Entre os possíveis simplices destinados às preparações cosméticas, nota-se o mínio, ou “cal de chumbo vermelha”. Embora não constem as indicações, supõe-se que a preparação *Ceroto branco*, feita de óleo de amêndoas, ou azeite bom, cera branca e espermacete, seja um cosmético:

*Ceroto branco.*

R. Óleo de amêndoas, ou azeite bom,  
cera branca, ãa quatro onças,  
espermacete, meia onça.

Derretam-se a fogo brando para que se misturem; depois deixe-se esfriar, e guarde-se (PAIVA, 1785, p. 79).

Na homônima preparação da edição de 1754 da farmacopeia de Caetano de Santo Antonio, é requerida cera branca, óleo de amêndoas amargas, espermacete, alvaiade lavado em água rosada e cânfora, e aparece descrita como “medicamento anódino” e “cosmético” (SANTO ANTONIO, 1754). A indicação provavelmente é a mesma, mas com menor número de ingredientes, e elimina-se o antigo componente tóxico.

Em 1794, era publicada a *Farmacopeia geral...*, a primeira farmacopeia portuguesa oficial. Nota-se que as indicações terapêuticas não aparecem. É possível observar que se mantém a redução do arsenal cosmético já evidenciada na *Farmacopeia lisbonense*. O *Ceroto branco* aparece como *Ceroto de espermacete*, devendo ser preparado com cera de espermacete, cera branca e óleo comum. A composição é pouco modificada em relação à do *Ceroto branco* da *Farmacopeia Lisbonense*. A diferença agora está na menor proporção de cera branca e no emprego de óleo comum em substituição ao óleo de amêndoas ou azeite bom:

*Ceroto de espermacete* (ou *Ceroto branco*, ou *Unguento de cera*)

R. de espermacete meia onça,  
cera branca duas onças,  
óleo comum quatro onças.

Derretam-se, e se deixem esfriar (PORTUGAL, 1794b, p. 140).

A mudança quanto à diminuição das receitas cosméticas parece estar relacionada à alteração da orientação galênica para a química que se operava nos textos farmacopeicos. A farmácia não estaria mais dividida em galênica e química na *Farmacopeia geral...*:

Das diversas partes da química, aquela que se emprega na eleição, colheita, conservação, ou reposição dos medicamentos, na sua preparação, mistura, ou composição, é a que se chama farmácia, ou arte farmacêutica. Houve tempo em que se dividiu em galênica e química, segundo a maior, ou menor facilidade da preparação e composição dos remédios: mas seja ela qual for, esta preparação ou composição é toda química, à exceção daquelas que são puramente mecânicas [...] (PORTUGAL, 1794a, p. 1).

Os conhecimentos da história natural e da química passariam a ser os fundamentos desta arte (PORTUGAL, 1794a). As receitas para o embelezamento que não apareceram foram desconsideradas pela Coroa e, como resultado, o seu uso parece ter sido desencorajado, ainda que não expressamente proibido.

Há outras possíveis razões para essa limitação do embelezamento, apresentadas por Martin (2005) ao estudar o controle médico sobre o uso dos cosméticos pelas mulheres na França. Segundo o autor, os filósofos teriam criticado os cosméticos por sustentarem uma devassidão na aristocracia e as modas que promoveriam uma falsidade nas mulheres de todos os grupos sociais; os cosméticos seriam máscaras vis que podiam esconder uma fisionomia corrupta a qual era incapaz de reproduzir a verdadeira beleza da alma pura.

No entanto, segundo Martin (2005), foi necessário um argumento mais persuasivo para tentar mudar os hábitos das mulheres: as opiniões dos médicos contra o uso dos cosméticos podiam ser comprovadas agora empiricamente. Foucault (2021) argumentou também que os médicos ganharam poder no final do século XVIII como resultado da importância política da higiene e da saúde para o controle social.

Os médicos afirmaram que os ingredientes comumente usados em cosméticos, como chumbo e mercúrio, prejudicariam não apenas a pele, mas também a saúde geral. A teoria humoral do século XVIII postulava que qualquer elemento estranho em contato com o corpo forçava os fluidos normalmente expelidos para os principais órgãos ou vasos sanguíneos, desestabilizando o equilíbrio do corpo. Tissot, por exemplo, em *Essai sur les maladies des gens du monde*<sup>130</sup>, relatou os efeitos perniciosos do uso de produtos da maquiagem facial e recomendou a água como o único cosmético seguro:

---

<sup>130</sup> Cf. TISSOT, 1771.

Os olhos especialmente são mais particularmente afetados. [...] aqueles que usam habitualmente ruge ou branco queixam-se de dores de cabeça, garganta inflamada, calor e ardor nos olhos, fluxões e erisipela na face e dores de dente, que toda a arte do dentista não pode curar. [...] O mais seguro dos cosméticos (este é o nome dado às aplicações destinadas a preservar a beleza) ou melhor, o único cosmético, é a água; todas as outras aplicações danificam constantemente a pele, as mais elogiadas são muitas vezes as que mais prejudicam; e mesmo deixando de lado o interesse pela saúde, está bem demonstrado que as mulheres que desejam preservar o rosto devem evitar todas as pomadas (TISSOT, 1771, p. 102-108, tradução nossa)<sup>131</sup>.

Os cosméticos também ameaçavam a integridade da boca, um símbolo de potência e sexualidade no século XVIII, levando ao uso desesperado de dentes postiços. Os médicos também alertaram que os opiáceos ou branqueadores de dentes tirariam o seu esmalte.

Apesar das recomendações médicas, o próprio Tissot relatou que:

[...] todos esses exemplos não têm força e não assustam o suficiente; corre-se o risco dos acontecimentos mais aborrecidos para evitar algumas borbulhas imperceptíveis, e sacrifica-se sem hesitação a saúde à pele (TISSOT, 1771, p. 265-266, tradução nossa)<sup>132</sup>.

Embora as mulheres francesas no final do século tivessem desistido de usar as grossas camadas de pintura da aristocracia do Antigo Regime, ainda adotavam o ruge claro e o pó branco (MARTIN, 2005).

Um outro fator poderia estar envolvido em renunciar a maquiagem: o primeiro programa extenso de imunização contra a varíola, cujas cicatrizes haviam desfigurado muitos rostos. A vacina contra a varíola fora anunciada ao mundo pelo médico inglês Edward Jenner [1749-1823] em 1796. O uso generalizado da variolação em alguns países já havia atenuado um pouco o impacto da varíola entre as classes ricas durante a última parte do século XVIII, mas uma redução efetiva em sua incidência não ocorreu até a vacinação ser amplamente utilizada durante o século XIX.

---

<sup>131</sup> Les yeux surtout en sont plus particulièrement affectés. [...] celles qui sont habituellement usage du rouge ou du blanc, fe plaignent de douleurs de tête, de maux de gorge, de chaleurs & de cuiffon dans les yeus, de fluxions & d'érésipeles sur le visage, & de maux de dents que tout l'art du dentiste ne peut guérir. [...] Le plus sûr des cosmétiques, (c'est le nom qu'on donne aux applications destinées à conserver la beauté) ou plutôt le seul cosmétique, c'est l'eau; toutes les autres applications endommagent constamment la peau, les plus vantées sont souvent celles qui nuisent le plus; & en mettant même de côté l'intérêt de la santé, il est bien démontré que les femmes qui veulent conserver leurs visages, doivent éviter toutes les pommades (TISSOT, 1771, p. 102-108).

<sup>132</sup> [...] malheureusement tous ces exemples sont sans force & n'effrayent point assez; on court les risques des événements les plus fâcheux pour éviter quelques boutons imperceptibles, & on sacrifie sans hésiter sa santé à son teint (TISSOT, 1771, p. 265-266).

O processo de vacinação envolvia um preparo dos pacientes, que durava de três a seis semanas e consistia em um regime de ar fresco, sem bebidas alcoólicas e uma dieta vegetal, juntamente com repetidas purgas e sangrias, a fim de evitar possíveis complicações da inoculação. Quando os pacientes estavam finalmente considerados prontos, os médicos faziam uma série de incisões profundas na pele, as quais receberiam a linfa da varíola. As feridas eram então mantidas abertas com fios de linho para facilitar a drenagem e um curativo era aplicado sobre elas. Os indivíduos permaneciam isolados em casas especiais de inoculação por semanas até que as incisões parassem de drenar e começassem a cicatrizar, minimizando assim o perigo de contágio para outras pessoas. Durante esse período de convalescença, os pacientes eram submetidos ao mesmo esquema do preparo. Todo esse processo geralmente durava cerca de dois meses, se não houvesse mais complicações (RISSE, 2010).

### 3.3 SABERES NOTÁVEIS SOBRE A LIMPEZA CORPORAL NO SETECENTOS

Como já foi exposto, a obra portuguesa do século XVIII mais notável sobre higiene foi o *Tratado da conservação da saúde dos povos*, do médico português António Nunes Ribeiro Sanches (LEMOS, 1899). Como filósofo, as preocupações do autor inscrevem-no na órbita do enciclopedismo francês; como médico, a sua formação é tributária do mecanicismo fisiológico da escola de Leiden (Herman Boerhaave, Albinus e Haller) (ARAÚJO, 2003; PORTER; VIGARELLO, 2012).

Vigarello (2006), que estudou a história da beleza na França, acredita que a atenção às fibras, à sua tensão, impôs-se sobre o alívio dos humores. O autor utiliza como referência o francês François Boissier de Sauvages [1706-1767], mas o crédito deveria ser dado a outros atores. De acordo com Mandressi (2012), desde Vesalius decorreram dois séculos que viram as representações e os modelos do corpo incorporar os traços de uma entidade mecânica. Diversos fatores e atores concorreram para essa mudança, inscrita no princípio que se inicia no século XVI e triunfa no século XVIII, de uma mecanização do mundo (ABREU, 2011; PORTER; VIGARELLO, 2012). As virtudes dos banhos no tratamento de doenças foram relatadas por Baglivi (1723), ponto culminante do programa iatrofísico.

Em António Nunes Ribeiro Sanches, o domínio dos segredos do corpo não dispensa o julgamento moral, tal como o exercício da medicina não isenta o médico das suas obrigações filantrópicas com a humanidade. Suas obras continham duras críticas ao sistema educacional e à estrutura médica no país e apontavam recomendações para a Coroa reverter a

situação que ele considerava inadequada para Portugal. Tende a submeter a sociedade ao poder normalizador da medicina e da educação (ARAÚJO, 2003; SILVA FILHO, 2017).

Em *Tratado da conservação da saúde dos povos*, Sanches associa o descobrimento das Índias Orientais e a renovação das ciências e das artes pela destruição do Império grego com a mudança de parte do estilo de vida conservado durante muitos séculos pelos habitantes da Europa. Assim, ele nota os banhos públicos, usados na Europa até quase o século XIV, e o modo antigo de fabricar as casas como um flagelo humano, como ainda se via em Constantinopla, no Cairo e em outros muitos lugares do Império islâmico. Ele também recomendava a construção de latrinas (SANCHES, 1756, 2003).

Na Península Ibérica, a presença muçulmana, que teve início em 711, permaneceu até 1492 como um poder político e continuou a existir como uma comunidade cultural e religiosa até 1502 em Granada e 1526 em Aragão. Em cada território de Castela, os mudéjares – muçulmanos vivendo sob governo cristão desde o século XIII – foram intimados em 1502 a converterem-se ou abandonarem o reino. Após a conversão, foram chamados de mouriscos – uma classificação destinada a enfatizar a sua prévia condição de mouros, a qual indicava suas crenças islâmicas tradicionais. Os muçulmanos foram destituídos de suas propriedades e da maioria de seus direitos durante a recristianização da Península Ibérica. Em 1567, as decisões que proibiam a língua árabe e os banhos públicos muçulmanos foram implementadas (BETHENCOURT, 2013; SCHWARTZ, 2009).

Segundo Sanches, na Espanha, França e Itália foi proibido o uso dos banhos por autoridade eclesiástica, por “piedade cristã” ou para destruir a superstição dos sarracenos que habitavam naqueles reinos, porque a santidade da religião cristã não poderia consentir um costume contrário à modéstia e à mortificação. Sanches reconhecia o banho necessário para a conservação da saúde, desde que neles se conservasse a modéstia e a ordem requerida pela religião.

O vocábulo “banho” é registrado no *Vocabulário Português...* como “a água em que uma pessoa se banha, ou o lugar, em que se tomam banhos em uma casa particular” (BLUTEAU, 1712, t. II, paginação irreg.). As virtudes dos banhos já haviam sido relatadas por outro médico português, Jacob de Castro Sarmiento, em sua *Matéria médica...*, publicada anteriormente. De acordo com o capítulo sobre as águas minerais, a água fria tinha a propriedade de contrair todos os sólidos, curando-se a relaxação das fibras. Já a água quente, ou tibia, tinha a virtude de relaxar:

Por esta universal relaxação que produz esta casta de banhos, os poros da cute se abrem de forma que se perspira muito maior quantidade de matéria no tempo do banho, que em qualquer outro; e de sorte que se tem observado pessoas corpulentas, haverem perdido do seu peso, no tempo de quinze dias com o uso destes banhos, mais de dezasseis arráteis (SARMENTO, 1735, p. 315).

Para o frei Diogo Santiago, na obra *Postila religiosa, e arte de enfermeiros*, publicada em 1741, se um doente precisasse de um banho em todo o corpo, seria necessário um instrumento onde se pudesse cobri-lo todo ou até a parte indicada pelo médico. E ainda “se for de água quente, seja a quentura mui moderada; e sendo de água fria, não seja muito” (SANTIAGO, 1741, p. 104). Não se devia desamparar o enfermo, estivesse sentado ou deitado, porque se corria o perigo de um desmaio – razão pela qual era conveniente que o banho fosse junto de uma cama. Assim, após o término do banho, o enfermo depois de enxuto poderia ser colocado na cama, mantendo as janelas fechadas, por estarem os “poros abertos”.

Até meados do século XVIII, segundo Revel (2009), a limpeza dispensava em geral a água e ignorava o corpo, à exceção do rosto e das mãos que são as únicas partes expostas. Para Vigarello (2006), a água era apresentada como instrumento maior das toaletes no fim do século. Buc'hoz (1771) apresenta, em sua *Toilette de Flore*<sup>133</sup>, a preparação *Banho de beleza*<sup>134</sup>. Tratados sobre o banho multiplicavam-se na segunda metade do século XVIII, em um mundo pobre de banheiras e gabinetes de banho (VIGARELLO, 2006).

Em Poitiers e em Coutances, em 1788, 86% dos inventariados não possuíam jarra de água e bacia (LICK, 1970 *apud* PELLEGRIN, 2012, p. 185). Pentas não são mencionados pelos notários e sabão é raro, enquanto são abundantes os utensílios de lavar a roupa. Se as termas e outros banhos públicos desapareceram das cidades no século XVI, por razões epidemiológicas e por falta de fornecimento suficiente de água, a prática dos banhos de rio jamais cessou, segundo os relatos contidos nos temas de justiça do reino francês (PELLEGRIN, 2012).

Em Lisboa, as casas mais amplas dispunham geralmente de um poço de onde se tirava água, e aqueles que moravam em habitações mais apertadas buscavam água nos poucos chafarizes localizados no bairro da Alfama – até a construção do aqueduto das Águas Livres. A falta de latrinas nas casas obrigava a se despejarem os dejetos nas praias dos arredores, quando não eram simplesmente despejados nas ruas à noite (SILVA, 2006).

---

<sup>133</sup> Cf. BUC'HOZ, 1771.

<sup>134</sup> *Bain de beauté* (BUC'HOZ, 1771).

Mas, ao longo do século XVIII, à medida que novos hábitos de limpeza disseminavam-se, popularizava-se também o uso de objetos de higiene em Portugal. A Real Fábrica de Louça, em Lisboa, fundada em 1767 por Sebastião José de Carvalho e Melo, produziu uma variedade de louças relacionadas com a higiene, sendo mencionadas bacias, bispotes, bidés, gomis, jarros (PAIS *et al.*, 2004).

Bacia era inicialmente o nome genérico de vasos de barro, ou de arame, os quais tinham muitas serventias, como bacia de fazer a barba, bacia de urinar, bacia de lavar os pés etc. (BLUTEAU, 1712). O nome bispote era tomado do inglês, “piss-pot”, para referir-se ao urinol, ou vaso de barro, com uma asa, para urinar (BLUTEAU, 1727). Já o bidê relacionava-se com a higiene íntima. O gomil era uma espécie de jarro bojudo, de boca estreita, com asa, e era servido juntamente com um prato para lavar as mãos (BLUTEAU, 1713).

Segundo Pais *et al.* (2004), na década de 1781-1789, houve enorme aumento de manufatura de objetos, principalmente de bacias e bispotes e, na década de 1790-1799, continuou em ascensão a produção de bacias, sugerindo uma difusão muito maior de objetos de higiene pessoal.

Uma bacia comum (nova ou em bom uso) era avaliada em cerca de oitocentos réis, uma bacia feita de prata chegava a sessenta mil-réis ou mais. Em Lisboa, entre 1780 e 1786, os inventários selecionados no estudo de Madureira (1989) indicaram que apenas sete por cento dos domicílios possuíam recipientes para armazenar grandes reservas de líquidos. Nesse período, as únicas peças que apareciam razoavelmente em todas as escalas sociais eram as bacias de lavar os pés e as de lavar as mãos.

No inventário do cardeal patriarca de Lisboa, além de uma impressionante tina de banhos de folha de flandres, pintada de verde por fora e de amarelo por dentro, foram identificadas duas bacias para as mãos, sete não discriminadas, uma outra para tomar banhos, e ainda duas bacias de prata para a barba. Quanto mais se afastava do universo com maior poder econômico, as bacias para a barba tornavam-se mais raras (MADUREIRA, 1989).

O movimento de objetos relacionadas à higiene era multicontinental e conhecido desde o século XV. Nos anos 1450, os navios portugueses haviam transportado bacias de barbear para a região conhecida por Senegâmbia. Entre 2 de maio de 1528 e 31 de agosto de 1531, 11.891 bacias de barbeiro e, entre 27 de março de 1561 e 12 de setembro de 1562, 51.798 bacias de urinar foram recebidas pelas feitorias de São Jorge vindas de Flandres e da Alemanha (RUSSELL-WOOD, 1998d). À medida que novos hábitos alimentares e de higiene disseminavam-se por todas as classes, começavam a popularizar-se os modelos em cerâmica, importados da China via Companhia das Índias (PAIS *et al.*, 2004).

António Ribeiro Sanches também lembrava que os soldados da Roma Antiga necessitavam de banho todos os dias, a fim de manterem seus corpos limpos, considerando o suor, a poeira, a vestimenta feita de lã ao invés do linho – algo que era desejável também antes de comerem. Ele sugere que os soldados deveriam pelo menos mandar lavar os pés e as mãos com água e vinagre quando entrassem nos hospitais militares e principalmente naqueles de campanha.

Se, em Portugal, os banhos ou as repetidas lavagens seriam úteis para conservar a saúde de um exército, nas colônias portuguesas da América e da África seriam extremamente necessários. De acordo com o autor, aqueles que habitam nas minas e junto dos rios caudalosos, Amazonas, Tocantins, São Francisco e Paraná, são os que experimentam calores excessivos e com excessiva umidade. Sanches recomendava que, na América e na África, usassem banho ou estufa úmida, principalmente os escravos dedicados ao trabalho nas minas – os quais representavam a maior parte dos habitantes (SANCHES, 1756, 2003). Esse seria o mais apropriado remédio contra a podridão dos humores causada pelo calor e umidade do terreno, pelo cansaço e fadiga do trabalho nas minas e pela nudez e pouca comodidade de mudar de linho e de vestido, o que não seria útil somente ao escravo, mas também aos senhores que habitavam aqueles sertões com tantos riscos (SANCHES, 1756, 2003).

A narrativa de Américo Vespúcio [1454-1512] já relatava o uso dos banhos na América. Como um antigo associado de Colombo, viajou para a América duas vezes: em 1499-1500, com os espanhóis, e em 1501-1502, com os portugueses, e explorou uma longa parte da costa oriental da América do Sul. Sua narrativa, bem como imagens que circularam nos livros dos séculos XVI e XVII, teriam contribuído para uma representação negativa dos nativos americanos. *Mundus Novus*, impresso em 1503, incluiria atributos positivos, entre os quais o hábito de os nativos lavarem-se regularmente em rios – o que teria impressionado o seu autor (BETHENCOURT, 2013).

A frequência dos banhos dos indígenas, que poderia chegar a três ao dia, permaneceria como uma das contribuições mais significativas para a cultura brasileira, de acordo com a segunda edição de *História geral do Brasil*<sup>135</sup>, escrito por Varnhagen (1877).

Holanda (1994) perguntará se no Brasil a *Tunga penetrans* (bicho-de-pé) não teria contribuído para incutir nos povoadores europeus certos hábitos de limpeza corporal, que mal conheciam em seus países de origem. Teófilo Benedito Ottoni, fundador da colônia do Mucuri

---

<sup>135</sup> Cf. VARNHAGEN, 1877.

em Minas Gerais, atribuiria papel decisivo ao parasitismo do bicho-de-pé em trabalhadores alemães, belgas, suíços ou franceses, mas não em chineses:

Debalde se dizia aos colonos que aquela doença se extirpava com tesourinha ou alfinete, e que o grande preservativo era recorrer diariamente ao rio e trazer o corpo limpo de imundícies. Mas eles queriam curar-se do mal dos bichos com unguentos e cataplasmas, e não foi possível convencer a um grande número de que o hábito brasileiro de lavar ao menos os pés todas as noites é uma necessidade do homem do povo, e não, como pensa o proletário europeu, uma fantasia ou regalo de aristocratas e sibaritas (HOLANDA, 1994, p. 103-104).

Para Freyre (2003), a vida no Brasil enriqueceu-se com drogas e remédios caseiros, como o óleo de coco para o cabelo das mulheres, e com métodos de higiene – “inclusive o banho frequente ou pelo menos diário, que tanto deve ter escandalizado o europeu porcalhão do século XVI”. A falta de higiene era uma característica atribuída aos portugueses, a partir do século XV, por viajantes, comerciantes e religiosos vindos da Europa do Norte (SANTOS, 2003). O escritor Robert Southey, que visitava Portugal pela primeira vez em 1796, também indicou a falta de hábitos higiênicos (CASTANHEIRA, 1996). Em Lisboa, foram relatados somente dois estabelecimentos de banho abertos à população na freguesia de São Miguel de Alfama (MADUREIRA, 1989).

Todavia, desde o final do século XVIII havia quem frequentasse banhos de mar, os da Junqueira (MADUREIRA, 1989). E, na América portuguesa, o uso do banho na cidade que fora até 1763 capital do governo já era costume em fins do século. Segundo as cartas de Amador Veríssimo de Aleteya, nome usado por Luiz dos Santos Vilhena, eram raros os que não tomavam mais de um banho por dia na cidade de Salvador – hábito observado principalmente entre as mulheres. Também foram relatados banhos em rios de água quente, no entorno da vila de Itapicuru, não por razões terapêuticas, mas por costume (VILHENA; AMARAL, 1921).

Bernardino Antonio Gomes, em 1799, também relatou o uso geral e cotidiano dos banhos tépidos na capital do Rio de Janeiro, associando-os à debilidade e às doenças da cidade; ele recomendava o banho frio como um dos meios para prevenir-se das “erisipelas” (GOMES, 1818). Acreditava-se que os banhos frios eram de grande utilidade. A água fria ajudaria a circulação dos humores, robusteceria os músculos e estimularia o funcionamento dos órgãos (GRIECO, 1994).

Ao longo do século XVIII, houve uma mudança gradual de valores e percepção em relação à saúde, passando a ser vista como um princípio positivo alcançável, preservável e

recuperável com um estilo de vida adequado, higiene pessoal e pública e o apoio da medicina. A saúde das nações passou a ser uma parte integrante da geopolítica europeia, e a educação das massas sobre esses assuntos tornou-se uma prioridade elevada. Essas crenças foram componentes fundamentais da ideologia iluminista, que buscava o progresso humano e a perfectibilidade (RISSE, 2010).

Ademais, como aludido por Elias (1994), o impulso para a limpeza regular do corpo não derivou de uma noção clara ou “racional” dos riscos da sujeira para a saúde. A história da sociedade reflete-se na história dos indivíduos que a compõem. Esses precisam passar novamente, de forma abreviada, pelo processo civilizador que a sociedade como um todo percorreu ao longo dos séculos, já que não nascem “civilizados”:

Este processo ocorre em conjunto com uma limitação progressiva de perigos externos e, assim, com uma limitação e canalização do medo que eles provocam. [...] O maior controle das fontes do medo, lentamente estabelecido na transição para nossa estrutura social, é sem dúvida uma das precondições mais elementares para o padrão de conduta que expressamos com o conceito “civilização” (ELIAS, 1994, p. 268).

Esses saberes não apenas assegurariam a saúde e a longevidade, mas também, no caso das crianças, facilitariam sua educação em casa e preveniriam doenças ou morte.

### 3.3.1 Asseio das crianças sob as ordens da Academia Real das Ciências de Lisboa

Os tratados médicos do século XVIII expunham simultaneamente uma doutrina médica e conselhos educativos. A Europa do século das Luzes conheceu uma variedade de publicações médicas sobre o tema da conservação das crianças. Inicialmente, é produzida por médicos como Brouzet (*Essai sur l'éducation médicinale des enfants et sur leurs maladies*, de 1754), Desessartz (*Traité de l'éducation corporelle des enfants en bas âge, ou réflexions pratiques sur les moyens de procurer une meilleure constitution aux citoyens*, de 1760), Tissot (*Avis au peuple sur la santé*, de 1761), Raulin (*De la conservation des enfants*, de 1768-1769), Buchan (*Domestic medicine*, de 1769), Alphonse Leroy (*Recherches sur les habillemens des femmes et des enfants*, 1772) (DONZELOT, 1986).

O saber médico defendia uma reforma profunda do corpo, aspecto que exigia uma nova posição perante as famílias. Os médicos procuravam construir uma nova moral, fundada nas regras de higiene e na conservação da saúde. A despeito das inovações da medicina

iluminista, a teoria dos humores continuou a ser útil para guiar médicos acerca dos conselhos para a conservação da saúde (ABREU, 2011).

A medicina assumiu um lugar cada vez mais importante nas estruturas administrativas e na maquinaria de poder durante o século XVIII. A presença do médico é cada vez mais numerosa nas academias e sociedades científicas; a sua função de higienista, mais que a de terapeuta, é a que lhe assegura a posição politicamente privilegiada nesse século. Um dos domínios em que o saber médico mais procurou impor-se foi o da família (ABREU, 2011; FOUCAULT, 2021).

Em *Avis au peuple sur la santé*<sup>136</sup>, obra que posteriormente foi traduzida para o português e também constará no inventário de Antonio Joze Vieira de Carvalho, Tissot (1762) aconselhava que as crianças deveriam ser lavadas com muita regularidade todos os dias, seja qual fosse o clima e a estação do ano. De acordo com Vigarello (1981), a ênfase nas prescrições aumentava acentuadamente no século XVIII com o aparecimento de capítulos específicos sobre limpeza e de indicações sublinhadas sobre repetições e durações.

Nas últimas décadas do século XVIII, a novidade dos tratados de puericultura publicados em Portugal residia em grande parte na aplicação dos conhecimentos obtidos com a anatomia e as teorias médicas que se propunham inovadoras. De forma geral, esses tratados insistiam na mudança de hábitos relacionados às crianças, e a higiene corporal foi um tema em que se nota a aplicação daqueles conhecimentos (ABREU, 2011).

Entre os autores que se ocupavam da puericultura em Portugal encontravam-se, além de Manoel Joaquim Henriques de Paiva, Francisco de Mello Franco e Francisco José de Almeida (ABREU, 2011; HALLEWELL, 2017; LEMOS, 1899; MARQUES, 2015).

No capítulo IV do *Tratado da educação física dos meninos* de 1790, *Qual seja o verdadeiro modo de lavar as crianças*, Francisco de Mello Franco recomendava a lavagem dos recém-nascidos, pois considerava essencial a limpeza a fim de permitir a transpiração pela pele: “é portanto essencial o cuidado da sua limpeza porque em geral a base da saúde é a regularidade com que se faz a transpiração insensível” (FRANCO, 1790, p. 20).

Francisco de Mello Franco também concordava que a primeira lavagem deveria ser morna, com água pura, podendo adicionar um pouco de sabão. Rejeitava o uso de manteiga, ou outros materiais oleosos, ou espíritos<sup>137</sup>. O autor permitia o costume francês em usar a

---

<sup>136</sup> Cf. TISSOT (1762).

<sup>137</sup> Espíritos “são a parte mais sutil e mais pura, extraída de substância sólida, ou líquida, por destilação, ou por outro modo [...]” (BLUTEAU, 1712, t. III, paginação irreg.).

mistura de uma parte de água com uma parte de vinho apenas nos casos de a criança nascer muito débil e desanimada.

Recomendava a lavagem com água morna todos os dias, lavando a cabeça e o corpo, tomando o cuidado com a região das axilas e virilhas. Em caso de se formar uma escoriação, bastaria aplicar “pós dos cabelos puros” e sem adição de cal, a qual era usada de modo fraudulento.

Após o primeiro mês, usando sempre água morna, passaria a ser empregada aos poucos uma esponja molhada em água fria. Adicionalmente, no capítulo V, *A utilidade dos banhos frios provada pela razão, pela prática dos antigos, e pelo exemplo dos povos do Norte*<sup>138</sup>, o “nosso primeiro puericultor” explicava que a fibra das crianças é mole, frouxa, quase sem ação, não se devendo continuar com os banhos da água morna, a qual lhes aumenta a sua natural languidez e inércia. E conclui:

[...] nada pode embaraçar o prudente uso da água fria para com as crianças. Esta é sem dúvida a voz da natureza; pois sendo o parto uma obra natural, e sendo precisa a lavagem, segundo está mostrado, parece manifesto que só devemos usar da água no seu estado natural, que é fria (FRANCO, 1790, p. 25).

De maneira semelhante a Francisco de Mello Franco, Francisco José de Almeida aconselhava que as primeiras lavagens das crianças usassem água tépida à temperatura do corpo, com uma pequena quantidade dissolvida de sabão e sal, e reprovava as lavagens com espíritos e aromas (ALMEIDA, 1791).

No artigo IV, *Da lavagem, e do banho*, do *Tratado da educação física dos meninos* de 1791, Francisco José de Almeida chama “lavagem” “[...] quando a criança se conserva na água, umedecendo a pele por todo o tempo necessário para dissolver e despegar as viscosidades [...]” e denomina “banho” “[...] quando se mergulha e se retira imediatamente o corpo o número das vezes que se supõe necessário, segundo a idade, a estação e as forças do menino” (ALMEIDA, 1791, p. 26). Para esse autor português do século XVIII, o banho frio era útil, mas a lavagem fria muito nociva.

Para suprir a falta da mãe, havia ainda recomendações para a escolha das amas, descritas no capítulo *Do quanto diz respeito ao modo de nutrir as crianças*<sup>139</sup> do *Tratado* de Francisco de Mello Franco. As amas deveriam ser asseadas, ter hálito agradável, gengivas

<sup>138</sup> *A utilidade das banhos frios provada pela razão, pela prática dos Antigos, e pelo exemplo dos povos do Norte* (FRANCO, 1790).

<sup>139</sup> *Do quanto diz respeito ao modo de nutrir as crianças* (FRANCO, 1790).

vermelhas e bons dentes, o que significa humores de boa qualidade, entre outras condições (FRANCO, 1790). Francisco José de Almeida, em *Das qualidades que se devem requerer nas amas*, fazia algumas exigências semelhantes, como ter os dentes limpos, inteiros, que não estejam negros ou furados, ter uma transpiração nem excessiva, nem escassa (ALMEIDA, 1791).

De acordo com a ideologia iluminista, a sociedade deveria ser protegida por meio do emprego de profissionais que pudessem lidar habilmente com os problemas relacionados à saúde. E manuais de saúde escritos por especialistas eram necessários para servir como guias populares sempre que os profissionais de saúde não estivessem disponíveis ou não estivessem dispostos a abandonar suas tarefas curativas mais lucrativas (RISSE, 2010).

Os dois tratados foram publicados pela oficina da Academia Real das Ciências de Lisboa, criada em 1779. Entre os seus fundadores estava o polímata José Correia da Serra [1750-1823] (CARVALHO, 2016). Com a criação da Academia, pela primeira vez no contexto português, uma pesquisa científica original foi realizada em uma base profissional por um pequeno grupo de intelectuais que estudaram em universidades estrangeiras, especialmente na Itália e na França.

Cada vez mais, eles afastaram-se dos estudos filosóficos e pedagógicos e aproximaram-se dos científicos. Alguns deles publicaram manuais científicos e também se engajaram na popularização da ciência por meio de livros e artigos especializados. Eles cultivaram contatos no exterior, em sua maioria membros de comunidades científicas (CARNEIRO; SIMÕES; DIOGO, 2000). Para Novais (2005), em Portugal procura-se, com inspiração nas memórias da Academia Real das Ciências, modernizar o país, removendo-se os arcaísmos.

## 4 CONCLUSÃO

Nesta tese, verificou-se que os saberes sobre a cosmética, isto é, sobre o embelezamento físico e a limpeza corporal, circulavam entre Portugal e a América portuguesa desde 1704 por meio dos livros e na língua vernácula, ao mesmo tempo que ocorria a movimentação de pessoas e de materiais.

Conforme apresentado, foi no século XVIII que ocorreu a maior expansão global portuguesa, com a ocupação territorial no interior da América do Sul. A América portuguesa é o local que registra uma intensa movimentação de pessoas, absorvendo em proporção esmagadora o fluxo emigratório da metrópole e ilhas adjacentes. Foi um período de intensa produção e circulação de conhecimento.

Este estudo analisa o período compreendido desde 1704, quando foi possível identificar os saberes envolvendo o embelezamento em uma farmacopeia escrita em língua portuguesa, até 1794, com a publicação da primeira farmacopeia oficial. Foi possível oferecer uma história da cosmética em Portugal e na América portuguesa durante o Setecentos, embora esse tema não esteja explicitamente registrado nas fontes históricas, como ocorria em francês. Saúde e beleza não eram compreendidas separadamente e os cosméticos eram considerados medicamentos para o rosto e a pele.

Apesar de alusões à falta de asseio em Portugal e na colônia americana, este trabalho permitiu verificar que havia de fato uma preocupação com a cosmética. “Formosear a cútis”, “fazer o rosto formoso” são expressões que aparecem nos livros impressos analisados. A partir de algumas receitas setecentistas analisadas, destinadas a “alimpar e embranquecer a cútis”, “limpar e embranquecer os dentes”, é possível deduzir até mesmo alguns cânones de beleza da época, que se alinham perfeitamente com outros testemunhos textuais e iconográficos.

O boticário bem-sucedido Antônio Pereira Ferreira, por exemplo, quando faleceu em 1798, deixou vários livros, destacando-se a *Farmacopeia lusitana*, o *Tratado da conservação da saúde dos povos* e a *Farmacopeia lisbonense*. Talvez guardasse os livros devido à sua utilidade, ou então pelo seu valor, porque foi somente a partir de 1794 que os boticários foram obrigados a ter um exemplar da *Farmacopeia geral para o reino e domínios de Portugal*.

Quando os livros aparecem nos bens inventariados das propriedades na América portuguesa, não é possível afirmar que foram lidos, mas é possível notar a circulação das obras. Com essa tese, foi possível identificar que algumas obras traziam informações também

acerca da cosmética. E, assim, a circulação de tais livros sugere também a preocupação com o embelezamento físico e a higiene.

Além dos elementos textuais, até mesmo os elementos que compõem a materialidade das farmacopeias e dos livros sobre a higiene serviriam a um propósito pedagógico claro. A mobilidade e a abertura cultural dos autores, a circulação dos livros, permitiram assegurar as comunicações e trocas de saberes que ultrapassaram as fronteiras das nações.

Apesar de não constar em língua portuguesa do século XVIII algum tratado especializado sobre a beleza como ocorria em francês, com esta tese é possível observar que autores como Caetano de Santo Antonio e Manoel Joaquim Henriques de Paiva absorvem e transmitem conhecimentos de autores franceses, por exemplo Moizes Charas, Nicolas Lemery e Tissot.

É possível atribuir a data de primeira ocorrência para o vocábulo “cosméticos” o ano de 1714, com a publicação do *Tesouro apolíneo...*, de João Vigier. Antes, porém, em 1704, com a *Farmacopeia lusitana*, de Caetano de Santo Antonio, embora não apareça o uso de algumas preparações e os títulos delas não sejam precisos, foi possível identificar o seu emprego para o embelezamento físico. Nota-se, entre a edição de 1704 e a de 1754, que são publicadas diversas receitas de cosméticos para o rosto, os lábios, os mamilos, o nariz, os cabelos, as mãos, os dentes.

Para preparar os cosméticos foi empregada uma miríade de insumos obtidos a nível global (Quadro 3). Os saberes sobre os materiais da Ásia, da América do Sul e da Europa foram codificados nas farmacopeias e circularam por todo o mundo atlântico. Tradicionalmente, esses materiais podiam ser de natureza animal, vegetal ou mineral. Espermacete, por exemplo, extraía-se dos cachalotes e era o melhor insumo das manteiguilhas e posturas das mulheres para fazer a pele mais lisa, branda e branca. Normalmente, essas drogas não eram empregadas tal como eram obtidas, mas eram administradas após operações adequadas.

Ao longo do século XVIII, a farmácia galênica foi acompanhada da farmácia química e ambas puderam fundamentar uma mesma farmacopeia, quando se publicou em 1711 a *Farmacopeia lusitana reformada*, que ganhava o subtítulo *método prático de preparar os medicamentos na forma galênica e química*, e em 1714 o *Tesouro apolíneo, galênico, químico...*

Cirurgiões, boticários, jesuítas, os mediadores culturais, põem em circulação saberes de origens diversas, inovando técnicas e produtos voltados para o embelezamento, mas também mantendo uma tradição de algumas preparações cosméticas. Entre outros exemplos

de receitas de embelezamento setecentistas estudadas neste trabalho, a preparação *Água para tirar os sinais das bexigas e fazer o rosto formoso*, do *Erário mineral*, não era uma novidade: já havia sido publicada na *Farmacopeia lusitana*.

A circulação dos materiais ocorre de forma a confundir a sua origem. Entre os materiais estudados neste trabalho que eram empregados nas receitas de beleza setecentistas encontra-se, por exemplo, o cravo-da-índia, proveniente da Índia Oriental e das Ilhas Molucas. O cravo era importado até Portugal e a América portuguesa. O Estado do Maranhão e Grão-Pará exportou cravo colhido na floresta, embora a variante americana não era suficiente para substituir o seu par oriental nos mercados europeus.

Uma inflexão quanto ao embelezamento parece ocorrer com a *Farmacopeia lisbonense*, de 1785, que foi um texto preliminar da primeira farmacopeia oficial. Nota-se uma diminuição das formulações destinadas ao embelezamento. Manoel Joaquim Henriques de Paiva adverte que os símplies ou drogas apresentados na sua obra são os mais eficazes e que outros podem ser considerados supérfluos. Caetano de Santo Antonio já havia mencionado formulações ditas superficiais, como aquelas de águas cosméticas. E, em 1794, era publicada a *Farmacopeia geral...*, mantendo a redução do arsenal cosmético.

Este trabalho atribui a diminuição do uso das receitas para o embelezamento à alteração da orientação galênica para a química que se operava nos textos farmacopeicos. O uso das receitas parece ter sido desencorajado, ainda que não expressamente proibido. Os médicos afirmaram que os insumos comumente usados em cosméticos, como chumbo e mercúrio, prejudicariam não apenas a pele, mas também a saúde geral. Tissot, por exemplo, relatou os efeitos adversos do uso de produtos da maquiagem facial e recomendou a água como o único cosmético seguro.

No *Tratado da conservação da saúde dos povos*, António Nunes Ribeiro Sanches reconhecia o banho necessário para a conservação da saúde, desde que neles se conservasse a modéstia e a ordem requerida pela religião. Os banhos ou as repetidas lavagens seriam úteis para conservar a saúde de um exército, sendo extremamente necessários nas colônias portuguesas da América e da África. O uso do banho já era observado entre os nativos e virou costume entre os habitantes da América portuguesa no fim do século XVIII. Diversos agentes participaram da construção do conhecimento, tornando-se difícil uma filiação a essa ou aquela tradição.

Os livros sobre higiene, escritos frequentemente por médicos, no vernáculo, incorporavam os ideais iluministas de progresso humano e educação popular. Semelhantes em alguns aspectos, diferentes em outros, saberes sobre a limpeza corporal das crianças aparecem

nas obras homônimas, o *Tratado da educação física dos meninos*, de Francisco de Mello Franco e de Francisco José de Almeida.

As farmacopeias e os livros sobre higiene analisados neste trabalho inserem-se em um movimento de sistematização de conhecimento em formato acessível ao público. Não foi possível encontrar uma obra especializada sobre a cosmética na língua vernácula. Mas foi possível identificar tais saberes no trânsito atlântico, a partir de 1704 e ao longo do século XVIII, que possibilitaram “aprender” a embelezar e a limpar o corpo em Portugal e na América portuguesa.

## REFERÊNCIAS<sup>140</sup>

ABU-LUGHOD, Janet L. **Before European Hegemony: The World System, A.D. 1250-1350**. New York: Oxford University Press, 1989.

ABREU, Jean Luiz Neves. **Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. 220 p.

ABREU, Jean Luiz Neves. **O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-6XWMHK/1/tese\\_jean.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-6XWMHK/1/tese_jean.pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.

ABREU, Márcia. O controle à publicação de livros nos séculos XVIII e XIX: uma outra visão da censura. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 4. n. 4, out./nov./dez. 2007. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/634>. Acesso em 11 nov. 2022.

ABREU, Márcia. Quem lia no Brasil colonial? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: Intercom, 2001. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP4ABREU.pdf>. Acesso em 8 ago. 2022.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A Rede Económica do Mundo Atlântico Português. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2020. cap. 4, p. 115-144. Título original: Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800. Trad.: Miguel Mata. (Lugar da história).

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. As três eras do Atlântico Sul. **Revista USP**, São Paulo, n. 123, p. 13-28, out./nov./dez. 2019. Trad. do francês de Mariana de Moraes Silveira. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i123p13-28>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. Educação de meninas na América portuguesa: das instituições de reclusão à vida em sociedade (séculos XVIII e início do XIX). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, 2014, p. 282-297. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/7190/4332>. Acesso em: 31 dez. 2019.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. **Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas minas setecentistas**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD->

---

<sup>140</sup> De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

9YHHP6/1/ppghistoria\_carlaberenicestarlingalmeida\_dissertacaomestrado.pdf. Acesso em: 27 dez. 2021.

ALMEIDA, Eduardo de Castro. **Inventario dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1913-1936. VIII v.

ALMEIDA, Francisco José de. **Tratado da educação fysica dos meninos**, para uso da nação portugueza. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1791. 142, [3] p. Disponível em: <http://purl.pt/6378>. Acesso em: 1 ago. 2019. Obra no domínio público.

ARAÚJO, Ana Cristina. **A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. 126 p. (Temas de História de Portugal). Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/47433/1/A%20Cultura%20das%20Luzes%20em%20Portugal.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Farmacopeia lusitana reformada. Método prático de preparar os medicamentos na forma galénica e química [...] por D. Caetano de Santo António, cónego regular de Santo Agostinho, boticário do Real Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa**. Lisboa: 2018. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4694284>. Acesso: 12 mar. 2022.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra**. Lisboa: 2020. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1457739>. Acesso: 14 jun. 2020.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa**. Lisboa: 2020. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1461704>. Acesso: 16 fev. 2021.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial (1796-1808): contribuição ao estudo quantitativo na economia colonial**. 1972. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/td-08032022-144509/publico/1972\\_JoseJobsonDeAndradeArruda.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/td-08032022-144509/publico/1972_JoseJobsonDeAndradeArruda.pdf). Acesso em: 29 out. 2022.

ARTE, e dictionario do commercio, e economia portugueza, para que todos negoceem, e governem os seus bens por calculo, e não por conjectura; ou para que todos lucrem mais com menos risco. Lisboa: Offic. de Domingos Gonsalves, 1784. Disponível em: <https://purl.pt/34048>. Acesso em: 19 ago. 2022. Por Bernardo de Jesus Maria. Obra no domínio público.

BAGLIVI, Geo. [George]. **The Practice of Physick**, Reduc'd to ancient Way of observations... 2nd ed. London: Midwinter, 1723. Originalmente publicado em latim, em 1696. Disponível em: <https://archive.org/details/practiceofphysic00bagl>. Acesso em: 7 maio 2021.

BARREIROS, Bruno Paulo Fernandes. **Concepções do Corpo no Portugal do Século XVIII: Sensibilidade, Higiene e Saúde Pública**. 2014. xv, 304 p. Dissertação para obtenção do Grau de Doutor (História, Filosofia e Património da Ciência e da Tecnologia) – Faculdade de

Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/14924>. Acesso em: 31 dez. 2019.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARTHÉLEMY, Dominique *et al.* Problemas. *In*: DUBY, Georges (org.). **História da vida privada**, 2: da Europa feudal à Renascença. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. cap. 4, p. 393-619. Título original: Histoire de la vie privée, Vol. 2: De l'Europe féodale à la Renaissance. Trad.: Maria Lúcia Machado.

BEALES, Derek. **Joseph II: I - In the shadow of Maria Theresa, 1741-1780**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=COw8AAAAIAAJ&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 3 set. 2023.

BENCI, Jorge [BENCI, Giorgio]. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos...** Roma: Officina de Antonio de Rossi [...], 1705. [12], 282, [2] p. Disponível em: <http://purl.pt/24731>. Acesso em: 8 jun. 2020. Obra no domínio público.

BERNASCHINA, Paulo. Resumo. *In*: \_\_\_\_\_ (org.). **Gabinete Transnatural de Domingos Vandelli**. [S.l.]: Editora Artez, 2008. p. 7-8.

BETHENCOURT, Francisco. A América Portuguesa. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org.). **O Brasil na Balança do Império (1697-1808)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 228-249. (História da Expansão Portuguesa, v. 3).

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.). Introdução. *In*: \_\_\_\_\_. **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2020. p. 1-18. Título original: Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800. Trad.: Miguel Mata. (Lugar da história).

BETHENCOURT, Francisco. O Estado da Índia. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org.). **O Brasil na Balança do Império (1697-1808)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 250-269. (História da Expansão Portuguesa, v. 3).

BETHENCOURT, Francisco. **Racisms: from the Crusades to the Twentieth Century = Racismos: das cruzadas ao século XX**. New Jersey: Princeton University Press, 2013.

BIRMINGHAM, David. **História concisa de Portugal**. São Paulo: EDIPRO, 2015. Título original: A concise history of Portugal. Trad.: Daniel M. Miranda. (Série história das nações).

BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789. 2 t.: t. 1: xxii, 752 p.; t. 2: 541 p. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-portugueza-recompilado-dos-vocabularios-impressos-ate-agora-e-nesta-segunda-edi%C3%A7%C3%A3o-novamente-emendado-e-muito-acrescentado-por-antonio-de-moraes-silva>. Acesso em: 9 fev. 2020.

BLUTEAU, Rafael. **Suplemento ao Vocabulário português, e latino**, que acabou de sahir a' luz, Anno de 1721. Dividido em oito volumes, dedicados ao magnifico Rey de Portugal D. João V. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva; Lisboa Occidental: Patriarcal Officina da Musica, 1727-1728. 2 t. Paginação irreg. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...** : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1721. 8 t. Paginação irreg. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico>. Acesso em: 16 fev. 2020.

BOMPARD, Jean-Jacques. **Livreiros do Novo Mundo: De Briançon ao Rio de Janeiro**. Campinas: Campinas: Editora da Unicamp, 2021. Título original: Libraires du Nouveau Monde: De Briançon à Rio de Janeiro. Trad.: Leila V. B. Gouvêa.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. cap. 13, p. 183-191. Trad.: Luiz Alberto Monjardim, Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães, Glória Rodriguez e Maria Carlota C. Gomes. Publicado originalmente na Revista Actes de la Recherche en Sciences Sociales, em 1986. Título original: L'illusion biographique.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Entre as fazendas da loja e os trastes da casa: os livros de agentes mercantis em São Paulo setecentista. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (org.). **O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 229-253.

BOSCHI, Caio César. O Doutor Veloso, o Outro Veloso. In: PATACA, Ermelinda Moutinho; LUNA, Fernando José (org.). **Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 131-152.

BOSCHI, Caio. Ordens religiosas, clero secular e missionação no Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org.). **O Brasil na Balança do Império (1697-1808)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 294-318. (História da Expansão Portuguesa, v. 3).

BOTO, Carlota. A educação no debate iluminista. In: \_\_\_\_\_. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. cap. 1, p. 21-69.

BOTO, Carlota. O Enciclopedismo de Ribeiro Sanches: Pedagogia e Medicina na Confeção do Estado. **História da Educação**, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 107-117, set. 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30692>. Acesso em: 4 set. 2023.

BOUMEDIENE, Samir. Jesuit recipes, Jesuit receipts: the Society of Jesus and the introduction of exotic *materia medica* into Europe. In: NEWSON, Linda A. (org.). **Cultural Worlds of the Jesuits in Colonial Latin America**. London: University of London Press,

2020. cap. 11, p. 229-254. Disponível em: [www.jstor.org/stable/j.ctvwrn4h1.16](http://www.jstor.org/stable/j.ctvwrn4h1.16). Acesso em: 21 mar. 2021.

BOUZA, Fernando. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. **Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias**, Lisboa, v. 14, p. 105-171, 2002. Trad.: Angela Barreto Xavier.

BOXER, Charles R. A footnote to Luís Gomes Ferreira, *Erario Mineral*, of 1735 and 1755. **The Indiana University Bookman**, Bloomington, v. 11, p. 89-92, 1973. Disponível em: <https://scholarworks.iu.edu/journals/index.php/bookman/article/view/3789/3501>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BOXER, Charles R. A Rare Luso-Brazilian Medical Treatise and Its Author: Luis Gomes Ferreira and His “Erario Mineral” of 1735 and 1755. **The Indiana University Bookman**, Bloomington, v. 10, p. 48-70, 1969. Disponível em: <https://scholarworks.iu.edu/journals/index.php/bookman/article/view/3782/3494>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2011. Título original: *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*. Trad.: Inês Silva Duarte.

BRACHT, Fabiano. **Ao Ritmo das Monções**. Medicina, Farmácia, Filosofia Natural e produção de conhecimento na Índia Portuguesa do século XVIII. Porto: CITCEM; Edições Afrontamento, 2019. (Teses Universitárias, n. 12). Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18214.pdf>. Acesso em : 20 abr. 2021.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. Título original: *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Trad.: Gilson César Cardoso de Souza.

BRAFMAN, David. Picart, Bernard, Hermes, and Muhammad (Not Necessarily in That Order). In: HUNT, Lynn Avery; JACOB, Margaret C., MIJNHARDT, Wijnand W. Bernard. Los Angeles: **Picart and the first global vision of religion**, Getty Research Institute, 2010. (Issues & debates). p. 159-160. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=JpjyRMuVxC4C&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PA169#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 2 maio 2023.

BRAGA, Isabel Drumond. O azeite na época moderna. In: MUSEU DO AZEITE. **O azeite e a oliveira ao longo do tempo: o museu do azeite (Bobadela, Oliveira do Hospital)**. Viseu: ArqueoHoje, 2019. cap. 4, p. 45-51.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. Medicina popular versus medicina universitaria en el Portugal de Juan V (1706-1750). **Dynamis: Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam**, Granada, v. 22, p. 209-233, 2002. Disponível em: <https://www.ugr.es/~dynamis/completo22/PDF/dyna-8.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. O Receituário de Francisco Borges Henriques: Culinária, Cosmética e Botica em Portugal no século XVIII. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 12, p. 67-88, jun. 2017. Disponível em:

<https://www.dialogosmediterraneos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/243>. Acesso em: 31 dez. 2019.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. Vaidades nos Conventos Femininos ou das Dificuldades em deixar a Vida Mundana (séculos XVII-XVIII). **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, Coimbra, n. 10, tomo I, p. 305-322, 2010. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.14195/1645-2259\\_10-1\\_13](http://dx.doi.org/10.14195/1645-2259_10-1_13). Acesso em: 31 dez. 2019.

BUCHON, Pierre-Joseph. **Toilette de Flore**, ou Essai sur les plantes et les fleurs qui peuvent servir d'ornement aux dames... Paris: Valade, Librairie, 1771. xxiv, 240 p. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1520706t?rk=21459;2>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Título original: *Popular culture in Early Modern Europe*. Trad.: Denise Bottmann.

CAGLE, Hugh. **Assembling the tropics**: science and medicine in Portugal's empire, 1450-1700. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

CAIRUS, Henrique. Da natureza do homem: *Corpus hippocraticum*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 395-430, jul./out. 1999. Trad. do grego, introd. e notas por Henrique Cairus. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701999000300009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000300009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 21 fev. 2021.

CAIRUS, Henrique F. Da natureza do homem. In: CAIRUS, Henrique F.; RIBEIRO JR., Wilson A. **Textos hipocráticos**: o doente, o médico e a doença. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. cap. 3, p. 39-59. (Coleção História e Saúde). Disponível em: <http://books.scielo.org/id/9n2wg>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CÁMARA, María Luisa de la. Los alimentos en la *Carta Filosófica Médico-Química* (1687) de Juan de Cabriada. **Ingenium. Revista Electrónica de Pensamiento Moderno y Metodología en Historia de la Ideas**, Madrid, v. 15, p. 55-64, 2021. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/INGE/article/view/69963/4564456559055>. Acesso em: 5 nov. 2022.

CAMINHA, Viviane Machado. **Medicamentos Jesuítas**: Representações da escrita científica através da Coleção de varias receitas – 1766. 2017. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [http://www.hcte.ufrj.br/docs/teses/2017/viviane\\_machado\\_caminha.pdf](http://www.hcte.ufrj.br/docs/teses/2017/viviane_machado_caminha.pdf). Acesso em: 25 fev. 2021.

CARDIM, Fernão. Do clima e terra do Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Notas: Batista Caetano; João Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925. p. 33-[109]. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4788>. Acesso em: 27 maio 2020.

CARDIM, Pedro. A corte régia e o alargamento da esfera privada. *In*: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História da vida privada em Portugal: A Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011. p. 160-201.

CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula. Enlightenment Science in Portugal: The Estrangeirados and Their Communication Networks. **Social Studies of Science**, London, v. 30, n. 4, p. 591-619, Aug. 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/285782>. Acesso em: 31 dez. 2019.

CARVALHO, Bruno. Writing Race in Two Americas: Blackness, Science, and Circulation of Knowledge in the Eighteenth-Century Luso-Brazilian World and the United States. **The Eighteenth Century**, Philadelphia, v. 57, n. 3, p. 303-324, Fall 2016. Disponível em: [www.jstor.org/stable/eighcent.57.3.303](http://www.jstor.org/stable/eighcent.57.3.303). Acesso em: 23 mar. 2021.

CARRARA JUNIOR, Ernesto; MEIRELLES, Helio. **A indústria química e o desenvolvimento do Brasil – 1500-1889**. São Paulo: Metalivros, 1996. t. I.

CARVALHO, Joaquim Martins de. **Apontamentos para a História Contemporânea**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868. Disponível em: <https://archive.org/download/apontamentospara00mart/apontamentospara00mart.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2021.

CASTANHEIRA, Maria Zulmira. Robert Southey, o primeiro lusófilo inglês. **Revista de Estudos Anglo-Portugueses**, Lisboa, n. 5, p. 59-122, 1996. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/4368/1/Revista%20de%20Estudos%20Anglo-Portugueses%20-%20Numero%205%20-%201996.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. A livraria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 183-194, jan./dez. 1995. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/247/247>. Acesso em: 5 jul. 2023.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. A primeira Chefe de Estado do Brasil: D. Maria I, a louca? **Cadernos Aslegis**, Brasília, n. 51, p. 152-170, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27399>. Acesso em: 31 dez. 2019.

CHALHOUB, Sidney. Prefácio. *In*: MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

CHARTIER, Anne-Marie. Os três modelos da leitura entre os séculos XVI e XXI: como as práticas sociais transformam os métodos de ensino. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 16, n. 1 [40], p. 275-295, jan./abr. 2016. Trad. e rev. técnica: Ceres Leite Prado. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40774>. Acesso em: 3 set. 2023.

CHARTIER, Roger. Comunidade de leitores. *In*: \_\_\_\_\_. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed. Trad.: Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 11-31.

CHAUDHURI, Kirti. Presença europeia, mercados asiáticos e comércio no oceano Índico. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org.). **O Brasil na Balança do Império (1697-1808)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 121-137. (História da Expansão Portuguesa, v. 3).

COLEÇÃO de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2019. 272 p. Edição, introdução e notas: Ana Carolina de Carvalho Viotti, Jean Marcel Carvalho França.

CONCEIÇÃO, J. *et al.* As farmacopeias portuguesas e a saúde pública. **Acta Farmacêutica Portuguesa**, Porto, v. 3, n. 1, p. 47-65, 2014. Disponível em: <https://www.actafarmacêuticaportuguesa.com/index.php/afp/article/view/41/51>. Acesso em: 3 abr. 2021.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Título original: *Le miasme et la jonquille: L'odorat et l'imaginaire social, XVIII<sup>e</sup> - XIX<sup>e</sup> siècles*. Trad.: Ligia Watanabe.

COSMÉTICA. *In*: DICIONÁRIO de português da Google. [Oxford]: Oxford University Press, 2022. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

COSTA, Affonso da. **Arvore da Vida dilatada em vistosos e salutiferos Ramos ornados de muitas aprasiveis, e saudaveis Folhas, em que se deixaõ ver muitos e singulares remedios assim simplices, como compostos, que a Arte, a experiencia, a industria, e a curiosidade descubrio, para curar com facilidade quasi todas as doenças, e queixas, a que o corpo humano esta sogeito, principalmente em terras destituidas de Medicos e Boticas**. Copiados de diversos Authores assim impressos, Como manuscriptos, de varias noticias, e experiencias vistas, e approvadas em diversos Reinos, terras, e regioens de todas as quatro partes do mundo... Goa, [ca. 1720]. pt. 1. Manuscrito. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/zph8xwsb>. Acesso em: 24 set. 2022. Wellcome Collection. Marca de Domínio Público.

CRAWFORD, Matthew James. An Imperial Pharmacopoeia? The Pharmacopoeia Matritensis and Materia Medica in the Eighteenth-Century Spanish Atlantic World. *In*: CRAWFORD, Matthew James; GABRIEL, Joseph M. (org.). **Drugs on the page**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2019. cap. 3, p. 63-78.

CRAWFORD, Matthew James; GABRIEL, Joseph M. (org.). Introduction. Thinking with Pharmacopoeias. *In*: \_\_\_\_\_. **Drugs on the page**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2019. p. 3-15.

CRISTO NETO, Djalma Vieira; FULGÊNCIO, Irene. *Postilla religiosa e a arte de enfermeiros: a primeira obra em português para o ensino de enfermagem no século XVIII*. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 119-122, jan./mar., 2010.

Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/pdf/reme/v14n1/v14n1a17.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As grandes casas. *In*: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História da vida privada em Portugal: A Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011. p. 202-243.

CURTO, Diogo Ramada. As práticas de escrita. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org.). **O Brasil na Balança do Império (1697-1808)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 421-462. (História da Expansão Portuguesa, v. 3).

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura escrita: séculos XV a XVIII**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

CURTO, Diogo Ramada. Iluminismo e Projetos Coloniais em Angola (1797-1802). *In*: PATACA, Ermelinda Moutinho; LUNA, Fernando José (org.). **Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 25-45.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida; HILSDORF, Lucia Spedo Hilsdorf. O colégio dos jesuítas de São Paulo (que não era colégio nem se chamava São Paulo). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 39, p. 169-180, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/72080/75319>. Acesso em: 25 abr. 2023.

DAGLIO, Cristiano. **La medicina dei faraoni: malattie, ricette e uperstizioni dalla farmacopea egizia**. Torino: Ananke, 2005.

DENIPOTI, Cláudio; FONSECA, Thais Nivea de Lima e. Censura e mercê – os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 139-154, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.53727/rbhc.v4i2.324>. Acesso em: 10 nov. 2022.

DENIPOTI, Cláudio. Tradutores médicos e a ideia de tradução em Portugal em fins do século XVIII: o caso dos livros de medicina. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, out.-dez. 2017, p. 913-931. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702017000500004>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DEWHURST, Kenneth. A Symposium on Trigeminal Neuralgia: With Contributions by Locke, Sydenham, and other Eminent Seventeenth Century Physicians. **Journal of the History of Medicine and Allied Sciences**, Germantown, v. 12, n. 1, p. 21-36, Jan. 1957. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/24619232>. Acesso em: 13 nov. 2021.

DIAS, José Pedro Sousa; PITA, Rocha. L'influence de la pharmacie et de la chimie françaises au Portugal au XVIIIe siècle: Nicolas Lémery. **Revue d'Histoire de la Pharmacie**, Paris, n. 300, p. 84-90, 1994. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/pharm\\_0035-2349\\_1994\\_num\\_82\\_300\\_3826](https://www.persee.fr/doc/pharm_0035-2349_1994_num_82_300_3826). Acesso em: 30 jan. 2022.

DIAS, José Pedro Sousa. Documentos sobre duas boticas da Companhia de Jesus em Lisboa: Colégio de Santo Antão e Casa Professa de S. Roque. **Economia e Sociologia**, Évora, n.88/89, p. 295-312, 2009.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005. p. 39-126. Publicado originalmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1968.

DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean le Rond (Ed.). **Encyclopédie**, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres. 3. éd. Geneve: Jean-Léonard Pellet; Neufchatel: Société Typographique, 1779. t. IX. Disponível em: <https://archive.org/download/encyclopdieoud09soci/encyclopdieoud09soci.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

DINIZ, Sílvio Gabriel. Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 47-48, 1959, p. 180-198. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AIUWSIM4L%2DAc5Fg&cid=07CA8F25BE43CE54&id=7CA8F25BE43CE54%21130&parId=7CA8F25BE43CE54%21103&o=OneUp>. Acesso: 14 fev. 2022.

DOMINGUES, Ângela. **Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de poder, Governança e Informação no Brasil Colonial**. Lisboa: Edições 70, 2012. Disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/15867/1/E%26D%2015\\_Monarcas%2c%20ministros%20e%20cientistas.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/15867/1/E%26D%2015_Monarcas%2c%20ministros%20e%20cientistas.pdf). Acesso em: 31 dez. 2021. (Estudos & Documentos, n. 15).

DOMINGUES, Ângela. Num mundo falto de fé e dominado pela ambição: representações do Brasil e de portugueses na literatura de viagens europeia (1.<sup>a</sup> metade do século XVIII). In: \_\_\_\_\_. **Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de poder, Governança e Informação no Brasil Colonial**. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 231-258. Disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/15867/1/E%26D%2015\\_Monarcas%2c%20ministros%20e%20cientistas.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/15867/1/E%26D%2015_Monarcas%2c%20ministros%20e%20cientistas.pdf). Acesso em: 31 dez. 2021. (Estudos & Documentos, n. 15).

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. VIII (suplemento), 2001, p. 823-838. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702001000500002>. Acesso em: 5 jun. 2020.

DONZELOT, Jacques. A conservação das crianças. In: \_\_\_\_\_. **A Polícia das famílias**. 2. ed. Trad.: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. cap. II, p. 15-48. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências).

ECO, Umberto. **História da beleza**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. Trad.: Eliana Aguiar.

ELEIÇÃO de deputados da provincia de Minas Geraes em 1821. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 3, p. 692-715, jul./dez. 1905. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/1374.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1374.pdf). Acesso em: 4 jun. 2020.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. 2. ed. Trad.: Ruy Jungman. Rev. e apresentação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v. 1. Trad. autorizada da versão inglesa, feita por Edmund Jephcott.

ESPAÑA. Decreto del Tribunal del Real Proto-medicato, auxiliado por el real, y Supremo Consejo de Castilla, para que todos los Profesores Boticarios se arreglen en la composicion de los Medicamentos por lo dispuesto en esta Pharmacopea Matritense, etc. *In: \_\_\_\_\_*.

**Pharmacopoeia Matritensis Regii**, ac Supremi Hispaniarum Protomedicatus auctoritate, jussu atque auspiciis nunc primùm elaborata. Matriti: Typographia Regia; D. Michaelis Rodriguez, 1739. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/rx5etbnf>. Acesso em: 22 jul. 2023. Wellcome Collection. Marca de Domínio Público.

FALCON, Francisco José Calazans. Da Ilustração à Revolução – percursos ao longo do espaço – tempo setecentista. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 53-87, jan./jun. 1989. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/26>. Acesso em 16 abr. 2023.

FENNER, Frank *et al.* **Smallpox and its eradication**. Geneva: World Health Organization, 1988. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/39485>. Acesso em 2 jun. 2023.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. A Expansão Portuguesa num Contexto Global. *In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.). A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2020. cap. 14, p. 491-524. Título original: Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800. Trad.: Miguel Mata. (Lugar da história).

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Observações gerais e particulares, sobre a classe dos mamíferos observados nos territórios dos três rios, das Amazonas, Negro, e da Madeira: com descrições circunstanciadas, que quase todos eles, deram os antigos, e modernos naturalistas, e principalmente, com a dos Tapuios. *In: \_\_\_\_\_*. **Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Memórias — Zoologia e Botânica. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. p. 67-204. Disponível em: <https://purl.pt/33535>. Acesso em: 12 set. 2021. Obra no domínio público.

FERREIRA, Luís Gomes; FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário mineral**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. 821 p., 2 v., il. Publicado originalmente em 1735, em Lisboa Occidental. (Coleção Mineiriana. Série Clássicos). Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575412404>. Acesso em: 23 maio 2020. Licenciado sob CC BY-NC-SA 3.0.

FERREYRA, Luis Gomes. **Erario mineral dividido em doze tratados...** Lisboa Occidental [Lisboa, Portugal]: Officina de Miguel Rodrigues, 1735. 548 p. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or12142/or12142.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or12142/or12142.pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

FIGUEIREDO, Betânia G.; CASTRO, Evandro C. G. de. Os cuidados com a saúde dos escravos no Império Português: a aguardente para fins medicinais. *In: BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda (Org). A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011. cap. 4, p. 103-127. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22894/1/ICS\\_CBastos\\_Circulacao\\_LEN.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22894/1/ICS_CBastos_Circulacao_LEN.pdf). Acesso em: 2 ago. 2021.

FIRENZUOLA, Agnolo. **Dialogo delle bellezze delle donne**. Venetia: Giouan Grissio, 1552. 46 f. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=MxwK0qHV8e4C&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books?id=MxwK0qHV8e4C&redir_esc=y). Acesso em: 11 jan. 2021.

FONSECA, Luís Adão da Fonseca. **D. João II**. [Lisboa]: Temas e Debates, 2022.

FONSECA, Thais Nívia De Lima e. Circulação e apropriação de concepções educativas: pensamento ilustrado e manuais pedagógicos no mundo luso-americano colonial (séculos XVIII-XIX). **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p. 167-185, jul.-set. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698154181>. Acesso em: 27 dez. 2021.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Concepções e práticas de educação em Minas Gerais colonial: reflexões com base em fontes de pesquisa. *In*: FONSECA, Thais Nívia de Lima e (org.). **História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República**, volume 1, Colônia. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2019. p. 23-54. Disponível em: [http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/hemg\\_volume\\_1\\_pronto\\_1.pdf](http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/hemg_volume_1_pronto_1.pdf). Acesso em: 30 dez. 2021.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. História cultural e história da educação na América portuguesa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 6, n. 2 [12], p. 53-73, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38627>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Historiografia da educação na América Portuguesa: balanço e perspectivas. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, 2009, v. 14, p. 111-124. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/issue/view/107>. Acesso em: 12 ago. 2020.

FONSECA, Thais Nívia De Lima e. O transnacional na pesquisa histórica: o que pensam os historiadores? *In*: LINHALES, Meily Assbu; PUCHTA, Diogo Rodrigues; ROSA, Maria Cristina. **Diálogos transnacionais na história da educação física**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. cap. 1, p. 19-32. Disponível em: <https://www.finostracoeditora.com.br/livros/000609/9788580544213/e-book-dialogos-transnacionais-na-historia-da-educacao-fisica.html>. Acesso em: 29 dez. 2021.

FOUCAULT, Michel. A política da saúde no século XVIII. *In*: FOUCAULT, Michael; MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021. Título original: *La Politique de la santé au XVIII<sup>ème</sup> siècle*. Trad.: José Thomaz Brum Duarte.

FRANCO, Francisco de Mello. **Tratado da educação física dos meninos**, para uso da nação portuguesa. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1790. viii, 119 p., [3p.]. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/daqacyvu>. Acesso em: 20 abr. 2021. Wellcome Collection. Marca de Domínio Público.

FREITAS, Ricardo Cabral de. **Os sentidos e as ideias: trajetória e concepções médicas de Francisco de Mello Franco na Ilustração luso-brasileira (1776-1823)**. 2017. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/index.php/br/alunos/teses>. Acesso em: 12 maio 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. Arte e segredo: o Licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens. *In*: FERREIRA, Luís Gomes; FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário mineral**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. p. 3-30, v. 1, il. Publicado em 1735, em Lisboa Ocidental, na oficina de Manuel de Rodrigues. (Coleção Mineiriana. Série Clássicos). Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575412404>. Acesso em: 23 maio 2020.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Cotia: Ateliê Editorial, 2009. Título original: *Seuils*. Trad.: Álvaro Faleiros.

GESTEIRA, Heloisa Meireles; TEXEIRA, Alessandra dos Santos. As fazendas jesuíticas em Campos dos Goitacazes: práticas médicas e circulação de idéias no império português (séculos XVI ao XVII). **Clio**: Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 27, n. 2, 2009, p. 117-144. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24148>. Acesso em: 19 set. 2021.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Título original: *Il formaggio e i vermi: il cosmo di un mugnaio del'500*. Trad.: Maria Betânia Amoroso. Trad. dos poemas: José Paulo Paes. Revisão técnica: Hilário Franco Jr. p. 9-26.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. Lisboa: Edições 70, 2019.

GOLVERS, Noël. The Jesuits in China and the Circulation of Western Books in the Sciences (17th-18th Centuries): The Medical and Pharmaceutical Sections in the SJ Libraries of Peking. **East Asian Science, Technology, and Medicine**, Tübingen, n. 34, 2011, p. 15-85. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43150793>. Acesso em: 20 mar. 2021.

GOMES, Bernardino Antonio. **O Patriota**, jornal litterario, politico, mercantil, &cc. do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Impressão Regia, n. 2, fev. 1818. Medicina, p. 56-63. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/opatriota/patriota\\_1813\\_1\\_n2.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/opatriota/patriota_1813_1_n2.pdf). Acesso em: 2 out. 2021.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. Formas do Brasil e Formas da Educação. *In*: \_\_\_\_\_. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez Editora, 2008. cap. 1, p. 19-39.

GRIECO, Sara F. Mathewso. O corpo, aparência e sexualidade. *In*: DAVIS, Natalie Zemon Davis; FARGE, Arlette (org.). **História das Mulheres no Ocidente**: Do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, 1994. p. 70-119. Título original: *Storia delle Donne*. Trad. do inglês por Alda Maria Durães. (História das Mulheres no Ocidente, v. 3).

GRUZINSKI, Serge. Babel no século XVI: A Mundialização e Globalização das Línguas. *In*: THOMAS, Werner (org.) *et al.* **Um Mundo sobre Papel**: Livros, Gravuras e Impressos

Flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 385-399.

GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres “connected histories”. *Annales. Histoire, sciences sociales (Annales HSS)*, Paris, n. 1, p. 85-117, janv.-févr. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/ahess.2001.279935>. Acesso em: 7 fev. 2021.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9960/11532>. Acesso em: 5 mar. 2021.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 175-195, mar. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v2n2/2237-101X-topoi-2-02-00175.pdf>. Acesso em: 6 FEV. 2021.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua História**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. Título original: *Books in Brazil: A History of the Publishing Trade*. Trad.: Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza.

HERSON, Bella. **Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500/1850)**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Os jesuítas – catequese e colonização. In: \_\_\_\_\_. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson Learning, 2007. cap. 1, p. 1-12.

HOEHNE, Frederico Carlos. **Botânica e agricultura no Brasil no século XVI: pesquisas e contribuições**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Brasiliana, v. 71). Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/153>. Acesso em: 28 maio 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOUSTON, Richard; PINE, Simon. **J. de Castro Sarmiento, M.D...** [ca. 1750?]. 1 gravura, p & b. Disponível em: <https://purl.pt/4627>. Acesso em 20 nov. 2022. Obra no domínio público.

JACOB, Margaret C. Bernard Picart and the Turn to Modernity. **De Achttiende Eeuw**, Hilversum, 2005, p. 1-16. Disponível em: [https://www.dbnl.org/tekst/\\_doc003200501\\_01/\\_doc003200501\\_01\\_0001.php](https://www.dbnl.org/tekst/_doc003200501_01/_doc003200501_01_0001.php). Acesso em: 2 maio 2023.

JOUANNA, Jacques. **Greek medicine from Hippocrates to Galen: selected papers**. Trad. do francês: Neil Allies. Leiden: Brill, 2012. (Studies in ancient medicine, v. 40).

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749/20279>. Acesso em: 27 maio 2023. Título original: La culture scolaire comme objet historique. Trad.: Gizele de Souza.

KIDDER, Daniel. **Reminiscências de viagens e permanências...** Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. p. 179-189; 194-204.

Disponível em:

[https://viajantes.bbm.usp.br/?q=urucu&filters=nome\\_cluster%3AKIDDER%2C+Daniel](https://viajantes.bbm.usp.br/?q=urucu&filters=nome_cluster%3AKIDDER%2C+Daniel).

Acesso em: 22 maio 2020.

KITCHEN, Kenneth Anderson. The chronology of ancient Egypt. **World Archaeology**, [s.l.], v. 23, n. 2, p.201-208, October 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/124743>.

Acesso em: 31 dez. 2019.

KLEIN, Herbert S. Novas interpretações do tráfico de escravos do atlântico. **Revista de História**, São Paulo, n. 120. p. 3-25, jan./jul. 1989. Disponível em:

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i120p3-25>. Acesso em: 21 maio 2020.

KLEIN, Ursula; LEFÈVRE, Wolfgang. **Materials in eighteenth-century science: a historical ontology**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2007.

KLEIN, Ursula; SPARY, E. C. (org.). **Materials and expertise in early modern Europe: between market and laboratory**. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.

KUNITZ, Stephen J. Speculations on the European Mortality Decline. **The Economic History Review**, Hoboken, v. 36, n. 3, p. 349-364, Aug., 1983. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/2594969>. Acesso em: 28 ago. 2022.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11 (suplemento 1), p. 109-129, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702004000400006>.

Acesso em: 21 out. 2020.

LA CONDAMINE, [Charles-Marie de]. **Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale = Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas**. Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros).

Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1045>. Acesso: 17 maio 2023.

Licenciado sob CC BY-NC-SA 3.0 BR.

LATOUR, Bruno. Joliot: a história e a física misturadas. In: SERRES, Michel (org.).

**Elementos para uma história das ciências**. Lisboa: Terramar, 1996. v. 3, p. 131-155.

LAY, STEPHEN. Miracles, Martyrs and the Cult of Henry the Crusader in Lisbon.

**Portuguese Studies**, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 7-31, 2008. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/41105282>. Acesso em: 17 mar. 2021.

LE CAMUS, Antoine. **Abdeker ou l'art de conserver la beauté**. [Parigi]: [s.n.], [1754]. t. I.

Disponível em: <https://books.google.com/books/ucm?vid=UCM5323805402>. Acesso em: 17 ago. 2020. Universidad Complutense de Madrid. Digitalizado por Google. Licenciado sob CC

BY 4.0.

LEITE, Serafim. **Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil** (1549-1760). Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.

LEMERY, Nicolas. **Dictionnaire ou traité universel des drogues simples...** Ouvrage dépendant de la Pharmacopée universelle. 3. ed. rev. corr. aum. Amsterdam: Compagnie, 1716. Disponível em: <https://www.biusante.parisdescartes.fr/histmed/medica/cote?20212>. Acesso em: 22 abr. 2022.

LEMERY, Nicolas. **Dictionnaire universel des drogues simples...** Ouvrage dépendant de la Pharmacopée universelle. 3. ed. rev. corr. aum. Paris: imprimerie de la Veuve d'Houry, 1733. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9667536f?rk=21459;2#>. Acesso em: 24 abr. 2022.

LEMERY, Nicolas. **Pharmacopée universelle**, contenant toutes les compositions de Pharmacie que sont en usage dans la Medecine, tant en France que par toute l'Europe; leurs Vertus, leurs Doses, les manieres d'operer les plus simples & les meilleures. 2. ed. Paris: Chez Laurent d'Houry, 1716. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k98189048.texteImage>. Acesso em: 21 fev. 2021.

LEMOS, Maximiano. **História da medicina em Portugal**: doutrinas e instituições. Lisboa: Manoel Gomes, 1899. 2 v. Disponível em: <https://archive.org/details/historiadamedici00lemo>. Acesso em: 19 mar. 2021.

LEVILLAIN, Gérard René. **Antonio Nunès Ribeiro Sanchès**. 1785. 1 gravura. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/j7a4atjg>. Acesso em 20 maio 2023. Wellcome Collection. Marca de Domínio Público.

LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A cultura escrita nos espaços privados. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História da vida privada em Portugal**: A Idade Moderna. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011. p. 334-394.

MADUREIRA, Nuno Luís Monteiro. **Inventários**: aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime. 1989. Dissertação (Mestrado em Economia e Sociologia Históricas: século XV-XX) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/26838/1/T%20467.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MAIA, Patrícia Albano. **Práticas terapêuticas jesuíticas no Império colonial português**: medicamentos e boticas no século XVIII. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26022013-121856/publico/2012\\_PatriciaAlbanoMaia\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26022013-121856/publico/2012_PatriciaAlbanoMaia_VCorr.pdf). Acesso em: 20 fev. 2021.

MANDRESSI, Rafael. Dissecções e anatomia. In: VIGARELLO, Georges (org.). **História do corpo**: Da Renascença às Luzes. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. cap. 6, p. 411-440. Título original: Histoire du corps 1. De la Renaissance aux Lumières. Trad.: Lúcia M. E. Orth. Revisão da trad.: Ephraim Ferreira Alves.

MARQUES, Ana Luísa. Trajectos do livro. O seu renascimento no século XVIII. **Arte Teoria**: Revista do Mestrado em Teorias da Arte, Lisboa, n. 5, p. 111-125, 2004. Disponível em:

[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/47283/2/CIEBA\\_ArteTeoria\\_5.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/47283/2/CIEBA_ArteTeoria_5.pdf). Acesso em: 16 fev. 2022.

MARQUES, Ana Luísa dos Santos. **Arte, ciência e história no livro português do século XVIII**. 2014. 2 v. Tese (Doutoramento em Belas-Artes) – Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/19926>. Acesso em: 1º mar. 2021.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Medicinas secretas: Magia e ciência no Brasil Setecentista. *In*: CHALHOUB, Sidney *et al.* (org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. cap. 5, p. 163-195.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em boiões**: medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MARTIN, Morag. Doctoring Beauty: The Medical Control of Women's Toilets in France, 1750–1820. **Medical History**, Cambridge, v. 49, p. 351–368, 2005. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/medical-history/article/doctoring-beauty-the-medical-control-of-womens-toilets-in-france-17501820/13A1398039F13B6C0DD037B30065977F>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MARWICK, Arthur. **It: A History of Human Beauty**. Hambleton: Bloomsbury Publishing, 2004.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 201 p. Título original: Pombal, paradox of the enlightenment. Trad.: Antônio de Pádua Danesi.

MAXWELL, Kenneth. The Spark: Pombal, the Amazon and the Jesuits. **Portuguese Studies**, Leeds, v. 17, p. 168-183, 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41105166>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MAZLISH, Bruce. Comparing Global History to World History. **The Journal of Interdisciplinary History**, Cambridge, v. 28, n. 3, p. 385-395, Winter, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/205420>. Acesso em: 18 nov. 2019.

MEDEIROS, Antonio Joaquim de. **O Patriota**, jornal litterario, politico, mercantil, &cc. do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, n. 3, mar. 1818. Medicina, p. 3-15. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/opatriota/patriota\\_1813\\_1\\_n3.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/opatriota/patriota_1813_1_n3.pdf). Acesso em: 2 out. 2021.

MENESES, José Newton Coelho. Saberes úteis para a educação dos povos: livros de agricultura e a circulação de textos técnicos em Minas Gerais. *In*: FONSECA, Thais Nívia de Lima e (org.). **História da Educação em Minas Gerais**: da Colônia à República, volume 1, Colônia. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2019. p. 153-178. Disponível em: [http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/hemg\\_volume\\_1\\_pronto\\_1.pdf](http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/hemg_volume_1_pronto_1.pdf). Acesso em: 30 dez. 2021.

MIRA, M. Ferreira de. **História da medicina portuguesa**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1947.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme. Mentalidade ilustrada na colonização portuguesa: Luís dos Santos Vilhena. **Revista de História**, São Paulo, v. 35, n. 72, p. 405-416, 1967. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1967.126797>. Acesso em: 12 ago. 2020.

NAHOUM-GRAPPE, Véronique. A mulher bela. *In*: DAVIS, Natalie Zemon Davis; FARGE, Arlette (org.). **História das Mulheres no Ocidente**: Do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, 1991. p. 120-139. Título original: *Storia delle Donne*. Trad. do francês por Maria Carvalho Torres. (História das Mulheres no Ocidente, v. 3).

NOVAIS, Fernando Antonio. Passagens para o Novo Mundo. *In*: \_\_\_\_\_. **Aproximações**: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naif, 2005. p. 183-194.

NYHART, Lynn K. Historiography of the History of Science. *In*: LIGHTMAN, Bernard. **A companion to the history of science**. Chichester: John Wiley & Sons, 2016. cap. 1, p. 7-22.

OLIVAL, Fernanda. Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios. *In*: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História da vida privada em Portugal**: A Idade Moderna. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011. p. 244-299.

OLSON, Kelly. Cosmetics in Roman Antiquity: Substance, Remedy, Poison. **Classical World**, Baltimore, v. 102, n. 3, p. 291-310, Spring 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/clw.0.0098>. Acesso em: 13 set. 2020.

PAIS, Alexandre Nobre *et al.* Design de equipamento sanitário: do objecto sanitário ao espaço sanitário. **Arte Teoria**: Revista do Mestrado em Teorias da Arte, Lisboa, n. 5, p. 13-29, 2004. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/47283/2/CIEBA\\_ArteTeoria\\_5.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/47283/2/CIEBA_ArteTeoria_5.pdf). Acesso em: 16 fev. 2022.

PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. **Farmacopéa lisbonense ou collecção dos simplices, preparações, e composições mais eficazes, e de maior uso**. Lisboa: na Officina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785. 246 p. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital2108/bndigital2108.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital2108/bndigital2108.pdf). Acesso em: 28 jun. 2020.

PATACA, Ermelinda Moutinho. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas Viagens Filosóficas portuguesas (1777-1808). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 125-138, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.53727/rbhc.v4i2.326>. Acesso em: 31 dez. 2019.

PATACA, Ermelinda Moutinho; LUNA, Fernando José. Introdução. *In*: \_\_\_\_\_. **Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 13-22.

PELLEGRIN, Nicole. Corpo do comum, usos comuns do corpo. *In*: VIGARELLO, Georges (org.). **História do corpo**: Da Renascença às Luzes. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. cap. 2, p. 131-216. Título original: Histoire du corps 1. De la Renaissance aux Lumières. Trad.: Lúcia M. E. Orth. Rev. da trad.: Ephraim Ferreira Alves.

PERICÃO, Maria da Graça. A biblioteca da botica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. **Ágora. Estudos Clássicos em Debate**, Aveiro, v. 14.1, p. 27-4, 2012. Disponível em: <http://www2.dlc.ua.pt/classicos/3.MGPericao.pdf>. Acesso em: 21 no. 2021.

PICART, Bernard. **L'Asie & ses parfums, les trésors de l'Afrique, et de l'une & l'autre Amerique...** . [1719]. 1 gravura, p & b. Disponível em: <https://purl.pt/5371>. Acesso em: 20 nov. 2022. Obra no domínio público.

PINTO, Manuel Serrano *et al.* O médico brasileiro José Pinto de Azeredo (1766?-1810) e o exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, set.-dez. 2005, p. p. 617-673. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000300002>. Acesso em: 27 nov. 2021.

PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro. *In*: \_\_\_\_\_. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo: Editora Nacional, 1979. cap. 2, p. 39-117.

PITA, João Rui; BELL, Victoria. Da Pharmacoepa lusitana à Farmacopeia portuguesa: uma viagem pela história do livro farmacêutico (sécs. XVIII-XXI). *In*: Andrade, António Manuel Lopes; Carrington, Maria Cristina (coord.). **Do manuscrito ao livro impresso I**. Aveiro: UA Editora - Universidade de Aveiro; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 279-311. Disponível em: [https://doi.org/10.14195/978-989-26-1711-4\\_8](https://doi.org/10.14195/978-989-26-1711-4_8). Acesso em: 2 fev. 2020.

PITA, João Rui. Contributos para a História das Farmacopeias Portuguesas: Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a Farmacopéa Lisbonense. *Medicina na Beira Interior: da pré-história ao século XXI. Cadernos de Cultura*, Castelo Branco, n. 22, p. 126-130. Nov. 2008. Disponível em: [http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos\\_medicina/vol22.pdf](http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos_medicina/vol22.pdf). Acesso em: 3 abr. 2021.

PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor. A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro). **Ágora**: Estudos Clássicos em Debate, Aveiro, v. 14.1, p. 227-268, 2012. Disponível em: <http://www2.dlc.ua.pt/classicos/11.Pita.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

PITA, João Rui. Um livro com 200 anos: A Farmacopeia Portuguesa (Edição Oficial). A publicação da primeira farmacopeia oficial: Pharmacoepa Geral (1794). **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 20, p. 47-100, 1999. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.14195/2183-8925\\_20\\_3](http://dx.doi.org/10.14195/2183-8925_20_3). Acesso em: 31 dez. 2019.

PORTER, Roy. Ciência Médica. *In*: \_\_\_\_\_. **The Cambridge Illustrated History of Medicine = História da Medicina**. Rio de Janeiro: Revinter, 2008. cap. 5, p. 141-179. Trad.: Geraldo Magela Gomes da Cruz; Sinara Mônica de Oliveira Leite.

PORTER, Roy. O que é doença? *In*: \_\_\_\_\_. **The Cambridge Illustrated History of Medicine = História da Medicina**. Rio de Janeiro: Revinter, 2008. cap. 3, p. 73-104. Trad.: Geraldo Magela Gomes da Cruz; Sinara Mônica de Oliveira Leite.

PORTER, Roy; VIGARELLO, Georges. Corpo, saúde e doenças. *In*: VIGARELLO, Georges (org.). **História do corpo**: Da Renascença às Luzes. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. cap. 7, p. 441-486. Título original: Histoire du corps 1. De la Renaissance aux Lumières. Trad.: Lúcia M. E. Orth. Rev. da trad.: Ephraim Ferreira Alves.

PORTUGAL (reino e domínios). Elementos de pharmacia. *In*: \_\_\_\_\_. **Pharmacopeia geral para o reino, e dominios de Portugal**, publicada por ordem da rainha fidelissima D. Maria I. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1794. t. I. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/yqpcy8c3>. Acesso em: 21 set. 2017. Wellcome Collection. Marca de Domínio Público.

PORTUGAL (reino e domínios). Medicamentos simples, preparados, e compostos. *In*: \_\_\_\_\_. **Pharmacopeia geral para o reino, e dominios de Portugal**, publicada por ordem da rainha fidelissima d. Maria I. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1794. t. II. Disponível em: <https://books.google.com/books/ucm?vid=UCM532919884X>. Acesso em: 25 dez 2020. Universidad Complutense de Madrid. Digitalizado por Google. Licenciado sob CC BY 4.0.

RAJ, Kapil. Além do Pós-colonialismo... e Pós-positivismo: Circulação e a História Global da Ciência. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 164-175, dez. 2015. Publicado originalmente na Revista Isis, em 2013. Título original: Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. Trad.: Juliana Freire. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/revmar.2015.20133>. Acesso em: 31 dez. 2019.

RAJ, Kapil. **Relocating modern science**: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650–1900. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

RANC, Jean. **José I, rey de Portugal, como príncipe de Brasil**. 1729. 1 original de arte, óleo sobre tela, color. Obra inacabada, é documentada pela primeira vez em 1794 no Palacio Real del Buen Retiro como um esboço atribuído a Michel-Ange Houasse de um retrato de meio corpo do rei espanhol Luis I, filho de Filipe V. No catálogo de pinturas de 1972 do Museo del Prado, foi considerada uma obra no estilo de Ranc. Disponível em: <https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/jose-i-rey-de-portugal-como-principe-de-brasil/adbde8e6-cea8-4a87-9d0d-8254b03007f1?searchid=75bebdac-ae48-d0f9-1516-55222c6fba9e#descarga-modal>. Acesso em: 24 maio 2023. Museo Nacional del Prado. Download de imagem autorizado para: [...] Campo acadêmico, pesquisa [...] Publicações sem fins lucrativos [...].

REINHIPO, Romão Mõsia. **Trattado unico das bexigas, e sarampo**, oferecido a D. João de Sousa. Lisboa: na Officina de Joaõ Galraõ, 1683. [7, 1], 70 p. Disponível em: <http://purl.pt/26780>. Acesso em: 3 jun. 2020. Obra no domínio público.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. *In*: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada**, 3: Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. p. 169-210. Título original: Histoire de la vie privée – v. 3: De la Renaissance aux Lumières. Trad.: Hildegard Feist.

RISSE, Guenter B. Medicine in the age of Enlightenment. *In*: WEAR, Andrew (Ed.). **Medicine in Society: Historical Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 149-196. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/medicine-in-society/medicine-in-the-age-of-enlightenment/3EB0105A9093F298A4237FF227441DC9>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ROCHE, Daniel. **O Povo de Paris**: Ensaio sobre a Cultura Popular no Século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Título original: *Le peuple de Paris: essai sur la culture populaire au XVIII siècle*. Trad.: Antonio de Pádua Danesi.

RODRIGUES, Isilda Teixeira; FIOLEAIS, Carlos. O ensino da medicina na Universidade de Coimbra no século XVI. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, abr.-jun. 2013, p. 435-456. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-597020130002000005>. Acesso em: 2 jun. 2020.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: EDUSC, 2001. Título original: *La nascita della scienza moderna in Europa*. Trad.: Antonio Angonese. (Coleção História).

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Bulletin of the History of Medicine**, Baltimore, v. 51, n. 4, Winter, 1977, p. 635-637. Disponível em: [www.jstor.org/stable/44450477](http://www.jstor.org/stable/44450477). Acesso em: 18 mar. 2021. Revisão.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. A emigração: fluxos e destinos. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org.). **O Brasil na Balança do Império (1697-1808)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 158-168. (História da Expansão Portuguesa, v. 3).

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Comunidades étnicas. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org.). **O Brasil na Balança do Império (1697-1808)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 210-222. (História da Expansão Portuguesa, v. 3).

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org.). **O Brasil na Balança do Império (1697-1808)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 169-192. (História da Expansão Portuguesa, v. 3).

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Padrões de Colonização no Império Português, 1400-1800. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.). **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2020. cap. 6, p. 171-206. Título original: *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Trad.: Miguel Mata. (Lugar da história).

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. **História**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 17-70, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000100002>. Acesso em: 22 ago. 2022.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Um mundo em movimento**: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Algés: Difel, 1998. Título original: *A World on the Move: the portuguese in África, Asia and América, 1415-1808*. Trad.: Vanda Anastácio. (Memória e Sociedade).

SÁ, Isabel dos Guimarães. As crianças e as idades da vida. *In*: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História da vida privada em Portugal**: A Idade Moderna. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011. p. 72-95.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Estruturas Eclesiásticas e Acção Religiosa. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.). **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2020. cap. 8, p. 265-292. Título original: Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800. Trad.: Miguel Mata. (Lugar da história).

SAFIER, Neil. Como era artiloso o meu francês: Charles-Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 91–114, jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882009000100004>. Acesso em: 18 maio 2023.

SAMMERN, Romana. Red, White and Black: Colors of Beauty, Tints of Health and Cosmetic Materials in Early Modern English Art Writing. **Early Science and Medicine**, Nijmegen, v. 20, n. 4-6, Dec. 2015. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/esm/20/4-6/article-p397\\_5.xml?language=en](https://brill.com/view/journals/esm/20/4-6/article-p397_5.xml?language=en). Acesso: 11 jan. 2021.

SAMPAIO, Sebastião A. P.; RIVITTI, Evandro, A. **Dermatologia**. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2001.

SAMPER, María de Los Ángeles Pérez. Los recetarios de mujeres y para mujeres. Sobre la conservación y transmisión de los saberes domésticos en la época moderna. **Cuadernos de Historia Moderna**, Madrid, n. 19, p. 121-154, 1997. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CHMO/article/view/CHMO9797220121A>. Acesso em: 31 dez. 2019.

SANCHES, António Ribeiro. **Tratado da Conservação da Saúde dos Povos**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003. Disponível em: [http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/tratado\\_saude\\_povos.pdf](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/tratado_saude_povos.pdf). Acesso em: 28 fev. 2020.

[SANCHES, António Ribeiro]. **Tratado da conservação da saúde dos povos**: Obra util, e igualmente necessaria aos Magistrados, Capitaens Gerais, Capitaens de Mar, e Guerra, Prelados, Abbadessas, Medicos, e Pays de Familias... Paris: [s.n.], 1756. Disponível em: <https://books.google.com/books/ucm?vid=UCM5329037390>. Acesso em: 19 mar. 2021. Universidad Complutense de Madrid. Digitalizado por Google. Licenciado sob CC BY 4.0.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTIAGO, Diogo de. **Postilla religiosa**, e arte de enfermeiros, guarneçada com eruditos conceitos de diversos Authores, facundos, Moraes, e Escriturarios. Lisboa Occidental: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1741. 300 p. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/df7gs7vw>. Acesso em: 4 nov. 2022. Wellcome Collection. Marca de Domínio Público.

SANTO ANTONIO, Caetano de. **Pharmacopea lusitana augmentada** – methodo pratico de preparar os medicamentos na fôrma Galenica, e Chimica. 4. ed. Lisboa: Mosteiro de São Vicente de Fôra, 1754. Disponível em:

<https://books.google.com/books/ucm?vid=UCM5329128796>. Acesso em: 12 fev. 2021. Universidad Complutense de Madrid. Digitalizado por Google. Licenciado sob CC BY 4.0.

SANTO ANTONIO, Caetano de. **Pharmacopea lusitana**: methodo pratico de preparar, & compor os medicamentos na forma Galenica com todas as receitas mais uzuais offerecida a sagrada, e sempre observante Congregação dos Conegos Regulares de Sancto Augustinho do Reyno de Portugal &c. Coimbra: na Impressão de Joam Antunes Mercador de livros, 1704. [16], 431, [1, 24] p., 4º, 21 cm. Disponível em: <http://purl.pt/34926>. Acesso em: 12 fev. 2020. Obra no domínio público.

SANTO ANTONIO, Caetano de. **Pharmacopea lusitana reformada**: methodo pratico de preparar os medicamentos na fórmula galenica, & chimica. 2. ed. Lisboa: Real Mosteyro de São Vicente de Fóra, 1711. Disponível em: <https://onb.digital/result/105F0E90>. Acesso em: 19 out. 2020. Österreichische Nationalbibliothek. Apenas para uso não comercial.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 66, p. 23-52, jul. 2003. Disponível em: [http://novosestudios.com.br/wp-content/uploads/2017/05/12\\_entre\\_prospero\\_e\\_caliban.pdf.zip](http://novosestudios.com.br/wp-content/uploads/2017/05/12_entre_prospero_e_caliban.pdf.zip). Acesso em: 20 jun. 2021.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **História geral da medicina brasileira**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1991. 2 v.

SANTOS, Simone Andriani dos. **Senhoras e criados no espaço doméstico, São Paulo (1875-1928)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19112015-155802/pt-br.php>. Acesso em: 31 dez. 2019.

SÃO BENTO, Viviane Machado Caminha; SANTOS, Nadja Paraense dos. Jesuítas e ciência: a produção de medicamentos através da *Coleção de Varias Receitas* de 1766. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 13, dez. 2015, p. 146-157. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/revmar.2015.20128>. Acesso em: 8 maio 2020.

SARAIVA, Antonio José. L'Inquisition portugaise et les "nouveaux-chrétiens". **Annales. Économies, sociétés, civilisations**, Paris, v. 22, n. 3, p. 586-589, Mai-Juin 1967. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27576832>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SARMENTO, Jacob de Castro. **Materia Medica Physico-Historico-Mechanica**, Reyno Mineral. Londres: [s.n.], 1735. 538, 43p. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/p72vm6ja>. Acesso em: 11 ago. 2022. Wellcome Collection. Marca de Domínio Público.

SARTON, George. **Introduction to the History of Science**. Baltimore: Williams & Wilkins Company, 1927. v. I.

SCHAFER, Edward H. The Early History of Lead Pigments and Cosmetics in China. **T'oung Pao**, Leiden, v. 44, n. 1, p. 413-438, 1956. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4527434>. Acesso em: 31 dez. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZ, Stuart B. A Economia do Império Português. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.). **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2020. cap. 1, p. 21-51. Título original: Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800. Trad.: Miguel Mata. (Lugar da história).

SCHWARTZ, Stuart B. Conversos e mouriscos. *In*: \_\_\_\_\_. **Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico**. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2009. cap. 2, p. 74-113. Título original: All Can Be Saved: Religious Tolerance and Salvation in the Iberian Atlantic World. Trad.: Denise Bottman.

SCHWARTZ, Stuart. Escravatura e comércio de escravos no Brasil do século XVIII. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org.). **O Brasil na Balança do Império (1697-1808)**. Círculo de Leitores, 1998. p. 104-120. (História da Expansão Portuguesa, v. 3).

SECORD, James A. Knowledge in Transit. *Isis*, Chicago, v. 95, n. 4, p. 654-672, December 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/430657>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SEMEDO, João Curvo. **Polyanthea Medicinal**. Noticias Galenicis, E Chymicas, Repartidas em tres Tratados... Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1697. Disponível em: <https://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0259.0>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA FILHO, Wellington Bernardelli. **Entre as mezinhas lusitanas e plantas brasileiras: iatroquímica, galenismo e flora medicinal da América portuguesa do século XVIII nas farmacopeias do frei João de Jesus Maria**. 2017. Tese (Doutoramento em História e Filosofia das Ciências) – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34021/1/ulsd731769\\_td\\_Wellington\\_Filho.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34021/1/ulsd731769_td_Wellington_Filho.pdf). Acesso em: 23 mar. 2021.

SILVA, Joaquim Carneiro da; NEVES, Ventura da Silva. **Manoel Ioaquim Henriques de Paiua**: n. em Castelo Branco a 23 de dezembro de 1752. [ca. 1790]. 1 gravura, p & b. Disponível em: <https://purl.pt/28201>. Acesso em 20 nov. 2022. Obra no domínio público.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A reclusão feminina no Brasil Colonial. **Anais de História de Além-Mar**, Lisboa, n. 1, p. 205-219, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/16062>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **D. João V**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. (Reis de Portugal).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. *In*: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002. p. 147-164. (Coleções Histórias de Leitura).

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1111>. Acesso em: 29 out. 2022. Licenciado sob CC BY-NC-SA 3.0 BR.

SINGER, Charles. The Herbal in Antiquity and Its Transmission to Later Ages. **The Journal of Hellenic Studies**, London, v. 47, 1927, p. 1-52. Disponível em: [www.jstor.org/stable/625251](http://www.jstor.org/stable/625251). Acesso em: 23 abr. 2021.

SOUZA, Eline Pereira de. **Cuidados de si, higiene e estética em tempos republicanos (1889-1930)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31102011-112514/pt-br.php>. Acesso em: 31 dez. 2019.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philip von. **Viagem pelo Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. p. 181-188. Disponível em: [https://viajantes.bbm.usp.br/?q=Bixa+orellana&filters=nome\\_cluster%3ASPIX%2C+Johann+Baptist+von+e+MARTIUS%2C+Carl+Friedrich+Philip+von](https://viajantes.bbm.usp.br/?q=Bixa+orellana&filters=nome_cluster%3ASPIX%2C+Johann+Baptist+von+e+MARTIUS%2C+Carl+Friedrich+Philip+von). Acesso em: 21 maio 2020.

STOLS, Eddy (org.). Livros, Gravuras e Mapas Flamengos nas Rotas Portuguesas da Primeira Mundialização. *In*: THOMAS, Werner (org.) *et al.* **Um Mundo sobre Papel: Livros, Gravuras e Impressos Flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 57-99.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, Cambridge, v. 31, n. 3, p. 735-762, July 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/312798>. Acesso em: 6 fev. 2021.

THEVET, André; PINTO, Estevão. **Les singularitez de la France antarctique**, autrement nommée Amerique... = **As singularidades da França Antártica**, a que outros chamam de America. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Prefácio, trad. e notas: Estevão Pinto. 503p. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/314>. Acesso em: 8 jun. 2020.

THORNTON, John K. Os Portugueses em África. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.). **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2020. cap. 5, p. 145-168. Título original: Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800. Trad.: Miguel Mata. (Lugar da história).

TISSOT. **Avis au peuple sur sa santé**, ou traité des maladies les plus fréquentes. Paris: P. F. Didot le Jeune, 1762. Disponível em: <https://www.biusante.parisdescartes.fr/histmed/medica/cote?33582>. Acesso em: 28 mar. 2021.

TISSOT. **Essai sur les maladies des gens du monde**. Lyon: Jean-Marie Bruyset, 1771. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=XszBHUYyKUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0](https://books.google.com.br/books?id=XszBHUYyKUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0). Acesso em: 8 out. 2022.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Livro Terceiro. Que contém os cursos das sciencias naturaes e filosoficas. *In*: \_\_\_\_\_. **Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de MDCCLXXII**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773. Disponível em: <https://books.google.com/books/ucm?vid=UCM5323779705>. Acesso em: 22 mar. 2021. Universidad Complutense de Madrid. Digitalizado por Google. Licenciado sob CC BY 4.0.

URDANG, George. Pharmacopoeias as Witnesses of World History. **Journal of the History of Medicine and Allied Sciences**, New York, v. 1, n. 1, p. 46-70, Jan. 1946, Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24619535>. Acesso em: 20 abr. 2021.

URDANG, George. The development of pharmacopoeias: A Review with Special Reference to the Pharmacopoea Internationalis. **Bulletin of the World Health Organization**, Geneva, v. 4, n. 4, p. 577-603, 1951. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2554112/>. Acesso em: 12 set. 2022.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **Elites Mineiras Setecentistas**: conjugação de dois mundos. Lisboa: Edições Colibri; Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004. (Travessias; 4).

[VARNHAGEN, Francisco Adolpho de]. **Historia geral do Brazil**, antes de sua separação e independencia de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba. 2. ed. muito aum. e melh. pelo A. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877. v. 1. Disponível em: [https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4825/1/018192-1\\_COMPLETO.pdf](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4825/1/018192-1_COMPLETO.pdf). Acesso em: 20 maio 2021.

VEGA, María Teresa Criado. **Tratados y recetarios de técnica industrial en la España medieval**. La Corona de Castilla, siglos XV - XVI. 2012. Tese (Doutorado) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Córdoba, Córdoba, 2012. Disponível em: <https://helvia.uco.es/xmlui/bitstream/handle/10396/8628/2023000000666.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 31 dez. 2019.

VERISSIMO, Fernanda. **A Impressão nas Missões Jesuítas do Paraguai**: Século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Publicações Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2022.

VIGARELLO, Georges. **História da beleza**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. Título original: Histoire de la beauté. Trad.: Léo Schlafman.

VIGARELLO, Georges. L'eau: un imaginaire pédagogique dans la médecine des enfants aux XVI<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles. **History and Philosophy of the Life Sciences**, Berlin, v. 3, n. 2, p. 171-191, 1981. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23328310>. Acesso em: 28 mar. 2021.

VIGIER, João. **Pharmacopea ulyssiponense**, galenica, e chimica, que contem os principios, diffiniçoens, e termos geraes da huma, & outra Pharmacia: e hum Lexicon universal dos termos Pharmaceuticos, com as preparaçoens Chymicas, & composiçoens Galenicis, de que

se usa neste Reyno, & virtudes, & dosis dos medicamentos Chimicos. Hum Tratado da eleiçam, descripção, dosis, & virtudes dos purgantes vegetaes, & das drogas modernas de ambas as Indias, & Brasil. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, impressor de S. Magestade, 1716. Disponível em: <https://books.google.com/books/ucm?vid=UCM5323807305>. Acesso em: 13 ago. 2022. Universidad Complutense de Madrid. Digitalizado por Google. Licenciado sob CC BY 4.0.

VIGIER, João. **Thesouro apollineo**, galenico, chimico, Chirurgico, Pharmaceutico, ou compendio de remedios para ricos, & pobres. Contem a individuaçam dos remedios simplices, compostos, & Chimicos com as suas proporcionadas doses, postos em particulares classes pela distincção de capitulos dos achaques, que costumaõ infestar o corpo humano. Acrescentase huma breve raciocinaçam da Escola moderna sobre as causas efficientes: como, & quando se devem applicar certos remedios. Ultimamente formulas de receitas preciosas para os Magnates, & de menos preço para os Plebéos. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1714. Disponível em: <https://books.google.com/books/ucm?vid=UCM5329132647>. Acesso em: 16 ago. 2022. BH MED 11114. Universidad Complutense de Madrid. Digitalizado por Google. Licenciado sob CC BY 4.0.

VILARDAGA, José Carlos. Os brutos também leem: livros e leitores na São Paulo do período filipino (1580-1640). *In*: MEGIANI, Ana Paula Torres; PÉREZ, José Manuel Santos; SILVA, Kalina Vanderlei (org.). **O Brasil na monarquia hispânica** (1580-1668): novas interpretações. São Paulo: Humanitas, 2016. p. 113-143.

VILHENA, Luiz dos Santos; AMARAL, Braz do. **Recopilação de noticias soteropolitanas e brasilicas contidas em XX cartas...** Bahia: Imprensa official do Estado, 1921. 2 v., 983 p.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. *In*: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura**: Usos do Livro na América Portuguesa. 1999. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14122009-115825/publico/LUIZ\\_CARLOS\\_VILLATA.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14122009-115825/publico/LUIZ_CARLOS_VILLATA.pdf). Acesso em: 10 fev. 2022.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. **As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial** (1677 - 1808). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012. Disponível em: [https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/dissertacao-final\\_ana-carolina-viotti.pdf](https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/dissertacao-final_ana-carolina-viotti.pdf). Acesso em: 31 maio 2020.

VOS, Paula de. Pharmacopoeias and the Textual Tradition in Galenic Pharmacy. *In*: CRAWFORD, Matthew James; GABRIEL, Joseph M. (org.). **Drugs on the page**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2019. cap. 1, p. 19-44.

VOS, Paula de. The “Prince of Medicine”: Yūḥannā ibn Māsawayh and the Foundations of the Western Pharmaceutical Tradition. *Isis*, Chicago, v. 104, n. 4, p. 667-712, Dec. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/674940>. Acesso em: 15 out. 2022.

WALKER, Timothy. Acquisition and Circulation of Medical Knowledge within the Early Modern Portuguese Colonial Empire. *In*: BLEICHMAR, Daniela *et al.* (org.). **Science in the Spanish and Portuguese Empires**, 1500-1800. Stanford: Stanford University Press, 2009. cap. 13, p. 247-270; 399-403.

WALKER, Timothy D. Crown Authorities, Colonial Physicians, and the Exigencies of Empire: The Codification of Indigenous Therapeutic Knowledge in India and Brazil during the Enlightenment Era. *In*: CRAWFORD, Matthew James; GABRIEL, Joseph M. (org.). **Drugs on the page**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2019. cap. 5, p. 101-120.

WALKER, Timothy D. The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World: Acquisition and Dissemination of Healing Knowledge from Brazil (c. 1580–1800). **Social History of Medicine**, Oxford, v. 26, n. 3, p. 403-431, Aug. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/shm/hkt010>. Acesso em: 15 ago. 2021.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano. *In*: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres. **O império por escrito**. São Paulo: Alameda, 2009. Pt. III, cap. 4, p. 375-393.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Gomes Ferreira e os símplices da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil-Colônia. *In*: FERREIRA, Luís Gomes; FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário mineral**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. p. 107-149, v. 1, il. Publicado em 1735, em Lisboa Ocidental, na oficina de Manuel de Rodrigues. (Coleção Mineiriana. Série Clássicos). Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575412404>. Acesso em: 23 maio 2020.

## ÍNDICE ANTROPONÍMICO

- Abreu, Aleixo de, 17  
Abreu, José Rodrigues de, 62  
Abu Bakr al-Razi, 79  
Acosta, Cristobal, 85  
Afonso VI de Portugal, 84  
Agricolae, Georgii, 87  
Airão, Jerônimo Roiz, 88  
Albinus, Bernhard Siegfried, 138  
Alembert, Jean le Rond d', 92  
Aleteya, Amador Veríssimo de. *Consulte* Vilhena, Luiz dos Santos  
Almeida, Francisco José de, 42, 77, 95, 98, 100, 145, 146, 147, 151  
Alorna, marquesa de (D. Leonor de Almeida), 25  
Andrade, Gomes Freire de, 34  
Andry de Boisregard, Nicolas, 92  
Antunes, João, 80  
Aristóteles, 79  
Arrais, Duarte Madeira, 17  
Ascoli, Saladino da, 39  
Áustria, Maria Leopoldina da, 95  
Avicena, 79, 86  
Ávila, Josefa de, 27  
Azeredo, José Pinto de, 35  
Azevedo, Filippe da Silva e, 94  
Azevedo, Luiz Paulino da Silva e, 42  
Azevedo, Manuel de, 17  
Baglivi, Giorgio, 45, 138  
Bateo, Jorge, 40  
Benci, Giorgio, 26  
Benedetti, Alessandro, 44  
Bertrand, viúva, 53  
Béziers, Brouzet de, 144  
Bluteau, Rafael, 107, 111, 115, 119, 121

Boerhaave, Herman, 39, 45, 62, 89, 91, 138  
Bomgeoris, Diogo, 53  
Boyle, Roberto, 44  
Branco, João Rodrigues de Castelo. *Consulte* Lusitano, Amato  
Brito, Marcos José de Noronha e, vice-rei conde dos Arcos, 36, 73  
Brown, John, 93  
Browne, Thomas, 63  
Buchan, William, 93, 144  
Buc'hoz, Pierre-Joseph, 16, 130, 131, 140  
Buffon, George-Louis Leclerc, conde de, 92  
Câmara, Manuel Arruda da, 59, 63  
Carlos II de Inglaterra, 40  
Carlos V, 44  
Carpi, Berengario da, 44  
Carril, Leandro dos Reis, 53  
Carvalho, Antonio Joze Vieira de, 19, 92, 103, 145  
Carvalho, Manuel de, 115, 129  
Castro, Joaquim de Amorim, 59  
Cenáculo, Manuel do, 33, 35  
Charas, Moizes, 82, 110, 149  
Clúsio, Carlos, 68, 85  
Clusius, Carolus. *Consulte* Clúsio, Carlos  
Coelho, Manoel Rodrigues, 40  
Colombo, Cristóvão, 142  
Cornaro, Luis, 42  
Cornelius, Aulus, 45  
Costa, Affonso da, 104, 110, 118, 119, 120  
Costa, Francisco Ribeiro da, 117  
Cunha, Manuel José da, 84  
De Courval, 63  
Delisle, Joseph-Nicolas, 92  
Descartes, René, 45  
Desessartz, Jean-Charles, 144  
Deus, Leandro da Madre de, 126

Diderot, Denis, 24, 92  
Diocles, 38  
Dioscórides, 39, 79, 108  
Donadieu, Pierre, 40, 84  
Egineta, Paulo, 86  
Erasístrato, 38  
Falconet, Camille, 92  
Falópio, Gabriel, 80  
Ferreira, Alexandre Rodrigues, 47, 59, 73, 88  
Ferreira, Antônio Pereira, 15, 19, 20, 60, 84, 92, 95, 129  
Ferreira, José Henriques, 37, 63, 93  
Ferreira, Luis Gomes, 73, 77, 85, 86, 87, 88, 113, 118, 119, 127, 129, 130, 131  
Filipe II de Espanha, 44, 68, 70, 102  
Filipp, Joseph, 90  
Firenzuola, Agnolo, 22  
Fonseca, António Isidoro da, 34  
Fragoso, Juan, 39  
Franco, Francisco de Mello, 42, 77, 95, 97, 98, 145, 146, 151  
Freyre, Affonso, 17  
Galeno, 21, 22, 39, 43, 44, 79, 81, 86, 107, 108, 121  
Gomes, Bernardino Antonio, 28, 47, 143  
Gregório XIII, papa, 55  
Guidi, Guido, 86  
Guilherme III de Inglaterra, 71  
Haller, Albrecht von, 46, 138  
Helmont, Johannes Baptiste van, 45  
Henriques, Francisco Borges, 16  
Henriques, Francisco da Fonseca, 41, 62  
Hernandez, Francisco, 39  
Hipócrates, 21, 44, 45, 86  
Hoehne, Frederico Carlos, 75  
Jenner, Edward, 137  
João II de Portugal, 32  
João IV de Portugal, 17

João V de Portugal, 37, 41, 62  
João VI de Portugal, 75, 101  
José I da Áustria, 27  
José I de Portugal, 25, 33, 53, 57, 100  
José, príncipe do Brasil, 27  
Joseph Jacob, Plenck, 93  
Kidder, Daniel P., 75  
La Condamine, Charles-Marie de, 56, 74  
Laertius, Diogenes, 40  
Laguna, Andrés de, 39  
Lavoisier, Antoine, 94  
Leboe, Sylvio de, 62  
Leitão, Manuel da Silva, 42  
Lemery, Nicolas, 39, 82, 119, 149  
Leroy, Alphonse, 144  
Linné, Carl von, 58, 93, 94  
Lisboa, Baltasar da Silva, 59  
Locke, John, 38, 44  
Luís I da Espanha, 27  
Luís XV da França, 27  
Lusitano, Amato, 39, 80, 86  
Lusitano, Zacuto, 80, 86  
Macartney, George, conde, 53  
Mallen, viúva, 53  
Maria I de Portugal, 27, 54, 95  
Maria II da Inglaterra, 27  
Maria Teresa da Áustria, 57  
Maria, João de Jesus, 40  
Martin, Paul, 53  
Martius, Carl Friedrich Philip von, 75  
Masawaih al-Mardini, 79, 80, 86, 108  
Matthiolo, Pietro, 39  
Mead, Ricardo, 40  
Medeiros, Antonio Joaquim de, 28

Melo, Sebastião José de Carvalho e, 33, 35, 53, 54, 57, 73, 92, 100, 141

Mendes, Fernão, 48

Mercurio, Scipione, 63

Mesué, o Jovem. *Consulte* Masawaih al-Mardini

Miranda, João Cardoso de, 48, 113

Miranda, Joaquim Veloso de, 58, 60

Monardes, Nicholas, 39, 85

Monte, João Pedro Xavier do, 42

Morão, Simão Pinheiro, 17, 27, 28

Moreno, André, 73

Muzitano, Carlos, 113

Newton, Isaac, 38

Nunes, Ambrósio, 17

Orta, Garcia da, 39, 53, 68, 80

Otoni, Teófilo Benedito, 142

Ovídio, 21, 22, 24

Oviedo, Luis de, 79

Paes, José da Silva, 37

Paiva, António Ribeiro de, 93

Paiva, Manoel Joaquim Henriques de, 37, 41, 42, 54, 77, 91, 92, 93, 94, 134, 145, 149, 150

Palacios, Félix, 110

Paracelso (Philippus Aureolus Theophrastus Bombastus von Hohenheim), 45

Pedro I do Brasil (Pedro IV de Portugal), 95

Pedro II da Rússia, 27

Pedro II de Portugal, 84

Pereira, Antonio José, 94

Picart, Bernard, 50

Picart, Etienne, 50

Pimenta, Miguel Dias, 17

Piso, Guilherme, 85

Plínio, o Velho, 21, 39, 79

Pólibo, 21

Pombal, marquês de. *Consulte* Melo, Sebastião José de Carvalho e

Portugal, António Rodrigues, 40

Portugal, Luís de Almeida, segundo marquês do Lavradio, 37, 38, 59, 93, 94  
Proença, Martinho de Mendonça de Pina e, 38, 42  
Rabelais, François, 52  
Ramazino, Bernardino, 42  
Raulin, Joseph, 144  
Rebello, Luís Cipriano, 53  
Reinhipo, Romaõ Mõsia. *Consulte* Morão, Simão Pinheiro  
Reis, Pedro José, 53  
Reycende, João Batista, 53  
Rhazes. *Consulte* Abu Bakr al-Razi  
Ribeiro, António Alvares, 53  
Roca, Antônio de Monravá e, 48  
Rodrigues, João, 32  
Rodrigues, Miguel, 86  
Rolland, Francisco, 53  
Roma, Francisco Morato, 17  
Rosa, João Ferreira, 17  
Saboia, Maria Francisca de, 40, 84  
Saladino, 39, 108  
Saldanha, Francisco de, terceiro cardeal patriarca de Lisboa, 141  
Sanches, António Nunes Ribeiro, 35, 38, 42, 57, 60, 77, 88, 90, 91, 92, 93, 138, 139, 142, 150  
Santa Inês, Manuel de, 25  
Santiago, Diogo, 77, 88, 90, 140  
Santo Antonio, Caetano de, 40, 77, 78, 79, 82, 84, 112, 114, 119, 129, 134, 135, 149, 150  
Santos, Manuel Ribeiro dos, 88  
Sarmiento, Jacob de Castro, 38, 40, 41, 48, 77, 88, 106, 113, 139  
Sauvages, François Boissier de, 138  
Semedo, João Curvo, 16, 36, 41, 48, 62, 80, 86, 106, 113  
Serra, José Correia da, 147  
Silva, Antonio de Moraes, 107, 121  
Silva, Francisco da, 113, 114  
Silva, José Bonifácio de Andrada e, 59  
Silva, Manoel da, 86  
Silva, Manuel Galvão da, 59

Silvatico, João Batista, 86  
Sousa, Luís de Vasconcelos e, 38  
Southey, Robert, 143  
Spix, Johann Baptist von, 75  
Stahl, Georg Ernest, 45, 62  
Sydenham, Thomas, 44, 45  
Tavares, Francisco, 41, 54, 77, 94, 100  
Teixeira, José de Sousa, 84  
Teles, Vicente Coelho de Seabra e Silva, 63  
Tenreiro, Vasco, 32  
Teofrasto, 79  
Thomas, Willis, 62  
Tissot, Samuel-Auguste, 42, 61, 93, 136, 137, 144, 145, 149, 150  
Ulrika Eleonora da Suécia, 27  
Vandelli, Domingos, 58, 59, 72  
Varnhagen, Francisco Adolpho de, 142  
Veloso, frei. *Consulte* Veloso, José Mariano da Conceição  
Veloso, José Mariano da Conceição, 47, 59, 60  
Verney, Luís António, 35, 38, 63  
Vesalius, Andreas, 44, 138  
Vespúcio, Américo, 142  
Vicq d'Azyr, Félix, 92  
Vieira, Manuel Luís, 59  
Vigier, João, 40, 77, 84, 117, 120, 128, 149  
Vigo, João de, 79  
Vilhena, Luiz dos Santos, 75, 143  
Villas, Estevão de, 79  
Virgílio, 79